



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA – UFBA
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS – IGEO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA



CLÍMACO DIAS

**PRÁTICAS SOCIOESPACIAIS E PROCESSOS DE RESISTÊNCIA NA GRANDE
CIDADE: RELAÇÕES DE SOLIDARIEDADE NOS BAIROS POPULARES DE
SALVADOR**

**Salvador
2017**

CLÍMACO DIAS

**PRÁTICAS SOCIOESPACIAIS E PROCESSOS DE RESISTÊNCIA NA GRANDE
CIDADE: RELAÇÕES DE SOLIDARIEDADE NOS BAIRROS POPULARES DE
SALVADOR**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Universidade Federal da Bahia, como requisito para obter o título de Doutor em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Angelo Serpa

**Salvador
2017**

Dias, Clímaco
Práticas Socioespaciais e Processos de Resistência na
Grande Cidade: Relações de Solidariedade nos Bairros
Populares de Salvador / Clímaco Dias. -- Salvador, 2017.
285 f. : il

Orientador: Angelo Serpa.
Tese (Doutorado - Programa de Pós-Graduação em Geografia da
UFBA) -- Universidade Federal da Bahia, Instituto de
Geociências, 2017.

1. Período Popular da História. 2. Território Usado. 3. Pobres
da Metrópole. 4. Vizinhança e Parentesco. 5. Práticas
Socioespaciais. I. Serpa, Angelo. II. Título.

TERMO DE APROVAÇÃO


**PRÁTICAS SOCIOESPACIAIS E PROCESSOS DE RESISTÊNCIA NA
GRANDE CIDADE: RELAÇÕES DE SOLIDARIEDADE NOS BAIROS
POPULARES DE SALVADOR**

CLÍMACO CÉSAR SIQUEIRA DIAS

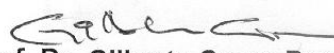
BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Angelo Szaniecki Perret Serpa (Orientador)
Programa de Pós-Graduação em Geografia (UFBA), Brasil



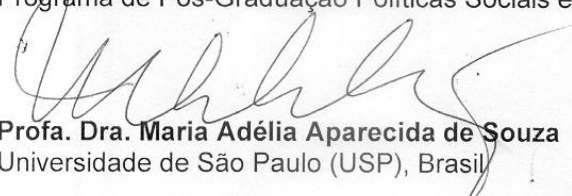
Prof. Dra. Maria Auxiliadora da Silva
Programa de Pós-Graduação em Geografia (UFBA), Brasil



Prof. Dr. Gilberto Corso Pereira
Programa de Pós-Graduação em Geografia (UFBA), Brasil



Prof. Dra. Julie Sarah Lourau Alves Silva
Programa de Pós-Graduação Políticas Sociais e Cidadania (UCSal), Brasil



Prof. Dra. Maria Adélia Aparecida de Souza
Universidade de São Paulo (USP), Brasil

Aprovada em Sessão Pública de 21 de agosto de 2017

AGRADECIMENTOS

Agradecer às pessoas que contribuíram para minha pesquisa é muito difícil, porque existem muitas que me ajudaram a construir esse trabalho, mas, mesmo que deixe de agradecer algumas, sinto a necessidade de fazer esse exercício.

Agradeço:

Aos meus falecidos Mãe e Pai pela utopia de acreditarem que eu e minhas irmãs faríamos curso superior, mesmo sendo miseráveis na década de 1970.

A todos os meus entrevistados, pela paciência, solidariedade e esperança de que, juntos, trabalharemos por um novo mundo.

A Elba da Silva, por me ajudar nos momentos difíceis e ainda. falar de geografia.

Ao meu filho Fernando Pacheco, por ser companheiro e nunca recusar fazer qualquer tabela que pensei.

A Flora Pidner, por dividirmos a angústia da solidão do trabalho acadêmico e ainda conversarmos muito sobre geografia.

A minhas Irmãs, pela torcida. Sempre.

A minha Filha, que, pela pouca idade, não sabia direito o que se passava, mas sempre tinha uma palavra definitiva de estímulo.

À Banca, pelas sugestões de melhorar a pesquisa.

Às Mães dos meus filhos. Luciana Vasconcelos, por sempre achar que o bairro de Santa Cruz era o meu lugar e Jussara Rêgo, pelo apoio com a Filha.

Aos meus amigos Catherine Prost, Roberto Evangelista, Antonio Olavo, Luis Paulo Neiva, pela segurança do afeto.

Aos muitos amigos do Facebook, moradores dos bairros populares, por resolverem alguns impasses que tive na pesquisa.

RESUMO

A presente tese é uma pesquisa fundamentada na teoria do Período Popular da história do geógrafo Milton Santos, que propõe a existência de uma resistência popular dos pobres das grandes cidades dos países do terceiro mundo, em virtude de estes serem muito numerosos e poderem estabelecer uma comunicação, ditada pela necessidade, que forja cotidianos diferenciados dos grupos de rendas mais elevadas que têm acesso pleno às técnicas e consumos do mundo contemporâneo. A pesquisa abrangeu trinta e seis bairros populares de Salvador, distribuídos em três unidades de análise, no que aqui se denomina de Aglomerados de Bairros, e um Bairro trabalhado de forma isolada do seu Aglomerado. Os conceitos de bairro de parte da literatura foram problematizados e se fundamenta uma proposição de bairro popular como um lugar articulado com a cidade, mas que apresenta especificidades, sendo que o conceito de pobre é formulado a partir, principalmente, da ideia de pobre em uma dimensão territorial, que é submetido à oferta de serviços públicos deficientes e a violência do tráfico de drogas, da polícia e das milícias. Para entender as origens dos bairros populares buscou-se resgatar uma história da Cidade, desde os primórdios da colonização, ancorada em instrumentos que cerceavam o acesso ao solo urbano pela maioria da população, como o laudêmio, enfiteuse, terrenos da União e, já no século XX, um planejamento modernista que também teve um traço excludente. Foram observadas inúmeras práticas socioespaciais nos bairros populares, através de entrevistas abertas e questionários com perguntas fechadas, que demonstraram uma comunicação dos pobres, baseada em intensas relações de parentesco e vizinhança, práticas não verificadas em outras áreas da cidade habitadas por população de maior renda, consumo e qualidade de moradia, a exemplo de passeios coletivos, encontros de rua, blocos carnavalescos, passeios culturais noturnos, solidariedades no cuidar das crianças, aniversários coletivos em espaços públicos, caronas para vizinhos em locais de ladeiras de fortes aclives, entre outras. Essas práticas, nas proposições aqui formuladas, ao mesmo tempo em que mitigam as agruras do dia a dia, são formas diferenciadas do uso do território que se expressam como resistências espaciais e que gestam o Período Popular da História.

Palavras-chave: Período Popular da História. Território usado. Pobre. Vizinhança e parentesco. Práticas socioespaciais.

ABSTRACT

The following thesis is a research based on the theory of Popular Period of History, by geographer Milton Santos, that advocates the existence of a popular resistance among poor people in third world countries big cities, given that they constitute a large population that enables its own communication, dictated by necessity, and forges an everyday way of living different from the one lived by higher income groups that have full access to the techniques and consumption habits of contemporary world. The survey comprehended thirty-six inner city neighborhoods in Salvador, distributed in three units of analysis, in what we call here *the Neighborhood Agglomerates*, and one neighborhood studied isolated from its *Agglomerate*. The conceptualization of neighborhood established by part of literature was challenged and the concept of inner city neighborhood that we propose is built as a location articulated with the city, but that has specific features, and the concept of poor people is formulated mainly from the idea of poor people in a territorial dimension, a population which is subject to the provision of failing public services and the violence of drug dealers, police and militias. To understand the origins of inner city neighborhoods, we summarized the history of Salvador from the earliest days of colonization, revealing the instruments that restricted access to urban land by most of the population, such as laudemias, emphyteuseus, and Federal Government owned real state, and by the XXth century, a modernist urban plan that also had an excluding bias. Many socio-spatial practices were observed at inner city neighborhoods through open interviews and forms with closed questions that demonstrated the existence of a communication of poor people, based on intense relations of kinship and proximity, practices that weren't found in other areas of the city inhabited by higher income population, Consumption habits and housing quality, such as group tours, street meetings, carnival groups, artistic night tours, sympathetic child care, open birthday parties in public spaces, rides for neighbors to go through high slopes, among others . These practices, in the propositions here formulated, at the same time mitigate the hardships of everyday life, and constitute distinct forms of use of territory that express themselves as spatial resistances and nurture the Popular Period of History.

Keywords: Popular Period of History. Used territory. Poor people. Neighborhood and kinship. Socio-spatial practices

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Mapa 1– O CAB e o seu entorno, na cidade de Salvador (2017).....	98
Mapa 2– A distribuição dos prédios do CAB	99
Mapa 3 – Ocupações em Salvador entre 1946-1989	110
Mapa 4– Locais da Cidade ocupados de forma ilegal 1940-1991	111
Mapa 5 – Localização dos Aglomerados de Bairros pesquisados e do bairro da Paz na cidade de Salvador (2017)	122
Mapa 6 –Aglomerado de Bairros Subúrbio Ferroviário em Salvador (2016)	126
Mapa 7 – Aglomerado de Bairros Cajazeiras, do município de Salvador (2016)	127
Mapa 8 – Bairro da Paz, do município de Salvador (2016)	128
Mapa 9 – Aglomerado de bairros Nordeste de Amaralina, 2017	177
Imagem 1 – Lixão da rua principal da Santa Cruz, 2017.....	44
Imagem 2 – Tomada do Subúrbio com o trem e ancoradouro de barcos	130
Imagem 3 – Mulheres em atividade física com dança no anfiteatro do Parque da Cidade, 2017	202
Imagem 4 – Ornamentação de aniversário com parentes e vizinhos no Parque da Cidade, 2017	204
Imagem 5 – Pessoas participantes de aniversário realizado no Parque da Cidade, 2017	205
Imagem 6 – Bloco carnavalesco do Nordeste de Amaralina em desfile na festa de Iemanjá, 2017.....	209
Imagem 7 – Bloco carnavalesco do Nordeste de Amaralina em desfile na festa de Iemanjá, 2017.....	210
Imagem 8 – Homens praticantes do “baba do vinho” na Sexta Feira da Paixão, no Parque da Cidades, 2017	211
Imagem 9 – Prática de futebol no campo do Bariri, 2017	212
Imagem 10 – Cavalos criados soltos se alimentando no lixo excedente do contêiner, 2017	214
Imagem 11 – Cavalos de criadores do Aglomerado Nordeste de Amaralina pastando no Parque da Cidade, 2017.....	215
Imagem 12 – Galinheiro instalado em uma rua da Santa Cruz, 2017	216
Imagem 13 – Protesto político na rua principal da Santa Cruz, 2017	229
Imagem 14 – Grande aparato policial para intimidar um pequeno protesto, 2017 ..	230
Imagem 15 – Procissão de fiéis católicos da Chapada do Rio Vermelho, no Parque da Cidade, 2017	237
Imagem 16 – Conjunto de ônibus para conduzir evangélicos a encontros religiosos, 2017	239
Quadro 1 – Loteamentos e inventários do Aglomerado de Bairros Nordeste de Amaralina e dos Bairros Amaralina e Pituba	174

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Domicílios, população, pessoas com disponibilidade para o serviço militar nas localidades polarizadas por igrejas católicas na cidade de Salvador no final XVIII	87
Tabela 2 – Domicílios, população, pessoas com disponibilidade para o serviço militar nas localidades polarizadas por igrejas católicas na cidade de Salvador no final XVIII	87
Tabela 3 – População residente nos bairros componentes do Aglomerado Subúrbio Ferroviário, período 2000-2010, taxa anual de crescimento e variação decenal	133
Tabela 4 – Distribuição da população do aglomerado de bairros do Subúrbio por faixas etárias de 0 a 39 anos e a participação percentual de cada faixa sobre o total da população do bairro (2016)	135
Tabela 5 – Distribuição da população do aglomerado de bairros do Subúrbio por faixas etárias de 40 a 80 anos ou mais e a participação percentual de cada faixa sobre o total da população do bairro (2016).....	136
Tabela 6 – População residente nos bairros do Aglomerado Cajazeiras, no período de 2000-2010, taxa de crescimento anual e crescimento acumulado nos dez anos do período	140
Tabela 7 – Distribuição da população do aglomerado Cajazeiras por faixas etárias de 0 a 39 anos e a participação percentual de cada faixa sobre o total da população do bairro (2016).....	141
Tabela 8 – Distribuição da população do aglomerado Cajazeiras por faixas etárias de 40 a 80 anos ou mais e a participação percentual de cada faixa sobre o total da população do bairro (2016)	142
Tabela 9 – Aglomerado de Bairros Cajazeiras, população do bairro, pessoas com 10 anos ou mais de idade, com ou sem rendimento, rendimento médio mensal por bairro, renda per capita mensal por bairro e médias do Aglomerado	144
Tabela 10 – Aglomerado de Bairros Subúrbio Ferroviário, população do bairro, pessoas com 10 anos ou mais de idade, com ou sem rendimento, rendimento médio mensal por bairro, renda per capita mensal por bairro e médias do Aglomerado ...	146
Tabela 11 – Bairro da Paz, população do bairro, pessoas com 10 anos ou mais de idade, com ou sem rendimento, rendimento médio mensal por bairro, renda per capita mensal por bairro e médias do Aglomerado	147
Tabela 12 – Registros de Ocorrência dos Principais Delitos, por Área Integrada de Segurança Pública e tipo de delito (2014).....	148
Tabela 13 – Registros de Ocorrência dos Principais Delitos, por Área Integrada de Segurança Pública e tipo de delito (2014).....	148
Tabela 14 – Registros de Ocorrência dos Principais Delitos, por Área Integrada de Segurança Pública e tipo de delito (2015).....	149
Tabela 15 – Registros de Ocorrência dos Principais Delitos, por Área Integrada de Segurança Pública e tipo de delito (2015).....	149
Tabela 16 – População residente nos bairros componentes do Aglomerado Nordeste de Amaralina, período 2000-2010, taxa anual de crescimento e variação decenal	179

Tabela 17 – Distribuição da população do Aglomerado Nordeste de Amaralina por faixas etárias de 0 a 39 anos e a participação percentual de cada faixa sobre o total da população do bairro, 2010.....	180
Tabela 18 – Distribuição da população do Aglomerado Nordeste de Amaralina por faixas etárias de 40 a 80 anos ou mais e a participação percentual de cada faixa sobre o total da população do bairro, 2010	180
Tabela 19 – Aglomerado Nordeste de Amaralina, população do bairro, pessoas com 10 anos ou mais de idade, com ou sem rendimento, rendimento médio mensal por bairro, renda per capita mensal por bairro e médias do Aglomerado (2010)	181
Tabela 20 - Percentual de escolares frequentando o 9º ano do ensino fundamental que experimentaram drogas ilícitas alguma vez (2015)	196
Tabela 21 – Número de dias e bairro que o folião de Salvador participou do Carnaval (2016).....	207
APÊNDICE I - Tabela 22 - População total residente acima de 15 anos, não alfabetizada, por sexo, segundo os bairros do município de Salvador (1991-2010)	259
APÊNDICE II - Tabela 23 - Total de domicílios por espécie de domicílios segundo os bairros do município de Salvador (1991-2010).....	260
APÊNDICE III - Tabela 24 - Índices de áreas verdes segundo os bairros do município de Salvador (2001-2009)	261
APÊNDICE IV - Tabela 25 - População total residente acima de 15 anos, não alfabetizada, por sexo, segundo os bairros do município de Salvador (1991-2010)	262
APÊNDICE V - Tabela 26 - Índices de áreas verdes segundo os bairros do município de Salvador (2001-2009).....	263
APÊNDICE VI - Tabela 27 - População total residente acima de 15 anos, não alfabetizada, por sexo, segundo os bairros do município de Salvador (1991-2010)	264
APÊNDICE VII - Tabela 28 - Índices de áreas verdes segundo os bairros do município de Salvador (2001-2009)	264
APÊNDICE VIII - Tabela 29 - População total residente acima de 15 anos, não alfabetizada, por sexo, segundo os bairros do município de Salvador (1991-2010)	265
APÊNDICE IX - Tabela 30 - Índices de áreas verdes segundo os bairros do município de Salvador (2001-2009)	266
APÊNDICE X - Tabela 31 -Total de domicílios por espécie de domicílios segundo os bairros do município de Salvador (1991-2010).....	267
APÊNDICE XI - Tabela 32 - Grau de instrução das pessoas responsáveis por domicílios, por anos de estudo, segundo os bairros do município de Salvador (1991-2010)	268
APÊNDICE XII - Tabela 33 - Total de domicílios por espécie de domicílios segundo os bairros do município de Salvador (1991-2010).....	269
APÊNDICE XIII - Tabela 34 - Total de domicílios por espécie de domicílios segundo os bairros do município de Salvador (1991-2010).....	270
APÊNDICE XIV - Tabela 35 - Grau de instrução das pessoas responsáveis por domicílios, por anos de estudo, segundo os bairros do município de Salvador (1991-2010)	271

APÊNDICE XV - Tabela 36 - Grau de instrução das pessoas responsáveis por domicílios, por anos de estudo, segundo os bairros do município de Salvador (1991-2010)	272
APÊNDICE XVI - Tabela 37 - Grau de instrução das pessoas responsáveis por domicílios, por anos de estudo, segundo os bairros do município de Salvador (1991-2010)	274
ANEXO I – Tabela 38 - Densidades brutas dos bairros de Salvador nos anos de 2000 e 2010 (Habitantes p/ Hectare)	283

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO 1 – O BAIRRO FORA DO LUGAR E UMA PROPOSIÇÃO DO BAIRRO COMO LUGAR	22
1.1 Pressupostos e fundamentos teóricos	22
1.1.1 <i>A resistência da população dos bairros populares de Salvador, como um conceito geográfico</i>	24
1.1.2 <i>Os dois circuitos da economia urbana</i>	27
1.1.3 <i>O Período Popular da História</i>	33
1.1.4 <i>Consumo e cultura</i>	39
1.1.5 <i>A pobreza e o conceito de pobre</i>	42
1.1.6 <i>Lugar e bairro, favela e bairro popular: resistência e transformação</i>	45
1.1.7 <i>As relações de parentesco e vizinhança</i>	66
1.2 As práticas do uso do território pela população dos bairros populares de Salvador: breves descrições e metodologia de investigação	71
CAPÍTULO 2 – A FORMAÇÃO DOS BAIRROS POPULARES DE SALVADOR: UMA APROXIMAÇÃO HISTÓRICO-GEOGRÁFICA	73
2.1 A fundação da cidade: raízes da apropriação do território e a propriedade e uso da terra	73
2.2 Um período de instabilidade e consolidação. O modelo de posse da terra como evento de longa duração	76
2.3 Do Século XVII ao século XX: o fausto de uma cidade em contraponto à imensa população de negros escravizados e pessoas pobres livres	84
2.4 O século XX: a expulsão de muitos pobres, políticas higienistas e a criação do mercado de terras através de grandes doações do poder municipal aos agentes imobiliários	90
CAPÍTULO 3 – AS PRÁTICAS ESPACIAIS ENTRE VIZINHOS E PARENTES NOS AGLOMERADOS DE BAIRROS DO SUBÚRBIO FERROVIÁRIO, CAJAZEIRAS E NO BAIRRO DA PAZ	116
3.1 Aglomerado de Bairros Populares: um conceito geográfico derivado da história	116
3.2 A metodologia da pesquisa	121
3.3 Caracterização dos Aglomerados e dos Bairros	129
3.3.1 <i>O Aglomerado de Bairros Subúrbio Ferroviário</i>	129
3.3.2 <i>O Aglomerado de Bairros populares Cajazeiras</i>	137
3.3.3 <i>O Bairro da Paz</i>	143
3.4 A renda e a pobreza nos Aglomerados de bairros e no Bairro da Paz ...	144
3.4.1 <i>Aglomerado de Bairros Cajazeiras</i>	144

3.4.2 Aglomerado do Subúrbio Ferroviário	145
3.4.3 O Bairro da Paz	146
3.5 Violência nos lugares da pesquisa, tráfico de drogas, vizinhança e parentesco.....	147
3.5.1 Comentários sobre uma pesquisa que aborda estratégias de sobrevivência nos bairros populares em Salvador	151
3.5.2 As práticas espaciais entre vizinhos e parentes nos Aglomerados do Subúrbio Ferroviário e Cajazeiras e no Bairro da Paz.....	155
CAPÍTULO 4 – PRÁTICAS DAS TRAMAS POPULARES VISTAS DE FORMA AMIÚDE NO AGLOMERADO DE BAIROS POPULARES NO NORDESTE DE AMARALINA.....	172
4.1 Origens da formação	172
4.2 A condição atual do Aglomerado	176
4.3 O Comércio, os comerciantes, os prestadores de serviço e os vizinhos	181
4.4 A inserção do tráfico de drogas no Aglomerado de bairros Nordeste de Amaralina.....	189
4.5 A escola: um palco de conflitos, resistência e amizades.....	195
4.6 O Parque da Cidade, acolhimentos de vizinhos.....	198
4.7 Festas e lazer: exercícios de vivências coletivas dos pequenos grupos às multidões.....	206
4.8 Criação de animais e o encontro de vizinhos.....	212
4.9 Os eventos anômalos e a resistência dos vizinhos.....	216
4.10 A mobilidade dos moradores do Aglomerado de Bairros Nordeste de Amaralina: “o perto distante”	219
4.11 As manifestações políticas, a vizinhança, a família e os conflitos.....	224
4.12 As religiões, mundos de conflitos e solidariedade	232
4.12.1 O Candomblé no Aglomerado.....	232
4.12.2 Católicos	234
4.12.3 Evangélicos	237
4.13 Fazendo a liga das práticas.....	240
CONCLUSÃO	242
REFERÊNCIAS.....	251
APÊNDICE.....	258
ANEXO	282

INTRODUÇÃO

A pesquisa aqui apresentada é uma continuidade de um trabalho voltado para o estudo da geografia regional e urbana, concentrado na cidade e metrópole de Salvador, desenvolvida desde a década de 1990.

Pesquisando o carnaval de Salvador, na dissertação de mestrado, analisando o período em que este passou por sua maior transformação, a profissionalização da festa e, trabalhando com elementos teóricos e empíricos foi sendo revelada uma cultura popular vigorosa sendo apropriada pela cultura de massas, como forma de auferir lucros, criando, assim, uma tensão permanente que perdura até os tempos atuais.

É a partir das observações desse período que, depois de um tempo largo de troca de experiências em salas de aula, foi proposta uma pesquisa para a tese de doutoramento, defendendo, com base nas proposições do professor Milton Santos, que a comunicação entre os pobres da grande cidade tem, no bairro popular, o seu lugar privilegiado. E, essa comunicação intensa e variada é quem faz do bairro um lugar de práticas que só ali se realizam, pelo fato de as dinâmicas sociais dos pobres apenas serem predominantes naqueles lugares. Espaços onde a comunicação se pratica entre si e fazendo da grande cidade uma possibilidade de constituição de espaços de transformações.

No início foi escolhido o Aglomerado de Bairros Nordeste de Amaralina, por ser uma área previamente conhecida. Mas, no decorrer da pesquisa, foram ampliadas as áreas pesquisadas para dois aglomerados¹ de bairros e um bairro, cada uma dessas áreas com ocupações históricas distintas, diferentes intensidades no papel desempenhado pelo Estado nas suas formações e até no perfil da população que a ocuparam nos seus anos iniciais. Os aglomerados de bairros acrescentados foram os do Subúrbio Ferroviário, Cajazeiras e o Bairro da Paz.

Escolhas realizadas, era preciso trazer a literatura que trata dos bairros e similares. E esta foi uma tarefa em que se pode verificar, no capítulo primeiro, a polissemia do conceito de bairro, entre os autores que abordam o tema, e, mais que isso, uma submissão aos bairros em que habitam as populações de maiores renda e

¹ O conceito de aglomerado defendido nessa pesquisa está explicitado em item específico.

consumo, mesmo por autores que se filiam às correntes teóricas mais vinculadas ao marxismo.

Deriva dessa discussão um conceito de bairro popular da grande cidade, que unifica todas as denominações de cunho regional do Brasil, como favela, vila, mocambo, avenida, invasão, ou até aquelas que buscam encontrar denominações diferenciadas para localidades internas ao bairro popular, a exemplo dos aglomerados subnormais identificados pelo IBGE, formações que não tem qualquer similaridade com o conceito de aglomerado de bairros, aqui desenvolvido no capítulo 3, e que é proposto como identificação de conjunto de bairros que apresentam comunicações mais densas pela contiguidade das suas áreas.

Ao conceito do pobre desenvolvido por Milton Santos, que é histórico e relativo, foi acrescentada a dimensão territorial, uma vez que os pobres das grandes cidades brasileiras, na sua imensa maioria, habitam em áreas separadas das populações de rendas, consumos, atendimento do Estado mais elevados

O Subúrbio Ferroviário é um aglomerado de bairros que nasce a partir da incipiente industrialização que lá se instala em fins do século XIX e cresce com o estímulo do planejamento do Estado, que considerou a área como vetor de expansão da Cidade por décadas, implantou uma linha férrea na década de 1860 que ligou o Centro Histórico a este local e que mais tarde se estendeu até o interior do Estado. Ao longo da segunda metade do século XX, esse Aglomerado se transformou em uma área predominantemente popular e hoje abriga 17 bairros, com significativas variações internas em termos de renda média dos seus habitantes.

O Aglomerado de Bairros Nordeste de Amaralina surge na esteira da expansão do outro vetor de expansão da Cidade, o vetor Orla, que começa a se desenhar na década de 1930 e, a partir da década de 1940, se estabelece com a construção da Avenida Amaralina. O “Nordeste” começa com loteamentos das antigas fazendas resultantes do parcelamento das antigas sesmarias, mas, as grandes levas de migrantes pobres que afluem para Salvador começam a ocupa-lo nas décadas subsequentes e formam um aglomerado composto pelos bairros do Nordeste de Amaralina, Vale das Pedrinhas, Santa Cruz e Chapada do Rio Vermelho.

O aglomerado de bairros Cajazeiras é resultante de processo de planejamento por parte do Estado, que objetivava atenuar os graves problemas de moradia dos grandes contingentes de migrantes que chegaram a Salvador entre os anos de 1940 e 1970 e que dispunham de rendas compatíveis com os financiamentos do BNH. Mas

a necessidade de moradia era bem maior que o planejado e, enquanto se construía os conjuntos habitacionais nas cumeadas das colinas, a população mais pobre ocupava as encostas e vales em busca da infraestrutura mínima que foi levada para aquela área. Hoje esse aglomerado possui 15 (quinze) bairros e é uma das maiores concentrações de pobres da cidade de Salvador.

O Bairro da Paz, a formação mais recente das áreas escolhidas, embora seja o mais atual - década de 1980, não teve processos mistos de planejamento e ocupação como os demais. A ocupação das terras da grande Avenida Paralela, que se constituía em reserva do mercado imobiliário sob a proteção do Estado, se deu através de um processo articulado coletivo por parte da população que tinha níveis de pobreza extremos. O Bairro da Paz, ainda hoje, é uma das áreas mais pobres de Salvador e uma das que mais apresentam carências de infraestrutura básica.

Essas escolhas de bairros e aglomerado de bairros contam a história do estabelecimento dos pobres em Salvador, desde o fim do século XIX até o momento atual, por ter adotado critérios variados, como épocas de formação, distâncias do Centro, papel do Estado no processo, condições materiais diferenciadas da população e o tipo de organização política dos ocupantes. Isso faz com que a pesquisa seja um estudo de bairros que não perdem a ligação com a cidade, porque a diversidade das escolhas, segundo os critérios acima arrolados, garante a interação bairro-cidade, cidade-bairro e bairro-bairro.

A pesquisa foi realizada entre os anos 2012 e 2016 e o lugar estudado de forma mais profunda foi o Aglomerado de Bairros Nordeste de Amaralina, por ser o foco inicial da pesquisa e por ser aquele onde fixei residência desde 2012, mais especificamente no bairro Santa Cruz, que faz parte do Aglomerado do Nordeste de Amaralina.

Centenas de entrevistas foram realizadas em todas as áreas. Entrevistas abertas e com questionário fechado, todas realizadas por este pesquisador, reuniões com professores de escolas(8), associações de bairros (7), grupos culturais, grupos de lutas étnicas (10), resultando em confirmações e novas descobertas de práticas que só existem nos bairros populares, que fortalecem os laços de parentesco e vizinhança em todos eles e permitem que eles possam sobreviver e encetar uma resistência, às vezes silenciosa, às vezes ruidosa, às imposições do meio técnico-científico-informacional, que tem na globalização perversa o seu instrumento maior de submeter os lugares às suas ordens, às suas verticalidades.

Mas, afinal, o que é um bairro? O que é um aglomerado de bairros? O que é o pobre e um bairro popular?

São essas questões que estão desenvolvidas no primeiro capítulo desta tese. O bairro, aqui, é um recorte da cidade que se constitui em um conjunto de lugares pela sua história, práticas cotidianas, relações de parentesco e vizinhança, vida comum, reconhecimento da sua existência por parte dos seus habitantes e o reconhecimento da sua existência por parte do planejamento estatal. Mas para ser um bairro não é necessário que se preencha todos esses atributos, bastando alguns para que se alcance essa condição.

Discute-se que um bairro de grupos sociais mais abastados pode ter essa denominação, mesmo sem ter as relações de parentesco e vizinhança na intensidade verificada naqueles de características populares, que têm a predominância das relações individualizadas. No entanto, um bairro popular tem uma frágil presença do Estado, mas isso não o impede de ser considerado um bairro na plenitude do conceito.

Essa discussão levou a propor a desconstrução de formulações sobre bairros de autores clássicos da geografia e de outras disciplinas, o que se transformou em parte da tese defendida neste trabalho.

Os bairros populares, embora tenham índices de violência elevados e muitos deles terem a presença do crime organizado influenciando no cotidiano da vida das pessoas, terem níveis de miséria exacerbados e sofrerem de uma ausência crônica do Estado, são lugares privilegiados da resistência popular de transformação dessas realidades que fazem muitos dos autores não reconhecê-los e até interpretá-los com uma certa repulsa.

Tenta-se buscar as causas desse estranhamento nas origens do pensamento marxista, que via como vanguarda das transformações, as classes diretamente envolvidas no processo econômico e que vendem a sua força de trabalho para o capital, o operariado. Relegado, de acordo com essa interpretação, um papel secundário ao proletariado e tratando alguns miseráveis, que ele nomeou de *lumpemproletariado*², teria um nível de degradação tal, que os inabilitaria para serem agentes do processo de transformação.

² Lumpemproletariado "Em *O Dezoito Brumário de Luiz Bonaparte* (1852), Marx refere-se ao lumpemproletariado, termo que traduz o alemão *lumpenproletariat*, como 'o lixo de todas as classes', 'uma massa desintegrada', que reunia 'indivíduos arruinados e aventureiros egressos da burguesia, vagabundos, soldados desmobilizados, malfeitores recém-saídos da cadeia (...) batedores de carteira,

A contraposição exposta nesta pesquisa é que todas as categorias de pobres da grande cidade ou das metrópoles, pela intensidade da comunicação entre si, desenvolvem práticas socioespaciais que têm no bairro popular o lugar de maior densidade destas. E, são resgatados vários trabalhos de pesquisa em bairros populares de Salvador, Rio de Janeiro e São Paulo, em Fortaleza e até em Luanda, para fundamentar esta proposição, que é ancorada naquela de Milton Santos, de que os pobres das grandes cidades são os agentes das transformações contemporâneas.

Pobre não é apenas uma condição de renda, mas um conjunto de vida, a exemplo das condições de habitação, educação, saúde, formas de lazer, manifestações artísticas e a propensão a estabelecer laços de vizinhança e parentesco como forma de superar necessidades e transformar as carências materiais decorrentes das suas baixas rendas. E os pobres das áreas pesquisadas, embora sejam classificados, por qualquer critério de renda como pobres, apresentam rendas per capita com diferenças significativas, existindo bairros que a renda per capita por habitante é o dobro de outro que faz parte do mesmo aglomerado de bairros.

Outra questão problematizada nesta pesquisa é a denominação para designar os lugares dos pobres da grande cidade e da metrópole. Bairro, favela, invasão, conjunto. Diferenciar essas denominações não faz sentido, na medida em que elas são diferenciações existentes entre regiões ou até entre os próprios habitantes do bairro. No Rio de Janeiro o termo favela é mais difundido, porque ele nasce lá, no final do século XIX. Em Salvador é mais comum se chamar invasão, mas o termo bairro é o mais difundido. Geralmente a invasão se refere às áreas de ocupação mais recentes e com habitações mais precárias. Alguns autores já observaram que, em Salvador, os grupos de maior militância política, sobretudo os jovens negros, já se referem ao seu bairro como favela e até como senzala; e, no caso desta, ressignificando o termo que, na época da escravidão, nomeava o local de moradia dos escravizados.

Bairro popular é uma expressão já usada por alguns pesquisadores e que aqui foi adotada por entender que esta é a que mais abriga todas as outras denominações, sem perder a compreensão de que as demais são expressões válidas para nomear uma localidade que tem homogeneidades, mas que tem muita diversidade e percepções diferenciadas por parte dos seus habitantes.

rufões, mendigos', etc., nos quais Luís Bonaparte apoiou-se em sua luta pelo poder". (BOTTOMORE, 1988, grifo do autor).

Aglomerado de bairros é uma expressão criada para designar conjuntos de bairros contíguos em que os seus habitantes têm locais de interações entre si, a exemplo de centros comerciais, feiras, centros culturais, estações de trens, estações de ônibus urbanos, praças, parques e espaços de lazer. Os três aglomerados de bairros estudados nessa pesquisa tem algumas dessas características.

Esta denominação foi também uma fuga de um termo cada dia mais usado no planejamento estatal e até pela academia: o “Complexo”. Complexo é um termo com muita imprecisão, que começou a ser usado por forças policiais, nos bairros populares cariocas, para designar áreas de interesse na repressão ao tráfico, exemplo de Complexo do Alemão, Complexo da Maré.

O segundo capítulo busca um resgate histórico da formação dos bairros populares, dando um mergulho em cinco séculos de história de uma cidade que nasce com a função de ser capital da colônia e que funciona como uma espécie de laboratório de Portugal.

Mas quais as razões para investigar um período histórico tão longo?

O fator impulsionador desta necessidade foi a descoberta de que um acontecimento nos primórdios da Cidade repercute até o momento atual, qual seja, o pagamento de um percentual de 3%, o Laudêmio, para o Mosteiro de São Bento, para toda compra/venda de imóveis realizadas em muitas áreas do Centro da Cidade e até do Rio Vermelho, motivado pelo fato de Catarina Paraguassu, viúva de Caramuru, ter deixado em testamento estas terras para o referido Mosteiro. E são várias áreas da Cidade que têm este instituto que se constitui como um foro derivado da enfiteuse, pagamento que é cumulativo às transações inter-vivos previstas nas leis brasileiras.

Uma grande parcela da população pobre de Salvador, até o momento atual, não possui título de propriedade das suas residências e existem moradores que pagam taxas de terrenos da União, chamados popularmente de terrenos de Marinha.

Esses e outros fatos advindos em maior ou menor intensidade do período da colonização repercutem diretamente na dificuldade da posse e uso da terra por parte da população pobre que sempre teve que ocupar encostas de morro com facilidade de deslizamentos e vales de rios que sujeitavam suas casas aos alagamentos em períodos de chuvas.

Milton Santos, quando trata da duração diferenciada dos eventos, diz que um evento produzido no passado, tanto pode encerrar sua duração no passado, como pode chegar ao presente e até ir para o futuro. Este é o fundamento para dizer, nesta

pesquisa, que o Laudêmio e várias outras formas de apropriação de rendas da terra fazem parte de um evento que instituiu a posse e uso da terra na Cidade de Salvador no início da colonização brasileira e que influi na exclusão dos pobres desse usufruto.

As investigações desse período também revelaram que a Salvador tratada como rural em boa parte da historiografia, não tinha essa ruralidade pretendida. As freguesias daquela época, implantadas a partir de uma igreja católica, eram pontos de comunicação intensa com o centro e eram submetidas às regulamentações urbanas da municipalidade, como indica Kátia Mattoso. As comunicações, embora mais difíceis que hoje, não eram tão precárias como propõem muitos autores que cuidaram deste período, em razão destes não darem a importância devida à intensa circulação de embarcações pela Baía de Todos os Santos e pelos rios navegáveis no interior da Cidade.

A população flutuante de Salvador é outro aspecto pouco considerado quando se analisa as condições de acesso ao solo urbano e à moradia.

Salvador foi, durante todo o período da escravidão, um centro de distribuição de escravizados para todo Nordeste e até para alguns países da América Latina. Esses negros escravizados quando chegavam da África passavam até dois meses para se recuperarem da exaustiva viagem. O número de marinheiros de pequenas e grandes embarcações também era muito grande e essa população flutuante, que fazia parte do cotidiano da cidade, era um fator de pressão sobre o acesso à moradia pelos pobres habitantes da cidade, uma vez que as condições de abrigo e conforto desses contingentes populacionais flutuantes eram prioritárias em relação àqueles.

Destacam-se, aqui, as transformações ocorridas no século XX. As aberturas de avenidas no Centro da Cidade e no seu entorno, realizadas no governo de J.J. Seabra, e as expulsões de pobres das áreas por onde passaram estas obras; o pensamento acadêmico estruturado sobre o planejamento da cidade, que se inicia com a Semana de Urbanismo e culmina com o planejamento do Escritório do Plano de Urbanismo da Cidade do Salvador (EPUCS), que realizaram trabalhos notáveis em termos de visão futura do crescimento da cidade e da sua fluidez, mas que deu poucas soluções para a habitação da grande massa de pobres que crescia de forma exponencial, e, quando este planejamento foi aplicado, ele se deu de forma que priorizou a construção de uma cidade voltada para o automóvel e para a valorização das terras que foram integradas de forma plena ao circuito capitalista. As vias que nascem, além de expulsarem incontáveis famílias com remanejamentos para locais distantes, não

tenham qualquer solução para o transporte de massa e algumas delas, até hoje, não têm calçadas e nem recuo de pontos de ônibus.

No terceiro capítulo junto à fundamentação teórica do bairro popular, como um lugar de práticas específicas na cidade, já abordada no capítulo primeiro, mais o resgate crítico da história de formação da cidade e desses bairros, são também apresentadas as práticas de vizinhança e parentesco nos Aglomerados de Bairros Subúrbio Ferroviário e Cajazeiras e no Bairro da Paz. E, mesmo que a intenção inicial tivesse sido apenas a confirmação do que foi verificado em quase quatro anos de pesquisas no Aglomerado Nordeste de Amaralina, foram encontradas novas e surpreendentes práticas, a exemplo de caravanas noturnas de vizinhos para assistirem espetáculos artísticos à noite, no Centro, com ingressos recebidos como cortesia do poder público que patrocinava esses espetáculos; isso, em um dos bairros que tem uma das menores rendas per capita entre todos os bairros populares da cidade. Destaca-se, também, a declaração de jovens de uma Associação Cultural afirmando que já foram socorridos por vizinhos proprietários de carros, quando adoeciam na madrugada.

Foi possível, também, verificar no Subúrbio Ferroviário a existências de um número maior de agrupamentos de artistas e, no Aglomerado Cajazeiras, organizações de militantes negros, feministas e de militâncias outras em contraponto às tradicionais associações de bairros, muito vinculadas ao poder político formal, como vereadores, deputados e outros.

A partir de dados do IBGE e da Secretária de Segurança Pública do Estado da Bahia, foram produzidas novas informações para verificar crescimento demográfico, renda e índices de violência por bairro e, a partir daí, foi possível verificar diferenças grandes entre os bairros, mesmo considerando que existem vários elementos que os unificam. Várias entrevistas foram realizadas com questões abertas, outras com questões fechadas, e vários encontros com organizações não-governamentais que atuam na área e organizações populares de moradores.

No último capítulo é feita a análise mais aprofundada das práticas de vizinhos e parentes no Aglomerado de Bairros Nordeste de Amaralina, com resultados de um período de mais de três anos de pesquisa. Estão entre essas práticas deste Aglomerado de Bairros, confirmadas nos dois outros Aglomerados e no Bairro da Paz tratados no capítulo terceiro, os passeios em ônibus fretados por vizinhos para passarem fins de semana em outras localidades. As mulheres que tomam conta das

crianças das outras, para suprirem o baixo atendimento de creches pelo poder público municipal, aniversários de crianças em parques públicos, jogos de futebol com homens travestidos, a feira livre como ponto de encontro entre os habitantes dos quatro bairros componentes do Aglomerado, a rede de pequenas vendas que vendem a crédito com compromissos verbais, mutirão para construir casas e fazer reparos em ruas, caronas de vizinhos em carros para subir ladeiras e caronas em ônibus, brincadeiras infantis na rua, jogos de futebol em fins de semana, colheita coletiva de frutas, criação de cachorros na rua, internet compartilhada, festas juninas na rua, levar e buscar crianças de vizinhos na escola, beber cerveja na porta de casa com vizinhos, reforço escolar com vizinhos como proteção às crianças, produtos fracionados por comerciantes adaptando este à renda dos consumidores, o papel das avós na criação dos netos para que os filhos possam trabalhar, criação de pássaros como elemento de encontro cotidiano entre vizinhos, o uso coletivo em lajes, grupos de mulheres que se organizam para voltarem em grupos do trabalho noturno como defesa contra os assaltos nas áreas centrais, “cooperativas” de automóveis clandestinos, crédito com motoboy para transporte, criação de cavalos e galinhas em áreas públicas, cotas entre vizinhos para funeral dos mais pobres, as religiões evangélicas, católica e o candomblé como fator de agregação e solidariedade entre vizinhos, os protestos políticos no bairro, os carros de vizinhos que servem como ambulância na madrugada, a prática de exercício físicos coletivos, grupos de dança coletivos e outras práticas coletivas que determinam um modo de vida completamente diferenciado dos bairros da cidade que têm predominância de população de rendas mais elevadas.

A análise dessas práticas, na medida em que vão de encontro às lógicas hegemônicas, pressupõem uma resistência às verticalidades e estabelecem possibilidades de organização autônoma dos pobres e esse é o foco central desta tese.

CAPÍTULO 1 – O BAIRRO FORA DO LUGAR E UMA PROPOSIÇÃO DO BAIRRO COMO LUGAR

1.1 Pressupostos e fundamentos teóricos

A urbanização contemporânea é um processo em escala mundial que forjou o aparecimento de grandes concentrações urbanas e transformou de forma veloz a dinâmica campo-cidade, originando também um contexto de tamanhos e densidades superlativos para as cidades; configurações territoriais absolutamente novas; urbanização sempre acompanhada de aumento acentuado da periferização dos pobres, principalmente nas cidades do terceiro mundo³, periferização essa que se dá, tanto em áreas afastadas dos centros como em áreas próximas a estes.

Hoje, no mundo, pode-se falar em mais de quatrocentas cidades com mais de um milhão de habitantes, com cento e cinquenta delas localizadas na China, e, no Brasil, essas cidades milionárias já chegam a dezessete, fato que leva os estudiosos do fenômeno urbano a buscarem designações, o que fez Scott, Agnew, Soja e Stopper (2001) teorizarem sobre as cidades-regiões globais. Para estes autores, as cidades-regiões globais

[...] funcionam, cada vez mais, como nós espaciais essenciais da economia global e como atores políticos específicos na cena mundial [...] e, a globalização (em associação com várias transformações tecnológicas) vem reativando a sua importância como base de todas as formas da atividade produtiva, seja na indústria ou nos serviços, seja nos setores de alta ou baixa tecnologia. Desde que essas mudanças se iniciaram, vem se tornando evidente que a cidade, no sentido estrito, constitui uma unidade menos adequada ou viável da organização social local que as cidades-regiões ou redes regionais de cidades [...] (SCOTT; AGNEW; SOJA; STOPPER, 2001, p. 11-12).

³ O termo Terceiro Mundo, trabalhado nesta pesquisa e que foi reafirmado por Milton Santos em sua obra da fase final da sua vida, foi criado, em 1952, pelo demógrafo francês Alfred Sauvy que associou a situação dos países pobres ao Terceiro Estado pré-Revolução Francesa, descrita em trabalho de Joseph Siéyes que dizia existir o primeiro, o segundo e terceiro estado. O primeiro era a Nobreza, o segundo, o Clero e o terceiro, o povo, que era, segundo ele, a única fonte legítima do poder. Sauvy incorpora esse pensamento e, mais tarde, a ideia passa a ser uma denominação que ficou associada a alinhamentos políticos entre países capitalistas ricos e alinhados (primeiro mundo), países socialistas (segundo mundo) e os países não-alinhados a esses blocos, o Terceiro Mundo. O Terceiro Mundo, aqui, trata de uma concepção de países com grandes contingentes de população pobre e que, em razão disto, apresenta maiores possibilidades de transformação da ordem atual.

Estas novas dinâmicas socioespaciais da cidade contemporânea são ressaltadas por muitos teóricos, como Santos, M. (1990, 2008a, 2009) Soja (1997), Gottdiener (1990), Hall (1995), Harvey (1996, 1998) e Jameson (1993), havendo variações muito grandes nestas análises, mas todas trazendo um marco comum: as transformações profundas ocorridas nas dinâmicas da grande cidade contemporânea.

Existem características semelhantes nas grandes cidades do mundo – como grandes contingentes populacionais e elas serem centros privilegiados da economia globalizada, por exemplo – mas estas grandes aglomerações urbanas dos países do Terceiro Mundo são aquelas que exibem as maiores desigualdades socioespaciais, embora existam diferenças em suas características, condicionadas por seus processos históricos, a exemplo da industrialização, do passado escravista, da dominação colonial, da inserção no contexto internacional, bem como dos papéis que essas cidades desempenham no âmbito dos Estados nacionais nos quais elas estão inseridas.

Davis (2006, p. 211), falando do crescimento da pobreza nas cidades do Terceiro Mundo, expõe o problema da seguinte forma:

O tema do crescimento e do empobrecimento das cidades do Terceiro Mundo é cercado e abordado por inúmeras entradas, A formação de 'superurbanizações' e 'megacidades' - que podem merecer a alcunha de 'leviatã', como a região que engloba São Paulo, Rio de Janeiro e Campinas - abre uma longa lista de temas, como por exemplo, o crescimento de favelas provocado por guerras, expulsões por catástrofes, recessão econômica (como no caso da América Latina), alto crescimento econômico e urbano (como nos casos da Índia e da China), segregação, racismo; tragédias decorrentes de desmoronamentos, enchentes, incêndios, terremotos (que vitimam sobretudo os pobres); áreas contaminadas, explosões tóxicas; os males do transporte rodoviário como a poluição do ar, entre outros.

As questões colocadas acima por Mike Davis, no que se refere às cidades latino-americanas e, mais especificamente, às brasileiras, embora apresentem as limitações da falta de aprofundamento, foram, muito mais aprofundadas por Milton Santos, em várias obras seminais para essa compreensão, destacando-se aqui a *Cidade nos Países Subdesenvolvidos*, *o Espaço Dividido - os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos*, *Pobreza Urbana*, *Metrópole Corporativa e Fragmentada*, *Manual de Geografia Urbana*, dentre outros.

Milton Santos (1982) busca uma conceituação de grande cidade a partir de critérios políticos, demográficos, históricos e econômicos, mas afirma que o critério mais importante é o político. Esse pensamento acompanha o processo de crescimento metropolitano no Brasil e Santos, M. (1990) acrescenta que a grande cidade decorre da integração do território, das migrações, bem como da diferenciação de rendas.

Nesse contexto, Santos também vai refletir em suas obras sobre as grandes diferenças entre o que ocorre nas áreas centrais e nas áreas periféricas da metrópole e das regiões metropolitanas. A metrópole e a cidade do Terceiro Mundo constituem lugares pelo uso diferenciado dos espaços intraurbanos. Há diferenciações que são praticadas por grupos sociais em toda cidade e há práticas que são condicionadas e condicionantes por/de determinados espaços. E essas práticas, nos locais de moradias dos pobres, fomentam a sua sobrevivência, mas, principalmente, criam a resistência ao sistema hegemônico, a partir do uso que fazem do meio técnico-científico-informacional⁴, o que se constitui como elemento fundamental na gestação do período popular da história⁵.

Nesta pesquisa, a tese a ser defendida é aquela de que a formação territorial de Salvador se deu a partir de lugares de exclusão habitados pelos pobres, aqui chamados de bairros, lugares com usos diferenciados das áreas centrais. E esses usos, além de serem fundamentais para a sobrevivência dessas populações, são resistências que apontam para as transformações sociais na cidade de Salvador e nas grandes cidades com essas características.

1.1.1 A resistência da população dos bairros populares de Salvador, como um conceito geográfico

Resistência poderia ser pensada a partir dos marcos teóricos estabelecidos por Michel Foucault quando este trata da tensão entre os interditos morais e o atrito ou

⁴ “[...] De fato, dizemos nós, não há essa coisa de um meio geográfico de um lado e de um meio técnico do outro. O que sempre se criou a partir da fusão é um meio geográfico, um meio que viveu milênios como meio natural ou pré-técnico, um meio ao qual se chamou de meio técnico ou maquinico durante dois a três séculos, e que hoje estamos propondo considerar como meio técnico-científico-informacional.” (SANTOS, M., 2008, p. 41)

⁵ O período popular ou demográfico da história é uma proposição de Milton Santos que afirma estarmos em uma fase da história na qual, pelo grande número de pobres nas grandes cidades, estes, a partir dos lugares, adquiriram uma grande capacidade de comunicação que os faz protagonistas de um período, que já convive com o período do globalitarismo, apontando para a mudança qualitativa da técnica para o homem.

choque que isso provoca nos indivíduos, que oscilam entre a obediência e a resistência, salientando que existem variações desses códigos de sociedade para sociedade e a maneira difusa em que estes são apresentados aos indivíduos. Outro aspecto sublinhado da dificuldade da regra de conduta é a “conduta para medir essa regra” (FOUCAULT, 2007, p. 27), compreendendo a ambiguidade da palavra “moral”, que vai criar dificuldades para a identificação das obediências e resistências:

Conhece-se a ambiguidade dessa palavra. Por ‘moral’ entende-se um conjunto de valores e regras de ação propostas aos indivíduos e aos grupos por intermédio de aparelhos prescritivos diversos, como podem ser a família, as instituições educativas, as Igrejas, etc. Acontece dessas regras e valores serem bem explicitamente formulados numa doutrina coerente e num ensinamento explícito. Mas acontece também delas serem transmitidas de maneira difusa e, longe de formarem um conjunto sistemático, constituírem um jogo complexo de elementos que se compensam, se corrigem, se anulam em certos pontos, permitindo, assim, compromissos ou escapatórias. Com essas reservas pode-se chamar ‘código moral’ esse conjunto prescritivo. Porém, por ‘moral’ entende-se igualmente o comportamento real dos indivíduos em relação às regras e valores que lhes são propostos: designa-se, assim, a maneira pela qual eles se submetem mais ou menos completamente a um princípio de conduta; pela qual eles obedecem ou resistem a uma interdição ou a uma prescrição; pela qual eles respeitam ou negligenciam um conjunto de valores; o estudo desse aspecto da moral deve determinar de que maneira, e com que margens de variação ou de transgressão, os indivíduos ou os grupos se conduzem em referência a um sistema prescritivo que é explícita ou implicitamente dado em sua cultura, e do qual eles têm uma consciência mais ou menos clara [...] (FOUCAULT, 2007, p.26).

Mas, o conceito de resistência, da forma que Michel Foucault explicita e só explicita nos seus escritos derradeiros, não se adequa a esta pesquisa, pelo fato de ele tratar, principalmente, de imposições morais no plano das individualidades e não contemplar o aspecto na sua territorialidade e materialidade, e, no caso da pesquisa em questão, é fundamental para dar o sentido de resistência dos pobres nos bairros populares, resistência que é definida pelas coletividades sociais e pela materialidade destes lugares⁶. Outro aspecto importante é que as resistências identificadas nesses

⁶ As existências são manifestações particulares do Ser: este geneticamente precede a existência, como fonte de sua possibilidade. As existências são uma técnica em funcionamento, um objeto operacionalizado, uma ação historicizada e geografizada, uma norma em vigor como resultado de um jogo de forças possível, em um dado momento e lugar. Através do processo histórico, o todo de existências é dado como relatividade. Por exemplo, uma técnica é nominalmente plena, absoluta, mas raramente é usada em plenitude. Cada ator a toma segundo uma maneira. Teoricamente, ela é plena; na prática não o é. Através da facticidade, passamos do "absoluto" irrealizado ao "relativo" realizado:

lugares não se dão apenas no plano das interdições morais, mas se expressam em todas as dimensões da vida e são essencialmente coletivas. A resistência dos pobres que orienta esta pesquisa, se apoia muito mais no dizer de Serpa, quando propõe que

Isso nos leva à ideia de centralidades vividas, que se constituem a partir da esfera da reprodução da vida e do cotidiano de relações socioespaciais em cada lugar concreto, especialmente nos bairros populares das metrópoles no período contemporâneo (SERPA, 2009, p. 158).

O autor em tela traz a ideia de resistência desenvolvida nesta pesquisa, ao destacar o papel da vizinhança, solidariedade e amizade nos bairros populares de Salvador. Ele identifica como base, apoiado no pressuposto de redes primárias de Ilse Scherer-Waren, que fomenta o que nomeia de “ativismos socioculturais”, sendo este aspecto o que ganha o maior destaque em sua pesquisa. “Os bairros populares da metrópole soteropolitana parecem se constituir em uma base espacial real para activismos que bem poderiam ser denominados de ‘ativismos socioculturais’ [...]” (SERPA, 2009, p.161).

Os activismos socioculturais dos bairros populares, que é aqui interpretado como o centro da “contra-hegemonia” na proposição desse autor, apesar de serem considerados como importantes nesta pesquisa, não são centrais para esta tese, porque esses activismos, principalmente os que se expressam através de organizações formais, são vulneráveis à cooptação por parte dos agentes hegemônicos. Uma parte expressiva dos líderes de associações de Bairros, nos aglomerados de bairros aqui pesquisados e em vários outros bairros, são cooptados por políticos e pela estrutura do estado. Várias ONGs, que nascem em decorrência destas práticas de vizinhança e parentesco, identificadas e analisadas neste estudo, nascem autônomas, mas, no decorrer do tempo, perdem essa autonomia no contato com a estrutura do Estado. O mesmo ocorre em relação a grupos organizados de manifestações culturais que criam dependência de patrocínios públicos ou privados, a exemplo do Bloco Carnavalesco Ilê Aiyê, bloco muito importante no resgate da luta étnica negra em Salvador,

para cada caso, uma certa combinação de quantidades e qualidades. De resto, essas combinações irão, por sua vez, condicionar as novas qualidades e quantidades possíveis. É o papel do contexto preexistente. A particularidade resultante combina algumas das possibilidades atualmente oferecidas pelo Todo e mais o que resta da particularidade ultrapassada. Daí essa resistência do espaço quando do impacto dos novos eventos, esse papel de *inércia dinâmica* das formas-conteúdo. (Santos, 2007, p.124)

analisado pelo Autor e por Bruno Carvalho Soares, que pode exemplificar este argumento aqui desenvolvido:

A questão que se coloca é se o Ilê sobreviveria sem esses apoios e, se isso fosse possível, como seria hoje a atuação do bloco. Percebe-se que o Ilê vai aos poucos se afastando dos moradores do bairro onde instalou sua sede. Poucos frequentam os ensaios do bloco, já que não podem pagar os ingressos cobrados (SOARES e SERPA, 2007) (SERPA, 2009, p.177).

O entendimento que se depreende desta análise é que os ativismos de bairros, sejam eles políticos ou socioculturais, na busca da sua autonomia, estarão sempre se recompondo e modificando suas formas de expressões. No caso das relações de vizinhança e parentescos, estas seriam incapturáveis por serem fundadas em um modo de vida que tem a “couraça” derivada do “reino da necessidade”, que produz várias formas de ativismos que, ao longo do tempo, podem assimilar as estratégias e os ardis que impedem o avanço do período popular da história.

A proposição de Milton Santos, em que ele desenvolve a ideia de que o lugar, não importando sua dimensão, é, de forma espontânea, “a sede da resistência, às vezes involuntária da sociedade civil, mas é possível pensar em elevar esse movimento a desígnios mais amplos e escalas mais altas [...]” (SANTOS, M., 2008a, p. 259). Lugar, aqui, sendo constituído na metrópole, que é desigual e absorve as verticalidades do meio técnico-científico-informacional de forma bastante diferenciada nos espaços intra-metropolitanos. E o bairro popular, pelas suas condições específicas, interage de forma dialética, com os seus habitantes que, regidos pelo reino da necessidade, produz um “vai e vem” constante entre objetos e ações, que passam a constituir o palco privilegiado da resistências às ordens do “território normado”.

1.1.2 Os dois circuitos da economia urbana

Lugar, território usado⁷, bairro, período popular da história, resistências, conceitos até aqui apenas esboçados serão desenvolvidos mais adiante. Neste

⁷ “O uso do território pode ser definido pela implantação de infraestruturas, para as quais estamos igualmente utilizando a denominação de *sistemas de engenharia* mas também pelo dinamismo da economia e da sociedade. São os movimentos da população, a distribuição da agricultura, da indústria e dos serviços, o arcabouço normativo, incluídas a legislação civil, fiscal, e financeira, que, juntamente

momento abre-se espaço para se comentar uma das mais importantes diferenciações no que toca à economia urbana dos países de terceiro mundo em relação aos países centrais e que, nesta pesquisa, será destacada como um dos aspectos que diferenciam também o espaço intraurbano das cidades dos dois grupos de países: a existência dos circuitos superior e inferior da economia, uma vez que nos bairros pobres dos países periféricos a quase totalidade da economia funciona baseada no circuito inferior, enquanto que, nas áreas centrais, via de regra, o circuito superior é dominante, porém, integrados.

É importante destacar que essa associação entre circuito inferior e periferia e circuito superior e áreas centrais, embora tenha sido algo desestimulado por Milton Santos, porque tanto é possível encontrar circuito inferior nas áreas centrais, como encontrar circuito superior nas áreas periféricas, será problematizada no desenvolvimento desta tese, com a apresentação de argumentos e correlações distintos, levando-se em consideração o fato de que alguns bairros populares de Salvador, praticamente, não têm a presença do circuito superior da economia.

O livro *O Espaço Dividido - os dois circuitos da economia urbana nos países subdesenvolvidos* está inserido no conjunto da obra de Milton Santos que busca explicitar as especificidades desses países, a exemplo das obras: *O Centro da Cidade do Salvador*, *Cidade nos Países Subdesenvolvidos* e *Pobreza Urbana*. Essas obras colocam em evidência o importante papel que passam a desempenhar os habitantes das grandes cidades, sobretudo os pobres. Estes trabalhos de Milton Santos são valiosas pesquisas que fornecem instrumentais expressivos nos campos da economia urbana, da geografia econômica, da economia política da urbanização, da pobreza urbana e da relação entre o Estado e o espaço geográfico.

Em *O Espaço Dividido*, Santos, M. (1979, p. 15) inicia a discussão reafirmando a questão estruturante em sua obra mais abrangente:

Os espaços dos países desenvolvidos caracterizam-se primeiramente pelo fato de se organizarem e se reorganizarem em função de interesses distantes e mais frequentemente em escala mundial. Mas não são atingidos de um modo maciço pelas forças de transformação, cujo impacto, ao contrário, é muito localizado e encontra uma inércia considerável à sua difusão.

com o alcance e a extensão da cidadania, configuram as funções do novo espaço geográfico.” (SANTOS; SILVEIRA, 2001, p. 21)

Na sequência, Santos destaca os autores que se preocuparam em romper com os estudos tradicionais acerca do circuito inferior, a exemplo de Boeke, Geertz, McGree, Halley, entre outros. Mas observa que todos, talvez por conta do fato do circuito inferior não se constituir em uma preocupação central de tais trabalhos, o estudaram, geralmente, como um fenômeno de mercado e não como um subsistema constituinte de um sistema de comércio mais abrangente, característico do modo de produção capitalista, que estabelece intensas relações que baseiam as transformações espaciais.

Interpreta-se, nesta tese, que se pode acrescentar às dificuldades em pesquisar o circuito inferior à tendência dominante em boa parte da geografia e das demais ciências humanas e sociais, em estudar a cidade valendo-se de teorias que não sejam unificadoras de usos diferenciados do território, teorias que redundam em dificuldades para observar os tempos diferenciados de grupos e classes sociais, as capacidades diferenciadas dos vários agentes para atuar sobre o espaço/tempo e, ainda, uma visão etapista do desenvolvimentismo histórico que anuvia determinadas análises.

Outro grande problema identificado por Milton Santos, nas pesquisas sobre o circuito inferior da economia, se refere à questão das estatísticas, que até hoje se constitui como obstáculo, em razão de o circuito inferior ter sua ação muito marginal ao aparato fiscal do Estado.

Santos estabelece cinco períodos técnicos, a partir do pressuposto das grandes transformações tecnológicas que alteraram sobremaneira as relações no modo de produção capitalista. Mas é importante destacar que, em obras posteriores, há alterações nesta periodização, que deixa de ter a precisão de datas contida nesta obra, caracterizando de forma mais qualitativa o período atual, diagnosticando-o como o período que opera, pela primeira vez na história, a unificação de todos os sistemas técnicos e é caracterizado pela dominância da informação e do consumo: o meio técnico científico-informacional⁸.

Mas é o descompasso da apropriação do crescimento capitalista aliado ao grande crescimento das cidades, que criam as condições para o aparecimento do circuito inferior nos países subdesenvolvidos e isso decorre da

⁸ Importante salientar que, à época da elaboração da teoria dos dois circuitos, Milton Santos ainda não denominava o período atual como meio técnico-científico-informacional e sim como meio técnico-científico. A atualização é de responsabilidade deste autor.

existência de uma massa de pessoas com salários muito baixos ou vivendo de atividades ocasionais, ao lado de uma minoria de rendas muito elevadas, (que) cria na sociedade urbana uma divisão entre aqueles que podem ter acesso de maneira permanente aos bens e serviços oferecidos e aqueles que, tendo as mesmas necessidades, não têm condições de satisfazê-las. Isso cria ao mesmo tempo diferenças quantitativas e qualitativas no consumo. Essas diferenças são a causa e o efeito da existência, ou seja, da criação e manutenção, nessas cidades, de dois circuitos de produção, distribuição e consumo dos bens e serviços. (SANTOS, M., 1979, p. 29)

Milton Santos faz questão de destacar a diferença da sua formulação para aquelas, notadamente entre os economistas, que nomeiam estes circuitos de moderno e tradicional. Circuitos modernos e tradicional têm a ver apenas com o aspecto da densidade tecnológica dos mesmos, enquanto que, para Santos, os circuitos superior e inferior abrigam muito mais questões que vão além daquelas estritamente tecnológicas.

O circuito superior apresenta as características dos preços fixos e das relações de mercado mais externas, enquanto o circuito inferior negocia preços de forma mais recorrente e tem poucas relações externas. Um fato muito importante é que nem todas as cidades do Terceiro Mundo possuem as atividades dos dois circuitos. O falso confronto entre o tradicional e o moderno, na visão do autor, é inspirador das teses dualistas, que até uma expressiva parte da esquerda brasileira absorveu, teorizando sobre a natureza do campo brasileiro como eivado de relações feudais e o seu contraponto sendo o urbano capitalista. Isso se mostrou como um grande equívoco acadêmico e político, na medida em que as relações que não obedecem a um padrão estritamente capitalista aparentemente deixam de estar integradas ao sistema capitalista, a exemplo da proliferação nos países do Terceiro Mundo, do trabalho infantil, do trabalho escravizado, e de outras formas de relações não-capitalistas, na verdade completamente ligadas à reprodução capitalista mundial.

Os circuitos não são sistemas autônomos e o circuito inferior é dependente do superior. O circuito superior é composto por bancos, comércio, indústria de exportação, indústria urbana moderna, serviços modernos, atacadistas e transportadores, enquanto o circuito inferior é constituído de capital não-intensivo, pelo comércio não moderno e de pequena dimensão, sendo que essas relações se dão em três níveis: relações hierárquicas, relações simples de complementaridade e relações de complementaridade recíproca.

Santos faz um diagnóstico pormenorizado das características da indústria e do comércio nos países centrais e nos países de Terceiro Mundo, trabalhando questões que vão desde o pacto colonial de exportação de produtos primários, até a natureza da industrialização pela via das substituições das exportações, se referindo também a um circuito superior marginal que se diferencia por uma menor densidade tecnológica. No entanto, por dificuldades de precisar o seu campo, Milton Santos, ao longo da sua produção acadêmica, deixa de se ocupar desta derivação do circuito superior. É importante destacar o papel dos bancos como traços de união entre todos os segmentos do circuito superior, apresentem eles mais ou menos desenvolvimento tecnológico e/ou integração aos segmentos hegemônicos que comandam a economia mundial.

O circuito superior é completamente dependente do setor externo, seja através de tecnologias ou capitais. A tecnologia atualmente é a principal fonte de poder, na medida em que é resultante de sucessivos momentos de acúmulo de capital. E a representação da ponta deste processo pode ser expressa nos monopólios e nos oligopólios que criam barreiras para a entrada de outras firmas através da legislação, da mão de obra especializada e de outras dificuldades que favorecem sobremaneira o aparecimento do circuito inferior.

As políticas de desenvolvimento, na medida em que, a maioria delas, favorecem a dependência externa, criam ambientes favoráveis ao aparecimento dos dois circuitos da economia, com um Estado financiador de grandes firmas e fornecedor de infraestruturas para estes oligopólios externos. É assim que a dependência se torna dominação.

Estas estruturas monopolísticas são produtoras de pobreza pelo fato de pagarem salários muito desiguais, favorecendo a criação de um imenso exército de reserva que pressiona a grande massa dos salários para baixo. E a grande massa não tem condições de satisfazer suas necessidades básicas ou de consumo no circuito superior da economia, uma vez que este pratica preços que são incompatíveis com as rendas destes trabalhadores. Os pobres, é importante frisar, têm um acesso incompleto ao circuito superior, mas não deixam de adquirir determinados produtos neste circuito, muitas vezes de modo indireto, através de seu acesso ao circuito inferior, em realidade um repassador dos produtos do superior ao inferior pelo consumo no “varejo”.

Uma associação que se faz de forma recorrente é colocar o circuito inferior como sinônimo de terciário. Esta associação é rejeitada por Milton Santos de forma categórica ao afirmar que,

Ora, pensamos que a apreensão do 'circuito inferior' recobre uma realidade muito mais ampla que a expressa pelo termo 'terciário'. Na realidade, trata-se mais de um conceito que de uma denominação; o circuito inferior é resultado de uma situação dinâmica e engloba atividades de serviço como a doméstica e os transportes, assim como as atividades de artesanato e as formas pré-modernas de fabricação, caracterizadas por traços comuns que vão além de suas definições específicas e que têm uma filiação comum. (p. 158)

O emprego no circuito inferior é mais numeroso e o capital é pouco presente. O circuito inferior é caracterizado também pela ausência de pessoal qualificado, por espaços exíguos, pela ausência de financiamento bancário, pela ajuda mútua, pela necessidade de dinheiro líquido, por pequenas margens de lucro e pela mobilidade no mercado de trabalho. As características do circuito inferior descritas por Milton Santos não são, no entanto, algo estático no tempo. As modernizações, em um primeiro momento, só alcançam o circuito superior, mas, ao longo do tempo, passam a ser absorvidas pelo circuito inferior, a exemplo do cartão de crédito e dos estoques que, à época de formulação da teoria, eram exclusividade do circuito superior, e que, com as alterações das dinâmicas capitalistas tiveram suas significações alteradas. Estoques grandes que eram um atributo do circuito superior passaram a sê-lo também para o circuito inferior. O circuito superior, na atualidade, trabalha com estoque zero, enquanto o inferior trabalha com proporções de estoque mais elevadas. Quanto ao cartão de crédito, é comum observar sua utilização, na atualidade, também no circuito inferior da economia.

Na sua conclusão, Santos discute algumas formas de superação do circuito inferior e diz que o planejamento, a melhoria dos transportes ou a simples difusão espacial do circuito superior não vão dar conta desta superação, que só poderá ser vislumbrada a partir do enfrentamento e da superação da pobreza através da melhoria de renda da população, de uma reforma agrária de natureza ampla e, principalmente, de uma transformação na relação do Estado com a modernização tecnológica, que deveria beneficiar a maioria da população e não somente as estruturas monopolísticas. Mas, para isso ocorrer, seria necessária uma mudança radical das políticas dos Estados nacionais:

A dificuldade de aplicação deste esquema está ligada evidentemente à necessidade de mudar a estrutura e objetivos da produção nacional. Isso equivale a suprimir o papel atual das empresas multinacionais e dos monopólios privados. Uma tal tarefa não pode ser cumprida sem modificação radical das relações entre o Estado e o setor moderno da economia, ou seja, sem modificações dos comportamentos do Estado em relação ao sistema internacional, o que supõe um remanejamento dos objetivos do próprio Estado [...] (p. 292).

Esta obra, por todos os elementos aqui descritos e analisados, se insere como seminal na geografia, como uma teoria da urbanização dos países pobres, por trazer elementos importantes da economia urbana e da economia política, relacionando-as com as dinâmicas espaciais em várias escalas, inclusive na escala intraurbana. É importante sublinhar que os tempos dos vários grupos e classes sociais são expressos na formulação da teoria dos dois circuitos. Algumas formulações que foram brevemente aqui exemplificadas são, nesta pesquisa, revisadas, mesmo porque a obra, por ser fecunda, deixa aberturas para estas modificações/reformulações. Mas é preciso destacar o fato de que esta teoria, à época, problematizou muito cânones geográficos que perduram até hoje, por exemplo, o de que a urbanização é tributária direta do processo de industrialização, sem dar a importância devida nem ao terciário superior, nem tampouco ao terciário inferior.

Lembro-me de um colóquio em Estrasburgo em que estava presente Olivier Dollfus. Comecei a discutir a questão do terciário, considerando um setor não-dinâmico, posição para a qual convergiam tanto os direitistas como os marxistas. A direita, de boa vontade, estava lutando pela industrialização e, no Brasil, havia os paulistas impondo uma interpretação do país a partir da indústria, o que lamentavelmente dura até hoje. Dollfus depois me disse que teve vontade de me estrangular, porque achou muito chocante afirmar que o terciário era dinâmico. Tudo isso deriva da vontade de explicar nossos países para o pessoal lá no Norte. Como brasileiro e do Nordeste, entendi que a indústria não era uma explicação suficiente. E por aí cheguei à minha teoria dos dois circuitos. A fratura foi se dando de forma construída, sub-reptícia, sem rupturas com as teorias assentes e com o próprio marxismo clássico. (SANTOS, M., 2004, p. 20)

1.1.3 O Período Popular da História

O Período Popular da História é uma proposição utópica de Milton Santos fundada na sua teoria de que o meio técnico-científico-informacional é a expressão da

globalização e que esta opera nas localidades. Desde já, chama-se a atenção para o fato de que ele dizia não gostar de usar o termo “popular”, para não prejudicar a proposição, e que preferia nomear a sua teorização como Período Demográfico da História. Porém, nesta pesquisa, considerando que a proposição explicita de modo mais claro como protagonistas os pobres do mundo, adota-se nesta tese a denominação de Período Popular da História.

A globalização tem fluxos homogeneizantes, mas é excludente no acesso de todos à sua totalidade. Ela produz uma quantidade imensa de excluídos que, por viverem lutando contra muitas necessidades e pelo uso diferenciado do território, criam maneiras de sobrevivência que funcionam como resistência ao meio técnico-científico-informacional e criam possibilidades de alternativa de uma nova ordem global.

A proposição do Período Popular da História é herdeira das grandes utopias, como a do desaparecimento do Estado depois da ascensão do comunismo, teorizada por Karl Marx e Friedrich Engels (1999), ou como as preconizadas pela teoria da ação comunicativa em Habermas (1980), pelas utopias comunitaristas dos anarquistas, a exemplo de Reclus (2010; 2011), pela crítica ao urbanismo modernista, pela alternativa utópica da rua com interações de vizinhança nos EUA, de Jacobs (2003), pela descolonização e pelo resgate do homem americano em Kusch (2009), e, principalmente, pelo existencialismo de Sartre (1970), como uma forma pungente de humanismo. Segundo a utopia sartriana, os homens são condenados a ser livres e a carência e a consciência desta carência são fomentadoras de transformações. Embora tributária dessas utopias, a ideia de um período popular da história apresenta como diferença marcante a incorporação do espaço como instância social. O período popular da história é uma transformação socioespacial apoiada no lugar como instância de resistência às verticalidades⁹ da globalização que, para os pobres, se realiza como perversidade.

⁹ Verticalidades e horizontalidades são conceitos ou categorias utilizados por variados autores, mas, aqui nesta pesquisa, a definição destes conceitos se ancora na formulação de Milton Santos quando este diz que, “Nas atuais condições, os arranjos espaciais não se dão através de pontos contínuos e contíguos. Hoje, ao lado dessas manchas, ou por sobre essas manchas, há, também, constelações de pontos descontínuos, mas interligados, que definem um espaço de fluxos reguladores. As segmentações e partições presentes no espaço sugerem, pelo menos, que se admitam dois recortes. De um lado, há extensões formadas de pontos que se agregam sem descontinuidade, como a definição tradicional de região. São as horizontalidades. De outro lado, há pontos no espaço que separados uns dos outros, asseguram o funcionamento global da sociedade e da economia. São as verticalidades. O espaço se compõe de uns e de outros desses recortes, inseparavelmente [...]” (SANTOS, M., 2008a, p. 284).

Há muitos referenciais do pensamento de Karl Marx nestas opções teóricas mas com variações dos postulados deste pensador e que, em alguns momentos, são exemplares desta diferenciação, como, no caso de Milton Santos, o papel dos pobres no processo de transformação do atual estágio da globalização. Marx divide a sociedade em burguesia, pequena burguesia e proletariado, baseando-se na relação com a produção capitalista e o trabalho, com variações nas definições de classe social em vários escritos. Milton Santos, embora considere estes elementos apontados na obra de Marx, define a pobreza de uma maneira mais dinâmica, observando as realidades diferenciadas dos países e as mudanças destas no tempo como históricas. Esta proposição tem uma aproximação da formulação de classe em Marx, mas observa-se, no entanto, que em Marx o conceito de classe é eivado de ambiguidades, fato que faz Bottomore (1988, p. 61) interpretar este fato do seguinte modo:

[...] Posteriormente a ideia da luta de classes como força motriz da história foi ampliada, e no Manifesto Comunista Marx e Engels afirmaram em uma frase famosa que, ‘a história de todas as sociedades que existiram é a história da luta de classes’.

Ao mesmo tempo, contudo, Marx e Engels admitiram que a classe era uma característica singularmente distintiva das sociedades capitalistas – sugerindo, mesmo em *A Ideologia Alemã*, que a “própria classe é um produto da burguesia”. São estas contradições na obra de Marx e Engels que levaram Kautsky a afirmar que, na obra deles, classe também podia significar grupos de status. Diante disso, optar pelo conceito de classes sociais nesta pesquisa não seria a melhor alternativa. O fato de o espaço não ser uma instância social na obra de Marx também limitaria a presente pesquisa, mesmo considerando a afirmativa abaixo, contida no Dezoito de Brumário de Luís Bonaparte:

[...] milhões de famílias existindo sob as mesmas condições econômicas que separam o seu modo de vida, os seus interesses e a sua cultura do modo de vida, dos interesses e da cultura das demais classes, contrapondo-se a elas como inimigas, formam uma classe. (MARX, 2011, p. 142-143)

Esta compreensão, mesmo ampliando o espectro de outras conceituações na obra do autor alemão, ainda é insuficiente para apreender o dinamismo dos territórios e as dinâmicas territoriais que são trazidos nas formulações miltonianas.

Milton Santos elabora uma teoria na qual destaca a força dos pobres da grande cidade como adquirida através de miríades de comunicações entre si, advindas das possibilidades criadas pelo processo de metropolização e pelo uso de sistemas técnicos disponíveis nesta atualidade, que favorecem aos mesmos descobrirem as fabulações da globalização (SANTOS, M., 1996, 1997, 1998, 1999, 2000a, 2000b, 2002a).

Esta análise é compreendida com o auxílio do papel do evento, conceito que auxilia na compreensão de grande parte de seu pensamento, quando entendido como um feixe de possibilidades que, em muitas situações, se apresentam como contraditórias ou paradoxais. E pode-se, como exemplo, ilustrar o entendimento do autor quanto à natureza do processo de globalização que, no presente, se mostra perverso, mas que, no futuro, pode se apresentar como “uma outra globalização” porque

Se considerarmos o mundo como um conjunto de possibilidades, o evento é um veículo para uma ou alguma dessas possibilidades existentes no mundo. Mas o evento também pode ser o vetor das possibilidades existentes numa formação social, isto é, num país, ou numa região, ou num lugar, considerados esse país, essa região, esse lugar como um conjunto circunscrito e mais limitado que o mundo. (SANTOS, M. 1999, p. 115)

É importante destacar que a metrópole, que pode ser o centro de resistência, (SANTOS, M., 1990), a depender das relações espaço-tempo também pode ser um espaço de alienação, principalmente quando se observa o papel desempenhado pela cultura de massas, a situação dos migrantes, o estímulo ao consumo, a distribuição desigual da informação e as condições precárias de habitação, em um quadro que resulta na *involução metropolitana*¹⁰.

Os espaços da globalização são definidos pelo autor a partir da tecnoesfera (conjunto dos objetos) e da psicoesfera (o conjunto das ações), que, embora possam ser classificadas separadamente, são indissociáveis no seu funcionamento, são

¹⁰ “Entenda-se por involução metropolitana o aumento desmesurado e constante do número de pobres e trabalhadores mal pagos, com as correspondentes condições de vida (...) São esses elementos que nos permitem falar de uma “involução metropolitana” devida, em boa parte, à capacidade de atração dos pobres pela metrópole, onde vão engrossar uma demanda de empregos formais e de serviços urbanos a que a cidade do capital monopolista não atende. Mas a economia urbana se adapta a essa situação, segmentando-se por meio do paralelismo de atividades com os mais diversos níveis de capitalização, tecnologia e organização, criando oportunidades de trabalho que não haveriam se apenas existissem as empresas modernas.” (SANTOS, M., 1990, p. 184-185)

irredutíveis. E a densidade técnica, a densidade informacional e a densidade comunicacional são os elementos que vão definir as diferenças entre cada lugar, levando-se em consideração a intensidade de conteúdo de cada uma destas densidades. Para Santos,

As relações técnicas informacionais podem ser 'indiferentes' ao meio social ambiente. As relações comunicacionais são, ao contrário, uma resultante desse meio social ambiente. As duas primeiras são mais dependentes da esfera da materialidade, da tecnosfera, mesmo se, em todos os casos, tecnosfera e psicofera interagem. Mas as relações comunicacionais geradas no lugar têm, mais que as outras, um 'geographic flavour', a despeito da origem, porventura distante, dos objetos, dos homens e das ordens que os movem. (SANTOS, M., 1999, p. 206)

A esfera da comunicação é preta de possibilidades pelo grande número de contatos que os pobres estabelecem, sobretudo, a população das grandes cidades dos países subdesenvolvidos, que a obriga a fazer extensos movimentos diários por todo sítio citadino. Mas as mesmas viagens que denotam a subordinação dessa população impelida a fazer grandes trajetos é um poderoso instrumento de comunicação e de descobertas: "Nas condições atuais, as relações informacionais transportam com elas o reino da necessidade enquanto as relações comunicacionais podem apontar para o reino da liberdade" (SANTOS, M., 1999, p. 206).

O território usado, dessa forma, é tanto o espaço das verticalidades, da fragmentação, da existência de áreas luminosas¹¹ e áreas opacas pela ação dos grupos hegemônicos, como o palco das possibilidades e das transformações, apoiadas, principalmente, na força dos pobres. Pobres que, diferentemente da classe operária em Marx, se constituem, nos países subdesenvolvidos, em um grupo de espectro muito amplo, abrigando desempregados, pessoas que nunca foram filiadas a um partido, sindicato ou qualquer organização, ou pessoas que, muitas vezes, não estão diretamente vinculadas ao processo produtivo capitalista nem se constituem em "exército de reserva". Em razão de a descoberta das fabulações não estar necessariamente condicionada a uma vinculação a uma organização formal, é no lugar que ela pode ocorrer (e se ampliar):

¹¹"Chamaremos de espaços luminosos aqueles que mais acumulam densidades técnicas e informacionais, ficando assim mais aptos a atrair atividades com maior conteúdo em capital, tecnologia e organização. Por oposição, os subespaços onde tais características estão ausentes seriam os espaços opacos." SANTOS, M, 2001, p.264)

Por enquanto, o Lugar – não importa a sua dimensão – é espontaneamente, a sede da resistência, às vezes involuntária, da sociedade civil, mas é possível pensar em elevar esse movimento a desígnios mais amplos e escalas mais altas. (SANTOS, M., 1999, p. 206).

As escalas mais altas, às quais o autor se refere, são as escalas nacional e global, pois, embora o centro da ação política seja o lugar, Milton Santos reconhece que as transformações não serão permanentes sem uma firme e duradoura ligação entre os lugares no plano do Estado Nacional e das articulações globais, e isso fica evidenciado no livro *Por Uma Outra Globalização*¹² no qual propõe outra possibilidade de uma interação global baseada na solidariedade humana.

A resistência que a sociedade do lugar, na obra de Milton Santos, oferece aos fluxos do meio técnico-científico-informacional não tem amparo exclusivo na teoria marxista, em razão de o espaço para esta formulação ser considerado uma materialidade e, desta maneira, o espaço não se constitui em instância social:

Eu tinha a intuição de que o espaço era instância, quando o espaço como nós aprendemos e ensinamos era materialidade e não materialidade mais ação. Então, meus colegas e outros marxistas tinham uma enorme dificuldade, pois se espaço é materialidade, como atua sobre a sociedade? Ele estaria aí para ser atuado, a velha noção de espaço receptáculo, de espaço plano, consequência, reflexo. (SANTOS, M., 2004, p. 29)

É muito importante salientar que as possibilidades de transformações nas grandes cidades dos países subdesenvolvidos seriam maiores em virtude das grandes densidades de pobres existentes nestes espaços, pela maior necessidade de deslocamento dos mesmos, provocada por uma forma específica de organização do espaço, pela forma do uso do território, pela maior presença de heranças de tempos técnicos anteriores e pelo conflito gerado entre a cidadania e o consumo. E, principalmente nos países subdesenvolvidos, a tensão decorrente destes elementos produziria, segundo Santos, uma *flexibilidade tropical*¹³.

¹² O livro, na sua Introdução Geral, traz a ideia do mundo como fábula, como perversidade e como possibilidade e, quando faz o desdobramento desta proposição, a globalização é apresentada da seguinte forma: “o mundo tal como nos fazem crer: a globalização como fábula. O mundo como é: a globalização como perversidade. O mundo como pode ser: uma outra globalização.” (SANTOS, M., 2000a, p. 5)

¹³ “Nas grandes cidades, sobretudo no terceiro mundo, a precariedade da existência de uma parcela importante (às vezes maioria) da população não exclui a produção de necessidades, calçadas no

1.1.4 Consumo e cultura

O consumo, embora seja tratado como alienante, é comumente relegado a um plano secundário pelos teóricos marxistas, mas, na obra de Milton Santos, tem um tratamento privilegiado, tanto na sua carga alienante como no seu potencial estimulante para a compreensão da totalidade do mundo por parte dos grupos sociais que não têm o usufruto da sua plenitude:

A grande perversão do nosso tempo, muito além daquelas que são apontadas como vício, está no papel que o consumo veio representar na vida coletiva e na formação do caráter dos indivíduos. Age de tal modo que Marx teria de mudar a sua celebre frase, segundo a qual as religiões deviam ser tidas como o ópio dos povos (SANTOS, M., 1996, p. 33).

Nos escritos pós-década de 1990, o professor Milton Santos expõe com mais profundidade o caráter dialético do consumo, ao dizer que ele carrega uma carga plena de alienação para os grupos de rendas médias, por estas terem a plenitude de sua realização, e, por isso, estariam *empanturradas e amolecidas*, enquanto que os pobres, por não alcançarem esta completude do consumo e ainda não terem alcançado qualquer estágio da cidadania, teriam nesta insatisfação uma grande possibilidade de descoberta das fábulas do sistema capitalista e da globalização:

O próprio consumo é uma faca de dois gumes, porque corrompe, mas faz também descobrir a impossibilidade de sua fruição completa, já que o sistema está sempre descobrindo novos objetos, novas fontes de desejo. Há então uma constante renovação desse protesto, que pode ser parcial, pode ser articulado ou não... mas que se dá de maneira muito forte. (SANTOS, M., 2000b, p. 62-63).

O papel do consumo no Brasil é bem definido quando se faz a diferenciação entre consumo e cidadania, da existência de um consumidor que surge como imposição capitalista, e sem que a cidadania tivesse se implantado no território ou o alcançado em qualquer momento histórico. E o “consumidor-mais-que-perfeito” é, de forma recorrente, o “cidadão imperfeito”.

consumo de classes mais abastadas. Como resposta, uma divisão do trabalho imitativa, talvez caricatural, encontra as razões para se instalar e se reproduzir. Mas aqui o quadro ocupacional não é fixo: cada ator é muito móvel, podendo sem trauma exercer atividades diversas ao sabor da conjuntura. Essas metamorfoses do trabalho dos pobres nas grandes cidades criam o que, em um outro lugar (SANTOS, M., 1991) denominamos de “flexibilidade tropical” ... (SANTOS, M., 1999, p. 259-260)”.

Esta questão é muito importante para que se compreenda o papel dos pobres, principalmente quando se constata que a forma de utilização da terra pelo capital e a “flexibilidade” atual das empresas e dos empregos obriga o ser humano a migrar continuamente.

A análise de Milton Santos se reveste de uma importância especial, sobretudo pelo fato de o migrante se deparar, no seu novo destino, com certa “inutilidade” da memória, por esta não lhe servir na luta cotidiana, no uso do território. Ele busca um entendimento que seja menos vulnerável às influências alienantes do passado e com isso o futuro passa a orientar as suas ações no presente: isto o torna mais apto a compreender o seu entorno pelo maior contato com o futuro.

Essa compreensão passa a ser de fundamental importância para a análise do papel dos pobres nas grandes cidades brasileiras, uma vez que as grandes adições de enormes contingentes populacionais, ocorridas entre 1960 e 1990, carregavam principalmente, em sua composição, o migrante pobre oriundo do campo ou de pequenas cidades.

A discussão sobre a violência nas cidades, que muitas vezes se associa aos migrantes, é vista por Santos como uma questão que tem que ser encarada em sua dialética, pois, muitas vezes, ela é uma manifestação do desejo de ultrapassar uma situação adversa da qual não se tem uma compreensão plena.

Mas a violência também é uma forma de discurso, um discurso, aliás, peculiar na sociedade em que vivemos. Em suas manifestações mais agudas, não é anormal que a sociedade urbana aponte para as desordens produzidas pela história contemporânea. Mas ela também aponta para uma vontade de entendimento e superação. Aliás, está pedindo que se explique o que é que está se passando, de modo a alicerçar um entendimento que produza um sentido. (SANTOS, M., 2000b, p. 60-61)

A cultura é outro aspecto muito relevante na perspectiva da transformação propugnada pelo autor, que fundamenta sua análise partindo da oposição entre a cultura de massas e a cultura popular.

A cultura de massas, ligada às verticalidades do meio técnico-científico-informacional, embora tenha adquirido uma grande proeminência pela velocidade da aceleração contemporânea, só consegue absorver a cultura popular de forma parcial e fragmentada, enquanto que, por outro lado, a cultura popular, que se reproduz ancorada na grande capacidade de comunicação dos pobres na vida cotidiana, produz

miríades de manifestações que vão muito além da capacidade de absorção da cultura de massas.

As tecnologias que, na obra desse pensador, cumprem uma função hegemônica favorável à cultura de massas, apresentam possibilidades de apropriação dos seus objetos pela cultura popular, a exemplo das rádios comunitárias dos *rappers* e do *hip hop*, criando uma “revanche”. Em entrevista publicada no livro *Território e Sociedade* (2000), Santos afirma que “a cultura popular já ganhou a parada” como instrumento de luta dos pobres na disputa com a cultura de massas:

A cidade atrai e guarda pessoas com os mais diferentes níveis de renda, e a modernidade não é extensível a todas. Os pobres são guardiões da cultura exatamente porque não têm acesso à modernidade, às modas; eles são muito ligados ao que há de profundo, o que surge da relação íntima com o território. (LEITE, 2007, p. 96)

São essas novas dinâmicas territoriais que levam o autor a afirmar que as condições para a mutação, pela primeira vez na história da humanidade, estão presentes na realidade (SANTOS, M., 2000b) ou que a transição do *globalitarismo*, característico do meio técnico-científico-informacional, para o *período demográfico ou popular*¹⁴ está em marcha e que sua celeridade ou lentidão irão “depende de como disponibilidades e possibilidades serão aproveitadas pela política [...]” (SANTOS, M., 2000a, p.173-174).

O papel dos pobres a partir de um novo entendimento da pobreza, a emergência da densidade comunicacional dos pobres, as possibilidades do migrante, a violência com uma nova compreensão, o consumo como fator de conscientização, tendo o lugar e o território usado como referências fundamentais para essas novas compreensões, fazem desta formulação de Milton Santos uma das mais vigorosas teorizações que buscam encontrar explicações para o mundo atual.

¹⁴ “[...] A produção das condições necessárias à reemergência das próprias massas, apontando para o surgimento de um novo período histórico, a que chamamos de período demográfico ou popular (SANTOS, M.,1979)” (SANTOS, M., 2000a, p.143)

1.1.5 A pobreza e o conceito de pobre

Acrescentando alguns elementos a esta discussão sobre pobreza e pobres, é importante trazer um fragmento maior do livro *Pobreza Urbana*, o que permite construir uma proposição de conceito de pobre, conceito que será condutor desta pesquisa:

[...] Conforme salientou J. K. Galbraith, a noção de linha de pobreza nem ao menos conduz a uma medida precisa, sendo o defeito mais grave o seu caráter estático: 'Numa economia de crescimento existe uma necessidade óbvia de definir o limiar da pobreza ou de dar uma definição de pobreza que seja ao mesmo tempo relativa e dinâmica' (1969, p.252). Os conceitos de recursos e necessidades são dinâmicos. A ideia de escassez, um corolário dessas duas categorias, faz parte da sua própria natureza. Os recursos postos à disposição do homem, em termos de sua posição na escala social, mudam com o tempo e o lugar. O valor dos recursos é igualmente relativo, dependendo em grande parte da estrutura da produção e de seus objetivos fundamentais. A noção de pobreza, ligada desde o início à noção de escassez, não pode ser estática nem válida em toda parte. (SANTOS, M., 2009, p. 17-18)

Ou como aponta Dirce Koga, para a especificidade brasileira:

A tradicional visão genérica da pobreza alia-se a outro legado da sociedade brasileira que pouco tem se importado na sua história com a questão territorial, o chão das relações entre os homens, onde se concretizam as peculiaridades, as diferenças e desigualdades sociais, políticas, econômicas e culturais. No máximo, até hoje, considera-se o âmbito das cidades e raramente as parcelas internas destes territórios. Aqui também prevalece o sentido genérico, em que as cidades são conhecidas pelas suas médias e não pelas suas diferenças e desigualdades internas. (KOGA, 2003, p. 19)

Linha de pensamento para a qual também corrobora Cerqueira (2010) ao dizer que:

Pobres e pobreza constituem-se sujeitos e processos a serem interrogados, numa direção contrária às investigações cuja regra geral é descrever, informar ou denunciar as faces do seu infortúnio. Importa aqui abordar a potência dos pobres, sua capacidade de produzir vida na própria vida. (p. 20).

Neste momento pode-se, com base nesta discussão, formular uma proposição do que seja o conceito de pobre adotado nesta pesquisa para a metrópole Salvador.

O pobre é o indivíduo que tem, na maioria dos casos, habitações diferenciadas dos outros grupos sociais que habitam em áreas planejadas da cidade, com atendimento completo pelo Estado e pelas corporações prestadoras destes serviços, não tem a completude das técnicas do meio técnico-científico-informacional, habitam áreas com maiores índices de violência contra a pessoa e violência policial, não tem um atendimento pleno dos serviços essenciais, exemplo de água encanada, luz, esgoto, coleta de lixo (ver imagem 1) e transporte público, tem rendas quase sempre abaixo dos setores médios, não consome serviços de lazer comumente usufruídos pelos setores médios, estabelece relações de parentesco e vizinhança diferenciadas pela intensidade dos demais grupos e classes sociais, pratica relações comerciais de forma muito acentuada com e no circuito inferior da economia, tem vínculos e práticas religiosas muito mais significativos do que outro segmento social, tem terrenos e edificações sem titulação através do Estado e, na maioria das vezes, é um negro ou afrodescendente. E essas características estão estreitamente vinculadas às práticas sociais que estabelecem uma estreita relação dialética com a materialidade onde os pobres habitam, o bairro popular e o uso do seu território.

Saliente-se, também, que a maioria desses pobres localiza-se em áreas mais ou menos delimitadas, que podem receber o nome de periferia, subúrbio, favela, avenida, embora possam existir pobres que não habitem essas áreas e setores médios que se localizem nestas aglomerações dos pobres, no entanto, a materialidade das áreas do habitar dessas populações é fundamental, não só para defini-los como pobres, mas, sobretudo, para defini-los como pobres que gestam redifinições das verticalidades do meio técnico-científico-informacional e tecem, a partir do uso diferenciado do território, uma nova ordem que aponta para transformações futuras. E como ensinou Milton Santos, o lugar, como espaço do acontecer solidário, é algo definido como objeto de tarefas comuns. Isso faz a totalidade se diferenciar e se recompor de outra maneira e de modo permanente. É o mundo em transformação, proposição aceita nesta pesquisa que propugna como tese ser o bairro, aquele de moradia dos pobres, o recorte espacial que fermenta essas diferenciações de forma mais contundente e densa na cidade. Por outro lado, o bairro e a cidade devem ser compreendidos como lugares que são partes indissociáveis de um acontecer solidário¹⁵: O mundo.

¹⁵ “A Região e o lugar não têm existência própria. Nada mais são que uma abstração, se os considerarmos partes de uma totalidade. Os recursos totais do mundo ou de um país, quer seja o

Imagem 1 – Lixão da rua principal da Santa Cruz, 2017



Fonte: Trabalho de campo, maio de 2017. Autor: Clímaco Dias.

O que diferencia o pobre residente no bairro popular, do pobre que não reside nestas áreas? O pobre residente nos bairros populares tem o favorecimento de um território usado com uma interação dialética com a materialidade muito mais densa do que o pobre que habita em áreas isoladas pequenas ou em áreas hegemônicas por grupos de renda mais elevada. O pobre dos bairros populares tem muito mais ruas de convívio e pode “reinventar” muito mais o meio técnico-científico-informacional pela possibilidade da intensificação do cotidiano. Também tem mais encontros e um território usado menos normado.

Não se tem dúvidas que qualquer pobre habitante das grandes cidades do Terceiro Mundo participa e constrói um novo período da história, na medida em que a

capital, a população, a força de trabalho, o excedente etc., dividem-se pelo movimento da totalidade, através da divisão do trabalho e na forma de eventos. A cada momento histórico, tais recursos são distribuídos de diferentes maneiras e localmente combinados, o que acarreta uma diferenciação no interior do espaço total e confere a cada região ou lugar sua especificidade e definição particular. Sua significação é dada pela totalidade de recursos e muda conforme o movimento histórico.” (SANTOS: 2008, p. 165)

cidade é o lugar da multiplicidade dos encontros, seja pela organização das bacias de emprego, seja pela separação entre moradia, lazer, outros serviços e emprego, mas defende-se aqui, nesta pesquisa, que o pobre que mora em bairros populares tem um acontecer solidário eivado de práticas peculiares que o torna sujeito mais ativo na compreensão da realidade e participante de um cotidiano de resistências. A descrição, a análise e o relacionamento dessas práticas são os fundamentos desta proposição de um novo período da história, um período de luta e de resistências.

Resistências que são tratadas no livro organizado por Samir Amin e François Houtart, *Mundialização das Resistências: o estado de lutas*, de 2003, a partir de uma geografia global e regionalizada, mas atentando para a condição variada dos pobres como força de transformação:

A alternativa só pode vir das lutas empreendidas contra esse sistema pelas classes populares e pelos povos que são vítimas dele. São eles que fazem e farão história. Sem simplificar demais a amplitude e a diversidade dos objetivos dessa luta pode-se desde já definir várias ações que constituem o eixo das mudanças decisivas requeridas para que se possa cristalizar-se a perspectiva de alternativas mais humanas. Trata-se de construções novas e não da reconstrução (remake) do que foram no passado. As realidades novas impõem respostas novas, mais abertas e mais radicais do que foram anteriormente. Construir em toda parte alianças entre segmentos das classes trabalhadoras ditas 'integradas' (isto é, beneficiárias de salários mais ou menos decentes, de um mínimo de proteções sociais e de segurança do emprego) e aqueles que não o são (desempregados, trabalhadores precários, atores econômicos do setor 'informal'). Tarefa prioritária que se impõe em todo lugar, mas em condições diversas ao extremo de país para outro. (AMIN; HOUTART, 2003, p. 384)

1.1.6 Lugar e bairro, favela e bairro popular: resistência e transformação

Lugar, em uma pesquisa que, como esta, destaca o bairro como um recorte espacial de realizações de práticas sociais horizontais, é um conceito que ganha a condição de categoria por ser o liame de vários outros conceitos aqui também utilizados. O lugar é um espaço do acontecer solidário, de verticalidades e horizontalidades, mas que, no cotidiano, tensiona as verticalidades por só encontrar o sentido pleno das relações sociais no espaço banal, nas horizontalidades. Santos, M. (2006, p. 212), ancorando-se em proposições de Maria Adélia de Souza e Georges Benko, o conceitua da seguinte forma:

Cada lugar é, à sua maneira, o mundo. Ou, como afirma M. A. de Souza (1995, p. 65), 'todos os lugares são virtualmente mundiais'. Mas, também, cada lugar, irrecusavelmente imerso numa comunhão com o mundo, torna-se exponencialmente diferente dos demais. A uma maior globalidade, corresponde uma maior individualidade. É a esse fenômeno que G. Benko (1990, p. 65) denomina 'glocalidade', chamando a atenção para as dificuldades do seu tratamento teórico. Para apreender essa nova realidade do lugar, não basta adotar um tratamento localista, já que o mundo se encontra em toda parte. Também devemos evitar o 'risco de nos perder em uma simplificação cega', a partir de uma noção de particularidade que apenas leve em conta 'os fenômenos gerais dominados pelas forças sociais globais'. (BENKO, 1990, p. 65)

É importante o destaque dado ao fato de que o lugar não pode ser tratado de forma localista, como se fosse enclave. O lugar tensiona com o mundo, mas ele é também o mundo. E isso também se aplica ao bairro que, pelas diferenças do uso do território, muitas vezes cria resistências a outros usos existentes no lugar e na cidade, mas ele, o bairro, é indissociável da cidade, não pode ter tratamento bairrista.

O lugar é o acontecer solidário, seja em um bairro, uma cidade ou uma região. E na grande cidade a comunicação ocorre de forma muito mais acentuada do que em qualquer outro tipo de formação urbana. Nas metrópoles, os encontros comunicacionais entre os pobres é realizado de forma amíúde, sejam nas grandes arenas esportivas, nos espaços de shows musicais, nas estações de trem, metrô ou ônibus, dentro dos transportes públicos, e, no caso específico de Salvador, nas múltiplas festas de rua como o Carnaval, festas de largo, nos bares que se comunicam com a rua através de cadeiras na via pública, no comércio de rua do Centro Histórico, bem como nos mais de 100km de praia da Cidade e Região Metropolitana.

Esta tese busca acrescentar um componente espacial muito importante na construção dos acontecimentos da cidade de Salvador: o bairro. O conceito de bairro é polissêmico porque carrega várias questões contraditórias. Muitos autores que buscaram compreendê-lo formularam conceituações que trilham pela homogeneização de espacialidades muito diferenciadas, a exemplo de não enxergarem diferenciações entre os bairros populares e os bairros de elite, bairros de cidades de países do terceiro mundo e bairros de cidades de países do primeiro mundo, outros o fetichizaram e o trataram como enclave em relação à cidade ou ao mundo. Acrescente-se, nesse contexto, aquelas visões que colocam o bairro como uma área de intervenção do Estado ou do capital, interpretações reduzindo-o à violência e a uma miséria perpétua, análises estereotipadas que colocam o bairro

popular como um lugar de oportunidades dos negócios capitalistas, compreensões de bairros com intensas relações de vizinhança e que podem ser alcançados através do planejamento urbano, bem como críticas ao bairro como se este fosse apenas uma unidade de intervenção ou só se restringisse àquelas localidades que são fruto do planejamento de Estado.

Muitas correntes marxistas, na medida em que Marx não considerou o espaço como instância social, negaram as particularidades e a importância do lugar e do bairro, com receio do perigo da fetichização do espaço e também por desenvolverem seus projetos utópicos apenas considerando processos, principalmente os econômicos. As populações pobres envolvidas no processo produtivo foram encaradas como vanguarda das transformações, mas isso quase sempre sem levar em conta o componente territorial, a ponto do geógrafo de vertente Marxista, David Harvey (2004), em seu livro *Espaços de Esperança*, problematizar a questão dos bairros na perspectiva do que propõem os defensores dos bairros planejados pelo Estado nos EUA, não reconhecendo outras visões alternativas. Para o autor, o bairro é uma espacialidade grafada todo o tempo entre aspas, pelo reconhecimento deste como sendo apenas um local fetichizado pelas utopias urbanísticas excludentes e autoritárias:

[...] Aqui e ali, 'bairros' se uniram e desenvolveram um sentido especial de comunidade que proporciona uma vida mais segura e saudável sem degenerar em exclusão raivosa. Em alguns desses 'bairros', foram lançados grandes projetos, que utilizam uma gama de recursos públicos e privados com vista a revitalizar a comunidade empobrecida. Mas nada disso afeta as raízes dos problemas de Baltimore. (HARVEY, 2004, p. 192)

[..] ilhas de relativa opulência que lutam para se manter num mar de podridão e decadência disseminadas. O efeito geral é a divisão e a fragmentação do espaço metropolitano, uma perda da sociabilidade em meio à diversidade e uma postura defensiva localizada com relação ao resto da cidade, que se torna politicamente fracionada, se não completamente disfuncional. (HARVEY, 2004, p. 202)

Jacobs (2003) faz uma contundente crítica às utopias e aos projetos do urbanismo modernista, mas também às cidades jardins de Ebenezer Howard (1996). E, no caso dos projetos modernistas, por privilegiarem vias ao invés de ruas, eliminarem a vizinhança e, com isso, tornarem os espaços de uso público, espaços

desertos e muito mais perigosos, uma vez que as pessoas deixaram de se conhecer por falta de um cotidiano de/na rua.

No caso das cidades-jardins, a crítica se fundamenta no fato de elas serem enclaves que tenderam ao fracasso pela suposição de que bairros isolados podem funcionar sem uma boa comunicação com a cidade.

Embora tenha uma importante defesa da rua como espaço de interação e vivência, bem como apresentar muitas observações relevantes dos bairros pobres de Nova Iorque e reafirmar a todo o momento que o bairro nunca teria sucesso se fosse planejado sem considerar os aspectos da vizinhança, ou ser visto como uma localidade sem comunicação intensa com a cidade, Jacobs vincula o “êxito” de um bairro a um sistema um tanto quanto rígido, ampliando em demasia a escala do bairro e tornando o conceito impreciso. Eis a sua proposta utópica para o sucesso dos bairros:

Considerando os bairros como órgãos autogeridos, só consigo achar produtivos três tipos de bairros: (1) a cidade como um todo; (2) a vizinhança de rua; e (3) distritos extensos, do tamanho de uma sociedade, compostos por 100 mil habitantes ou mais, no caso de cidades maiores. Cada um desses tipos de bairro tem funções diferentes, mas um complementa o outro de modo complexo. Não se pode dizer que um seja mais importante que os outros. Os três são necessários para a perenidade em qualquer ponto. Mas acho que outros bairros que não sejam esses três acabam se interpondo e dificultando ou impedindo o êxito da autogestão. (JACOBS, 2000, p. 128-129)

“A cidade como um todo” talvez seja o que, nessa leitura, escape à compreensão de quem lê, por isso é necessário explicar o que a autora considera “a cidade como um todo”: os pontos de encontros entre pessoas provenientes de vários bairros da cidade, a exemplo das pessoas que moram e trabalham em áreas centrais, os teatros, os bares, todos os pontos de encontro motivados pela arte e quaisquer outros que atraiam grupos de interesses provenientes de lugares variados da cidade. Harvey (2004) faz uma crítica a essa proposta que pode ser verificada neste fragmento de texto a seguir:

Quando, por exemplo, Jane Jacobs (1961) lançou sua famosa crítica aos processos modernistas de planejamento de cidades e de renovação urbana (amaldiçoando, como o fez, Le Corbusier, a Carta de Atenas, Robert Moses e a grande influência maligna da estupidez de que eles e seus acólitos revestiram as cidades no pós-guerra), ela

na realidade apresentou sua versão preferida de livre organização espacial por meio de recurso a uma concepção nostálgica de um ambiente íntimo e etnicamente diversificado em que predominavam formas artesanais de atividade empreendedora e de emprego, bem como formas interativas de relacionamento social direto. Jacobs foi à sua própria maneira tão utópica quanto o utopismo que atacou. Ela se propôs a organizar livremente o espaço de uma outra maneira, mas íntima (de escala menos ampla), a fim de alcançar um propósito moral distinto. Sua versão de livre organização espacial trazia em si seu próprio autoritarismo, oculta na noção orgânica de ambiente habitacional e de comunidade como base da vida social. O aparato de vigilância e de controle que ao ver dela é tão benevolente, pois proporciona uma segurança tão necessária, causou em outras pessoas, como Sennett (1970), a sensação de algo opressivo e degradante. E, ainda que ela acentuando sobremaneira a diversidade étnica, só mesmo um certo tipo de diversidade controlada poderia de fato funcionar da forma feliz que ela concebera. A busca da realidade dos objetos de Jacobs poderia facilmente justificar todas aquelas comunidades fechadas e todos aqueles movimentos comunitários excludentes que hoje fragmentam cidades em todo o território dos Estados Unidos. (HARVEY, p. 216-219)

A crítica formulada por David Harvey, no entanto, falha por não reconhecer o papel de resistência do gueto e dos bairros de imigrantes nos EUA, bem como a importância destes agentes nas transformações em termos de direitos de negros e imigrantes, mesmo que esses espaços tenham sido também lugares de muita violência, miséria e usurpação de direitos fundamentais do ser humano.

Essa discussão com os autores que problematizaram o bairro a partir da experiência dos Estados Unidos é importante porque isto influenciou também geógrafos e urbanistas brasileiros. Mas é sobre a discussão de concepções de bairros no Brasil que esta pesquisa se ocupará a seguir, não sem antes apresentar algumas concepções anarquistas como contraponto a uma ideia de bairro, que se confunde em certos momentos com espaços exclusivos de grupos de renda média e, em outros momentos, com unidades de intervenção e/ou planejamento do Estado.

Uma contraposição a todas essas proposições sobre o bairro pode ser encontrada em autores da vertente anarquista, que enxergam o bairro como lugar de resistência e libertação, sem descuidar das ligações do bairro com todas as outras escalas, a exemplo dos autores que produziram o livro *O Bairro, a Comuna, a Cidade... Espaços Libertários*. No texto inicial do livro, os autores expressam essa compreensão da seguinte forma:

É demasiado pouco conhecido: o bairro, a comuna, a cidade... e de uma maneira geral, tudo que é da ordem do local, do próximo, do cotidiano, da dimensão humana...constituem os terrenos de eleição privilegiados dos libertários. [...] e se os libertários privilegiam o espaço do local, não é de modo algum por acantonar-se em seu reduto ou por desprezo pelo nacional, pelo internacional, pelo mundial... ou por incapacidade a dedicar-se a isso, bem ao contrário! (RAYNAUD; NOËL, 2003, p. 7)

A discussão da geografia brasileira sobre bairros tem em Souza, M. (2000, 2002, 2013), que já tinha escritos sobre o tema desde o final dos anos 1980, um dos seus referenciais e a influência de suas pesquisas pode ser constatada em muitos trabalhos de geógrafos pelo Brasil. Será objeto de análise seu trabalho atual mais denso na abordagem da temática do bairro, *Os Conceitos Fundamentais da Pesquisa Sócio- Espacial*, de 2013.

Nesta obra, Souza faz uma conceituação de bairro retomando escritos do final da década de 1980 e acrescentando algumas questões face à dinâmica atual da urbanização brasileira. Assim, propõe uma conceituação de bairro a partir de três características, a saber: *composicional, interacional e simbólica*; o autor faz uma crítica aos neopositivistas por estes fazerem separações, a exemplo das que fazem nas suas concepções de região, nas quais abordam a região e o bairro como áreas que “[...] nada mais seriam que subespaços distinguidos segundo critérios convenientes”. A uma região “homogênea” poderia corresponder, assim, algo como um “bairro homogêneo definido em função de uma relativa homogeneidade [...]” (SOUZA, M., 2013, p.152).

Depois desta crítica, a qual é assimilada nesta pesquisa, o autor em análise explicita as suas três proposições de características que devem nortear as conceituações de bairro, proposições que não atendem, no entanto, os objetivos desta pesquisa, em razão de não contemplarem dois conteúdos fundamentais que compõem a conceituação de bairro nesta tese: a vizinhança e o parentesco, como elementos fundamentais para a definição de bairros populares.

O ‘*conteúdo composicional*’ se refere às características ‘objetivas’ concernentes à composição de classe (e também em matéria de atividades econômicas) e à morfologia espacial. O ‘*conteúdo interacional*’, por seu turno, tem a ver com as relações estabelecidas entre os indivíduos e os grupos e, que ajudam decisivamente a definir se há algum tipo de ‘centralidade’ e de ‘força centrípeta’ que concorra para estabelecer um determinado espaço, durante um período maior

ou menor de tempo, como possuindo uma certa 'individualidade' (na medida em que a 'vida do bairro' é fortemente determinada pela existência de subcentros de comércio e serviços que sirvam de polos de atração, garantindo algum nível de 'introversão', por menos que seja). Por fim, o '*conteúdo simbólico*' diz respeito à imagem de um dado subespaço intraurbano como um espaço percebido e vivido, como um bairro, e não meramente como algum recorte ao qual se chega (uma instância de planejamento estatal, por exemplo) com base em algum critério 'objetivo' definido em gabinete. (SOUZA, M., 2013, p. 152-153, grifo do autor)

Souza reconhece que essa ideia de bairro, no entanto, não pode ser aplicada de forma integral às formações que hoje se apresentam na grande cidade contemporânea, na medida em que os processos de "atomização" e "massificação" induzem a perda de características, o que torna qualquer generalização ou especificação inviável; consideramos também inaplicáveis os três conteúdos propostos por Souza para caracterização do "bairro", ao menos para as formações habitadas, principalmente, pelos grupos de rendas mais elevadas:

Em uma cidade contemporânea desenrolam-se, há muitas décadas, os processos paralelos de *atomização* e da *massificação*. Na esteira deles, a cidade foi, paulatinamente, deixando de ser um mosaico de bairros coerentes, em que cada um era polarizado por sua própria centralidade (pequeno subcentro de comércio e serviços ou centro de bairro), com grupos de bairros sendo polarizados por subcentros maiores, até se chegar à cidade como um todo, nitidamente polarizada por seu *Central Business District* (CBD), para se tornar uma estrutura muito mais complexa e difícil de resumir ou de generalizar. Muitos bairros viram seus pequenos centros de comércio e serviços desaparecerem ou serem reduzidos à irrelevância (sendo gradualmente substituídos por *shopping centers*, que fizeram empalidecer mesmo os subcentros); e, não raro, o próprio CBD perdeu prestígio e decaiu – inicialmente, às vezes, em favor de subcentros tradicionais, localizados em bairros de classe média, e, mais tarde, em favor de enormes *shopping centers*, ao ponto de as centralidades intraurbanas se tornarem ainda mais múltiplas e relativas. O surgimento de 'condomínios exclusivos' e 'complexos autosssegados' fortemente autossuficientes (mas articulados, de diferentes maneiras, com outras partes da cidade ou metrópole), situados nas bordas dos núcleos urbanos e metropolitanos (complexos esses que, nos Estados Unidos, ficaram conhecidos como *edge cities*), também veio acrescentar mais complexidade ao quadro. O velho bairro tradicional, em meio a essa cidade massificada, em que a vida de relações se acha tão atomizada – vizinhos que cada vez menos se conhecem, espaços públicos anêmicos, comércio de bairro residual e amesquinhado –, pode manter-se com um 'conteúdo simbólico' reconhecível (questão de tradição, em grande medida), mas

o 'conteúdo interacional' sofreu abalos e modificações consideráveis. (SOUZA, M., 2013, p. 153-154)

Embora Souza, M. (2013, p. 156) reconheça a vizinhança como algo inerente às formações intraurbanas, a define como algo restrito ao dizer que [...] “esta pode corresponder a um quarteirão ou a uma simples rua, mas também até mesmo a um prédio ou a um ‘condomínio fechado’” [...].

Vizinhança, aqui nesta pesquisa, é algo muito maior do que essa escala e ela não só é imbricada no e ao bairro popular, como é uma de suas fontes de resistência, tanto em termos de sobrevivência material, como no enfrentamento da violência do tráfico ou mesmo da violência policial. A vizinhança é constituída de encontros e vivências cotidianas experimentadas em todos os bairros populares de grandes cidades brasileiras, que podem ter, como pontos “catalisadores”, uma escola, um posto de saúde, uma festa, uma rua onde funciona um comércio, uma igreja, um cineclube, uma rádio comunitária, uma sede de associação, um campo de várzea onde se pratique futebol ou uma feira livre. O que varia são as intensidades que dependem da idade do bairro, da maior diversidade ou homogeneidade e de muitos outros fatores que serão expostos de forma mais detalhada nos capítulos subsequentes.

Agora, será tratado outro conceito em Souza, M. (2013), considerado por ele como um conceito-obstáculo à caracterização de bairros em grandes cidades brasileiras, o de “fragmentação do tecido sociopolítico-espacial da cidade”, especificamente para as cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo. Souza define assim o que considera como fragmentação do tecido sociopolítico-espacial da cidade:

O que venho chamando, desde a década de 1990, de ‘fragmentação sociopolítico-espacial’ não se confunde (ou não deveria ser confundido) com a segregação residencial em sentido clássico ou estrito. Estamos diante de um processo de segregação residencial de um grupo social por outro quando uma parcela da população é forçada (até como o respaldo da legislação, como nas cidades da África do Sul durante o *apartheid*) ou induzida, a princípio contra a sua vontade (mas por força das circunstâncias, como o reduzido leque de opções devido aos baixos rendimentos, como ocorre nas cidades brasileiras), a viver em um local no qual, se pudesse escolher, não viveria – ou pelo menos não viveria naquele tipo de local, em geral sem infraestrutura técnica e social adequada e, não raro insalubre e ambientalmente vulnerável [...]. Já a ‘fragmentação sociopolítico-espacial’ se refere a processos de territorialização de favelas por traficantes de varejo (na esteira dos

quais estas se convertem em enclaves territoriais em meio a uma dialética de abertura/fechamento) e, na outra ponta do espectro socioeconômico-espacial, à formação de *habitats* elitistas autosssegregados ('condomínios exclusivos') bem como toda uma gama de fenômenos de autoenclausuramento e dispositivos espaciais de proteção (como a 'privatização branca' de logradouros públicos por meio de guaritas e cancelas) [...]. (2013, p.157-158)

Estes fragmentos de textos aqui referenciados retiram a possibilidade, na perspectiva de Marcelo Lopes de Souza, da análise aqui desenvolvida, de os bairros populares das grandes cidades brasileiras poderem ser classificados como tal, uma vez que, dificilmente, se encontra um bairro popular, não só no Rio de Janeiro ou em São Paulo, que não tenha algum tipo de domínio por traficantes. O uso do território em bairros populares por traficantes não interrompe, por exemplo, as relações de vizinhança e parentesco e outras interações socioespaciais que caracterizam um bairro. Ao contrário, a ação dos traficantes induz a uma resistência cotidiana da população, que se manifesta de várias maneiras, seja através da ação de grupos vinculados às artes, como os vários grupos musicais nascidos nos bairros populares paulistanos, cariocas ou soteropolitanos, grupos de teatro, de dança e artes plásticas, que pulularam em bairros populares nas décadas de 1990 e 2000.

Afora as dezenas de práticas de vizinhança e parentesco, em áreas de forte presença do tráfico de drogas, que serão explicitadas e analisadas nesta tese, nos capítulos 3 e 4, é citado, só como exemplo, o caso de um bairro soteropolitano dominado pelo tráfico: a Chapada do Rio Vermelho. Neste bairro, em uma semana havia um "toque de recolher" ordenado pelos traficantes e, quinze dias depois, a população realizava uma queima de Judas com diversas brincadeiras de crianças como o pau-de-sebo, a corrida do saco, o quebra-pote e a corrida de ovo na colher.

Os bairros populares de Salvador, quase sem exceção, são lugares "dominados" pelo tráfico, mas também são lugares de grande efervescência cultural e política, marcados pela sobrevivência de práticas comunitárias já desaparecidas em bairros de populações de renda mais elevadas.

Em 2014, jovens de bairros periféricos da Zona Leste de São Paulo organizaram um movimento de ocupação de *shoppings centers* da capital paulista, o Rolezinho¹⁶, que ganhou força de movimento nacional, e, mais tarde, experimentou

¹⁶ Rolezinho é denominação dada a uma dança grupal realizada por jovens de bairros populares da Zona Leste de São Paulo, o funk, que começou ocupando, em 2014, *shoppings* e que, mais tarde, se

violenta repressão policial com fechamentos de *shoppings* frente a essa “ameaça”. Isso leva a pensar muito mais em uma dialética sustentada na dominação x resistência, na dialética impotência x potência, do que em uma população submetida apenas aos primeiros elementos destes pares opostos.

A proposição de “fragmentação do tecido sócio-espacial” exposta em Souza, M. (2000) revela um viés marxista, especialmente naquela parte da obra de Marx que teve mais imprecisões ou problemas de aprofundamentos pelo autor alemão, a exemplo da conceituação das classes que teriam papel transformador, ao buscar associar as populações das favelas cariocas e paulistas ao lumpem proletariado: Marx não via papel político significativo em mendigos, indigentes, desempregados estruturais ou contingentes populacionais que não estivessem diretamente vinculados ao circuito produtivo capitalista. E essa interpretação, aqui realizada, fica evidenciada na crítica que Souza faz a Bakunin, que reconhecia nessas populações um potencial transformador:

Entretanto, não se trata de enxergar, como o anarquista Bakunin no século passado, no lumpemproletariado um agente potencialmente revolucionário. Seja na condição de indivíduos expelidos do sistema (mendigos, indigentes), seja na condição de trabalhadores informais ou criminosos, portanto integrados ao sistema – mesmo que ao arripio da lei –, os lumpemproletários estão a anos-luz de serem agentes radicalmente transformadores. O *modus vivendi* do lumpemproletariado é *parasitário*, enquanto pedinte que vende sua própria degradação, ou ironicamente *simbiótico* com o capitalismo periférico, enquanto agente econômico operando no circuito inferior da economia urbana (ver, sobre os dois circuitos da economia urbana dos países ditos subdesenvolvidos (SANTOS, M., 1979); ou, ainda, *parasitário-simbiótico*, enquanto criminalidade que vive de vício de seus consumidores e se serve da corrupção e da violência como instrumentos de trabalho. Ainda que de um modo que eventualmente cria 'disfuncionalidade' no que concerne a um certo tipo de arranjo das forças sociopolíticas, não se pode ver na criminalidade uma negação do capitalismo: na realidade, ela representa uma acomodação despolitizada às regras do jogo capitalistas. De uma parte, é tragicamente dialético que a criminalidade engendre, involuntariamente, várias formas de aquecimento da economia capitalista e reforço e legitimação de determinados interesses estabelecidos: da indústria de armamentos (a serviço dos delinquentes, das forças de repressão e também dos cidadãos desesperados) ou carros-fortes aos novos estilos de morar e consumir em (pretensa) segurança: da expansão da imprensa marrom que se

alastrou para todo Brasil. Embora esses jovens tivessem a aspiração do consumo como principal motivação, por isso se nomeou a forma de funk praticada por eles de funk ostentação, o movimento ganhou caráter de luta étnica e de conflito entre classes sociais, desencadeando repressão policial e fechamento de *shoppings centers*.

nutre da violência e a realimenta até o fortalecimento do desejo de um Estado 'forte' por parte de uma opinião pública amedrontada e manipulada. De outra parte, a ameaça, quando existe, restringe-se à face *formal* do sistema e, pode-se dizer, à democracia e seus valores. O crime, mesmo organizado, ameaça, de certo modo, a democracia, não tanto as instituições da democracia representativa *per se*, mas sobretudo a violência democrática no cotidiano e as possibilidades de conquista de mais autonomia. A criminalidade, porém, não ameaça o capitalismo, nem intencionalmente, nem efetivamente. É nesse sentido específico, considerando-se a sobrevivência de um mínimo de vida democrática efetiva, que se pode constatar que um novo espectro ronda e preocupa: o de exacerbação das tensões sociais e da coerção estatal na esteira da crescente repressão contra o lumpemproletariado em armas (embora não tanto contra os seus corruptores, manipuladores e financiadores). William da Silva Lima, o 'Professor', situa, corretamente o estímulo à criminalidade nos marcos das restrições a um desejo de integração (isto é, de cidadania), mesmo no caso do 'Comando Vermelho' carioca, e não nos marcos de um desejo de mudança estrutural, por mais que alguns poucos delinquentes (como ele próprio) percebam a conexão entre limites estruturais e frustração de expectativas coletivas. (SOUZA, M., 2000, p. 190-191, grifos do autor)

Nesse fragmento de texto de Souza há uma mistura de elementos que não podem ser compreendidos sob a mesma ótica. Mendigos, pedintes, trabalhadores do mercado informal não podem, dentro de uma perspectiva marxista, serem arrolados em um único grupo que apresente qualquer proposta de homogeneidade para a constituição de um coletivo avesso às transformações. Nem Marx, nem os autores que o seguiram, nada falaram de “trabalhadores do mercado informal”. É verdade que compõem o Lumpem proletariado, na definição de Marx em *O Dezoito de Brumário*, algumas categorias de indivíduos citados por Souza, mas também “indivíduos arruinados e egressos da burguesia e soldados desmobilizados...” (ano, p.?), o que torna esse conceito inapropriado para tratar das populações das favelas cariocas ou de qualquer bairro popular de metrópoles brasileiras, por não se ter burgueses arruinados nem soldados desmobilizados habitando essas áreas. Além do mais é importante destacar que um estudioso da obra de Marx, como Bottomore (1988), afirma que autores de vertente marxista, ao analisarem a ascensão do fascismo, “fizeram referências ocasionais ao lumpem proletariado, embora tal noção não tenha um lugar muito destacado em suas análises.” (p.223) Destaque-se ainda que marxistas como Trotsky, ainda segundo Bottomore, embora tenham falado desta categoria como auxiliar do fascismo, colocaram a pequena burguesia como força muito mais decisiva para o triunfo do fascismo em alguns países europeus.

Mencione-se também o fato de Souza, M. (2000) parecer tornar equivalentes, ao citar Santos, o circuito inferior e o setor informal da economia. O setor informal pode estar contido no circuito inferior da economia, mas ele é muito mais amplo do que o setor informal, pois pode abranger até alguns segmentos do dito setor econômico formal.

E, cabe ainda reafirmar aqui, embora não tenha sido afirmado por Souza, que a teorização de Milton Santos não separa os pobres em categorias que têm capacidade transformadora e categorias que não apresentam este poder de transformação. Pobres, para Milton Santos, é um conjunto que inclui até esses indivíduos que Souza arrola como desprovidos de capacidade de transformação. E Santos, M. (1990, p. 183), quando interpreta as metrópoles do Terceiro Mundo, esclarece esse argumento ao dizer que:

Os polos ativos do processo são, de um lado, os agentes hegemônicos da ação econômica, social, cultural e política e, de outro, a grande massa dos pobres. O preço dessa adaptação é o duplo processo de involução urbana e de modernização incompleta, mediante o qual essas metrópoles se tornam o lócus de todos os tipos de capital e de todos os tipos de trabalho.

Outra crítica que se depreende da ideia de “fragmentação sociopolítico-espacial” de Marcelo Lopes de Souza é o fato de ligar dois processos totalmente distintos, a consequência do enclausuramento de grupos de renda média e alta com a o uso do território das favelas por traficantes ou pela ação muitas vezes violenta da polícia, fato, aliás, não mencionado por Souza. E sabe-se que a vida cotidiana nas favelas cariocas, embora tenha intercorrências advindas do tráfico, apresenta em muitos casos dinâmicas socioeconômicas surpreendentes, o que pode ser verificado nos trabalhos de Nunes (1980), Valadares (1981, 1991, 2000, 2001, 2005) Sorj; Guedes (2005), Junior (2006), Cerqueira (2010), Meirelles; Athayde (2014) Pedrosa; Noel; Ernesto; Pugliese (2003), Melo (2014), autores que trataram das favelas do Rio de Janeiro e não constataram a fragmentação desses lugares no nível observado e proposto por Souza. Mas, há espaço para uma problematização da violência e da abrangência do uso do território da favela pelo tráfico, a partir de Junior (2006), pessoa que nasceu e viveu nas favelas cariocas:

Na verdade, desenvolveu-se a partir da lógica de funcionamento das bocas de fumo toda uma cultura que nem sempre está associada ao crime. Já falei sobre os estilos de roupa e de linguagem difundidos pelos traficantes. Mas o garoto ou garota que adota essas maneiras pode ser qualificado de bandido? Por outro lado, toda uma rede de comércio – biroscas, barracas de doce etc. – se constitui estrategicamente nas proximidades das bocas, visando se aproveitar do movimento intenso que se produz ali. Ao mesmo tempo. A senhora desempregada decide cozinhar pra fora, vender quentinhas ou coisa semelhante, tem entre seus clientes os soldados, vapores, gerentes do tráfico. Será que podemos simplesmente rotular esses fenômenos como ‘fora-da-lei’? Acho que não faria inteira justiça a essa realidade feita de necessidade e oportunismo. O certo é que tudo isso integra o que costumo chamar de narcocultura, uma rede complexa de fatores que faz parte do cotidiano da cidade, mais que da favela, porque seus tentáculos já se ramificam de tal modo que a sua influência atinge diferentes instâncias sociais. E, insisto, não necessariamente conduzindo ao crime – muitas vezes a narcocultura estimula modos de ser que ultrapassam os aspectos legais e violentos e, às vezes, até o renegam. (JUNIOR, 2006, p. 259)

Lícia do Prado Valadares, autora que tem uma vasta obra sobre as favelas do Rio de Janeiro, aponta para as imprecisões das classificações, representações e visões sobre a pobreza nas favelas (que se confundem com os bairros populares tratados aqui nessa pesquisa), criticando as muitas fragilidades de algumas pesquisas e o desenvolvimento de dogmas em relação a um dos espaços mais pesquisados por todas as ciências sociais:

Ora, essa representação da favela como território de violência, como lugar de todas as ilegalidades, como bolsão de pobreza e de exclusão social pareceu-me uma generalização prematura, contrária às minhas observações de longa data e a certos dados do recenseamento de 1991. Não que as favelas não tenham moradores pobres, nem que ali não exista violência. Mas, uma grande parte da população pobre do Rio de Janeiro também se concentra nos subúrbios, e em loteamentos periféricos e clandestinos, sem falar nos moradores de rua que se encontram abaixo da linha da pobreza. Além disto, também existe violência em muitos outros bairros, da mesma forma que existe tráfico de drogas fora das favelas. (VALADARES: 2005, p. 20)

Valadares ressalta algo muito importante em seu estudo sobre as favelas que merece ser destacado e se apresenta também no que nesta pesquisa é denominado de bairro popular: sua diferenciação interna.

É preciso observar que o bairro popular se diferencia dos bairros com predomínio de populações com rendas superiores, mas é também necessário dizer

que as diferenciações internas nos bairros populares são muito significativas, como também entre eles. O tempo de ocupação do solo de um bairro popular influencia, via de regra, na condição econômica de seus moradores. Bairros ou ocupações mais antigos significam melhores condições de habitação e infraestrutura, assim como maior oferta de serviços públicos e/ou privados. Por seu turno, as ocupações e/ou bairros mais recentes, geralmente, apresentam condições de existência mais precárias.

Ressalte-se, porém, que estes espaços das populações mais pobres, denominados como “favelas” no Rio de Janeiro, “avenidas” ou “invasões” em Salvador, e de outros modos nas demais regiões do Brasil, não podem ser separados dos espaços populares com população de maior renda, porque essas áreas mais empobrecidas, na imensa maioria das vezes, apresentam espaços comuns de convivência com aqueles das populações pobres de maior renda. Este é o caso das inúmeras favelas do Rio e de São Paulo, como também é o caso das áreas mais empobrecidas de Salvador, que têm uma convivência diária nos setores de serviços, como lojas, escolas, academias, centros sociais e postos de saúde. Cita-se como exemplo o caso do Nordeste de Amaralina, conjunto de bairros populares em Salvador e recorte dessa pesquisa de doutorado. No Nordeste há três áreas de comércio adensado, Nordeste de Amaralina, Vale das Pedrinhas e Santa Cruz, e diferenciações significativas de renda entre os moradores: pessoas que moram em casas e áreas muito precárias, áreas essas que recebem até denominações diferentes dos grandes bairros que compõem; por outro lado, existem locais de encontros da vizinhança, o que fomenta uma vivência de bairro para todo o Nordeste, que se integra na dinâmica da cidade com suas particularidades. É o que Valladares (2005) revela, na citação a seguir, sobre a Rocinha, um dos bairros populares/favelas mais estudados pelas ciências sociais do Brasil:

Ao longo dos meus 30 anos de frequência regular à Rocinha acompanhei, sobretudo, o desenvolvimento de uma grande diversidade, tão visível nas diferenças espaciais quanto nas diferenças sociais. Dentro da mesma Rocinha havia várias “Rocinhas”. A expansão dos espaços construídos, a multiplicação das lajes, a verticalização das construções – chegando a alcançar seis andares – testemunham um intenso dinamismo do mercado de moradia. Processo acompanhado pelo desenvolvimento do comércio e de serviço especializado, proposto por profissionais de dentro e de fora, pelas inúmeras ONGs nacionais e estrangeiras, que lado a lado com as associações de moradores tentam mobilizar a população local. Sem

falar nas tecnologias mais modernas, amplamente difundidas, como TV a cabo e a internet. (VALLADARES, 2005, p. 21)

Em pesquisa comparativa sobre a apropriação das mídias em vários bairros populares de Salvador e Berlim, Serpa (2011) aponta o vigor e a criatividade dos grupos populares na manutenção de rádios comunitárias e sites de bairros. Neste contexto, explicita as classes e os bairros populares como elementos fundamentais para sua análise do fenômeno das rádios comunitárias, dos sites e de outras mídias nessas áreas. É importante salientar que todos esses equipamentos/toda essa tecnologia são geridos e organizados por pessoas dos bairros pesquisados ou possuem estreita vinculação com estes lugares:

As táticas de apropriação dos meios de comunicação na cidade demonstram claramente que os 'bairros' compõem o repertório da vida cotidiana nas áreas populares da capital baiana, 'repertório' aqui mencionado na acepção de Michel de Certeau (1994) em *A intervenção do cotidiano*. A existência dos bairros populares pode ser encarada como expressão da criatividade e da inventividade dos moradores dessas áreas da cidade, que se manifestam em um discurso que se contrapõe às estratégias oficiais dos órgãos públicos de planejamento. (SERPA, 2011, p. 67, grifo do autor)

Sorj e Guedes, já em 2003, fizeram uma extensa pesquisa nos bairros populares/favelas do Rio de Janeiro, analisando usuários de computadores e da internet, e chegaram à conclusão de que essas áreas apresentavam não só diferenciação entre elas, mas registravam significativas diferenças internas:

[...] Considerando a heterogeneidade desse universo, decidimos pesquisar uma favela de maior nível de ingresso (Rocinha), três favelas de ingresso médio (Maré, Rio das Pedras e Dona Marta) e duas favelas de ingresso baixo (Jacaré e Jacarezinho). Esta diferenciação entre favelas deve, porém, ser qualificada, já que todas elas têm um significativo nível de heterogeneidade interno, que se expressa, inclusive, em uma segmentação espacial. É o caso particular da favela da Maré, na prática um conglomerado de favelas, oito grandes comunidades que, em seu processo de expansão, criaram um *continuum* habitacional. (SORJ; GUEDES, 2005, p.1)

Mas, voltemos à discussão da compreensão teórica sobre o conceito de bairro popular e/ou favela e, para isso, é preciso retornar à análise de Lícia Valadares. A autora, em um de seus trabalhos mais recentes, faz uma boa revisão da literatura

sobre a questão em vários campos do conhecimento, como a geografia, a sociologia, a arquitetura, entre outros, identificando três dogmas nas abordagens e interpretações de favelas, apresentados a seguir:

O primeiro 'dogma' trata da especialidade da favela. Por sua história particular e seu modo de crescimento diferente dos demais bairros, a favela tem sido considerada desde sempre, um espaço absolutamente específico e singular. Os geógrafos e os pesquisadores urbanos em geral sublinham a maneira peculiar como ela ocupa o espaço urbano, fora da regularidade e das normas urbanas, sem ruas bem traçadas, com poucos ou ausentes serviços e equipamento coletivos (Lopes, 1955; Pearse, 1961; Parisse, 1970; Cavallieri, 1986). Na verdade, de início foi essa ocupação diferenciada do espaço construído que permitiu identificar uma favela. Já os arquitetos e urbanistas valorizam as diferenças engendradas por um hábitat, um urbanismo e uma estética pouco comuns, distantes de todos os modelos e padrões da racionalidade arquitetônica (Drummond, 1981; Guimarães & Cavalcante, 1984; Casé, 1996; Berenstein-Jacques, 2001a e b). Os organismos oficiais justificam uma abordagem específica das favelas, lembrando incessantemente, há décadas, que essa forma de ocupação do solo não está de acordo com as normas, que a favela é irregular e ilegal, fazendo-se necessário criar procedimento específico para resolver tal situação (Bronstein, 1982; Poggiuese, 1985; Fernandes, 2001). Os juristas sublinham o pluralismo legal existente nas favelas, onde uma relativa autonomia resulta da ilegalidade coletiva das habitações frente ao Direito (B.S. Santos, M., 1977). Alguns favelados têm direito de 'squatters', ou seja, de posse (Conn, 1968). A situação fundiária, apesar de variar caso a caso, não deixa de ser específica à favela e gerar conflitos entre os invasores e os proprietários dos terrenos (Carvalho, 1991). O Estatuto da Cidade e o usucapião especial urbano são fórmulas novas para tentar a regularização dos assentamentos informais (Fernandes, 2001). Em suma, o que todos afirmam é a forte identidade desse espaço, marcado não apenas por uma geografia própria, mas também pelo estatuto de ilegalidade da ocupação do solo, pela obstinação de seus moradores em permanecer na favela (conforme ilustra a música *Opinião*, de Zé Kéti, popularizada por Nara Leão) e por um modo de vida cotidiano diferente, capaz de garantir a sua identidade. A trajetória social típica dos jovens favelados seria o fracasso escolar e, pela atração exercida pelo poder e pelo dinheiro, o ingresso no 'movimento' do tráfico de drogas (Zaluar, 1985; Barbosa, 1998; Guimarães, 1998). Assim, a favela condicionaria o comportamento de seus habitantes, em uma reativação do postulado higienista ou ecologista da determinação do comportamento humano pelo meio. (VALLADARES, 2005, p. 149-150).

A proposição da autora é correta no tocante à questão da reificação da favela como lugar totalmente diferenciado de outras áreas nas cidades e metrópoles brasileiras. No entanto, nem a favela, nem qualquer bairro popular podem ser considerados áreas "especializadas", a ponto de se tornarem enclaves na cidade.

Essas localidades são partes integrantes das dinâmicas da cidade. Mas, em sua crítica à generalização das particularidades da favela como ideia e discurso dominantes nas ciências sociais, a autora acaba por generalizar também sua análise, que não permite uma abertura para o reconhecimento das especificidades dessas áreas populares, que, além disso, são integradas ao conjunto da metrópole. Ademais, a autora alinha pensamentos de geógrafos e arquitetos, muitos das décadas de 1950/60, não atualizando a discussão e deixando de incorporar geógrafos, arquitetos e urbanistas que não tratam o espaço como uma condicionante exclusiva dos processos sociais, que entendem o espaço como materialidade e ação, em suma, como uma instância social, que atua junto a outras instâncias. Milton Santos, embora não tratasse de forma específica das favelas, teorizou a materialidade do espaço geográfico, referenciando-se no conceito sartriano de prático-inerte e propondo o espaço como a reunião de sistemas de objetos e ações. O espaço não é, como querem muitos sociólogos, apenas o espelho da sociedade, na medida em que essa materialidade é, como ensina Santos, materialidade mais ação:

Eu chego e lanço essa ideia¹⁷ quando Manuel Castells era a grande bíblia, que trabalhava com o tempo-espaço e impunha a ideia de espaço reflexo. Então havia essa soma: o momento histórico da disciplina, do marxismo, da introdução do marxismo nas disciplinas territoriais-espaciais e minha incapacidade de avançar muito mais na proposta analítica [...]. (SANTOS, M., 2004, p. 30)

Favelas, bairros populares, pobreza, espaço, território e lugar são conceitos polissêmicos que, geralmente, não são bem explicitados pela maioria dos autores que escrevem sobre questões e temáticas que não prescindam desses conceitos em suas linhas de argumentação.

Já foi discutido anteriormente, no item 1.15, muitas variantes para os conceitos de pobreza e pobres. A compreensão de pobreza e de pobres adotada nesta pesquisa e que tem a influência direta de Milton Santos foi explicitada. E é na sequência deste pensamento que se apresenta o que Lícia Valadares nomeia como segundo dogma nos estudos sobre favelas:

O segundo 'dogma' corresponde a uma outra idéia amplamente compartilhada da favela, e que diz respeito ao seu território e à característica social de seus habitantes: a favela é o lócus da pobreza,

¹⁷ De que o espaço não era apenas materialidade, mas materialidade mais ação.

o território dos pobres. Este é um dogma particularmente forte, que as ciências sociais retomaram das representações anteriores. Vem de longe a idéia de um lugar dos pobres, que lhes seria próprio, desde a época em que o Prefeito Pereira Passos destruiu os cortiços da Avenida Central (1904-1910), obrigando a população pobre a subir os morros ou deslocar-se para os subúrbios. Como já mostramos no capítulo I, o relato do crescimento das favelas é o relato da inversão dos pobres: pobres migrantes e pobres soldados. A teoria da marginalidade, primeira chave de leitura utilizada pelos cientistas sociais no sentido de compreender o fenômeno, também faz da favela o hábitat e o lugar dos pobres (Perlman, 1977). O debate dos anos 1970 e 1980, quando critica a teoria da marginalidade social, provoca uma mudança de perspectiva, tornando a favela não mais um problema, porém uma solução para a moradia das camadas populares (SANTOS, M., 1981; BRASILEIRO et al., 1982). No entanto permanece a idéia de ser a favela o espaço próprio dos pobres urbanos. (VALLADARES, 2005, p. 151)

A ideia de tratar a favela carioca e/ou os bairros populares das metrópoles brasileiras como lugares de pobres é um dogma porque, nas ciências sociais, geralmente se classifica pobres por extratos de renda, ou como classe social de muita homogeneidade em termos de renda ou patrimônio. As favelas e os bairros populares das grandes cidades e metrópoles brasileiras são mesmo lugares dos pobres de acordo com o conceito de pobreza e pobres como discorreremos até aqui. Mas, nesta tese, pobreza representa uma dialética de ser problema e, ao mesmo tempo, ser resistência e transformação. Problema quando as populações dessas áreas se defrontam com as ações cotidianas da polícia, bem como com o tráfico e com as milícias que, usando esses territórios, impigem o terror através de crimes e assassinatos. Resistência e transformação que se revelam nas práticas cotidianas do associativismo, na comunicação, nas manifestações artísticas, nas alternativas à falta da assistência mínima pelo Estado ou na busca de alternativas para o pouco capital circulante nesses lugares. Portanto, nem problema, nem solução, mas problema e solução dentro de uma perspectiva de transformação, assim como pode ser verificado na interpretação de Pedrosa; Noel; Ernesto; Pugliese (2003):

A favela geralmente é abordada pelos jornais e pela literatura apenas como um fenômeno social negativo. Os termos *favela* e *favelado* costumam aparecer de forma pejorativa, evocando marginalidade, criminalidade e ameaça à vida dita civilizada dos grandes centros urbanos do Brasil. Embora sejam uma realidade existente há décadas, estes aglomerados habitacionais e todas as questões a ele relacionadas são assuntos privilegiados especialmente quando se trata de violência: lê-se sobre favelas nas páginas policiais dos jornais, ligando-as ao tráfico de drogas, à marginalidade. Ou, então, quando

alguma cooperativa de artesãos do morro destaca-se no mundo da moda, ou quando adolescentes favelados vencem barreiras e praticam uma atividade inusitada, como balé ou cinema. [...] Outra amostra da complexidade das favelas e de suas variadas facetas é o fato de que elas conseguem reproduzir uma das principais características do próprio país: os acentuados contrastes sociais. Os favelados também estão divididos entre 'ricos' e 'pobres' e entre 'pobres' e 'miseráveis'. É notável o contraste entre os setores mais antigos dos morros, normalmente nas partes mais baixas, onde se registram progressos substanciais de urbanização recentes, e as áreas mais altas, onde continuam se expandindo as habitações mais modestas, sem água, luz e saneamento. Como as grandes cidades, os morros também estão divididos entre os centros mais ricos e a periferia mais miserável, a verdadeira favela da favela. (p. 4; p. 8)

Estes são fragmentos de textos que dão uma noção das diferenciações de renda e de acesso aos bens materiais que existem nas favelas e também nos bairros populares das grandes cidades brasileiras e o quanto é passível de erros buscar homogeneidades nesses lugares, tendo como critério único a classificação por renda, transformando pobres e pobreza em dogmas. O dogma é justamente o de entender a pobreza como algo uniforme em países de grandes desigualdades como o Brasil.

Existem diferenças internas expressivas dentro dos bairros populares e existem diferenças também muito expressivas entre as favelas/os bairros populares. O que unifica essa população sob a categoria de "pobres" são as práticas cotidianas em lugares com carências evidentes, que impelem esta população à aglomeração para buscar transformações e/ou como resistência aos processos determinados pelos agentes hegemônicos do capital. E essas diferenças entre pobres podem ser verificadas no relato histórico de Joaquim Melo, ex-padre e morador de favela, sobre a luta dos moradores do Conjunto Palmeiras, favela de 30 mil habitantes localizada em Fortaleza, no estado do Ceará:

É a contradição do nosso processo: realizamos uma verdadeira façanha – urbanizar a favela em menos de dez anos – e ao mesmo tempo somos sempre tão pobres. As taxas a pagar para aproveitar o conforto rudimentar são pesadas demais para as famílias mais pobres. Moradores que batalharam por mais de vinte anos para obter melhores condições de vida são obrigados a partir e não podem gozar do novo Conjunto Palmeiras, agora que ele começa a oferecer um aspecto mais sorridente. A constatação é amarga: urbanizar sem construir ao mesmo tempo um programa de desenvolvimento econômico condenou os mais precários a migrar de novo. (MELO, 2014, p.172)

E ele reforça esta constatação, ao reproduzir uma brincadeira que os favelados sempre repetem: “a gente só tem os filhos e a casa; como não se pode vender os filhos...”; e o autor complementa: “Os pobres vendem sua casa e mergulham novamente no círculo vicioso da favela e da moradia precária.” (MELO, 2014, p. 171-172)

No caso das favelas cariocas este tipo de esforço coletivo cotidiano, através das práticas dos pobres, que guardam uma estreita relação com a materialidade, mesmo porque o conjunto dos objetos são eivados de ações e intencionalidades, é esclarecedor daquilo proposto nesta tese, e o dizer de José Junior, favelado e criador do grupo cultural Afro Reggae, contribui com essa argumentação:

É preciso mostrar que a ancestralidade do povo da favela (formada por negros e nordestinos) não foi mera coadjuvante na construção deste país. Temos que superar estes preconceitos centenários e romper com os bordões que dizem que só vencem na vida aquelas pessoas que ganham muito dinheiro. Gostaria de ter certeza que haverá espaço para os ilustres desconhecidos que vemos surgindo nas periferias, esquinas e favelas da vida. A Banda Afro Reggae, e também as que surgiram depois, como Makala, Afro Lata, Kitôto, e Afro Samba, já têm uma legião de seguidores. Esses jovens artistas influenciam cortes de cabelo, jeito de usar o boné e a formação de novas bandas. O ‘jeito AfroReggae’ de ser é exportado para várias partes do Brasil e pode ser resumido numa única palavra: auto-estima. Servir de exemplo para as novas gerações é uma grande responsabilidade para eles, tanto que boa parte dos integrantes das bandas faz algum tipo de trabalho social. (p. 257)

Esta dinâmica descrita por José Júnior, sobre a importância destes movimentos culturais na favela carioca, pode ser verificada também em Salvador nos movimentos de blocos carnavalescos de matrizes africanas que surgiram em seus bairros populares, durante toda a década de 1970, e que influenciaram e até hoje influenciam a população negra em termos de atitudes na luta contra o racismo e na realização de trabalhos comunitários, a exemplo do Ilê Aiyê, do Olodum, do Ókâmbí, do Malê Debalê, entre outros. Parte destes aspectos foram retratados em um trabalho anterior (DIAS, C., 2002) e Moura (2001) apresentou em sua pesquisa uma profunda historiografia desses movimentos musicais em bairros populares de Salvador bem como sua expressão no carnaval da cidade.

O terceiro e último “dogma” na interpretação das favelas cariocas, por autores das ciências sociais, segundo Lícia Valadares, mesmo entre aqueles que reconhecem

a diversidade existente nas favelas, é o que reduz a favela a uma homogeneidade, e, na medida em que esta indiferenciação é calcada na ideia de que a favela é lugar de pobres e pobres são “problemas”, a autora coloca em dúvida se isso não poderia causar também uma estigmatização:

O terceiro ‘dogma’ afirma a unidade da favela, quer seja na análise científica ou no plano político. É no singular que se pensa a favela, na literatura científica, na ficção e, sobretudo, na ação. Ainda que todos reconheçam tratar-se de uma realidade múltipla, todos se deixam levar pelo hábito de reduzir um universo plural a uma categoria única. A representação social dominante só reconhece ou trata a favela como um tipo no singular e não na sua diversidade. [...] Falar de favela no singular tem implicações importantes, por exemplo a adoção da homogeneidade como pressuposto, e o desinteresse pela diversidade, de tal maneira que as diferenças internas ao mundo das favelas se tornam automaticamente secundárias. Ocultam-se a diversidade, a pluralidade das formas, das relações e das situações sociais. A evocação sistemática de um tipo-ideal ou de um arquétipo é recorrente nos discursos sobre a favela carioca (Pretecelle; Valladares, 2000). Assim, ‘a’ favela é obrigatoriamente um morro, uma zona ocupada ilegalmente, fora da lei, um espaço subequipado, lugar de concentração dos pobres na cidade. Numa mesma denominação genética, a palavra favela unifica a situação com características muito diferentes nos planos geográfico, demográfico, urbanístico e social. (VALLADARES, 2005, p.151-152)

Ora, todos os dogmas levantados por Valadares podem, efetivamente, ser encontrados em uma boa parte das ciências sociais, mas, como já mostrado neste capítulo, há também posições bastante diferenciadas de autores, não referenciados na problematização de Lícia Valadares. Nesta tese buscou-se referenciar outros autores que não trabalham nem com visões de bairros populares como uma dualidade na cidade, nem com a visão de que o pobre é fonte de problemas. Por isso, é necessária esta problematização. Acredita-se ser mais temerário do que buscar unidades ou homogeneidades nas favelas cariocas ou nos bairros populares das metrópoles brasileiras, interpretá-los como tão diversos ao ponto de parecerem indiferenciados em relação às áreas habitadas por pessoas de renda mais elevada.

A crítica a uma busca estrita de singularidades pode se tornar um discurso de homogeneidade da cidade. A cidade e a região metropolitana, de fato, não são conjuntos de “lugares duais”, mas é inegável que são compostas de lugares bastante diferenciados, tanto pelos discursos e ações do capital, como pelo reconhecimento de seus habitantes.

1.1.7 As relações de parentesco e vizinhança

Parentesco e vizinhança são elementos fundamentais, que, associados à geografia dos bairros populares, com o uso do território no qual as ações são inseparáveis dos objetos, criam o fermento necessário para as várias práticas de ajuda e solidariedade entre moradores dos bairros populares. O parentesco, na medida em que, com o passar do tempo, esgota-se a capacidade construtiva do solo das ocupações populares, fica diluído na cidade, porque os parentes tendem a ir morar em bairros mais distantes. Isso, se por um lado enfraquece a força do parentesco, reforça os laços de vizinhança, como observou Luana Pereira, em uma pesquisa realizada não em uma grande cidade brasileira, mas no bairro popular do Palanca, em Luanda, capital de Angola. A pesquisa de Luana Pereira, que estudou a importância da religião, do parentesco e da vizinhança neste bairro de um país africano, embasou as seguintes reflexões da autora:

Ora, se a rede de parentesco se estende por toda cidade, diminui a possibilidade de auxílio cotidiano entre parentes que vivem em bairros distantes e aumenta a importância dos laços de vizinhança e da ajuda mútua nas comunidades de fé, ou seja, as comunidades organizadas em torno das Igrejas, que, por sua vez convergem para laços de vizinhança. O auxílio em situações de doenças, a contribuição para a compra de um remédio, o empréstimo de dois quilos de fubá para o almoço do dia, a ajuda na fila da água, cuidar das crianças enquanto uma amiga comparece a um encontro na igreja, olhar a barraca de outra vendedora ou mesmo cotizar-se para compra de produtos a serem revendidos, são exemplos de colaboração entre vizinhas que podem se tornar ainda mais fortes quando elas frequentam a mesma igreja. (PEREIRA, 2015, p. 206)

É importante esta referência internacional de um bairro pobre na África. Se, por um lado, ela não é suficiente para extrapolarmos o que fundamenta nesta pesquisa para os bairros de Salvador e o que muitos autores anunciaram para outras grandes cidades brasileiras, oferece, por outro lado, indícios de que o que aqui é proposto possa ser algo muito mais abrangente do que apenas para Salvador e as grandes cidades brasileiras.

O bairro popular em Salvador e em outras grandes cidades brasileiras é uma expressão do lugar. E são os diferentes usos que são expressos em práticas e ações que são diferenciadas em cada bairro da cidade. Não sendo isto, qual seria então a razão de, afora as práticas de vizinhança, algumas aqui já citadas, e que serão

aprofundadas adiante no corpo desta pesquisa, esses bairros ainda apresentarem hábitos como heranças do mundo rural adotados na vida da metrópole, a exemplo de criação de cavalos, galinhas, porcos, e outros animais que inexistem nos bairros de camadas de alta renda e urbanização plena?

Estes tipos de práticas se constituem em resistências à extensão/expansão do meio técnico-científico-informacional, considerando-se que escapam completamente às regulações exercidas pelo capital sobre o uso do território e a decorrente constituição dos lugares. E estas proposições aqui apresentadas seguem uma trilha aberta por Milton Santos: uma utopia imbricada no lugar onde o pobre é o agente social de maior protagonismo em sua constituição (do lugar).

E o pobre se adapta porque tem de sobreviver, mas quando pode, faz outra coisa. E nós desejamos que essa criação do político resulte em algo como esse que já conhecemos e é assim que tentamos interpretar a ação política desses lentos, o que corrompe o nosso julgamento, porque nossa maneira de negociar a nossa existência com quem manda é muito diferente da do pobre. Então, eu duvido muito que um pobre conte a um sociólogo o que ele pensa. Creio que aí há uma grande riqueza que estamos explicando pela violência. Você tem uma enorme quantidade de dinheiro para estudar violência, para estudar o violento, mas as formas de solidariedade, por exemplo, são numerosíssimas. E onde é que estão as teses, as dissertações e os textos? (SANTOS, M., 2004, p. 44)

As práticas de vizinhança nos bairros populares são fontes de resistência às verticalidades e à própria violência do tráfico e das milícias. É através dessas práticas comunicacionais dos pobres que surgem experiências comunicativas aproximativas entre vizinhos, o que permite a existência de ações transformadoras em territórios usados violentamente por redes de traficantes ou pelas redes de milicianos. Um exemplo emblemático dessa resistência, em todas essas frentes, é o caso das rádios comunitárias, legais ou ilegais, que foram observadas e pesquisadas por Chauí (1986), Santos, M. (2000a) e Serpa (2011). Sobre a discussão da resistência¹⁸ expressa pelas rádios comunitárias segue abaixo um fragmento da filósofa Marilena Chauí:

¹⁸ Aqui cabe um adendo que o conceito de resistência foi usado, em relação ao trabalho desses autores, como fruto da interpretação do autor deste estudo porque, afora Marilena Chauí que o usa de forma explícita, os demais não formulam essa expressão, embora se acredite que o conteúdo autorize a englobá-los, nesta questão, com esse sentido.

O caso da Rádio Favela do Rosário, em São Paulo, é bastante sugestivo para o exame da diferença entre as duas manifestações culturais¹⁹. Alguns habitantes da favela, num esforço de *bricolage*, montaram uma rádio local. Usando baterias de automóveis, velhos megafones, fios recolhidos em depósitos de ferro-velho, microfones abandonados por emissoras de rádio, criaram a Rádio Favela. Mensagens, votos de feliz aniversário e para restabelecimento da saúde, informações sobre preços de alimentos, sobre empregos, sobre serviços públicos, transmissão de rádio-novelas escritas, dirigidas e interpretadas por favelados, de música e poesias compostas pelos habitantes ou dos 'sucessos' musicais do momento, constituíam o repertório da rádio. Modificações de programas e de horário eram feitas, segundo solicitações dos moradores, e um sistema de comunicação efetiva foi estabelecido. Evidentemente, as empresas radiofônicas, o Estado e sua polícia impediram o prosseguimento dessa experiência. As emissoras alegavam que o exemplo poderia se alastrar pela cidade, prejudicando-as. O Estado alegava ilegalidade e 'pirataria'. A polícia julgou que as rádios estavam a serviços de 'marginais', prevenindo-os quando da 'chegada da lei para uma batida'. (CHAUÍ, 1986, p. 33-34)

Milton Santos, em entrevista concedida a Odete Seabra, Mônica de Carvalho e José Correia Leite, transformada no livro "Território e Sociedade", destaca a importância das rádios comunitárias e, principalmente, o papel que desempenha a vizinhança para sua formação, além de uma questão fundamental na discussão da resistência nos bairros populares: a permanente adaptação da luta aos momentos de cooptação e repressão, questionando, ao mesmo tempo, aquela falsa ideia de "lutas progressivas" contidas em postulados de muitos autores, mesmo aqueles que têm uma influência notadamente marxista-leninista:

A Rádio comunitária é central, porque representa uma verdade local, vem de baixo pra cima... E como tem pequena dimensão, pode se colar à vizinhança, ganhar a sua cara e escapar ao ataque pelas verticalidades. Sem dúvida o vertical pode controlá-la mas, então, entra em descrédito, deixando surgir outra coisa em seu lugar. Como os jornais de bairro, ou mesmo os jornais locais, são um lugar de debate e contradição [...]. (SANTOS, M., 2000b, p. 63)

E, na sequência, ao responder uma pergunta de Mônica de Carvalho, Milton Santos volta a exemplificar a rádio comunitária como resultante do protagonismo desta resistência existente no bairro ou na pequena localidade e aí já traz outro aspecto muito importante dessas práticas e dinâmicas populares: a maior capilaridade

¹⁹ Comunicação de massa e cultura popular.

da comunicação, que funciona como um freio à cooptação pelas verticalidades, aspecto que Marilena Chauí, nomeou de “sistema de comunicação efetiva”. Esse tipo de rádio, no dizer de Santos, é expressão de um novo período de comunicação dos pobres que não obedecem às lógicas etapistas de análise das lutas sociais, lutas que, pelo seu dinamismo comunicacional, podem se expressar de forma mutante a depender da ação dos agentes hegemônicos:

Essa produção comunitária incomoda, de alguma forma, o sistema estabelecido?

Vamos analisar o sistema das rádios comunitárias. Por que as rádios estabelecidas fazem uma guerra tão forte contra elas? É por causa do mercado? É só isso? Ou há também a questão da opinião? É esta última que mobiliza o Estado contra as comunitárias. Há um ataque muito forte das rádios oficiais, das rádios legais, digamos assim, contra essas rádios piratas. Elas querem eliminá-las somente para ampliar o seu mercado? Mas por que o Estado as ajuda? Por que há necessidade dessa ordem? Uma rádio local não pode mentir muito sobre o lugar. Ela tem que estar atenta ao que as pessoas de cada lugar necessitam. A mesma coisa se dá com os jornais. Um jornal de uma cidadezinha de 40 mil habitantes tem mais dificuldade para descolar do acontecer genuíno local do que um jornal de uma metrópole com uma tiragem de centenas de milhares de exemplares. Pelo menos sobre as coisas locais [...]. (SANTOS, M., 2000b, p. 64)

Angelo Serpa, autor já referido anteriormente, tem um conjunto de livros e artigos que resultam de pesquisas voltadas para o estudo do lugar, tendo o bairro popular, principalmente na cidade de Salvador, como o recorte de seus levantamentos, na interpretação feita de seus escritos, recorte no qual ocorrem de maneira mais sistemática a tensão entre as “lógicas hegemônicas” e o lugar. Serpa traz o contexto de lutas, expresso em algumas práticas cotidianas existentes em bairros populares na cidade de Salvador e, em Lugar e Mídia, como já mencionado, destaca a ação popular na implantação de sites, rádios comunitárias e mídias sociais nesses lugares. A parte mais empírica será destacada nos capítulos subsequentes nos quais serão tratados os bairros populares de Salvador. Neste momento, destaca-se algumas de suas proposições gerais:

Parto de uma questão simples, mas a meu ver, fundamental, de entender como os lugares de ocorrência dessas iniciativas encontram rebatimento na ação e no discurso dos grupos protagonistas das minhas pesquisas. E, claro, como as rádios comunitárias e o universo virtual da internet nas áreas populares da metrópole soteropolitana veiculam o conteúdo dos lugares analisados através dos conteúdos

produzidos. Minhas pesquisas revelaram situações muito peculiares de criatividade, persistência e luta, para manutenção dessas iniciativas. Poderia sintetizar sua atuação através de uma única palavra: inventividade, sobretudo nas formas como se apropriam das técnicas de informação e comunicação, transformando-as em tecnologias de processo, que se consolidam nos respectivos lugares de atuação. (SERPA, 2011, p.11-12)

Ainda nas suas considerações sobre bairros populares, assentadas em uma base fenomenológica, Serpa questiona o fato de em cidades submetidas a um processo permanente de competição, falar de lugares como “espaço vividos e da experiência”, mas aponta os bairros populares como “brechas” indicativas deste caminho, ao dizer que “parece, no entanto, que ‘lugares’ existem e persistem nas ‘brechas’ metropolitanas, sobretudo nas áreas populares da metrópole.” (p. 23)

Outra prática que será destacada de forma mais detida quando for analisada a relação destas práticas com os bairros populares de Salvador, é o candomblé, que tem um histórico de lutas muito significativas e peculiares da cidade. Destaca-se aqui o candomblé como as rádios comunitárias e mídias sociais, porque a análise desta se restringirá a obras de autores específicos, a exemplo de Serpa, em relação às mídias, e Dias, J. (2003), Rêgo (2005; 2006a; 2006b) e Oliveira, (2005), no tocante à dinâmica e às estratégias de resistência do candomblé.

O bairro popular em Salvador, ou, como possibilidade, para as grandes cidades brasileiras, é um lugar que só pode ser compreendido através de seus múltiplos aspectos como violência, carências materiais, pobreza, habitações precárias para uma boa parte de seus habitantes, e, ao mesmo tempo, como um lugar de resistência que se gesta em um cotidiano de vizinhança e de parentesco, de ajuda mútua, que também tem intensidades diferentes a depender da formação, sem, contudo se negar a existência de conflitos entre vizinhos e a violência domiciliar contra as mulheres e as crianças, porém as ações solidárias superam estes conflitos e violências. Os bairros populares são lugares que apresentam expressiva diversidade em termos de renda, condições das moradias, atendimento pelos serviços públicos, regulamentações destes serviços, mas também, diferente das formações com população de renda mais elevada, um cotidiano que estrutura resistências contra as verticalidades.

1.2 As práticas do uso do território pela população dos bairros populares de Salvador: breves descrições e metodologia de investigação

A revisão bibliográfica de publicações que versaram sobre o tema aqui discutido foi um aspecto muito importante desta pesquisa, na medida em que abrangeu livros, dissertações, teses e artigos, estabelecendo-se um diálogo crítico que coloca de forma nítida as diferenciações entre este trabalho e vários trabalhos que trataram desta temática, não só na geografia, mas de um conjunto de autores ligados às ciências sociais.

As informações do IBGE contidas no Perfil dos municípios Brasileiros, Cidades@-Ibge e, sobretudo, informações dos Censos Demográficos dos anos de 2000 e 2010 foram de grande importância, na medida em que as amostras da pesquisa direta foram definidas a partir destas informações. Destacando-se que, no momento atual, o IBGE e a prefeitura se aproximaram de delimitações de bairro que favoreceram uma maior uniformidade e compatibilidade das informações.

Informações sobre evolução de densidades líquidas e brutas, condições de habitação, tamanho do domicílio, número de pessoas residentes por domicílio, estrutura etária da população, composição por sexo, renda e emprego, equipamentos públicos, distribuição étnica da população, esgotamento sanitário, entre outros, são itens que compõem a pesquisa censitária do IBGE e que, em um trabalho desta natureza, auxiliaram muito nos desdobramentos desta investigação.

A presente pesquisa foi realizada nos bairros populares da cidade de Salvador, bairro que foi conceituado a partir do estabelecimento de reflexões sobre a obra de muitos autores importantes nessa discussão, não só da cena acadêmica brasileira, mas também de outros países, amplificando o diálogo entre geógrafos, sociólogos, antropólogos e urbanistas. E, conforme a discussão apresentada no subitem 1.1.6, as denominações de “bairro”, “bairro popular”, “favela”, “comunidade” não guardam diferenciações que justifiquem enxergar grandes modificações entre esses recortes/formações espaciais. Dentro de um mesmo bairro popular, em qualquer grande cidade do Brasil, é possível observar moradores de um mesmo bairro denominando esses lugares com todos esses nomes e há uma influência de denominações de um lugar para outro, a exemplo do termo favela que, principalmente pelo movimento musical do pagode, do rap e do funk, vem se difundindo em um

contingente significativo da população mais jovem, moradora dos bairros populares em Salvador e de outras grandes cidades do Brasil.

Nesta pesquisa foi adotada a denominação “bairro popular” pelas justificativas já apresentadas e pela proposição central desta tese, de que nessas localidades se tem um uso do território diferenciado de outras áreas da cidade do Salvador. Esta proposição se ancorou em verificações de práticas de uso do território, que são estabelecidas pelas relações de vizinhança e parentesco, e que objetivam superar problemas do cotidiano, mas que são também elementos de resistência ao meio técnico-científico-informacional por apresentar um uso do território que é baseado muito mais nas relações horizontais do que nas verticalidades.

Essas práticas foram nomeadas e foi realizada uma breve descrição acompanhada da informação de como foi aplicado o procedimento de investigação e verificação, considerando que o conjunto de bairros de pesquisa mais direta e abrangente é denominado nesta pesquisa Aglomerado Nordeste de Amaralina, composto pelos bairros da Santa Cruz, Chapada do Rio Vermelho, Vale das Pedrinhas e Nordeste de Amaralina; e os bairros onde ocorreu o trabalho com grupos focais que são aqueles doze que compõem o Aglomerado Subúrbio, exceto as ilhas, bem como o Bairro da Paz e o Aglomerado de Bairros Cajazeiras.

CAPÍTULO 2 – A FORMAÇÃO DOS BAIRROS POPULARES DE SALVADOR: UMA APROXIMAÇÃO HISTÓRICO-GEOGRÁFICA

2.1 A fundação da cidade: raízes da apropriação do território e a propriedade e uso da terra

O passado, o presente e o futuro não podem ser pensados de forma separada, embora os objetos sejam sempre ressignificados no tempo por novas ações. Cada lugar faz parte de uma totalidade, que modifica o lugar, mas também é modificada por este. É nessa dimensão que objetos e ações atuam no lugar gerando eventos que têm durações diferenciadas no tempo, fazendo com que o presente seja uma reunião de passado, presente e futuro em uma dialética incessante. Santos, M. (2008a, p.156) ensina que:

As formas asseguram a continuidade do tempo, mas o fazem através da sucessão de eventos, que mudam o seu sentido. O objeto tem autonomia de existência, devida a sua existência corpórea, mas não tem autonomia de significação, já o vimos. 'A mudança em um objeto vem das diferentes relações que mantém com os diversos eventos', diz Whitehead(1919,p.63). É desse modo que o espaço testemunha a realização da história, sendo a um só tempo, passado, presente e futuro. Ou como escreve E. Relph (1976,p.125): 'os lugares são eles próprios expressão atual de experiências e eventos passados e de esperanças no futuro.'

A posse e o uso da terra atuais e a forma como surgiram e se desenvolveram os bairros populares de Salvador obriga a quem pesquisa buscar as origens do tipo de apropriação que temos na atualidade, com uma terra muito concentrada no domínio de pequenos grupos ligados ao capital imobiliário e, do outro lado, constatar a precariedade das ocupações das habitações dos pobres, expostos pela relação aos exíguos espaços para construir, ocupações de encostas sujeitas a deslizamento, falta de serviços públicos nessas áreas, domínio de milícias ou traficantes, e violência policial que desconsidera direitos fundamentais do cidadão. A necessidade de buscar as raízes no passado é tributária do pensamento de vários estudiosos de todas as ciências e, no caso de Salvador, que por mais de dois séculos foi capital da Colônia, essa obrigação de buscar o passado se torna a única maneira de recompor a totalidade. É preciso, antes de entender o sistema de propriedade da terra instituído pelos portugueses, entender de onde derivou esta ação. Abreu (1997), em seu artigo seminal, "A Apropriação do Território no Brasil Colonial", nos fornece as pistas para compreender esta questão:

As formas de apropriação territorial introduzidas no Brasil a partir do século XVI têm sua origem na idade média Ibérica, mais especificamente no processo de reconquista cristã dos territórios ocupados pelos sarracenos. A reconquista foi um processo lento, que progrediu de norte para sul, e que durou oito séculos. Um processo que não raro resultou na reapropriação de territórios quase vazios, abandonados por mouros em fuga. Para garantir as vitórias cristãs, tornou-se necessário aproveitá-los economicamente e garantir a sua defesa militar (RAU, 1982, 27-28). É nesse contexto que surgiram na península, e muito especialmente em Portugal, formas de apropriação territorial que eram anômalas àquelas que predominavam no medievo (MARQUES, 1975,543). Os territórios sucessivamente ganhos aos mouros pertenciam aos soberanos por título originário, isto é, por direito de conquista. Entretanto, para facilitar sua ocupação, os reis logo transferiram grande parte deles a particulares e muito especialmente à nobreza guerreira. Surgiu então a presúria, que nada mais foi que a 'divisão tumultuária' das terras pelos vencedores (p. 198-199).

Esta forma de apropriação ocorrida em Portugal que vai oferecer a sequência de como irá se desenrolar o que será discorrido a seguir sobre sistemas de capitãias hereditárias, sesmarias, cessão de foro, e outras modalidades de propriedade, domínio e uso da terra que foram instituídas no Brasil. A descrição dessas formas é fundamental para a compreensão da vulnerabilidade de indígenas, negros, e, mais tarde, dos pobres migrantes que afluem para Salvador e que, por encontrarem a propriedade da terra concentrada, começam a ocupar áreas com todo tipo de precariedade, originando o que se denomina, nesta pesquisa, de bairros populares.

A cidade de Salvador nasce de uma intencionalidade do Estado Português, que necessitava assegurar o domínio sobre os territórios alcançados com a sua proeminência nos oceanos. E considere-se o fato de que Portugal, um Estado com território e população pequenos, precisava tirar proveito de ter sido um dos primeiros estados nacionais formados no continente europeu e do apoio da poderosa Igreja Católica. Note-se que o fato foi percebido e registrado por vários estudiosos e observadores que viveram em épocas mais próximas à sua fundação, a exemplo de Antonil (1968 apud MATTOSO, 1978, p. 110) que em texto de 1711 diz que a cidade de Salvador foi “logo dotada de um quadro urbano que pode ser comparado com as experiências de maior importância da mesma época nas Índias e com as obras de urbanização colonial de outras nações.” Sampaio, A. (2015) problematiza a discussão sobre o fato de Salvador originar-se de um projeto do Estado Português, que a

concebia como uma “cidade ideal”, e no correr do tempo, foi se transformando na cidade real:

Pode-se então arguir, à luz da iconografia e dos relatos que, dos dois tipos básicos de cidades portuguesas na Índia, Salvador corresponde àquele tipo de cidade-fortaleza para ser ‘criada de uma só vez, com plano pré-estabelecido’, mas, com o correr do tempo, tudo leva a crer que também incorporou - muralhas desfeitas – uma outra configuração morfológica: a de cidades que ‘cresceram aos poucos, ao acaso’, onde a linearidade é uma constante[...] Como se vê, o tal *plano* ou *projeto* urbano sempre representou para a cidade do Salvador, desde a sua gênese colonial, um embate que expressa a distância entre a cidade, como *locus* ideal de um futuro desejado, ordenado, previsível, controlado, e as demandas da sociedade real que usa, se apropria e constrói os espaços urbanos. Nisto, a cidade europeia contra a ‘coisa’ que de fato tem sido e é: uma realidade multifacetada e polifórmica. Menos por desejo e mais por assim vir sendo construída na prática histórica[...]’ (SAMPAIO, A., 2015, p.43-44).

É importante observar que a igreja e as ordens leigas que agiam sob sua influência, até o final do século, sempre tiveram um papel de protagonista na posse e no uso da terra na cidade, mesmo porque o poder da Coroa Portuguesa de se declarar legítima proprietária das terras brasileiras se fundou no ato da igreja através do Tratado de Tordesilhas, o que faz Pedro Vasconcelos (1997) propor que o estudo de cidades brasileiras, quando se tratasse de recompor a história do período colonial, não poderia deixar de considerar a igreja e as ordens leigas como elementos fundamentais. O autor sistematiza sua proposição desta maneira:

No caso da cidade colonial brasileira, considerando as transformações ocorridas na sociedade ao longo de mais de três séculos, procura-se, neste trabalho, elaborar uma proposta de desdobramento dos agentes que tiveram papel importante na conformação da cidade colonial, e que não poderiam corresponder, evidentemente, aos atuais agentes de produção da cidade capitalista. Um primeiro cuidado que se deve ter é lembrar que o Brasil, na época, estava inserido num contexto geográfico mais amplo, o do Império Lusitano, o que leva a lembrar as possíveis similaridades (e diferenças) com outras cidades de criação portuguesa, tanto na Metrópole como nas demais colônias da África e da Ásia (FERNANDES, 1991). Outro ponto a ser mencionado é a já longa discussão sobre a tipologia rígida das cidades coloniais espanholas, que obedeciam às *Leys de los Reynos de Indias*, e o urbanismo português, mais adaptado a cada condição local e à prática de seus habitantes, conforme indica Holanda (1988). Destacam-se, no presente trabalho, como principais agentes modeladores das cidades: (1) a Igreja; (2) as ordens leigas; (3) o Estado; (4) os agentes econômicos; (5) a população e os movimentos sociais. Por outro lado,

pretende-se mostrar as alterações ocorridas pelo conjunto de instituições trazidas pelo poder colonial, e as adaptações necessárias à nova sociedade em formação (p.249).

A pesquisa de Pedro de Almeida Vasconcelos traz elementos inovadores importantes quando introduz a igreja, as ordens religiosas e as ordens leigas como agentes que exerceram papel hegemônico na cidade colonial brasileira, contrariando um método de análise da formação dessas cidades que transporta as hegemonias atuais para o passado e, por isso, diminuem sobremaneira o papel exercido pela igreja no uso do território da cidade de Salvador. O autor, entretanto, é passível de crítica quando fala de uma diminuição do papel da igreja no período imperial na cidade de Salvador, como se tivesse havido uma ruptura com a instituição do período imperial, quando se sabe que em 1831, em pleno período imperial, a Câmara da cidade aprova um detalhado código de posturas urbanísticas, com imposições de duras penas aos infratores e todos os julgamentos. Segundo estas normas, seriam orientados pela mistura do direito civil e canônico, e, até na atualidade, é possível afirmar que existe influência da Igreja em áreas expressivas da cidade através da cobrança de Laudêmio nas áreas ocupadas desde o início da colonização, que ela reivindica como proprietária, e essa propriedade é reconhecida pelo Estado Brasileiro.

Para Mattoso (1978), são três as fases durante o Estado Português buscou ocupar o território onde hoje é a cidade de Salvador. A primeira (1500-1534), que a autora descreve como “marca”:

[...] é a ausência de qualquer atitude que levasse ao estabelecimento real do domínio português no Brasil. Inteiramente voltados para a consolidação das conquistas que pontuam a marcha em direção do extremo oriente, o Brasil representa para os portugueses apenas um episódio dessa marcha[...] (p. 88).

A expedição de Martim Afonso de Souza, em 1531, que tinha o objetivo de transformar esse quadro de abandono, inaugurou o primeiro núcleo de povoamento fixo em São Vicente. Logo a seguir, em 1534, o Rei de Portugal resolve instituir um modelo de colonização ancorado no sistema de capitanias hereditárias.

Estava inaugurado o segundo período.

2.2 Um período de instabilidade e consolidação. O modelo de posse da terra como evento de longa duração

O Brasil foi dividido em 15 capitanias e, no caso da Bahia, em 1536, chega o seu donatário Francisco Pereira Coutinho, que se instalou em uma área que hoje coincide com as terras compreendidas entre o Farol da Barra e a Gamboa. E Mattoso (1978), no caso específico da Bahia, analisa aquele momento como algo sem muita informação sobre os impactos que ocorreram no sítio que mais tarde viria a ser a cidade:

Poucos são os documentos que dão conta dessa experiência de colonização e povoamento. Sabe-se, entretanto, que na redistribuição das terras recebidas pela coroa, Pereira Coutinho contemplou não somente os homens que o acompanhavam, mas também o antigo morador da terra, o Caramuru²⁰. Diogo Álvares recebeu dos donatários a sesmaria da terra que já ocupava assim como o outeiro da Graça que lhe ficava nas imediações. Legalizava-se assim, dentro da nova estrutura, uma posse que até então tinha contado com a aquiescência de seus donos primitivos, os indígenas. (p. 91).

Francisco Pereira Coutinho, depois de passar 10 anos colhendo insucessos, em razão dos conflitos com os índios, fugiu para Porto Seguro e, para Mattoso (1978), baseada em Calmon (1949), não mais voltou. Porém, na carta I de Vilhena, este diz que Coutinho foi chamado de volta pelos indígenas em um aceno de pacificação, mas que teria naufragado e morrido nas imediações da Ilha de Itaparica.

O fato é que as Capitanias Hereditárias, exceto alguns casos como São Vicente e Pernambuco, não lograram êxito e os ataques de piratas e corsários ligados a alguns nascentes estados coloniais, mas principalmente à França, tornava a missão de uma ocupação militar do território uma tarefa urgente. É nesse ambiente que organiza-se em 1549 uma expedição que tinha o fito de construir uma cidade que recuperasse os insucessos das fases anteriores. Decidiu-se também que seria implantado um

²⁰ “O que marca a primeira fase (1500-1534) é a ausência de qualquer atitude que levasse ao estabelecimento real do domínio português no Brasil. Inteiramente voltados para a consolidação das conquistas que pontuam a marcha em direção do Extremo-Oriente, o Brasil representa para os portugueses apenas um episódio dessa marcha. Contudo, a baía de Todos os Santos, descoberta pela armada de Américo Vespúcio em 1503, acolhe entre 1509 e 1511, seu primeiro habitante português, Diogo Álvares, pobre camponês alentejano, apelidado de o Caramuru pelos indígenas que, facilmente, o adotam.

Patriarca de uma grande linhagem, Caramuru é, na historiografia baiana, um personagem muito discutido apesar da sua aureola de herói destemido. Vários historiadores veem nele o representante de interesses contrários aos de Portugal, principalmente dos interesses franceses, cujos navios e mercadores são os grandes beneficiários da Bahia na época. Por mais de 20 anos, Diogo Álvares está em constante contato com eles, recebendo mercadorias e facilitando sua troca com o pau-brasil, o algodão e a pimenta produzida pela natureza com abundância”. (MATTOSO, 1978, p.88-89)

governo geral que teria como sede o pequeno povoamento situado no entorno da Baía de Todos os Santos:

Com a chegada dos portugueses liderados por Tomé de Souza (1549) inicia-se a fase definitiva de povoamento e colonização da Bahia. Poucos são os documentos que permitem estabelecer com segurança a data exata de fundação do novo núcleo. Mas este já nasce com nome de cidade. Segundo o regimento dado a Tomé de Souza, era vontade de El-Rei que fosse construída, ‘... huã fortaleza e povoação grande e forte em hum lugar conveniente para dahy se dar favor e ajuda a outras povoações e se ministrar justiça’. O regimento acrescentava ainda que a nova cidade fosse construída ‘mais para dentro da baía’. Excluía-se assim a possibilidade de edificar sobre as ruínas da vila velha do Pereira²¹. (MATTOSO, 1978)

Milton Santos, em “O Centro da Cidade de Salvador”, também chama a atenção para o aspecto do fracasso das Capitánias hereditárias, defende que a intencionalidade da Coroa portuguesa era implantar um povoamento, mas que fosse basicamente um povoamento com funções defensivas e diz que é “essa função que justifica o sítio escolhido: o cume de uma montanha...” (SANTOS, M., 2008b, p.39). Uma cidade que nasceu como uma fortaleza, mas que herdou uma posse de terras baseada em capitánias e sesmarias, que mais tarde justificam a enfiteuse²², o foro e o laudêmio²³, institutos que foram modeladores do uso do solo na cidade de Salvador e que são o motivo de os bairros populares, em sua grande maioria, serem fruto de ocupações ilegais, uma vez que a população pobre não tinha áreas para construir as suas habitações. Modalidades, as quais se pode verificar sua sobrevivência, quando Abreu (1977) indaga sobre alguns tributos do presente e suas ligações com o modelo instituído no início da colonização brasileira:

A Organização territorial é um campo fértil para a descoberta dessas heranças do passado. A estrutura agrária injusta do país é sempre relacionada ao sistema sesmarial que vigorou em outros tempos. Ao vendermos um imóvel não raro descobrimos que somos foreiros a algum senhorio, que somos enfiteutas, e que devemos pagar um

²¹ Pereira é uma referência a Francisco Pereira Coutinho, donatário da Capitania, que havia se estabelecido na área do atual bairro da Barra e, devido a conflitos com índios e com os próprios portugueses, abandonou a capitania e foi se estabelecer em Porto Seguro.

²² Transferência do domínio de uma propriedade feita pelo proprietário para outra pessoa, denominada também de aforamento.

²³ Laudêmio é um pagamento feito na venda de imóveis por pessoas que têm a posse de uma área que tem o domínio pleno da União, Igreja ou famílias herdeiras de cadeias sucessórias que alcançam fatos históricos atinentes ao início da colonização portuguesa no Brasil.

laudêmio para podermos alienar nosso domínio útil. E o que falar das tentativas da União de cobrar taxas de ocupação dos que ocupam terrenos de marinha? Mesmo nas avançadas propostas que defendem uma reforma urbana fala-se da importância de garantir o direito de preempção. Os exemplos são inúmeros. Todos eles indicam que o território de hoje ainda se rege bastante com normas instituídas no passado e que, sem entendê-las, não seremos capazes de compreender bem os espaços e nem poderemos intervir eficazmente sobre eles, seja para melhorá-los, seja para modificá-los (p. 197-198).

O laudêmio, na medida em que alcança parte expressiva de zonas em que a situação fundiária é regularizada e titulada, como áreas do Centro da Cidade, áreas dos bairros Graça, Amaralina, Barris e até do Rio Vermelho, já seria suficiente para indicar que as terras de Salvador não entraram de forma plena, no século XX, no circuito capitalista. Tal instituto é uma forma não-capitalista de acesso à terra urbana, visto que, em sua vigência, o proprietário não pode dispor da propriedade de forma plena. Se somarmos a essas áreas outra parcela parte expressiva de solo urbano sujeita a pagar o “domínio da União”, espécie de foro que também indica a incompletude das relações capitalistas nas terras da Soterópolis, e ainda considerando a grande cidade resultante de invasões, boa parte dos bairros populares, em que a regularidade fundiária é uma exceção, a ideia de que as terras de Salvador foram completamente integradas ao circuito capitalista no século XX é uma ideia frágil que dificulta a compreensão da realidade. Todas essas terras, de alguma forma, foram subordinadas às relações capitalistas desde o século XVI, mas, em uma parte expressiva, sobrevivem em termos próprios de relações não-capitalistas.

Quase toda Salvador, já no século XVI, tinha posse atribuída às famílias ou à igreja como uma herança do sistema de sesmarias, como ensinam Teixeira (1978), Sampaio, T. (1949), Nascimento (1986) e Mattoso (1992). Nogueira (2014), mais de cinco séculos depois de o Rei de Portugal, junto com a Igreja, declarar que as terras brasileiras eram do domínio pleno da Coroa e, ao longo da primeira metade do século XVI, ter feito transferências de domínio para donatários de capitanias e sesmeiros, vai afirmar que:

O objeto fundante da pretensa legitimidade de terras pertencentes ao município de Salvador-BA está nas doações lançadas por Tomé de Souza, que somente era gestor da coisa pública e não proprietário de tais terras, de modo que toda a extensão de terra doada pelo Rei a

Francisco Pereira Coutinho não era passível de apropriação e doação pelo Tomé de Souza.

Perquirir a legitimidade através da história leva imediatamente à ilegalidade das doações lançadas por Tomé de Souza, podendo-se, neste rumo, agravar-se ainda mais a situação jurídica quanto a legitimidade da Coroa portuguesa sobre as terras indígenas, de modo que, somente os índios poderiam, em princípio, dispor da sua terra, inclusive constituindo enfiteuse, se assim o fosse. Deste modo, a atual pretensão municipal é inviável desde a sua origem. Considerando-se, entretanto, ato jurídico perfeito e, portanto, legítima a posse de todas as terras por uma família que as doava aos seus pares, consagrando um sistema de oligarquia e repressão ao ser humano que habitava a terra, teremos então que considerar a legalidade, conforme o ordenamento jurídico português então vigente, para consagrar legítima a propriedade, livre de ônus, recebida pelos donatários. Assim, as terras contidas nos limites descritos nos forais pertenciam a tais famílias, que livremente dispuseram. Ou então haveria usucapião em tais terras particulares. Demais disso, Tomé de Souza veio para o Brasil como administrador da Coroa portuguesa, isto é, como gestor da coisa pública. Somente por uma confusão entre coisa pública e privada é que Tomé de Souza procedeu doações. Entretanto, do mesmo modo que, para chegarmos até aqui, consideramos a legitimidade e o ato jurídico perfeito, não poderia Tomé de Souza, nem mesmo o Rei de Portugal, dispor sobre coisa alheia, até porque a propriedade privada já estava consagrada pelo ordenamento jurídico português e também pelas encíclicas papais, pelo menos desde a transferência de terras à família real portuguesa (NOGUEIRA, 2014, p. 6).

Esta é uma marca indelével do passado colonizador da apropriação do solo que se manifesta em diversos momentos da história da Cidade. Resgata-se até a memória de doações de terras que, dentro do próprio marco legal do Estado Português, são eivadas de incertezas e contradições, com o único objetivo de manter a propriedade da terra sob o domínio da elite portuguesa, afastando inicialmente a possibilidade de acesso aos indígenas e, em um segundo momento, bloqueando o acesso à população negra, situação que, com maiores ou menores abrandamentos, atravessou os cinco séculos da história da cidade de Salvador.

A maior parte dos autores aqui pesquisados, problematizados e discutidos, tratam da instituição e da distribuição das sesmarias, a partir do primeiro donatário da capitania da Bahia, Francisco Pereira Coutinho, ou partem das distribuições realizadas pelo primeiro Governador Geral, Tomé de Souza, e não discutem uma modificação importante do sistema de Portugal que foi transplantado para o Brasil, e que teve repercussão ao longo dos séculos: o caráter perpétuo e não vitalício da doação. O caráter perpétuo prolongava através dos tempos a posse das terras para toda descendência do sesmeiro. Em Portugal, essa doação era vitalícia, ou seja, com

a morte do sesmeiro cessava o direito de posse. E isso é observado por Mauricio de Almeida Abreu:

as 'influências diferenciadoras de espaço e tempo' fizeram-se sentir desde o início. Ao conceder as primeiras sesmarias, Martin Afonso de Sousa já o fez em caráter perpétuo, contrariando o texto régio que estabelecia que a doação seria apenas vitalícia. Não há dúvida, entretanto, que essa modificação veio a se adequar melhor aos objetivos da colonização: não seria possível povoar uma terra tão longínqua e habitada por povos hostis, sem que se pudesse garantir aos conquistadores o direito de transferir o fruto dos seus esforços aos seus herdeiros (ABREU, 1997, p. 206).

Embora se reconheça as questões importantes que são trazidas pelo autor neste artigo, é preciso fazer uma crítica a condescendência com a qual ele se refere ao colonizador, sabendo que todo “esforço” deste foi baseado em trabalho escravizado e que este tipo de apropriação da terra, mais tarde, foi a origem de uma estrutura fundiária que excluiu os escravizados libertos e os camponeses pobres livres.

O povoamento que ocorre da segunda metade do século XVI até meados do século XIX, estava muito concentrado no núcleo da ocupação instalado pelo grupo de Tomé de Souza. A cidade de Salvador, a despeito de ter sido fundada com muros, para Mattoso (1978, 1992), sempre teve uma relação muito imbrincada com o entorno e seu campo. No dizer da autora, a cidade era restrita a duas freguesias²⁴, a de Nossa Senhora da Vitória²⁵ e a da Igreja da Sé²⁶, “num jogo dialético incessante de campo-cidade” (MATTOSO, 1978, p.100). Essas freguesias eram reconhecidas pelo poder gestor na medida em que se instalavam as paróquias, e estas, ao se instalarem, criavam novo dinamismo e redefiniam as relações de posse e uso da terra segundo a autora em tela. A cronologia de criação das igrejas obedece a uma rota de povoamento da cidade desde a segunda metade do século XVI até a primeira metade

²⁴ Área sob influência de paróquias católicas.

²⁵ (...) “Só sabemos que, já em 1552, duas paróquias – a da Sé, dentro do recinto fortificado e a de Nossa Senhora das Vitórias (Vitória), na velha aldeia de Diogo Álvares – repartiam entre si os fiéis da cidade, o que demonstra que os sobreviventes da primeira tentativa de povoamento não se haviam unido aos homens de Tomé de Souza dentro da área protegida. A existência de uma paróquia além-muros prefigurava a vocação dinâmica do primitivo núcleo oficial. Rapidamente, a cidade ultrapassou seus exíguos limites, estabelecendo-se um jogo permanente entre uma sede urbana que tinha seus próprios pomares e hortas e o campo vizinho, urbanizado, que se sentia parte da cidade-capital. A partir da década de 1560, as portas do recinto fortificado permaneceram abertas, e a muralha foi deixada praticamente destruída.” (MATTOSO, 1992, p.71).

²⁶ Área murada da Cidade de Salvador até a década de 1560.

do século XVIII, a exemplo das freguesias de Santo Antônio além do Carmo fundada em 1648, Nossa Senhora de Brotas, em 1718, e a de Nossa Senhora da Penha, em 1760. Mattoso propõe uma questão fundamental para o entendimento dos primórdios da ocupação e do uso do solo da cidade, com uma exclamação: “[...] Curiosa concepção de cidade onde uma freguesia de povoamento esparsa, caracterizada por funções econômicas tipicamente rurais, e isto até meados do século XIX, acede à condição de núcleo urbano! [...]” (ibidem, p.102).

Anna Amélia Vieira Nascimento, em seu livro, “Dez Freguesias da Cidade do Salvador”²⁷, afirma também que as freguesias se confundiam em suas funções entre o caráter religioso e a gestão da cidade, uma vez que estas eram inicialmente definidas por uma área de influência de uma paróquia, mas, logo depois de instituídas, eram assumidas como unidades administrativas pelos gestores, considerando que ali não existia separação clara entre a religião e o Estado.

Salvador foi uma cidade concebida para ser um centro urbano gestor de toda a Colônia e se implantou em um território de domínio indígena. Teve uma dinâmica interna, desde os seus primórdios, fundada em relações escravagistas, e as ameaças de invasões estrangeiras sempre foram algo muito presente no seu cotidiano, derivando daí a necessidade de vigilância sobre o uso do território pelas camadas sociais subalternas. É nesse espaço-tempo que a Cidade se desenvolve de uma forma como nenhum núcleo de povoamento se desenvolveu no Brasil. Mattoso(1978) assim resume as dinâmicas do crescimento de Salvador no século XVI, depois dos dois primeiros governos gerais:

Com efeito, no tempo de Mem de Sá ‘a cidade havia já transbordado do seu recinto primitivo. As suas portas sob o castelo já se não fechavam e os seus muros destruídos pareciam dizer que o seu tempo, aquele do gentio bravo e ameaçador.’ (Sampaio,1949,p.255). Novos núcleos de povoamento do Campo da Palma e o Bairro do Desterro. Já no governo de Luiz Brito e Almeida (1573-1578) a cidade não tinha mais muros e a construção de novos, por volta de 1598, a protegiam e defendiam muito mal. No final do século XVI dois novos caminhos ligavam a cidade alta ao seu porto e ancoradouro: a ladeira do Tabuão e a da Misericórdia que levavam gente e mercadorias aos cinco pontos de desembarque: o varadouro onde se queravam²⁸ as embarcações, o porto dos pescadores, o do Desembargador Baltazar

²⁷ Por ordem de fundação das Freguesias: Sé ou São Salvador, Nossa Senhora da Vitória, Nossa Senhora da Conceição da Praia, Santo Antônio Além do Carmo, São Pedro Velho, Santana do Sacramento, Santíssimo Sacramento da Rua do Passo, Nossa Senhora de Brotas, Santíssimo Sacramento do Pilar e Nossa Senhora da Penha.

²⁸ Manutenção e reparos de barcos. (Notado autor deste estudo).

Ferraz, o das amarras e dos padres. A Ribeira do mar de simples entreposto de mercadorias havia se transformado em mercado ativo, provido de mercadorias trazidas pelos índios do Recôncavo e pequenos lavradores de Paripe. Desde 1575 os moradores da cidade alta vinham abastecer-se na cidade baixa pois a praça do mercado transferida para a praça do São Bento era insuficiente [...] (MATTOSO, 1978, p.100-101).

As evidências históricas tratadas por muitos autores demonstram que a Cidade de Salvador, desde a sua criação, apresenta um dinamismo populacional e econômico muito forte. A cidade nasce como o poder maior da Coroa em solo brasileiro e, no correr do século, passa a ser um vigoroso centro comercial de toda borda da Baía de Todos os Santos e suas terras interiores, bem como e de um comércio internacional ativo, baseado no açúcar e no tráfico dos negros escravizados. Conjunções de fatores que contribuíram em muito para a valorização do seu solo, sendo este objeto de reiteradas regulamentações que não permitiam a posse para moradias dos pobres, que oscilavam entre duas condições: escravizados que moravam nas casas das famílias ricas e mercadores de produtos primários que moravam em habitações como foreiros dos proprietários das terras, como pequenos agricultores de algumas freguesias que tinham rarefação populacional, freguesias que de modo geral sempre exerceram um forte controle sobre as ações da população e, ainda na primeira metade do século XIX, exatamente no ano de 1831, institui-se uma regulamentação sobre o uso do solo baseada nas freguesias, por ser indistinto o poder da igreja e suas ordens²⁹ e do Estado nestas questões:

A divisão administrativa coincidia com a administração religiosa, que, na realidade havia tomado a iniciativa dessa classificação primeira da cidade, adotada pelo poder governamental. O Artigo 10º § 1º do Ato adicional, contudo, conferia às Assembleias Legislativas Provinciais, por ele mesmo criadas, o poder de deliberar acerca das freguesias e seus limites. Entretanto, essa faculdade não banira no sentido mais profundo o respeito que lhe cumpria prestar observância dos Sagrados Cânones em um país tão fervorosamente católico como o Brasil. Uma questão de alteração de limites de uma freguesia seria objeto de

²⁹ As Ordens se dividiam em religiosas e leigas. As Ordens religiosas centralizavam o clero regular e, segundo Vasconcelos (1997), “No Brasil, suas funções principais eram de ordem missionária, sobretudo junto aos ameríndios. Também dedicaram-se ao ensino dos filhos dos colonos, como os jesuítas. As Ordens, porém, necessitam de recursos para sobreviver. Num contexto escravista, receberam bens de fiéis de posses: dinheiro, terras, casas, fazendas, engenhos, gado e escravos” (p.251). Ainda segundo o autor, “Embora as ordens leigas estivessem intimamente ligadas à Igreja Católica, eram de fato, instituições independentes. Eram Associações de leigos, homens e mulheres, que tinham vários objetivos, sejam de ajuda mútua, de caridade coletiva, e funcionavam também como bancos, realizando empréstimos. Tinham grande número de imóveis urbanos para rendimento de aluguéis” (p. 254).

estudos de Direito Eclesiástico, ao lado da competência atribuída ao poder legislativo, pelo que teria a denominação de matéria mista: os Cânones harmonizando-se com o poder civil (NASCIMENTO, 1986, p. 44).

Mesmo com todas as transformações pelas quais passou a cidade em três séculos, observa-se que o sistema de vigilância sobre o uso da terra continuava com a mesma imbricação que pautou o ato de sua fundação: a indistinção entre o poder eclesiástico e o poder político municipal, gerando limitações imensas para a ocupação da população pobre, na medida em que os locais onde havia melhor infraestrutura, água potável e serviços eram disputados e, nessas disputas, prevalecia o direito de propriedade estabelecido desde as capitânicas/sesmarias. Mas isso se tornava contornável na medida em que a cidade, no fim do século XIX, tinha uma população estimada de 8 mil habitantes, mesmo considerando que a extensão dos serviços era diminuta.

2.3 Do Século XVII ao século XX: o fausto de uma cidade em contraponto à imensa população de negros escravizados e pessoas pobres livres

Uma falsa crença se instaurou entre muito estudiosos na reconstituição histórica de Salvador. O mito de que muitas das freguesias, por terem características rurais, apresentando rarefação de população e cultivo de produtos alimentares por foreiros ou arrendatários, estivessem fora de uma intencionalidade de rígida apropriação do solo e regulamentação da propriedade privada nos termos estabelecidos desde a chegada do donatário Francisco Pereira Coutinho. Em verdade, a pouca vigilância sobre a ocupação do solo se dava, basicamente, por duas razões, a saber: a rarefação da população nessas áreas ou as impossibilidades do poder público municipal e da igreja para controlar as ocupações que não fossem dentro dos marcos estabelecidos nas regulamentações primeiras.

Mattoso (1978) discorre sobre as várias Freguesias de Salvador, dos séculos XVI até o XIX, consideradas rurais por vários historiadores, mas que, em verdade, sempre foram consideradas como parte da cidade pelo poder público e pela igreja, através de suas normas e regulamentações de uso do solo. Esta historiografia oferece a condição de se afirmar nesta pesquisa porque, independentemente de serem urbanos ou rurais, esses poderes sempre exerceram uma férrea fiscalização sobre todas as áreas da cidade que lhes interessassem em qualquer tempo histórico que

estas fossem objeto de valorização. Os regramentos eram baseados no ato de conquista das terras brasileiras por Portugal em que a Coroa declarou que todas as terras eram da suas e, mais tarde, transferiu esse poder aos donatários e sesmeiros, que criaram um sistema de posse precária através de foreiros e arrendatários que, através da história, sempre estiveram vulneráveis ao poder das elites dirigentes:

A série de posturas municipais, aprovada em 1831, fornece alguns exemplos esclarecedores. Tratando-se, por exemplo, de posturas referentes às modalidades de edificação de prédios, os regulamentos editados pela Câmara do Senado de Salvador, aplicam-se indistintamente à cidade e aos chamados 'povoados' do termo. A postura n. 39 por exemplo proíbe na cidade, nos subúrbios ou nas povoações de seu distrito construir casas, cercas e muros, ou fazer modificação na frente dos edifícios que alterem seu prospecto, sem a devida licença da Câmara, a fim de se lhe dar o necessário alinhamento. Aos contraventores impunha-se multa de 10\$000 réis ou 5 dias de prisão firme, além da demolição da obra às custas do proprietário. Do mesmo modo abrangentes eram as posturas referentes à limpeza. Era por exemplo, proibido criarem-se porcos soltos ou enchequeirados dentro da cidade e povoações do distrito. Esta criação só era permitida a um quarto de légua distante da cidade ou do povoado, e a multa era de 6\$000 réis ou 3 dias de prisão. As valas e riachos que atravessavam os subúrbios e a cidade em terrenos de particulares, deveriam ser limpos e desentupidos por estes, e dessecação dos pântanos e as águas estagnadas. A multa era 10\$000 réis ou 5 dias de prisão. Inúmeros são os exemplos, mas, o que é interessante notar é que para os edis municipais de 1831 a cidade e seu termo fazem uma só unidade e a vida nos povoados do termo é um prolongamento da vida da urbe: o cidadão de Paripe é também soteropolitano. E de tal forma campo e cidade são imbricados que a própria Câmara de Salvador sente a necessidade de demarcar o perímetro urbano quando é instituído o imposto das décimas, em meados do século XIX. Em maio de 1857, dois membros indicados pelo governo provincial e municipal deram o seu laudo que fora devidamente aprovado [...] (MATTOSO, 1978, p 120-121).

Outra questão importante para a compreensão da posse e do uso da terra em Salvador é o fato de que algumas ordens religiosas foram vetores decisivos para a expansão da cidade, uma vez que elas necessitavam de grandes áreas de terras para implantarem conventos e várias outras atividades, como agricultura de subsistência, criatório de aves, e pecuária de animais variados³⁰. Assim, na medida em que traziam os seus escravizados e desenvolviam atividades econômicas atraíam pessoas para

³⁰ "(...) Mas sendo grandes consumidores de terrenos, como pelas suas atividades complementares (hortas, estábulos etc.) os conventos tiveram um papel de ponta na expansão urbana colonial: localizados nas periferias, nos finais dos eixos de crescimento urbano, tendiam a atrair o crescimento das cidades em sua direção" (VASCONCELOS, 1997, p.252).

sua área de influência, construíam em seus terrenos casas de aluguel para suprir economicamente o estabelecimento da ordem, atraíam mais tarde as paróquias e a área era transformada em freguesia que, como já se viu, passava a ter um papel de controle e vigilância do território. Isto pode ser expresso nas tabelas 1 e 2, que mostram recenseamentos que abrangiam toda a área, que não só coincide com a área da cidade atual, como vai além, a exemplo de Santo Amaro de Ipitanga que hoje corresponde ao município de Lauro de Freitas.

A partir do final do século XVI e início do século XVII as funções da Cidade, que eram muito limitadas à época das décadas iniciais depois de sua fundação, começam a se diversificar e o porto cumpre um papel fundamental nessa ampliação de funções:

No fim do século XVI, a cidade contava com 8 mil habitantes³¹. Sua função portuária crescia, ao lado das funções administrativa e militar. Essa função portuária adquiria importância à proporção que a cultura da cana se estendia, mas não somente por esta razão. Salvador exportava açúcar, mas, por outro lado, era um porto de entrada dos escravos³² que se mandavam buscar na África para trabalhar na agricultura. Tal comércio favoreceu uma outra cultura, ao lado da cana-de-açúcar, nas terras vizinhas impróprias aos canaviais: foi a cultura do fumo, que rapidamente se tornou importante, pois o tabaco era a melhor moeda para a compra de escravos nas costas d' África. Uma terceira zona próxima, especializou-se na produção de produtos alimentares indispensáveis à alimentação das demais regiões, que eram nitidamente monocultoras (SANTOS, M., 2008b, p.40).

³¹ “As informações disponíveis sobre a estrutura demográfica e evolução da população baiana não são satisfatórias. Só no século XVII começaram a aparecer números globais que aliás devem ser utilizados com grande prudência, pois resultam de simples avaliações ou de ‘recenseamentos’ não controláveis(...)” (MATTOSO:1992, p.82). Que se referenciou em (AZEVEDO:1949)

³² A historiografia atual reconhece que Salvador foi um porto de escravos que redistribuía os negros para todo o Nordeste brasileiro e existem registros de negros em lugares distantes na América Central que passaram por Salvador, como registra (MATTOSO:1992, p. 115) neste fragmento de texto: “Tudo leva a crer que a população flutuante era muito importante. Chegava-se à capital por via marítima (a bordo de navios e embarcações de pequeno porte) ou terrestre (a partir do Recôncavo, próximo ou distante, e do Sertão). Funcionava em Salvador o maior mercado de escravos do Nordeste brasileiro, e os negros para ali trazidos, oficial ou clandestinamente, às vezes permaneciam muito tempo antes de serem vendidos.”

Tabela 1 – Domicílios, população, pessoas com disponibilidade para o serviço militar nas localidades polarizadas por igrejas católicas na cidade de Salvador no final do século XVIII

FREGUESIAS DA CIDADE			
FREGUESIAS	FOGOS	ALMAS	GENTE QUE PODE DAR
SÉ	1483	8946	293
CONCEIÇÃO DA PRAIA	913	8017	183
PILAR	461	4119	92
SANTO ANTONIO ALÉM DO CARMO	800	3000	160
N. S. DA PENHA	249	1260	50
SANT'ANNA DO SACRAMENTO	996	4170	199
N. S. DAS BROTAS	189	1063	38
SÃO PEDRO O VELHO	1232	6680	246
S. SACRAMENTO DA RUA DO PAÇO	402	2075	80
N. S. DA VITÓRIA	355	1582	71

Freguesias são as aglomerações existentes em torno de uma igreja que foi marco inicial da povoação. Fogos equivalem ao número de habitações. Almas expressam o número de habitantes. E “gente que pode dar” são as pessoas que podem ser incorporadas à tropa e às milícias.
Fonte: Vilhena (1801 apud MATTOSO, 1978, p.119).

Tabela 2 – Domicílios, população, pessoas com disponibilidade para o serviço militar nas localidades polarizadas por igrejas católicas na cidade de Salvador no final XVIII

FREGUESIAS DOS SUBÚRBIOS DA CIDADE	FOGOS	ALMAS	GENTE QUE PODE DAR
SÃO BARTOLOMEU DO PIRAJÁ	156	897	31
N. S. DO Ó DE PARIPE	127	644	25
SÃO MIGUEL DE COTEGIPE	120	1316	24
N. S. DA PIEDADE DE MATOIM	194	1695	39
SANTO AMARO DE IPITANGA	400	3036	80
SÃO PEDRO NÓ SAUIPE DA TORRE	110	835	22
SENHOR DO BONFIM DA MATA	112	851	22
SANTA VERA CRUZ DE ITAPARICA	387	2897	77
SANTO AMARO DE ITAPARICA	187	1425	37
N. S. DA ENCARNAÇÃO DO PASSÉ	298	2497	60

Freguesias são as aglomerações existentes em torno de uma igreja que foi marco inicial da povoação. Fogos equivalem ao número de habitações. Almas expressam o número de habitantes. E “gente que pode dar” são as pessoas que podem ser incorporadas à tropa e às milícias.
Fonte: Vilhena (1801 apud MATTOSO, 1978, p.119).

Um fato que geralmente não é bem discutido, quando se relaciona a população da Cidade com a demanda por solo urbano para habitações, é a grande população

flutuante de Salvador do século XVII ao século XIX. Thomas Lindley estimou que, no século XIX, mais de 800 embarcações ancorassem no Porto para comercializar gêneros de toda ordem, e só quando se considera a população flutuante (MATTOSO,1992) é possível encontrar explicações para tamanho movimento. A população flutuante é um indício de que havia uma demanda por solo urbano e habitações nas áreas da Cidade que ofertavam e concentravam os serviços e comércio, que foram subestimadas pelos estudos urbanos retrospectivos desta temática. Os marinheiros destas embarcações e os negros escravizados trazidos da África e que, por Salvador ser o maior mercado de negros escravizados do Nordeste, ficavam aqui para serem recuperados fisicamente da viagem debilitante, e, em seguida, embarcaram novamente para outros destinos: a exemplo de Cuba que, no testamento de um grande traficante na África, Domingos José Martins, que teve como inventariante outro grande traficante, o português naturalizado brasileiro e domiciliado em Salvador, o Conde Pereira Marinho, registra créditos com firmas em Havana. No testamento de outro traficante, Joaquim Almeida, Anna Amélia Vieira Nascimento resgata essa amplitude de Salvador como um centro de comércio de escravizados para fora do Brasil, em lugares muito distantes como Cuba:

[...] O Mulato Joaquim Almeida declarava, no seu testamento de 1844, que possuía em Havana, em mãos do senhor do José Morrón, saldo de venda de escravos, significando pois, que os negócios com Havana não foram somente iniciados depois de 1855. O triângulo Bahia-Costa da África-Havana era realizado pelos comerciantes de escravos da Bahia, logo após a proibição de 1831 (NASCIMENTO,1986,p. 323).

Some-se a isto o fato de que os negros em fuga formavam comunidades afastadas, algo que só começa a ser pesquisado na atualidade, e, certamente, não foram objeto de qualquer recenseamento, contagem ou até mesmo estimativas, por serem lugares nos quais se tornava difícil qualquer levantamento populacional.

Mas é importante destacar que, ao longo desses três séculos, a economia da Cidade e a sua população conheceram flutuações expressivas. Santos, M. (2008b) aponta essas flutuações, registrando que “Em meados do século XVII, a população urbana de Salvador era de mais ou menos 10 mil habitantes. No fim desse século era já de 20 mil. No meio do século XVIII, contava-se 40 mil. Assim, a população urbana dobrava de 50 em 50 anos” (ib.idem,p.41). Mas, como já foi mencionado, as

estatísticas populacionais desse período exigem comedimento na sua aceitação, como pode ser verificado em Thales de Azevedo, inclusive citando Vilhena:

‘O fazer um mapa desta natureza neste país não é tão fácil como talvez se suponha’, dizia Vilhena em 1799, ‘porque os pais de família, receosos de que lhes peçam filhos para soldados, não só ocultam muitos, como nem dão os nomes nos róis de confissão e o mesmo praticam com os escravos que constar possuem’. No exame de tais censos é necessário ainda levar em consideração que dos mesmos eram excluídos todos os que não haviam atingido a idade de confissão, como inocentes, párvulos e pagãos; e para efeito de discriminação dos grupos sociais, também, se deve atentar na observação de Lucila Herrmann sobre o fato de que na era colonial distinguíam-se os indivíduos que não possuíam terras e lavravam terras alheias, e os agregados; os primeiros não faziam parte dos fogos do proprietário e eram, por isso, computados separadamente com seus escravos e familiares; os últimos eram contados no fogos da família-chefe. Num censo de 1775, o organizador do mapa geral das freguesias fez uma indicação que confirma aquela distinção, quando declarou que a cidade do Salvador tinha tantos fogos e tantas almas, ‘a maior parte pretos e pardos cativos, porém os fogos a maior parte são brancos.’ (AZEVEDO, 1955, p.339-340).

O fato é que, do início do século XVII ao final do século XIX, muitos foram os eventos econômicos, políticos e sociais que influíram na dinâmica interna e externa de Salvador e que repercutiram em graus diferenciados no comportamento demográfico. Invasão holandesa, descoberta de ouro em Minas Gerais, descoberta de ouro e diamantes na Chapada Diamantina, transferência da capital para o Rio de Janeiro, decadência da lavoura canavieira, revoltas escravas, a luta pela independência na Bahia, proibição do tráfico de escravizados, libertação dos negros escravizados são alguns dos momentos em que a população da cidade crescia ou tinha decréscimo.

Milton Santos, por exemplo, quando fala do início da exploração do ouro em Minas Gerais, no fim do século XVII, aliando a isso os tradicionais segmentos econômicos, diz que “Salvador se beneficiou, então, do tráfego de gado e do ouro; é o início de uma organização do espaço em que Salvador se afirma, de um lado, como praça comercial que abastecia uma vasta região do Estado do Piauí até Minas Gerais³³”. E, seguindo esta linha de pensamento, o professor diz que é neste período que Salvador se consolida na condição de metrópole regional que ultrapassa muito os limites do Estado da Bahia, mas, a partir da segunda metade do século XVIII até o

³³ Santos, 2008, p.42

início do século XIX, a população para de crescer. As razões apontadas são a transferência da capital para o Rio de Janeiro, que passa a centralizar todo o comércio do ouro de Minas Gerais, bem como o esgotamento do ouro na Bahia.

Mas, já no início do século XIX, o declínio da produção aurífera da Bahia e de Minas que, no primeiro momento reduziu a economia e o afluxo de população, em um segundo momento trouxe correntes migratórias dessas áreas em um movimento de retorno. Isso coincidiu com a entrada do cacau e do café no comércio internacional, com a Bahia se destacando e a reanimação do mercado de açúcar que, somados, trazem novamente dinamismo econômico para a Cidade, que volta a ter incrementos populacionais em decorrência desses fatores.

Essa afluência de migrantes vai refletir-se na paisagem pelo alargamento do quadro urbano que estava mais ou menos imutável desde a primeira metade do século XVII. Para o sul surge o Bairro da Vitória, constituído por grandes e belos palacetes rodeados de jardins, residências de uma burguesia enobrecida pela exploração da terra. Para o norte, formam bairros habitados pela classe média e pobre. Essa extensão da cidade tornou-se possível pela instalação de novas vias de comunicação e meios de transporte: em 1855 são construídos viadutos para ligar Nazaré e Barbalho, Federação e Pedra da Marca; em 1868, a cidade já possui os primeiros transportes coletivos; em 1869, novas empresas de transportes se instalam; em 1874, inaugura-se o elevador hidráulico (Carvalho 1857), para favorecer as comunicações da Cidade Alta com a Cidade Baixa, que é o centro comercial (SANTOS, M., 2008b, p.48).

2.4 O século XX: a expulsão de muitos pobres, políticas higienistas e a criação do mercado de terras através de grandes doações do poder municipal aos agentes imobiliários

A extensão dos serviços aliada às comunicações internas fizeram com que a cidade se adensasse em espaços antes mais rarefeitos e com isso são criadas as condições para o estabelecimento de um mercado de terras (SOUZA, A., 2002; BRANDÃO, 2002), que foi bastante favorecido por transferências de terras realizadas pelo poder público municipal para os agentes do capital imobiliário (CARVALHO; PEREIRA, 2008; SOUZA, A., 2000). Esse mercado de terras vai viabilizar grandes lucros ao capital até nos programas de habitação popular (FIGUEIREDO, 2016).

Mas, em tempo, destaca-se mais um equívoco de alguns estudiosos sobre as comunicações internas da Cidade nos primeiros séculos após a sua fundação, quando

consideram algumas localidades como a Ribeira, Paripe e outras, como enclaves ou pontos de comunicação muito difícil com o Centro Histórico.

Esta forma de pensar só pode ser explicada pela “transposição das dinâmicas” do século XX, baseada nas comunicações terrestres, para os séculos precedentes, o que se constitui em uma deformação da análise do presente, uma vez que Salvador estabelecia comunicações marítimas pelas bordas da Baía de Todos os Santos, alcançando uma enorme área, além de ter rios internos navegáveis que permitiam as comunicações. E, mais que isso, não se pode fazer comparações entre as lógicas que presidiam uma cidade colonial nas Américas, até o século XIX, quando os efeitos da revolução industrial nas comunicações internas das cidades, eram muito pequenos, como esses efeitos no século XX.

Em 1584, o jesuíta José de Anchieta indicava a existência de 40 engenhos e o cronista Gabriel Soares de Souza atesta o funcionamento de 36 engenhos, a construção de mais 4 e a existência de 8 casas de cozer meles. Segundo Gabriel Soares, o transporte por via aquática funcionava muito bem. Podiam-se contar mais de 1.400 embarcações em serviço dentro da baía. E são tantas as embarcações na Bahia, porque se servem todas as fazendas por mar; e não há pessoa que não tenha seu barco, ou canoa pelo menos, e não há engenho que não tenha 4 embarcações para cima; e ainda com elas não são bem servidos (Souza, s.d.,cap.XXXII) (ARAÚJO,2002, p.211).

No início do século XX há um amortecimento do ritmo de crescimento populacional da Cidade. Milton Santos identifica como principal causa o deslocamento do mais importante ponto de atração de migrantes do Recôncavo e do Sertão para Região Cacaueira. Mesmo considerando que, neste momento histórico, a cidade de Salvador passava por várias transformações urbanísticas, que vários gestores justificavam como necessárias diante das sucessivas epidemias que assolaram a cidade desde a segunda metade do século XIX e que fez esse período ser denominado de higienista, este discurso escondia os reais objetivos dessas alterações, em verdade fincadas no desejo de expulsar a população pobre de algumas localidades das áreas centrais:

Se os progressos da agricultura cacaueira acarreta, por um lado, um amortecimento da evolução demográfica da capital do Estado da Bahia, reforçam, por outro, seu tradicional papel de porto e praça comercial. O grande aumento de tonelagem a exportar, bem como os progressos obtidos em toda parte pela navegação marítima, e com a

construção de grandes navios, obrigaram a remodelação do porto, que começou em 1913, mas terminou somente depois de 15 anos. Enormes aterros se fizeram para permitir a construção do moderno cais, consentindo aos grandes navios o acostamento. A revolução dos meios de transporte, após a chegada do automóvel em 1901, e a instalação do bonde elétrico em 1914 comandam as modificações do quadro e o crescimento da cidade. Para corresponder às novas necessidades da circulação, várias ruas tiveram que ser alargadas. Pôde-se, então, construir novos edifícios nas áreas em que se situavam os que foram demolidos. Aparecem, timidamente, os primeiros arranha-céus, sobre os aterros do porto, na Cidade Baixa, construídos por bancos e grandes empresas comerciais e, na Cidade Alta, ao longo das mais importantes vias de circulação, com o objetivo de abrigar serviços públicos, hotéis, jornais etc. (SANTOS, M., 2008b, p.48-49).

Esse é o primeiro grande ensaio para as grandes transformações urbanísticas que viriam a ocorrer a partir da década de 1950 até a década de 1980 e que, ao mesmo tempo, que viabilizaram a formação da Salvador moderna, foram poderosos instrumentos de periferização da população pobre, com expulsões violentas de expressivos grupos de áreas que interessavam aos grupos hegemônicos, fossem eles gestores públicos ou pessoas ligadas ao capital privado. As reformas iniciadas em 1912 pelo governo Seabra trouxeram algo inusitado em relação à posse e ao uso da terra na Cidade: a terra que era algo da propriedade perpétua de poucos e que tinha seu uso por foreiros, com a abertura de vias rápidas de comunicações assentadas no bonde e veículos automotores, passa a ser uma mercadoria integrada ao circuito do capital.

Os serviços, ao mesmo tempo que se diversificam, se adensam, e a área habitacional dos pobres no Centro histórico passa a sofrer uma pressão no sentido de ser transformada em áreas comerciais. Some-se a isto o fato de a libertação dos negros escravizados em 1888 ter desobrigado muito donos de escravizados a fornecer-lhes moradia. Começa assim a nascer a Salvador moderna, que passa a ser um centro de oportunidades de empregos para milhares de pessoas atingidas pela seca do semiárido e das populações do Recôncavo, que dependiam dos Engenhos de açúcar e do fumo como moeda utilizada no tráfico de escravizados. Criavam-se as condições para um grande crescimento populacional no futuro, sem as condições de abrigo para a população escrava que vivia nos sobrados, a população pobre livre que vivia em vilas ou avenidas³⁴ do Centro Histórico ou para as grandes levas de migrantes

³⁴ Denominação popular para um conjunto de habitações enfileiradas em uma via de circulação muito estreita.

que mais tarde chegaram, em virtude de uma apropriação da terra excludente, como ocorreu ao longo dos quatro séculos precedentes. Mudou a forma da posse, mas o caráter excludente permaneceu e se agravou.

Heliódório Sampaio, analisando o planejamento e ações urbanísticas para a cidade de Salvador, no século XX, divide as intervenções em quatro fases: 1ª) os antecedentes: o sanitarismo e os “planos de melhoria”; 2ª) a Semana de Urbanismo de 35 e o Epucs³⁵; 3ª) o desenvolvimento industrial: CIA³⁶ & Ciam’s; 4ª) o sistema metropolitano: Eust³⁷ e Plandurb³⁸ (SAMPAIO, A., 2015, p. 165). O autor afirma que a primeira fase se caracteriza como uma “sub-etapa de preparação do urbanismo moderno”, por ter a dominância dos “saberes de médicos e engenheiros, que hegemonizaram este período, estes saberes tinham uma vertente positivista expressa em um higienismo, além de não ter a ‘figura do urbanista clássico’”, que se materializa na formação do arquiteto. Entende-se que essa crítica do autor precisa ser relativizada, na medida em que uma crítica às intervenções urbanísticas, que efetivamente eram marcadas pelo pensamento positivista, não pode ser formulada somente a partir dos saberes dos médicos e engenheiros e/ou da ausência do arquiteto. Todo urbanismo que se forjou a partir de 1935 tinha também um forte caráter positivista, principalmente por acreditar que o “subdesenvolvimento” era apenas uma etapa do processo capitalista e a pobreza seria erradicada com o crescimento econômico. Ademais, o urbanismo modernista nunca ficou imune à ação positivista sobre o espaço. Mas é inegável o contributo que ele fornece para a compreensão deste período, ao estabelecer diferenças entre as propostas de Teodoro Sampaio, o governador Seabra e Saturnino de Brito, pessoas que tiveram muita influência em propostas e ações para as transformações urbanísticas de Salvador do início do século XX até 1935:

Certamente, a visão de Teodoro Sampaio, em 1905, já apontava as deficiências de infraestruturação da cidade, e, no seu relatório, desenvolve um esquema ou proposta para Salvador enfatizando como características essenciais da cidade moderna: o saneamento, o embelezamento e a comunicação. Neste plano de intervenção, são prioridades a habitação, o saneamento e o espaço público, sugerindo

³⁵ Escritório do Plano de Urbanismo da Cidade de Salvador, coordenado pelo professor Mário Leal Ferreira.

³⁶ Complexo Industrial de Aratu.

³⁷ Congresso Internacional de Arquitetura.

³⁸ Plano de Desenvolvimento Urbano de Salvador, elaborado pela Prefeitura para o período 1975/1978, que estabelecia diretrizes de uso do solo.

um esquema viário com ‘forma elegante’, a qual [...] ainda que simples e modesta também afeta profundamente aos costumes, concorre para o progresso social’. Obviamente tinha o sentido de disciplinar, visando alterar o comportamento social dito indisciplinado (Ibidem, p. 169).

E é importante continuar com o autor nas comparações que ele faz dos principais agentes do período higienista:

Certamente, a visão de Theodoro Sampaio era ampliada por sua condição de historiador, bem como pelos seus contatos na esfera nacional, distinguindo-o como um daqueles engenheiros sanitaristas de formação humanística – a exemplo de Saturnino de Brito – que levava em consideração as peculiaridades do meio natural, do sítio e das condições topográficas no traçado viário e nos projetos das redes sanitárias e de abastecimento, visto de modo conjunto, na perspectiva de um urbanismo sanitarista, mas com preocupações estético-viárias claras. De certo modo, Theodoro Sampaio, politécnico assumido, distancia-se da visão mais pragmática implementada por J.J Seabra na constituição das primeiras experiências de modernização urbanística da Cidade. Em especial nas obras do porto e sua área de influência (1906-1921) constituída pelo traçado em xadrez, ampliando o centro comercial da cidade-baixa e, na cidade alta, pela abertura da Avenida Sete de Setembro (1912-1916). Já aí influenciado pelas propostas do engenheiro Jeronymo de Alencar Lima e sua ‘proposta de melhoramento para uma parte da cidade alta’, apresentada inicialmente à Câmara Municipal, já em 1910, e depois desdobrada em pelo menos três versões. Se, por um lado, as obras do porto e adjacências demandaram um projeto de expansão do centro de negócios na cidade-baixa; por outro lado os planos de melhoramentos na cidade-alta implicaram literalmente em retificações, alargamentos e adaptações do traçado na vertente do ‘urbanismo demolidor’. (Ib.idem, p. 169-170).

Fica patente que essas diferenças, apontadas pelo autor, entre Theodoro Sampaio, Seabra e Saturnino de Brito não alcançam a questão central objeto deste capítulo: o sistema de propriedade e uso do solo urbano e as alternativas para o acesso popular a este, considerando toda a pressão existente já nos séculos anteriores e que foi alargada com a libertação dos escravizados não só de Salvador, mas de todo o Recôncavo. Ou seja, essas diferenças, neste período até 1935, como também em todos os grandes planos nos períodos posteriores, como é afirmado pelo autor em vários momentos, foram de alguma forma influenciadas, não por um “urbanismo demolidor³⁹” como o que ocorreu neste período, mas por um urbanismo excludente dos pobres habitantes da cidade: principalmente, para as grandes levas

³⁹ Como exemplo do “urbanismo demolidor” sempre é citada a demolição da Igreja da Sé, construída no século XVI, e demolida em 1933 para dar lugar aos trilhos do bonde.

de migrantes que afluem para a cidade, a partir dos anos de 1940, com a chegada da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (CHESF), exploração comercial do petróleo pela Petrobras nos anos 1950, a implantação do Centro Industrial de Aratu nos anos 1960 e o Polo Petroquímico de Camaçari nos anos 1970.

E só para se ter uma ideia do quanto o planejamento tem uma raiz que é um pensamento excludente dos pobres, tratemos um pouco de como o EPUCS dedicou a eles o seu planejamento. Como foi referido anteriormente, o EPUCS, que foi a encarnação do planejamento modernista que constrói a base para a chamada Salvador Moderna, nunca teve a habitação das grandes levas de migrantes, que para Salvador se dirigiram a partir da década de 1940, com o seu foco principal, ou, quando se ocupou deles, os tratou com proposições excludentes, como sempre foi a característica da elite soteropolitana, e James Amorim Araújo, em sua tese, é um dos poucos acadêmicos que estudam a cidade, a apontar na medida correta este traço do Epucs obliterado ou ocultado por muitas pesquisas sobre este período.

Em 1943, um estudo realizado pelo EPUCS e intitulado 'tese da habitação popular' já alertava que 72,53% dos alugueis praticados na cidade estavam abaixo do Cr\$ 100,00, o que se traduzia em 'cortiços e avenidas no centro ou casebres na periferia'. A solução que a tal 'tese' preconizava seria a seguinte: em uma área próxima à Península Itapagipana aconteceria a alocação do 'operário propriamente dito', pois, naquela época, o distrito industrial de Salvador se localizava nessa península. Na realidade, a alocação desse tipo de operário fora planejada para acontecer no Setor Residencial 3 – São Caetano, conforme assim aponta o Decreto-Lei 701/1948; já para o operário que 'vive um pouco ao acaso dos ganhos eventuais de cada dia' o projeto do EPUCS idealizou 'manchas de moradia de baixo tipo econômico' próximas das áreas residenciais valorizadas. Seriam 6 pequenas 'manchas' que 'Se pretende isolar essas concentrações por meios naturais, à **feição de ilhas** e, por outro lado, criar dentro delas uma tendência de movimento centrípeta da população, isto é – tendência para a centralização e não para a dispersão pela circunvizinhança' (PMS, 1976, p.118). (grifo do autor). Embora consideremos o teor da proposta autoexplicativo, é necessário sublinhar que o isolamento de parte da classe trabalhadora estava contemplado pelo 'planejamento científico'. Se lido em outros termos, era preciso manter os 'trabalhadores livres' próximos dos locais de trabalho, mas cativos, como semi-escravos. Foi esta a proposta formulada pelo grupo de especialistas do EPUCS e endossada pelo Engenheiro Mário Leal Ferreira para a 'classe operária' não típica da Salvador dos anos 40. (ARAÚJO, 2010, p. 105)

Pode ser citado, como exemplo desse urbanismo dos planos, que é muito saudado por vários segmentos técnicos e acadêmicos como uma espetacular obra

arquitetônica, a implantação do Centro Administrativo da Bahia (CAB): obra monumental, que teve as contribuições de Lúcio Costa, Burle Marx e prédios projetados pelo renomado arquiteto baiano João Filgueira Lima. O CAB tinha como objetivo descentralizar as atividades do Centro Histórico, trazendo as administrações estadual, federal e municipal para ocupar o denominado Miolo da cidade em articulação com área do Iguatemi-Rodoviária. Teve início com o “decreto nº 22590, de 18 de outubro de 1971, que considera de utilidade pública, para fins de desapropriação, uma área de 700 hectares situada em frente ao reservatório de Pituaçu” (SCHEINOWITZ, 1998, p. 61). Scheinowitz mostra que a administração estadual foi a única que se deslocou para lá de forma massiva. A administração federal foi ocupando o espaço para ela reservado de forma paulatina e a administração municipal renunciou a ocupar o seu local, que foi cedido para a construção das habitações populares do conjunto Nova Sussuarana: como todos os conjuntos habitacionais construídos na cidade, atraiu uma grande massa de pessoas para o seu entorno, pela possibilidade de ter acesso à terra para moradia em área com serviços mínimos, conquistando essa terra e esses serviços, a exemplo da água e da energia elétrica de forma ilegal.

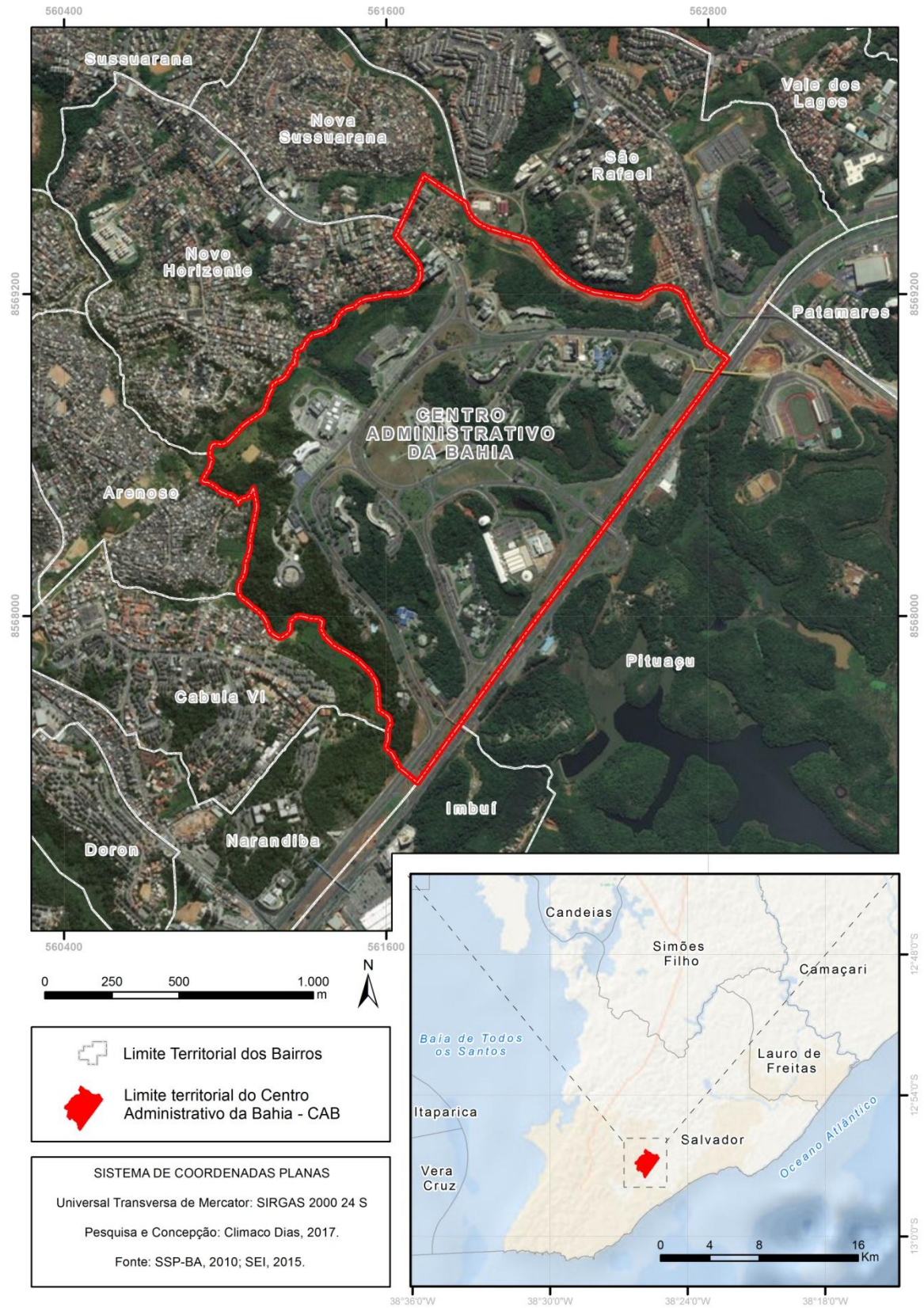
A crítica de Heliódório Sampaio aos planos que se implementaram na cidade de Salvador no século XX é uma importante contribuição para o entendimento da apropriação da terra pelos agentes hegemônicos do capital, sendo possível a, a partir daí, se verificar as condições de implantação de muitos bairros populares de Salvador. E sua referência ao CAB se dá enfocando a sua excentricidade de localização (ver mapas 1 e 2) e o papel de valorização das terras do entorno que este cumpriu:

E ainda o CAB, além de reforçar a política de descentralização induzida pelo Estado, serve de ponto referencial para dar *status* a uma vasta área de terras lindeiras à Av. Paralela, constituindo um imenso ‘vazio urbano’ entre a área consolidada e o mesmo. Neste ponto, a prática funcionando ao contrário do discurso, tem uma lógica cruel: ‘evita’ favelas, face à valorização das terras, e vai contornando o ‘caos’, não por resolver os problemas, mas por afastá-los para zonas menos valorizadas. É a segregação planejada dos planos de cidades-ideais modernas em que discurso e práticas se contradizem e amiúde refletem suas ambiguidades internas no desenho de uma forma-urbana moderna. Nisto o CIA e CIAM’s não se descolam, ideologicamente falando (SAMPAIO, A., 1999, p. 242).

O CAB, na atualidade, é um local desprovido dos mínimos serviços para atender aos milhares de trabalhadores que lá exercem seus ofícios e para as pessoas que pra lá se deslocam em busca de atendimento. Não há restaurantes, os transportes públicos são deficientes, os táxis sempre cobram tarifas majoradas para se deslocarem até lá. As políticas de ocupação das terras pelos pobres no entorno, como em todas essas grandes intervenções urbanísticas na cidade, sempre foram insuficientes para promover o acesso ao solo urbano e à habitação aos pobres soteropolitanos. (ver mapa 2, de SCHEINOWITZ, que ele não numera e está na página 65 do seu livro).

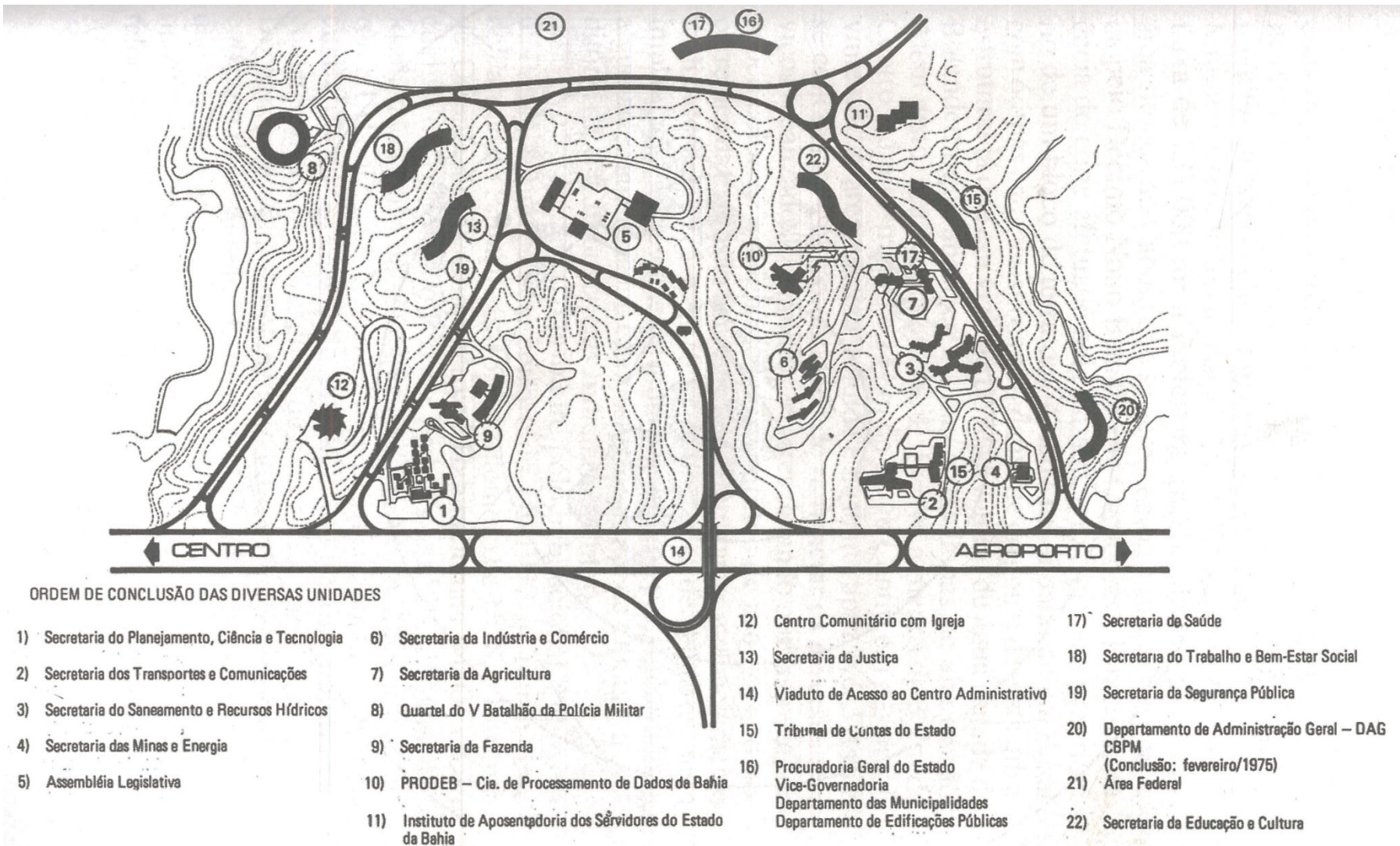
Enfim, é importante sublinhar que a implantação do C.A.B não necessitou da integralidade dos 7.000.000 m² previstos. Algumas áreas já invadidas foram deixadas com seus novos posseiros. Outras foram liberadas para que seus proprietários construíssem. Essas ocorrências se dando na parte Norte do decreto. No que concerne à área reservada à instalação dos órgãos da Prefeitura de Salvador, ao norte do setor federal, ela foi aproveitada para a construção do conjunto habitacional Nova Sussuarana. (SCHEINOWITZ,1998, p. 63).

Mapa 1– O CAB e o seu entorno, na cidade de Salvador (2017)



Fonte: SSP-BA, 2010, SEI, 2015. Pesquisa e concepção: Clímaco Dias. Elaboração: Vinícius Miranda

Mapa 2– A distribuição dos prédios do CAB



Fonte: SCHEINOWITZ, 1998

Angela Gordilho tem uma importante pesquisa sobre a ocupação do solo em Salvador e traz uma boa retrospectiva da urbanização soteropolitana ao longo dos séculos. Mas incorre no problema de muitos autores que “ruralizaram” aglomerações, ao considerar só o núcleo do Centro Histórico. Como já visto, muitas aglomerações afastadas eram áreas completamente integradas à dinâmica da cidade, a exemplo de todas as freguesias que circundavam a Baía de Todos os Santos, considerando a intensidade dos transportes náuticos até o século XX e as edições de vários códigos de posturas que regulavam não só os tipos de construções do Centro Histórico, mas também abrangiam outras freguesias. Outro fator, também já destacado aqui, é o fato de se tentar minimizar os problemas da urbanização de Salvador dos três primeiros séculos de colonização, tomando-se como referência a cidade do início do século XX ou até mesmo a Salvador que ganhou dinâmicas urbanas completamente diferenciadas depois da década de 1940, a exemplo de muitas outras cidades do mundo, como é ressaltado no dizer Gordilho Souza.

Durante as primeiras décadas do século XX, nas principais cidades-capitais do Brasil, incluindo-se entre elas Salvador, vários fatores socioeconômicos internos e externos propiciam momentos de urbanização intensiva, com grandes fluxos populacionais direcionados para essas áreas urbanas, registrando-se, nas diversas situações, ao seu tempo, uma expansão abrupta e significativa do espaço construído. Nesse período redefiniam-se as relações entre capital e trabalho que, reestruturadas, tiveram um papel determinante na reconfiguração dessas cidades. A intervenção do Estado passa a ser acionada para atuar sistematicamente no controle do uso e ocupação do solo, momento em que ocorre a emergência de novas demandas e agentes na produção imobiliária, resultando nos espaços urbanos complexos que atualmente vivenciamos (SOUZA, A., 2002, p.167).

Os cortiços, andares térreos de sobrados que ficavam amontoados com escravizados, aglomerações de casas de palha encontradas nos arredores do centro histórico, as vilas operárias do fim do século, que são muito bem descritos pela autora em tela, eram algo similar às nossas atuais periferias, em termos de dificuldades no acesso ao solo urbano e de condições materiais de existência precárias. A explosão destes conflitos, sem dúvida, que ocorrem no início do século XX com as ações higienistas que buscavam transformar a cidade em um lugar de fluidez com inspiração modernista, foi algo de proporções muito maiores do que aqueles que ocorriam no período anterior, mas as várias edições dos códigos de posturas, desde o século XVII,

atestam, no seu conteúdo, a existência de conflitos pouco registrados pela historiografia da época.

As características particulares da estrutura fundiária em Salvador, com o solo nas mãos de poucos grandes proprietários (Igreja, Poder Público e alguns particulares), e sob um sistema fundiário arcaico, tinham influência direta, também, na produção da habitação e no uso do solo em geral. A cidade herdara uma estrutura fundiária assentada sobre o sistema de enfiteuse, ou aforamento, instrumento jurídico de parcelamento da terra, instituído no Brasil no período colonial. Consiste no direito real por parte do enfiteuta de cultivar e utilizar amplamente, em perpétuo, o imóvel alheio (domínio útil), mediante uma pensão, sem, contudo, destruir-lhe a substância (domínio pleno ou direto), que permanece com o titular.

A partir da aprovação da Lei de Terras de 1850, paulatinamente, instaura-se no país um novo sistema de compra e venda de glebas e terrenos, previamente projetadas, dando origem aos futuros loteamentos. Essas mudanças irão afetar profundamente a ocupação urbana, sobretudo no que se refere às áreas de uso habitacional, que passam a ser valorizadas como 'mercadoria imobiliária' (SOUZA, A., 2002, p. 168-169).

A instituição de um mercado de terras no século XX, como bem diz a autora, na medida em que coloca o solo urbano no circuito da mercadoria, agrava a possibilidade de acesso à habitação pela maioria pobre, em razão de cessar a possibilidade de aforamento. Some-se as grandes levas de migrantes que afluem para Salvador depois da década de 1940, e estão criadas as condições para o surgimento das invasões de terras em escala não antes vista.

Mas é importante frisar que no contexto do sistema de aforamento do passado, embora fosse mais fácil o acesso à habitação pelos pobres, estes enfrentavam grandes dificuldades estarem inseridos em uma sociedade de pessoas escravizadas e de alforriados que sobreviviam dos ganhos diários em várias atividades mal remuneradas. Outro fato muito importante, que demonstra a sobrevivência dos eventos do passado, é o laudêmio ainda existir em áreas de vários bairros da Cidade, a exemplo de partes⁴⁰ do Centro Histórico, Barris, Amaralina e Graça, coexistindo com todos os impostos e taxas resultantes da incorporação da terra ao circuito da mercadoria:

⁴⁰ Foi possível verificar que, em um mesmo bairro, pode se ter um edifício sujeito ao pagamento de Laudêmio e um edifício vizinho a este não ser sujeito a este tributo. Isso se explica pelo fato do reconhecimento de determinadas propriedades, por estas terem uma cadeia sucessória registrada em cartório, e aquelas sujeitas à cobrança não terem a cadeia sucessória e, por isto, serem consideradas invasões de heranças de sesmeiros.

Essa forma de produção de moradia logo dá sinais de esgotamento, com a oferta insuficiente e o conseqüente aumento dos valores cobrados nos alugueis. Na década de 1920, surgem as primeiras iniciativas de implantação de loteamentos nos arredores imediatos, instaurando-se a atuação do capital imobiliário no processo de fragmentação privatizada do solo. Vários projetos de parcelamento são aprovados nessa área de expansão e, no subúrbio ferroviário, surgem grandes loteamentos populares, os quais, contudo, ficam vazios por um longo tempo, pela baixa capacidade de consumo desses novos imigrantes.⁴¹ A situação, finalmente, será ‘resolvida’ pelo desbloqueamento das áreas periféricas de arrendamento, através das ocupações coletivas do tipo ‘invasão’, denominação que será amplamente utilizada para esse tipo de habitação, intensificada a partir do final dos anos quarenta (ibidem, p. 169).

É necessário, neste momento, discutir e problematizar a periodização de Gordilho-Souza, quando a autora divide a história do habitar em Salvador em três grandes momentos, a saber: “o primeiro momento até o século XIX”, o segundo momento com “o final do século XIX” e o terceiro momento como sendo o “início do século XX”. Para efeito da presente crítica, só interessaria o detalhamento do que ela descreve como primeiro e segundo momentos:

No primeiro momento, até o século XIX, a segregação habitacional é observada no interior do próprio domicílio. Por força das circunstâncias dos serviços domésticos e da superposição das funções de moradia, comércio e produção (o escravo era a força que movimentava e ampliava ou propiciava a renda dos senhores) demarcavam-se espaços específicos da casa para as diferentes funções e para as classes que nela coabitam. Os aposentos dos senhores situavam-se marcadamente separados dos destinados aos escravos, estando os primeiros em locais privilegiados da edificação e os demais nos extremos e residuais da moradia. Num segundo momento, final do século XIX, época de grandes transformações na dinâmica econômica e urbana, quando se institui o trabalho livre com a abolição da escravatura, há uma gradativa dispensa da mão-de-obra escrava, o que resulta em outro tipo de separação de classes sociais no espaço habitacional, diversificando-se em relação ao período anterior. Essa separação passa a se manifestar através de outras formas de moradia no ambiente construído, seja no interior do próprio edifício, por nível do pavimento em reação ao ‘rés-do-chão’, ou ainda em determinados setores da cidade. Conforme verificado, esse processo se estabelece, primeiramente, com a intensificação da moradia coletiva, em que as classes médias, formadas por pequenos funcionários e comerciantes, convivem, numa mesma edificação, com famílias de menor poder aquisitivo, prestadores de serviço e vendedores avulsos, na maioria, ex-escravos e mulheres pobres. Nessas situações, quanto mais pobre

⁴¹ “Conforme o *Inventário de loteamento e disponibilidade de terras*. Salvador: PLANDURB-PMS, 1978, o primeiro registro, datado de 1925, foi Vila Bonfim, em Itapagipe. Entre 1932 e 1950, tramitaram nos órgãos municipais 122 parcelamentos e, até janeiro de 1977, são em número de 300, representando uma área total de 47.217 lotes” (SOUZA, A., 2002).

o morador, menos confortável era a localização de sua moradia nos sobrados de uso coletivo, ou seja, os porões e os pisos térreos. Dessa forma, a segregação do domicílio se dá na própria edificação. Esses segmentos pobres da sociedade logo vão sendo ampliados pelos recém-migrantes do campo, que passam a ocupar também determinados compartimentos em antigos casarões da área central, subdivididos em cubículos para aluguel, transformados, portanto, em cortiços, ao serem deixados pelas ricas famílias que passam a privilegiar as novas áreas de morada ao sul da cidade antiga. O processo de saturação do centro logo incrementa a expansão de palhoças em antigos núcleos de pescadores, quilombos e roças, sendo esses últimos localizados em áreas de difícil acesso. As experiências de vilas operárias, implantadas na zona fabril da cidade, representam também uma outra modalidade de moradia para trabalhadores. No entanto, acabam sendo residuais e logo se esvaem com a decadência do primeiro ciclo de industrialização em Salvador. (SOUZA, A., 2008, p. 155-156).

Esta periodização da autora é seminal e é reproduzida em muitas outras importantes pesquisas sobre a historiografia do trabalho e do habitar na cidade, mas, na medida em que propõe um primeiro momento, que vai até “o século XIX”, que aqui se interpreta como o final do século XIX, pela análise que é feita a seguir, e que esse primeiro momento se caracteriza por habitações comuns, segregadas no seu interior ou no seu entorno, entre escravizados e escravizadores, sem considerar outros arranjos, tanto no plano do trabalho, como no plano do habitar, homogeneiza uma situação que desde o século XVIII já apresentava diferenciações expressivas.

O contingente de homens pobres livres, negros alforriados, população flutuante de marinheiros e escravizados, tanto decorrente das relações com Portugal quanto das relações comerciais regionais, escravizados de ganho que moravam fora da casa do seu escravizador, e considerando ainda a importância de Salvador como entreposto de distribuição africanos para todo Nordeste e até para outros países, e que esses escravizados precisavam de um tempo para receber uma alimentação que os recuperasse da viagem da África, que os deixava debilitados, tudo isso mostra que a composição da população e da mão de obra tinha uma complexidade bem maior do que o proposto. Daí podermos propor que as áreas da cidade com habitações precárias eram muito mais expressivas do que é geralmente apresentado para o final do século XVII até as nove décadas iniciais do século XIX, e o fragmento de texto, na página seguinte, revela os indícios de uma situação bem mais complexa do que a que é proposta por boa parte da pesquisa dedicada ao tema:

Conhecemos as modalidades das relações que se estabeleciam entre senhores e escravos que trabalhavam nas ruas, mas muitas matrizes e, em especial, sua evolução no tempo permanecem desconhecidas. Em que momento se teria instituído o costume de fazer o escravo morar fora da casa do seu proprietário, o que lhe dava, senão a liberdade, uma considerável independência? Os autos do processo da Revolta dos Malês, de 1835, atestam que o costume já estava bastante difundido. Mas como se conciliava ele com normas formais em vigor, como a que proibia a livre circulação de escravos na cidade, sobretudo à noite? Teriam todos autorizações escritas dos seus senhores? Por que estes corriam o risco de ver seus escravos fugirem, dando-lhes uma margem de independência que correspondia a uma liberdade condicional? Haveria aí uma estratégia dos senhores, que teriam inventado uma válvula de escape eficaz contra eventuais revoltas individuais? A hipótese é bastante plausível quando se considera que, ao longo de três séculos e meio de regime escravocrata, só se registraram duas tentativas de revoltas de certa monta, ambas frustradas: a Dos Alfaiates, em 1798, e a dos Malês, em 1835 [...] (MATTOSO, 1992, p. 541-542).

Existem dinâmicas locais que fizeram com que Salvador tivesse uma aceleração muito forte no seu crescimento populacional após a década de 1940, mas não se pode considerar essa aceleração sem se levar em conta as transformações que se operaram no mundo depois da metade do século XIX, a exemplo da revolução industrial que favoreceu a produção e a conservação em escalas não conhecidas na história de alimentos para o consumo de massa. A revolução industrial também possibilitou a chamada revolução dos transportes e esse conjunto de situações estimulou o espraiamento de locais de oferta de serviços pela cidade, permitindo um maior adensamento humano, principalmente nas áreas mais afastadas do Centro Histórico. E esse movimento de crescimento urbano acelerado pode ser verificado em todo mundo, pela decadência de sistemas produtivos no campo, provocada pela emergência da chamada agricultura moderna. Tanto em áreas decadentes, por não incorporar as técnicas da revolução industrial, a exemplo do Recôncavo Canavieiro, como em áreas que incorporaram essas técnicas, a exemplo da Região Sudeste ou até do campo dos EUA, o movimento de migrantes campo-cidade foi intenso.

Em 1860 Salvador já tinha a ligação de trem Calçada-Simões Filho: Demonstração de que a expansão da Cidade é algo de dimensões muito mais expressivas do que muitas vezes se propõe e o perímetro urbano que estava além do Centro Histórico era muito maior e mais denso do que revelam os Censos e a historiografia que neles se apoia.

Os trens do Subúrbio funcionam desde junho de 1860, quando foi inaugurada a Bahia and San Francisco Railway Company (Estrada de Ferro da Bahia ao São Francisco). Até 1972 o trem ia até Simões Filho, mas com a privatização da Rede Ferroviária Federal, esse trecho foi abandonado e hoje se resume à ligação Calçada-Paripe⁴².

Salvador passou por um período de estagnação populacional entre 1920 e 1940 e esse fato é tratado por importantes autores que construíram a historiografia da Cidade como um período de letargia generalizada, o que não se comprova, quando se verifica, em 1930, uma revolta da população quanto às deficiências do serviço de bonde, incendiando 60 deles. Salvador, nessa época, era uma cidade que se expandia, que já tinha periferias expressivas que puderam realizar uma revolta dessa monta; e isso pode ser verificado também nas proposições surgidas na Semana de Urbanismo de 1935, que, mais tarde, foram a base para o corpo de propostas do EPUCS na década de 1940.

Maria Brandão, importante estudiosa da urbanização soteropolitana, formula a sua compreensão deste período dividindo-o em três estágios, a saber:

Até aí⁴³, a terra como objeto de uso não era um bem escasso. Mas nos 30 seguintes a cidade passa por uma transformação radical em direção à conversão do solo em mercadoria. É possível distinguir nesse processo três estágios: um primeiro, de latência, em que as alterações vão se dando incrementalmente até produzirem um verdadeiro salto de qualidade pelo final dos anos 40; um segundo, em que essas transformações levam a uma crise de caráter amplo, afetando diretamente a população com o problema de obter espaço para morar, mas também incidindo sobre o capital, com a insolvência dos investimentos em construção civil e uma demanda por espaços não distantes do centro que colidia com a permanência de terras fora do mercado ou ocupadas por não proprietários; e o terceiro, marcado pela intervenção do Estado, em nível local e também federal, transferindo as terras comunitárias a outras mãos, que não os antigos foreiros, reunindo uma massa de capital capaz de viabilizar o mercado imobiliário, investindo em infraestrutura e atuando como árbitro e poder de polícia na proteção das parcelas privadas, ou recém privatizadas, e públicas remanescentes e na remoção de moradores não proprietários ocupantes de áreas com potencial mais imediato de mercado. (BRANDÃO, 2002, p. 154).

Já foi problematizada essa questão da escassez ou abundância de terras antes do século XX, mas é importante retomá-la para reafirmar que terra em Salvador,

⁴² <<http://www.tribunadabahia.com.br/2015/08/13/trens-do-suburbio-sera-substituido-por-vlt-licitacao-comeca-amanha>>. Acesso em 15 de novembro de 2015.

⁴³ Início do século XX.

mesmo aquela para uso, não podia ser um bem abundante, em razão de estar submetida a sistemas rígidos de propriedade e posse, o que tornava o uso precário para os foreiros. E as condições de habitação da população pobre, ao longo dos séculos, atestam, por sua precariedade, que a disponibilidade de terras não era algo franqueado aos pobres.

É inegável porém que, no século XX, com a possibilidade de mercantilização da terra em uma dimensão muito mais acelerada, Salvador, assim como todas as grandes cidades brasileiras, já sob a influência da revolução industrial, com o aparecimento de transportes terrestres de maior velocidade e grande capacidade para transportarem pessoas, a exemplo dos trens, bondes, ônibus, além de concentrar serviços de variadas ordens, atraiu uma quantidade imensa de migrantes. Isso vai contribuir para a formação de bairros populares na dimensão de uma grande cidade de país subdesenvolvido, sobretudo na segunda metade do século XX; mas as bases para este continuado fluxo migratório foram assentadas desde antes do século XX ou da chegada das grandes levas de migrantes que afluem para cá a partir da década de 1940. Brandão descreve uma situação de moradia, dos primeiros anos do século XX, que não deixa dúvidas quanto às condições de habitação da população pobre da Cidade:

No espaço da cidade, misturados com casas de morar, o comércio, os ofícios, as tendas de produção e os órgãos administrativos restringiam-se a uma faixa de poucos quilômetros ao longo da Baía de Todos Santos, entre a Piedade, o Pelourinho, a Barroquinha e o Taboão, a Conceição e a Calçada. Nas cumeadas e no “bairro do Comércio”, à beira-mar, viviam os brancos, em sobrados ou muitas vezes em casarões em meio a chácaras, enquanto às encostas e aos vales cabiam as hortas, os estábulos e os pobres. Mas estes também moravam em *avenidas* – corredores de pequenas casas coladas umas às outras nos quintais dos casarões das cumeadas, em *becos* – fiadas de cômodos em parede meia servidos por um *quartinho* (banheiro/vaso sanitário) coletivo, em sobrados cortiçados – os *pardieiros* dos quarteirões do centro e de velhos bairros pericentrais criados em terras pertencentes em grande parte a ordens religiosas, e, crescentemente nos *bairros pobres*, não longe do centro, em casebres construídos à mão em terrenos de terceiros (BRANDÃO, 2002, p. 153).

Salvador, em 1860, como já mencionado, já tinha trem que fazia ligações entre partes da Cidade e, mais além, o trem que partia da Estação da Calçada e ia até a cidade de Alagoinhas. Em 1873, já contava com um equipamento derivado da

revolução industrial e que cumpria um importante papel na comunicação entre a parte alta e a parte baixa da Cidade: o Elevador Lacerda. Em 1910 implanta o sistema de bondes elétricos e, em 1912, começa a ter os primeiros ônibus. A implementação dos Planos de modernização da cidade, desde o início do século XX, expulsa populações do Centro da Cidade, o que, somado ao processo de mercantilização e valorização do solo urbano, cria as condições ideais para as ocupações com ou sem conflito que viriam a seguir e ganham dimensões extraordinárias na década de 1940:

A partir desse momento de latência até o golpe militar de abril de 1964, passa-se por um período de profunda reestruturação do espaço urbano, desencadeado sobretudo pela redefinição do uso do solo nas áreas centrais. Ricos e pobres saem cada vez mais do centro, na verdade, mais pobres do que ricos, e cresce a luta pela terra. Começam a surgir, pelo final dos anos 40, prosseguindo pelos anos 50 até o golpe de 1964, numerosos conflitos entre, de um lado, proprietários, rendeiros e foreiros e, de outro, a população sem acesso à terra.

Essa segunda fase, que se abre com as grandes invasões do Corta-Braço, do Caminho de Areia, de Pero Vaz, das encostas de Pau Miúdo, e avança sobre a água com a ocupação dos alagados do Porto dos Mastros e da Massaranduba e a expansão das ocupações à beiramar na Ondina e no Bico de Ferro na orla atlântica, tem suas raízes em processos basicamente supralocais, regionais institucionais que induzem alterações internas à cidade e são essas últimas, a partir de dentro, que reestruturam o espaço urbano.

À primeira vista de refluxo direto do crescimento demográfico, essas novas ocupações derivavam na verdade da dinâmica urbana interna. Na sua maioria, não se tratava de um movimento de migrantes recém chegados, uma vez que as mesmas exigiam uma percepção da estrutura fundiária da cidade, do seu sistema viário, de seus nichos de mercado, além de uma organização política capaz de conquistar e reter os espaços conquistados. A população dos Alagados na década de 60 não era de migrantes vindos diretamente de fora, mas de moradores deslocados de áreas centrais cujo local de trabalho não lhes permitia morar a grandes distâncias. Em muitos casos, houve inclusive uma aliança de classes, pioneira nas cidades brasileiras, através do que funcionários públicos, empregados do comércio, operários mais qualificados cooperavam com o transporte de materiais, a vigilância quanto ações da polícia e a negociação com políticos pela permanência da ocupação (BRANDÃO, 2002, p. 153).

Duas questões muito importantes depreendem-se deste fragmento de texto. A primeira é o começo de registros históricos de conflitos coletivos pela posse da terra urbana de habitação, fato que muitas vezes leva estudiosos do tema a afirmar que os conflitos não existiam porque a terra era de fácil acesso.

Talvez, no passado, não existissem ocupações através do movimento coletivo como as que ocorreram no pós-1940, mas aqui se propõe que esses conflitos ocorriam

muito mais no nível individual ou de pequenos grupos, considerando a forma precária da posse da terra pelos pobres. E essa proposição encontra respaldo na segunda parte da citação da autora, quando ela fala de ocupações que, ainda na década de 1960, não eram ocupações feitas por migrantes.

Desde o governo Seabra (1912-16), quando se iniciou as obras de alargamento de avenidas e outras obras viárias no Centro Histórico, a população pobre de Salvador, de forma massiva e sistemática, passou a ser expulsa das suas habitações. O aprofundamento se dá na década de 1940, não só pela chegada dos grandes contingentes de migrantes, mas também pelas grandes obras da denominada Salvador moderna, que, em 1942, começa com as obras da avenida Amaralina, que só se conclui em 1949, ano que se inicia a abertura da primeira pista da avenida Centenário e, em 1955, da avenida Vasco da Gama⁴⁴. E a construção da Avenida Amaralina cumpriu um importante papel na expansão do povoamento e interligação de pontos da Cidade.

O Plano Rodoviário integrou a malha rodoviária da Orla Marítima. Com a construção da Avenida Amaralina, todos os pontos do Farol da Barra a Itapuã foram interligados. A nova avenida, que cruzava uma vasta área desocupada⁴⁵, indo da Pituba até Itapuã, atraiu um novo contingente populacional para a Boca do Rio.

A população que ocupou a Boca do Rio neste período era composta principalmente de migrantes do interior, mas também de pessoas sem opções de moradia em Salvador. Devemos destacar a construção do loteamento de Jardim Armação em 1953, que promoveu o deslocamento da invasão do Bico de Ferro. No início da década de 1960, a população pobre que ali residia foi transferida para a região onde se localiza a atual Embasa, sendo esta área conhecida como Boca do Rio. (SANTOS, C.; SERPA, 2011, p.46).

Esta prática de abrir grandes avenidas, que se inicia no começo do século XX, com o alargamento e a extensão da Avenida Sete de Setembro, que passou a ligar o

⁴⁴ Algumas das principais obras no período pós-1940: avenida do Contorno, início da obra:1958. Avenida Barros Reis, início da obra:1961. Rua Waldemar Falcão, início e fim em 1967. Avenida Ademar de Barros, início da obra: 1967. Avenida Costa e Silva, 1969. Túnel Américo Simas: 1966. Avenida Cardeal da Silva:1967. Estrada CIA-Aeroporto: 1967. Avenida Antônio Carlos Magalhães: 1968. Avenida do Vale de Nazaré: 1968. Avenida do Bonocô: 1970. Avenida reitor Miguel Calmon: 1970. Avenida Magalhães Neto: 1970. Avenida Suburbana: 1971. Rua são Marcos:1971. Avenida Juracy Magalhães (1ª pista) 1971. Avenida Pinto de Aguiar: 1971. Avenida Otávio Mangabeira:1971. Rua Visconde de Itaboraí: 1971-74. Avenida Garibaldi: 1969-72. Avenida Vasco da Gama(2ª pista) 1971-74. Avenida Luiz Viana Filho (2ª pista) 1974. Rua Tomaz Gonzaga:1974. Avenida do Vale dos Barris: 1974-75. Av Orlando Gomes: 1977. Via Parafuso:1977. Via Paripe- Cia: 1977. Avenida Edgar Santos:1978. Vale do Ogunjá: 1978. Avenida Juracy Magalhães(2ª pista) 1978. Avenida Jorge Amado:1985. Via Expressa: 2013. Avenida Luís Eduardo Magalhães: 2015. Duplicação da Avenida Pinto de Aguiar:2016.

⁴⁵ Nota do Autor: relativiza-se a afirmação de que esta área era desocupada. Era uma área rarefeita com alguns pontos de habitações de pescadores.

Centro Histórico à Orla da Barra, é um modelo que se perpetua até o momento atual, independentemente do perfil político do governo.

Todas essas obras promoveram algum tipo de remoção de famílias e elas, de certa forma, não tiveram conflito aberto porque a posse da terra no município, sobretudo para as populações pobres, sempre se deu obedecendo à mesma lógica secular que dizia ser toda propriedade direito do Estado ou de alguns indicados pelo poder deste.

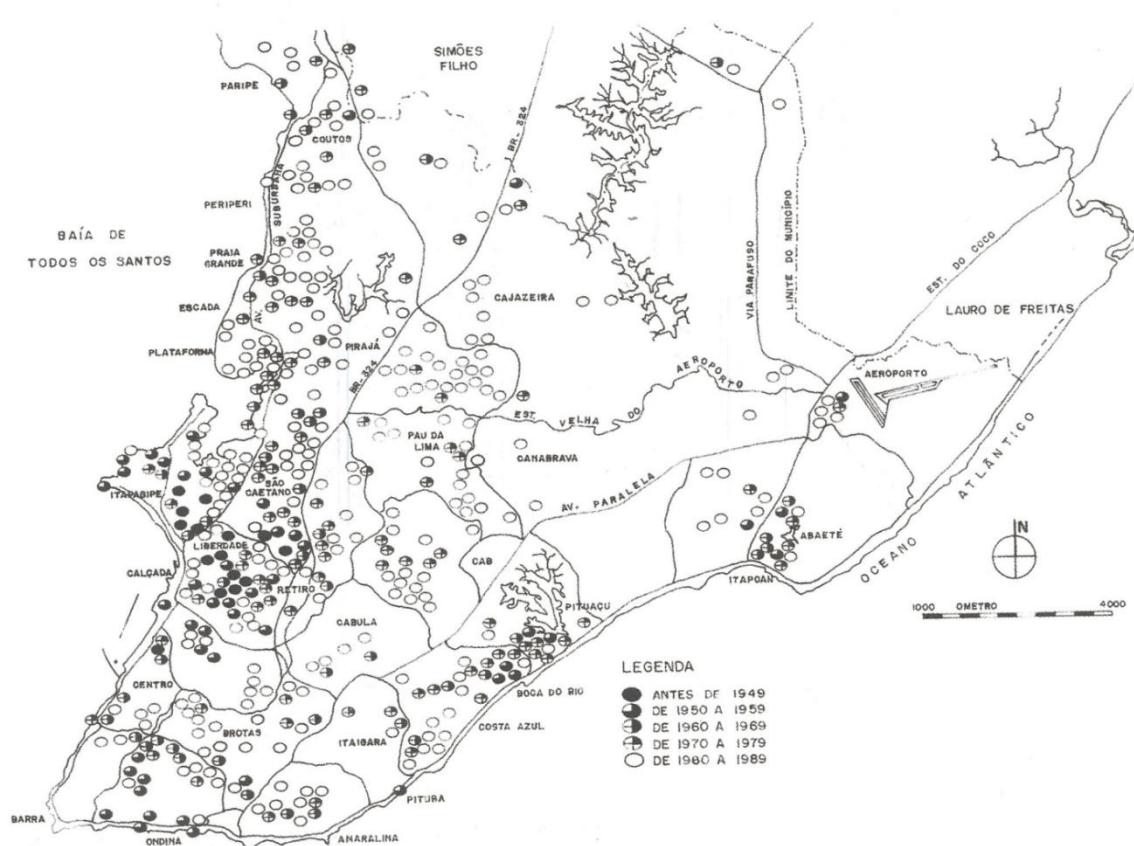
Em pesquisa sobre outra temática, realizada no ano 2000, em bairro localizado no Centro Histórico, o Garcia, foram encontrados muitos parentes de pessoas que foram removidas de lá para a Bairro do Pau da Lima, localidade que dista aproximadamente 18 km. Scheinowitz (1998) registra que “as invasões de terrenos alheios”⁴⁶ que, nos anos 70, tinha atingido o número de 36, em Salvador, foram ainda mais numerosas na década de 80. Em abril de 82, quando o número ultrapassava os 20 (p.69). E essas ocorrências não são restritas a um tempo ou alguma localidade⁴⁷, elas são generalizadas em todas essas grandes obras que se realizam na cidade e os próximos estratos de textos revelam a continuidade dessa lógica (ver mapas 3 e 4).

⁴⁶ Nota do autor desta pesquisa.

⁴⁷ “Com o processo de valorização de algumas áreas em Salvador no período de 1960 a 1970, algumas invasões foram relocadas para áreas menos valorizadas.

A invasão de Ondina, localizada entre os hotéis Othon e Salvador Praia Hotel, teve sua população transferida para a Boca do Rio. Os terrenos da parte alta do bairro foram terraplenados, desmatados e transformados em lotes para receber os ‘novos moradores’. Como foi o caso de Antonio Miranda, de 36 anos: ‘Nós éramos moradores de lá da Ondina, por uma questão de se fazer uma mudança no bairro, nós fomos trazidos para a Boca do Rio’ (SANTOS; SERPA, 2011, p.46).

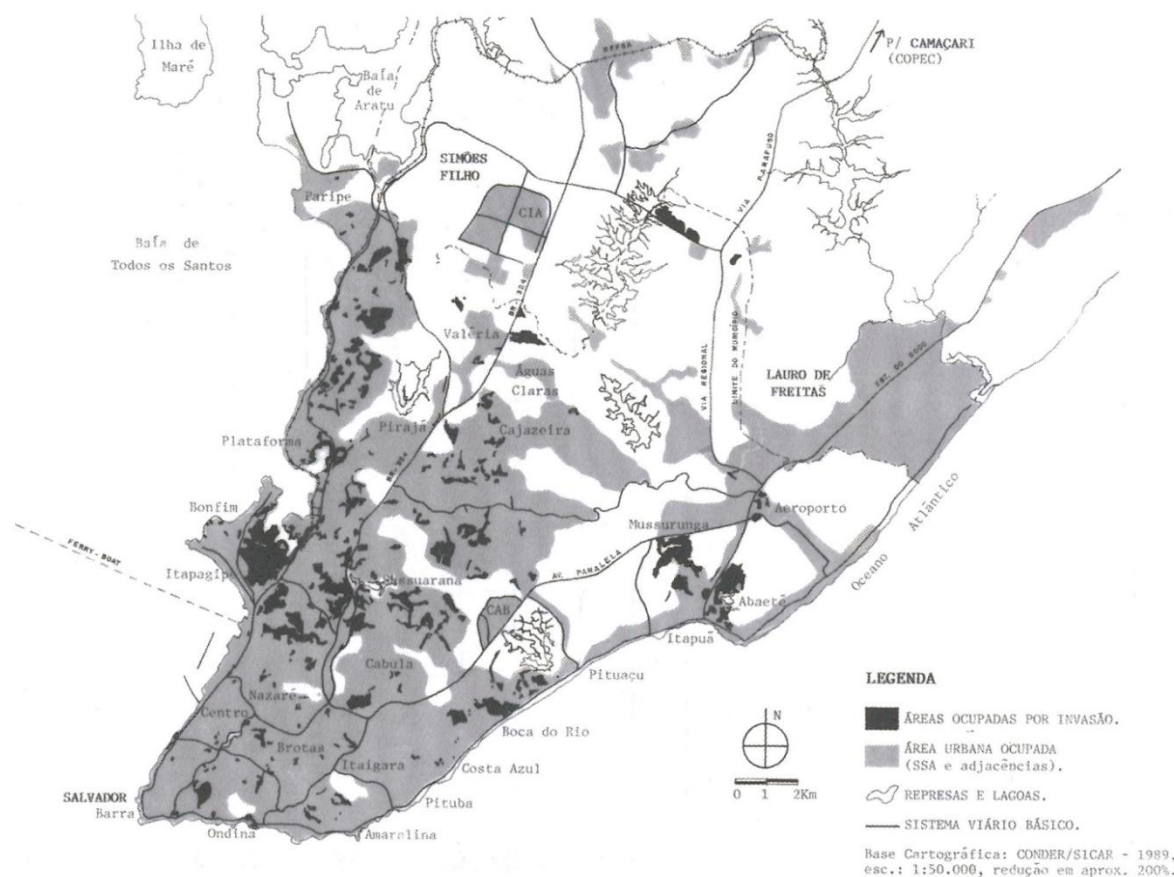
Mapa 3 – Ocupações em Salvador entre 1946-1989



FONTE: Gordilho-Souza, Angela. *Invasões e intervenções públicas: uma política de atribuição espacial em Salvador, 1946-1989*. Rio de Janeiro, IPPUR/UFRJ, 1990.

Fonte: GORDILHO, 2008

Mapa 4– Locais da Cidade ocupados de forma ilegal 1940-1991



FONTE: Gordilho-Souza, Angela. *Formas de ocupação habitacional na estruturação do espaço urbano de Salvador - Relatório final*. Salvador, CNPq/FAUFBA, fev. 1994.

Fonte: GORDILHO, 2008

Com início em março de 2009, o empreendimento⁴⁸ atravessou diversos imprevistos gerenciais e construtivos. 'Um dos principais desafios de implantação foi executar as obras com obstruções parciais, para permitir que as vias ficassem sempre em operação', comenta Sérgio Silva, diretor de obras estruturantes da Conder-BA. Foi em uma área próxima à Estrada da Rainha que houve o maior número de desapropriações de residências. 'A complexidade desses processos também teve reflexos no prazo da obra. Foram mais de 650 [desapropriações], além do reassentamento de 133 famílias em um bairro no entorno da via expressa', diz Silva (GIRIBOLA, 2013).

No início de março o secretário de Mobilidade Urbana, Fábio Mota, declarou que a prefeitura de Salvador quer que as obras da Linha Viva, via expressa que ligará o Acesso Norte ao Aeroporto Luís Eduardo Magalhães, comecem ainda no primeiro semestre de 2015. O vereador Hilton Coelho (PSOL) criticou a atitude da gestão do prefeito

⁴⁸ A Via Expressa.

ACM Neto (DEM) e qualifica como 'um absurdo a construção desta via que vai impor 20 praças de pedágio dentro da nossa cidade, vai desapropriar mais de 3 mil pessoas, separar famílias e aumentar a exclusão', afirma o socialista. 'É uma obra desnecessária e agressiva para a população que terá de pagar pedágio para circular em Salvador. Os moradores de bairros como Saramandaia, Pernambués, Mussurunga, São Cristóvão, entre outros, serão prejudicados com a relocação no processo de implantação da via. Não é surpresa para mim o comportamento elitista desta administração. Querem mexer com a cidade, com a vida de milhares de pessoas e meter a mão nos bolsos das pessoas de nossa cidade sem nenhuma cerimônia', avalia Hilton Coelho.⁴⁹

A precariedade da posse da terra da imensa maioria da população pobre de Salvador, bem como a insuficiência de oferta de serviços em áreas distantes do Centro, foram e são, ao longo dos séculos, uma estratégia dos grupos de poder para permitir os avanços da mercantilização da terra em sua plenitude. É inegável que o processo de mercantilização, que ocorre desde o início do século XX, alcançou até as áreas pobres, mas é certo que essa mercantilização se dá de forma muito desigual. Ter habitações precárias e título de posse de imóveis precários facilita essa abertura de vias, com as remoções de custo financeiro baixo, processo que se iniciou no começo do século XX. Até hoje, em uma das cidades de maior densidade demográfica do Brasil, se constroem grandes avenidas e, como visto, se projetam novas vias.

Outro ponto importante a ser destacado é o fato de essas vias, ao tempo em que viabilizam valorização dos chamados terrenos de engorda, não foram, em nenhum momento da história, facilitadoras do transporte de massas. Em Salvador não se fez qualquer expansão de linhas urbanas de trens, desde a inauguração da Estação da Calçada em 1860. A primeira linha de metrô, com 6 Km, começou a funcionar em 2014, contando 17 anos em construção, as Avenidas de Vale, em sua grande maioria, embora fossem muito largas, não tinham previsão de transporte de massa, em uma época na qual grande parte das grandes cidades do mundo já operavam metrô. Algumas avenidas de vale de Salvador, até o momento atual, ainda não têm recuos para pontos de ônibus ou calçadas em nível e sem interrupções.

A nova avenida Luís Eduardo Magalhaes e a Via Expressa têm prioridade absoluta para automóveis e caminhões. Ônibus são secundários e não existem ciclovias. O Viaduto que liga o bairro de grupos de renda média do Imbuí ao bairro popular de Nalandiba, construído em 2014, não tem nem passagens para pedestres.

⁴⁹ <http://www.cms.ba.gov.br/noticia_int.aspx?id=9401>. Acesso em agosto de 2016.

Os bairros populares, depois da grande migração a partir da década de 1940, principalmente do Recôncavo Baiano, se multiplicam de forma exponencial se espalhando por toda a área da Cidade, mas com sua população enfrentando grandes problemas em relação a serviços básicos, a exemplo da mobilidade, recolhimento de lixo, do abastecimento de água, entre outros. Em 1981, a exemplo do que ocorreu na Revolta dos Bondes em 1930, foi “registrado o ‘Quebra-Quebra’ de ônibus em Salvador, deixando um saldo de uma morte, dezenas de feridos e algumas centenas de ônibus destruídos” (SETPS, 2010, p.10). Em 2003, aconteceu outra grande revolta contra o sistema de transportes, a Revolta do Buzu⁵⁰, movimento realizado por estudantes secundaristas pobres de escolas públicas, que mais tarde teve a adesão dos estudantes de escolas particulares: durou mais de um mês e paralisou todo o sistema de transporte público na cidade neste período.

Necessário se faz registrar que essas três grandes manifestações radicalizadas contra o péssimo serviço do transporte público abrangem o largo período de 1930 a 2003, mas manifestações com maior ou menor radicalidade ocorrem de forma mais constante nos bairros populares, em escala pequena para a cidade, porém expressiva no nível dos bairros. Por outro lado, é preciso reconhecer que há diferenciações na qualidade da oferta destes serviços nos bairros populares, conforme apontou Angelo Serpa:

Considerando a importância do transporte público nos bairros periféricos pesquisados, verifica-se que as condições de acesso além de estarem vinculadas às vias de circulação, relaciona-se também com as opções de linhas de trajeto, à quantidade de veículos e principalmente com as localizações das paradas de ônibus, já que as mesmas implicam maiores ou menores distâncias a serem percorridas a pé pelos usuários do sistema até o seu local de destino (SERPA, 2002, p.300).

Milton Santos alumia esta discussão ao trazer a proposição da intencionalidade da periferização dos pobres nas grandes cidades, como uma forma de acentuar o que ele denomina “imobilidade relativa”, como um fenômeno que abrange todas as faixas etárias das populações pobres de bairros afastados e não só os mais velhos como é proposto nas pesquisas realizadas sobre o tema:

⁵⁰ Termo popular utilizado pelos soteropolitanos para designar ônibus.

Em nosso caso, não são apenas os velhos que são vítimas da imobilidade, e esta, causada pela pobreza e baixos salários, resulta, também, pelas condições do lugar da residência que, na cidade, cabe aos mais pobres. Como os pobres se tornam praticamente isolados ali onde vivem, podemos falar de uma metrópole verdadeiramente fragmentada. Sem dúvida, muitas pessoas de outras áreas vão trabalhar em certos setores da aglomeração. Outras, deixam o seu próprio setor e vão trabalhar em outras áreas, em ocupações frequentemente pequenas, acidentais e temporárias. Muitos, todavia, são prisioneiros do espaço local, enquanto outros apenas se movem para trabalhar no centro da cidade, fazer compras ou utilizar os serviços quando têm a possibilidade e os meios (SANTOS, M., 1990, p.89).

Os problemas de mobilidade e os outros problemas, aqui referidos, que afetam os pobres nos bairros populares, tanto criam condições para manifestações cotidianas coletivas massivas ou com pequenos grupos, criando acúmulos coletivos que explodem na forma da Revolta dos Bondes(1930), do Quebra-Quebra(1981) e da Revolta do Buzu(2003), revoltas que, mesmo afastadas no tempo por períodos de até 73 anos, trazem um traço comum: todas elas são fruto de movimentos espontâneos, sem líderes e sem organizações formais a comandá-las. O bairro popular em Salvador, desde o princípio de sua formação, é um lugar que sempre foi um cadinho de organizações informais e movimentos coletivos sem lideranças definidas. É por isso que é sempre problemático buscar se entender o fermento político que se gesta nos bairros populares da cidade só a partir de organizações formais do tipo associação de bairro. Muitas organizações formais dos bairros populares de Salvador e do Brasil são manietadas por políticos conservadores ou corruptos, ou, como no caso do Rio de Janeiro, muitas são dominadas por traficantes e/ou por milícias.

Algumas correntes políticas sensíveis a essas reivindicações populares, junto com setores acadêmicos, a partir do processo de redemocratização política do Brasil, ocorrido em meados da década de 1980, implementaram a ideia do Orçamento Participativo, no qual as populações pobres dos bairros populares das grandes cidades passaram a protagonizar algumas decisões no planejamento de ações, tanto por parte do Estado como da iniciativa privada. Mas esta ideia nasceu fadada ao fracasso, não só porque a participação popular fora pequena, não mas também diferente da ideia de bairro do próprio morador. Sobretudo também porque a participação da população fica restrita ao seu bairro, como se este se constituísse em uma unidade autônoma na cidade, ou como se uma cidade fosse apenas a simples soma aritmética de bairros.

Esta é uma proposição espaço-temporal para a origem dos bairros populares de Salvador que, embora tenha muitas semelhanças com outras cidades brasileiras, traz muitas particularidades, por Salvador ter sido, por quase três séculos, a capital da colônia, “a cabeça de ponte” dos interesses coloniais portugueses.

A cadeia sucessória da terra, quando atravessou o Atlântico, deixou de ser vitalícia para ser perpétua. Uma terra que sempre foi vigiada pelo poder público, que limitava seu acesso aos escravizados e a toda população pobre livre. Terra para a qual o poder público estabelecia códigos de posturas baseados em direito canônico e que, por isso, sempre condenou a população pobre a morar em lugares com condições precárias. População pobre que, desde o início da fundação da cidade, segue nas trilhas das paróquias que se instalam na área do município de forma “excêntrica” e fazem aglomerações que estabelecem intensas relações cotidianas com o Centro Histórico da Cidade, fazendo com que o próprio poder político as tratasse como extensões da cidade e não como a clássica “área rural” que identificamos na Geografia. Núcleos de povoamento que não acompanharam só as paróquias, mas que, para uma parte da historiografia, seguiram o caminho da rebeldia transformadora ao formar núcleos quilombolas em áreas de difícil acesso. As dificuldades dos censos feitos pela igreja, que muitas vezes não contabilizava as crianças, se expressam também no fato de os pais não desejarem declarar seus filhos homens com receio de eles serem chamados para as várias batalhas e guerras de Salvador e na Bahia. Ressalta-se a pouca relevância que se deu à população transitória de marinheiros em uma cidade que era capital da colônia, importante praça comercial e um dos maiores centros de distribuição de escravizados das Américas. Destaque-se também a mercantilização da terra no século XX, a chegada dos migrantes expulsos do campo pela decadência das culturas da cana e do fumo no Recôncavo e os efeitos da nascente sociedade tributária da revolução industrial; o planejamento da cidade que expulsa muitos pobres do Centro e a continuidade desse processo, ao longo do século, criando um movimento contínuo pelos pobres e agentes hegemônicos de ocupação/expulsão/invasão, em um processo que cria tipos de relações de parentesco e vizinhança nos lugares de morar, que são embriões de um novo período da história. Essas práticas transformadoras serão tratadas nos próximos capítulos da tese.

CAPÍTULO 3 – AS PRÁTICAS ESPACIAIS ENTRE VIZINHOS E PARENTES NOS AGLOMERADOS DE BAIRROS DO SUBÚRBIO FERROVIÁRIO, CAJAZEIRAS E NO BAIRRO DA PAZ

3.1 Aglomerado de Bairros Populares: um conceito geográfico derivado da história

Esta recuperação histórica, que aqui se efetuou, é importante no sentido de se buscar as origens da propriedade, posse e uso da terra pelos diversos grupos sociais formadores da Cidade e, a partir daí, se poder compreender a formação dos bairros populares, que se originam em decorrência dos limites de acesso à terra, ao longo dos séculos, por parte das camadas populares e que, no século XX, principalmente na sua segunda metade, ganha velocidades exponenciais, multiplicando bairros em áreas de antigas formações que surgiram imensos e foram dando lugar a vários outros, mas que mantiveram um cotidiano que os aproximam, a exemplo do Bairro Nordeste de Amaralina, do Subúrbio Ferroviário e Cajazeiras, que são objetos desta pesquisa.

Essas formações de Bairros que às vezes são denominadas equivocadamente de região na ideia do senso comum e em vários trabalhos acadêmicos de perfis neopositivistas. Região também é uma denominação muito cara ao planejamento estatal, a exemplo das indefectíveis regiões administrativas com as quais a prefeitura de Salvador orientou o seu planejamento por décadas. Nomear formações intraurbanas de região é criar uma polissemia desnecessária e enfraquecedora para a formação e para o conceito. Região é um intermédio entre o local e o nacional, podendo ter diferentes tamanhos e densidades de comunicação. A esse respeito, Marcelo Lopes de Souza, esclarece:

Assim como a região, o bairro possui nítidos componentes, ao longo da sua evolução conceitual, que fazem convocar ideias como 'espaço vivido' e 'identidade sócio-espacial'. Seja, então, indagado: seria o bairro um equivalente intraurbano da região? Seria ele algo como uma 'pequeníssima região' ou uma 'região em miniatura? As coisas como veremos não são tão simples assim. De um ponto de vista neopositivista, o assunto talvez não oferecesse problemas. Afinal, 'regiões' e 'bairros' nada mais seriam que subespaços distinguidos segundo critérios convenientes. A uma 'região homogênea' poderia corresponder, assim algo como um 'bairro homogêneo', definido em função de uma relativa homogeneidade morfológico-paisagística, de renda, de composição étnica etc (ou uma combinação de tudo isso); a uma 'região funcional', vertebrada pela rede urbana e pelas relações

de polarização, corresponderia um 'bairro-programa', um espaço de intervenção, recortado de acordo com necessidades do planejamento e gestão estatais. Vale a pena, entretanto, repetir pergunta análoga àquela já feita a propósito da 'região' neopositivista: seriam esses recortes...*bairros*? Parece-me que não, de modo algum. (SOUZA, M., 2013, p.151-52)

Complexo é outra denominação para os agregados de bairros existentes nas metrópoles brasileiras que atualmente foi popularizada. Essa denominação surge com as intervenções policiais nos bairros populares do Rio de Janeiro, materializadas através das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs).

Esta denominação, embora tenha se popularizado exponencialmente pela força de mídia das UUPs, e, ainda influenciado trabalhos acadêmicos, é completamente vazia de sentido para contemplar os elementos que caracterizam estas formações de bairros, uma vez que não consegue colocar nada além dos itens segurança e violência, o que conduz ao mesmo sentido neopositivista da utilização do conceito de região para definir um conjunto que tem intensidade na comunicação.

Salvador, embora seja uma cidade que, a exemplo da grande maioria das cidades brasileiras, apresenta grandes desigualdades sociais entre bairros, até o momento não possui uma divisão oficial de bairros, fato que revela a pouca integração do planejamento e gestão do Estado, com a realidade vivida pelos Soteropolitanos.

Desde o período colonial, a gestão da cidade foi orientada pelas freguesias católicas que obedeciam a uma lógica ditada pela área de influência das paróquias instaladas. Para a administração católica, freguesia era uma área sob administração de uma paróquia, que realizava censos, com o objetivo de conhecer e controlar os fiéis, e que serviram como áreas de planejamento e intervenção do poder público. E o tamanho dessas freguesias, muitas vezes, dependia do poder do pároco, do poder econômico e político dos paroquianos e da quantidade de pessoas sob a jurisdição da paróquia. E, mesmo depois de a gestão da cidade deixar de adotar a delimitação e denominação freguesia e passar a utilizar uma delimitação nomeada de Distrito, nas pesquisas do IBGE isso perdura até hoje. O sentido da freguesia católica sempre esteve presente nos distritos. Seja por aceitarem os fundamentos das freguesias, que não consideravam o fato de este zoneamento abrigar realidades sociais muito distintas, seja por homogeneizar realidades que os seus habitantes viviam e percebiam como um lugar diferenciado, a exemplo dos bairros que nesta pesquisa compõem o que aqui denominamos de Aglomerado de Bairros.

Outro zoneamento utilizado pela Prefeitura de Salvador, durante décadas, para seu planejamento, foram as Regiões Administrativas. Também eram transposições da idéia positivista da região-programa, na medida em que agregava bairros sem qualquer coerência com a realidade, classificando-os por umas poucas variáveis que interessavam aos interesse imediatos do poder municipal. E os exemplos mais eloquentes dessa “esquizofrenia escalar” do planejamento estatal e seus zoneamentos puderam e podem ser vistos depois da aprovação do Estatuto da Cidade, promulgado em 2001, que, por ter força de lei, obrigava as cidades com mais de 50 mil habitantes ou aquelas cidades de regiões metropolitanas com 20 mil, a realizarem o planejamento participativo na elaboração dos planos diretores de desenvolvimento urbano (PDDU). Salvador e a imensa maioria das cidades brasileiras realizavam reuniões comunitárias adotando a ideia de bairro da população, sem ter produção de informações básicas neste nível escalar e nem tampouco adotar este nível de zoneamento nos seus procedimentos legais. O bairro era e é apenas a forma de atender as imposições legais do Estatuto da Cidade e de contar com a participação da população, uma vez que as associações formais e informais, sistema de transportes públicos, comércio, vizinhança, muitas formas de lazer e várias outras ações que dão sentido à vida nas cidades terem a sua estruturação no Bairro.

Na atualidade, a Prefeitura de Salvador já produz informações básicas no nível Bairro, depois de zonedar os bairros da cidade através de critérios que se aproximam bastante da ideia da população sobre esses limites. Mas isso não é garantia do fim da ideia positivista de planejamento, nem do desaparecimento da esquizofrenia escalar do planejamento citadino, considerando que a participação da população apenas no nível do bairro não garante a sua inclusão, pelo fato de uma cidade não ser apenas uma simples soma de bairros. A população pode ter maior intensidade de participação no nível do bairro, mas é preciso a sua participação nos outros níveis, como os aglomerados de bairros, aqui descritos. Praias, estações de transportes públicos, parques, vias principais, centros comerciais centrais e outras zonas e equipamentos públicos que não se localizam neste lugar são do interesse do habitante de qualquer bairro. Afora isto, informações recentes fornecidas pela Prefeitura de Salvador revelam a intencionalidade desta de fazer um zoneamento macro dos bairros por bacias hidrográficas e não através da ideia de aglomerado de bairros que aqui se defende. Agregação de bairros por bacias hidrográficas é a manutenção da prática de juntar áreas muito desiguais socialmente.

O passo à frente foi a delimitação dos bairros. A idéia de fazer agregações destes por bacias hidrográficas é um passo atrás, visto que bacias jamais foram fator social de agregação de bairros na cidade.

Setor Geográfico é uma proposição de Marcelo Lopes de Souza, para denominar as formações nesta pesquisa denominadas de Aglomerados de Bairros Populares:

Por fim, chegamos ao 'setor geográfico. Ele pode ser entendido como um conjunto de bairros com características próprias e 'personalidade definida. O tratamento clássico da ideia de 'setor geográfico' (secteur géographique) pode ser encontrado em Chombart de Lauwe (1952). No entanto, se os quartiers de Chombart já eram muito pequenos, cada um deles possuindo uma população de poucos milhares de habitantes, o próprio 'setor geográfico' apresentava dimensões reduzidas, com cada secteur correspondendo a um tamanho demográfico que não passaria muito de dez mil habitantes (CHOMBART DE LAUWE, 1952). Ora, claro está que Chombart está propondo parâmetros analíticos-conceituais a partir de uma realidade de cidade europeia, e ainda por cima no início da década de 1950, em que a verticalização (e com ela o adensamento construtivo e populacional) não era nem de longe tão significativa como a de hoje, em que o bairro não se achava ainda tão massificado (SOUZA, M., 2013, p. 159-60)

Poderia se adotar, nesta pesquisa, esta formulação, mas ela teria o obstáculo dos bairros que o autor considera tecido social fragmentado, e que, no caso desta pesquisa, não se adequariam à noção de setor geográfico, uma vez que muitos bairros objetos de estudo poderiam ser classificados com o tecido social fragmentado.

Diante disso, esta pesquisa irá adotar o conceito "aglomerado de bairros", que é uma proposição deste Pesquisador, mas, antes disso, é necessário diferenciá-lo dos Aglomerados Subnormais, conceito desenvolvido pelo IBGE, para designar as áreas mais pobres em bairros populares, usando critérios de condições de habitações, tamanho de lotes, largura de ruas e prestação de serviços por parte do Estado, a exemplo de coleta de lixo, rede de esgoto, rede de água, energia elétrica e iluminação pública.

Esse conceito não tem qualquer semelhança com o que aqui se defende por várias razões. Ele ressalta diferenciações intrabairros, enquanto a ideia desta pesquisa de aglomerado de bairros é proposta para os ajuntamentos de bairros que têm alguma forma de relação cotidiana. Outra questão a ser problematizada no conceito do IBGE é o fato de, no nível do bairro popular, esta diferenciação ser pouco

útil para dar conta da realidade, uma vez que, por exemplo, o lixo e os entulhos produzidos pelos moradores dos chamados aglomerados subnormais são transportados para as ruas largas, para contêineres que não têm recolhimento diário, submetendo os moradores, que não são considerados habitantes de “aglomerados subnormais”, a muito maiores problemas decorrentes do acúmulo do lixo do que os habitantes destes locais. As ligações precárias de água é outro exemplo da imprecisão dos indicadores que compõem esse conceito, na medida em que as pesquisas não captam a interrupção de água de quem é considerado habitante de “áreas normais”. É possível que um habitante de uma destas áreas tenha mais interrupção de água do que um habitante de uma área “subnormal”. O Alto da Terezinha, Bairro componente do Aglomerado de Bairros Subúrbio Ferroviário, independentemente de áreas subnormais ou normais, sofre constantes interrupções de água.

Reconhece-se que existem diferenciações nos bairros populares, mas também se reconhece que existem unidades muito mais expressivas nestas diferenciações, como as relações de parentesco e vizinhança tratadas aqui como fatores de resistência e transformações. E até as diferenças de renda, habitação, educação formal ou acesso aos serviços do Estado são modificadas a partir de modos de vida ou ações como as descritas acima em relação ao lixo ou às ligações de água. A violência do tráfico e da polícia, o nível de ruído nas festas de fim de semana e feriados, os carros-de-som que só trafegam nas ruas largas em dias úteis, são outros fatores de unificação por atingir as áreas do bairro popular de forma indiferenciada, tanto os aglomerados subnormais como aos habitantes que estão fora desta classificação.

A ideia de Aglomerado é inspirada na Geologia quando esta o define aglomerado como uma rocha que é composta de minerais variados. É também inspirada na Astronomia ao falar no ajuntamento de estrelas diferentes como um aglomerado. É o princípio da união na diferença, seja nas diferenças internas dos bairros ou nas diferenças entre eles.

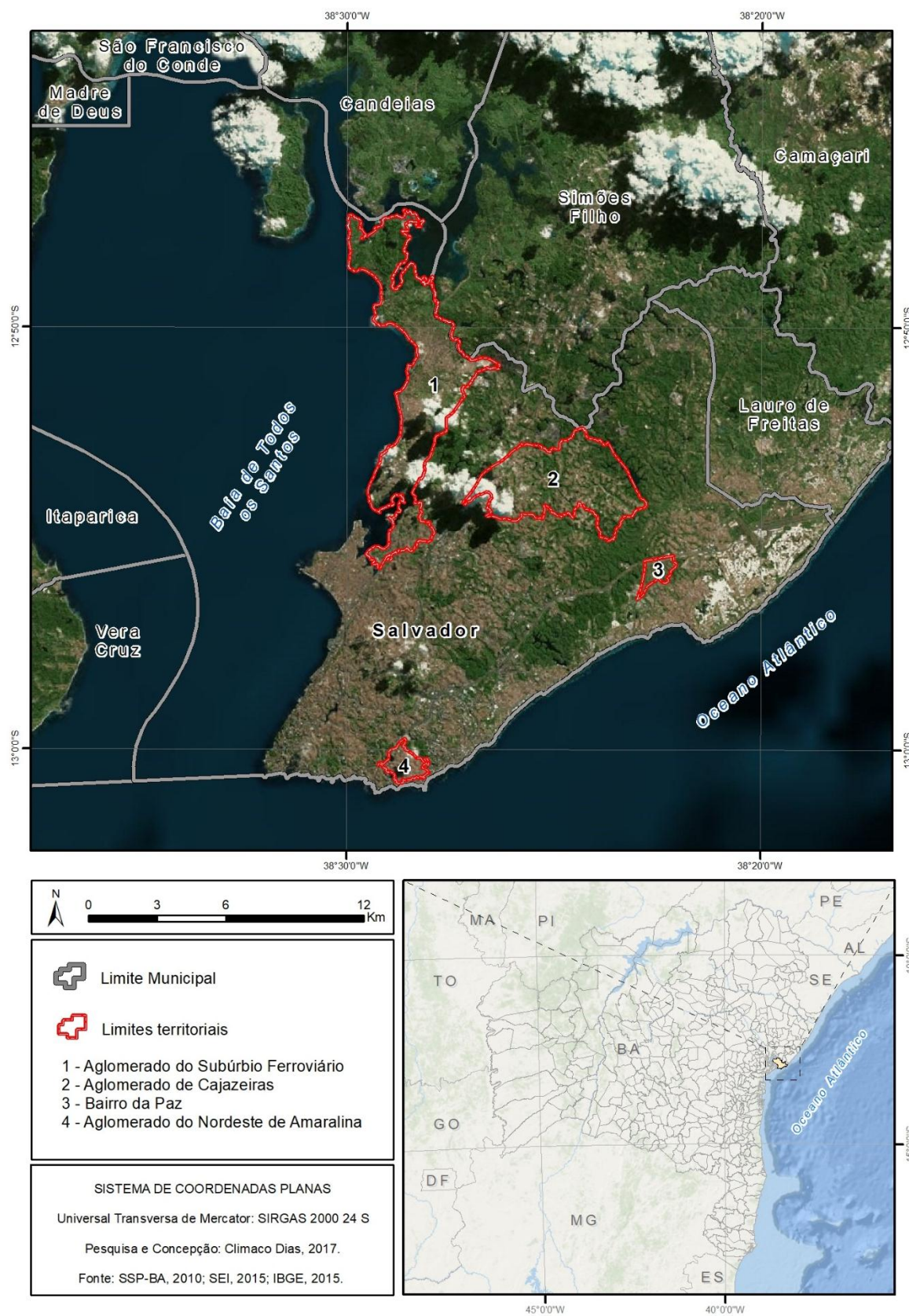
Aglomerado de Bairros Populares é um conceito proposto nessa pesquisa, fundado na concepção de unidade na diferença do bairro popular. Estes bairros podem formar um Aglomerado, baseado em história comum, contiguidade física, centros comerciais, de lazer, rotas de mobilidade comuns, que forjam comunicações menos intensas que o bairro e mais intensas do que a Cidade.

3.2 A metodologia da pesquisa

A seleção desse conjunto de bairros (mapa 5) obedeceu a critérios como: tempo de existência, considerando o Subúrbio como formação do século XIX, o Nordeste de Amaralina na década de 1940 e Cajazeiras, além de ter uma boa parte da sua área planejada, ser da década de 1970. Considerou-se também as características da população e localização no sítio da Cidade de Salvador, o Subúrbio como formação situada no entorno da Bahia de Todos os Santos, Cajazeiras localizada basicamente na parte central, denominada por uma parte da literatura como Miolo da Cidade, o Bairro da Paz que faz fronteira com essa área e se aproxima da Orla, e como forma de abranger áreas com diferentes temporalidades e com ações de formação distintas, no intuito de poder extrapolar as proposições desenvolvidas no aglomerado Nordeste de Amaralina para toda a Cidade.

Elaborou-se quadros e tabelas derivados do censo IBGE 2010, como densidades populacionais por bairros e aglomerados, renda dos domicílios por bairro e aglomerados e percentuais sobre a população total do bairro, distribuição da população dos aglomerados por faixas etárias e a participação percentual de cada faixa sobre o total da população do bairro, registros de ocorrências dos principais delitos por área Integrada de segurança pública e tipo de delito; e tabelas elaboradas, a partir de informações publicadas pela Secretaria de Segurança Pública da Bahia, tabelas derivadas da publicação Caminho das Águas (SANTOS, E. et al, 2010) publicação da Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado Bahia; complementa-se as informações, em apêndice, com tabelas adaptadas do Painel de informações: dados socioeconômicos do município de Salvador por bairros e prefeituras-bairro.

Mapa 5 – Localização dos Aglomerados de Bairros pesquisados e do bairro da Paz na cidade de Salvador (2017)



Fonte: SSP-BA, 2010; SEI, 2015. Pesquisa e concepção: Clímaco Dias. Elaboração: Vinícius da Rós

O trabalho de campo no Aglomerado de Bairros Nordeste de Amaralina, local de pesquisa mais extensa, foi composto por entrevistas estruturadas, semiestruturadas e não estruturadas, sendo 58 entrevistas estruturadas com aplicação de questionário (questionário em anexo), realizada no período de maio a dezembro de 2016, 183 entrevistas semiestruturadas (roteiro em anexo), envolvendo pessoas na faixa etária acima dos 18 anos, moradoras dos bairros Nordeste de Amaralina, Santa Cruz, Chapada do Rio Vermelho, e 22 entrevistas não-estruturadas realizadas com dirigentes de associações, líderes de movimentos sociais, professores e dirigentes de órgãos do Estado que têm ações no Aglomerado. É preciso destacar que, durante o período de 2012 a 2017, por ser morador do Aglomerado Nordeste de Amaralina, fiz observações cotidianas e acumulei resultados de muitas centenas de conversas de dia a dia que foram de grande valia para esta pesquisa.

As entrevistas semiestruturadas foram realizadas com indivíduos aleatórios, membros de ONGs, participantes de assembleias de associações de bairros, grupos culturais, criadores de pássaros, praticantes de babas, praticantes de baba do vinho, comerciantes, feirantes, participantes de aniversários no Parque da Cidade, mulheres praticantes de dança de rua, grupos de colheita de frutas no Parque da Cidade, grupos que colhem bambus e palhas de coqueiro para montar arraiais de festas juninas, grupos em reuniões promovidas por políticos. Essas entrevistas guiaram-se por um roteiro que foi adaptado por grupos de faixas etárias diferentes.

O resultado dos questionários aplicados no Aglomerado de Bairros Nordeste de Amaralina foi pouco explorado na análise do Aglomerado, como opção, em razão de os resultados da pesquisa com entrevistas com roteiro e as entrevistas abertas serem muito mais reveladoras do que o simples resultado quantitativo, que foram expresso pelos questionários, e ainda considerando que os resultados dos demais Aglomerados e do Bairro da Paz ficaram muito próximos deste.

Em todo o processo do trabalho de campo foram enfrentadas muitas dificuldades. Toda pesquisa foi realizada por este pesquisador, sem qualquer bolsa ou subsídio de qualquer ordem. Se enfrentou riscos, sobretudo no Aglomerado do Subúrbio. Ferroviário, quando, em duas oportunidades, aconteceram atos intimidatórios por parte de representantes do tráfico.

O uso do gravador foi evitado nas entrevistas realizadas nas ruas, com pessoas desconhecidas, por razões de segurança, e as anotações sempre tinham que ser feitas de maneira discreta, para não chamar a atenção de “olheiros” que, em sua

imensa maioria, não sabe identificar a diferença entre um investigador da polícia civil e um professor-pesquisador.

No Subúrbio Ferroviário (ver mapa 6) teve-se contato em encontros promovidos pelo grupo do Acervo da Laje⁵¹, que reuniu ativistas de outras organizações articuladas pelas ONG Cipó, e, em dois dias, ocorreu a participação em inúmeras reuniões que foram realizadas tanto no Acervo da Laje, como nas estações de trem distribuídas pelo subúrbio. E registre-se a execução de 62 entrevistas com o público presente em várias atividades culturais em todo Subúrbio Ferroviário ao longo dos últimos quatro anos.

Essas entrevistas abertas foram realizadas com pessoas de variadas faixas etárias, além de serem aplicados 30 questionários com perguntas fechadas em 6 bairros do Subúrbio, Plataforma, São João do Cabrito, Praia Grande, Rio Sena, Paripe e Lobato.

No Bairro da Paz, os contatos foram articulados através do Conselho de Moradores do Bairro, entidade que cumpre o papel de uma grande associação de moradores, além do Fórum de Entidades, que reúne organizações de moradores, organizações de Estado ligadas à Prefeitura Municipal e ao Governo Estadual. Participou-se de 9 encontros ao longo de 18 meses e foram aplicados 25 questionários com perguntas fechadas e 15 entrevistas abertas.

Os questionários com perguntas fechadas só abrangeram algumas práticas em razão de muitas delas não serem objeto de pesquisa com indivíduos escolhidos de forma aleatória, mas de indivíduos e grupos dirigidos. Nos bairros onde não houve condições de acesso a esses indivíduos ou grupos a questão não foi pesquisada.

No Aglomerado de Bairros Cajazeiras (mapa 7) foram aplicados 30 questionários, através de abordagem aleatória, privilegiando as pessoas que estivessem em pontos de ônibus, buscando uma melhor tolerância e disposição para responder a pesquisa, considerando que no tempo de espera pelo transporte, a pessoa se encontrava ociosa. Mas, algumas vezes, perdia-se a abordagem pelo fato do ônibus chegar no momento em que a entrevista ainda estava em andamento.

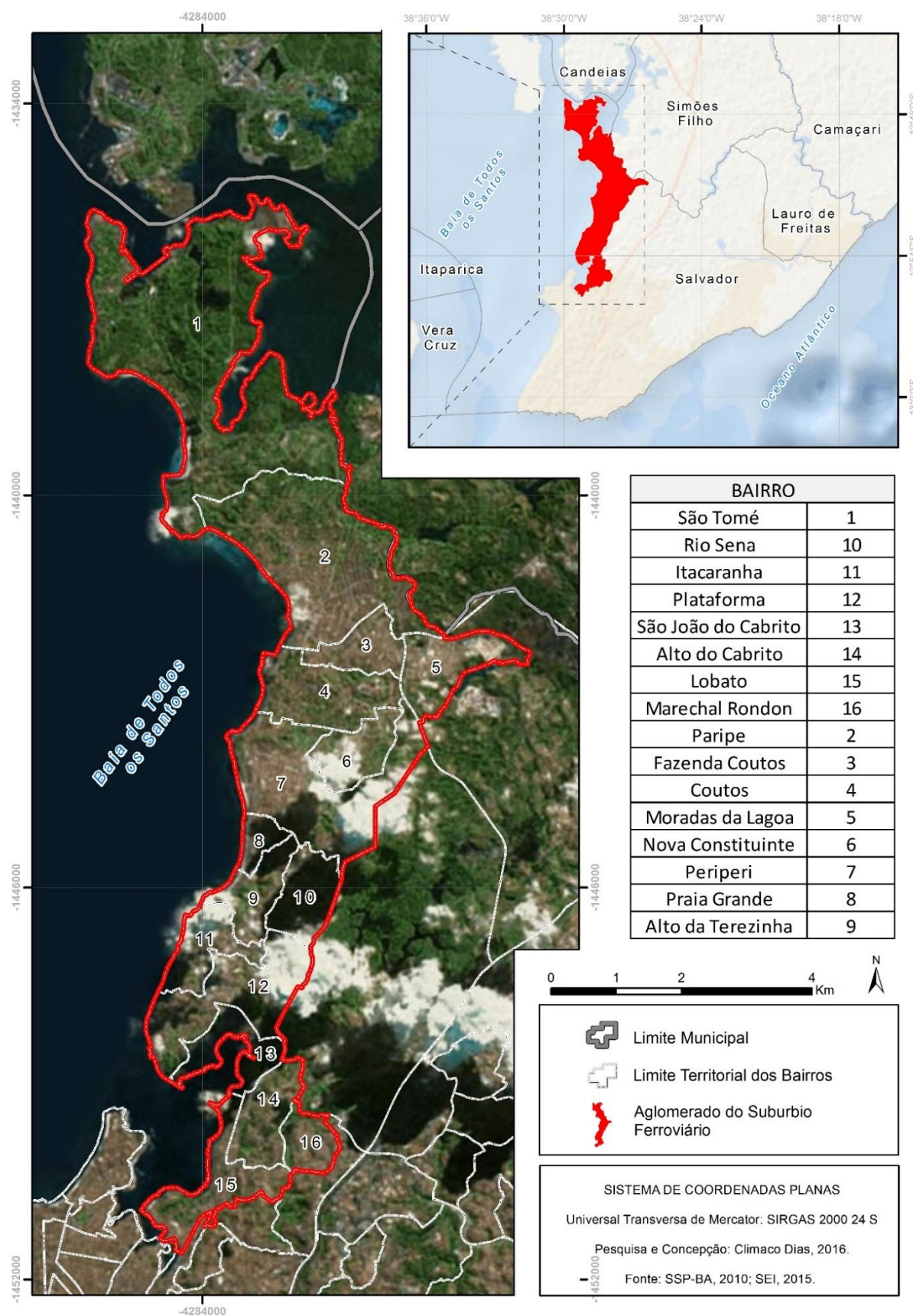
⁵¹ O **Acervo da Laje**, localizado no bairro de São João do Cabrito / Plataforma, é uma iniciativa do mestre em psicologia, pedagogo e pesquisador cultural, José Eduardo, que reúne uma extensa biblioteca e várias peças criadas por artistas do Subúrbio Ferroviário de Salvador. São pinturas, imagens, esculturas feitas com palha, cerâmica, brinquedos, objetos e livros raros que estão disponíveis, exatamente, na laje de uma casa. (ONG-CIPÓ. Site acessado em 23-05-2015)

Foram realizados três encontros com estudantes e professores, por ocasião de palestras realizadas por este pesquisador no Colégio Naomar Alcântara de Almeida, local em que também houve encontros com as pessoas do Quilombo do Orubu, ONG que trabalha com jovens em uma perspectiva racial e feminista e que promove reforço escolar no nível de pré-vestibular, sendo que, em um desses encontros, fizemos uma palestra sobre alguns aspectos dessa pesquisa. Também realizamos 3 reuniões com a ONG Cultural CAJÁ, com predominância de jovens. Lá, fomos informados, pela primeira vez, da prática que envolve o vizinho que possui um carro no atendimento emergencial de outros vizinhos. E ao se incorporar esta prática na investigação, pôde-se constatar que ela é disseminada em todas as áreas pesquisadas.

A proposta metodológica foi delineada antecipadamente, mas, as possibilidades instigantes que foram surgindo no trabalho de campo, construíram novos caminhos, que foram trazendo elementos enriquecedores para uma melhor apreensão da realidade que se pretendeu investigar nestes bairros e aglomerados de bairros.

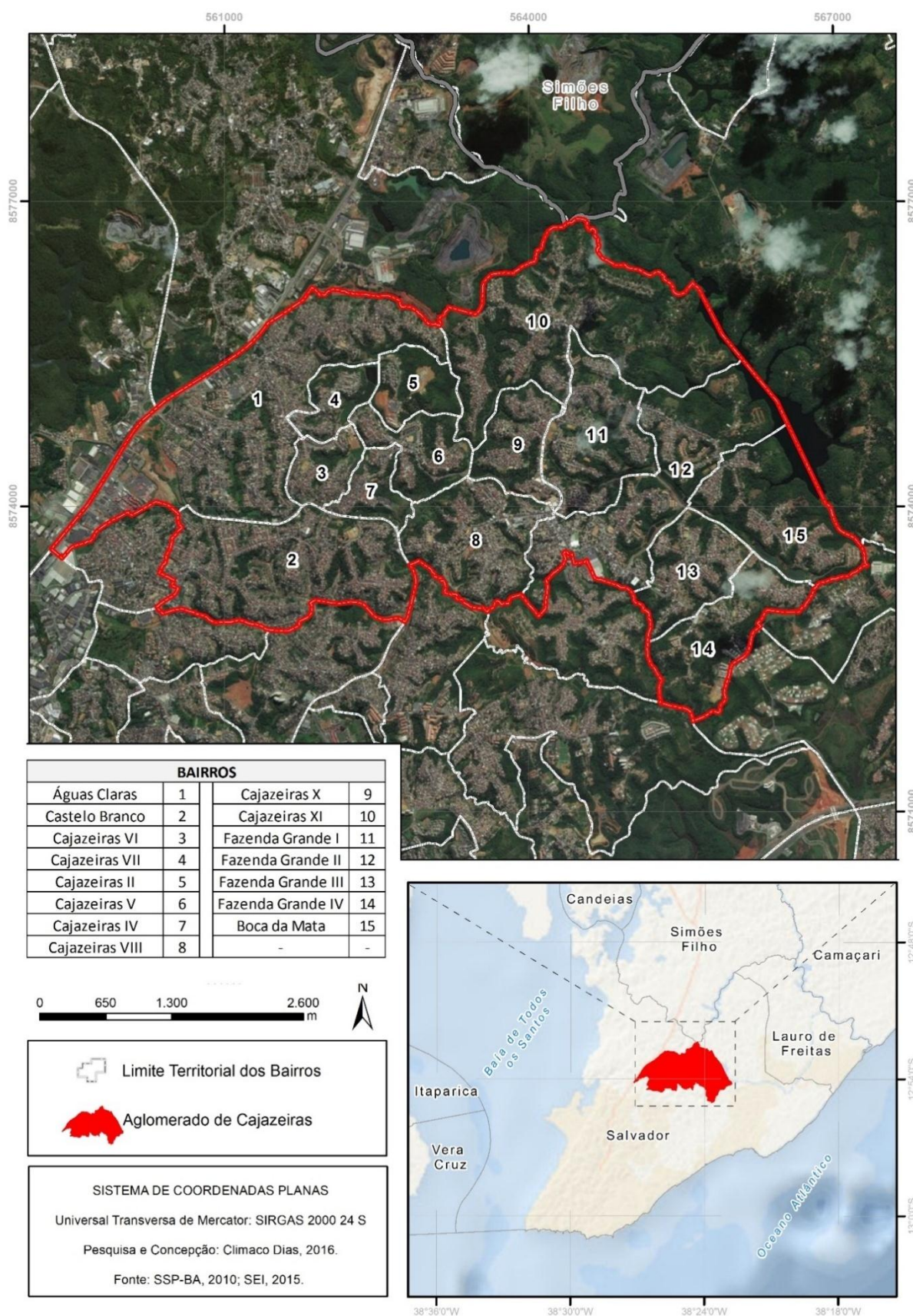
A “novidade” é algo que se deve esperar em uma pesquisa, sobretudo em uma pesquisa desta natureza, que explora caminhos ainda não trilhados, mas é inegável que a realidade reconstruiu, agregou, modificou muitos aspectos do que foi planejado para ser a metodologia do trabalho de campo. Criar cachorros na rua, por exemplo, era algo que já fazia parte das observações e por isso compôs o quadro metodológico planejado, mas criar galinhas e cavalos na rua, encontrar novenas e trezenas católicas em devoção a Santo Antônio misturadas com samba, festas juninas em ruas, com decoração junina, e com “bailes” diferenciados, com ritmos diferenciados distribuído pela rua, eram práticas que não estavam no plano inicial, mas foram agregadas com satisfação.

Mapa 6 – Aglomerado de Bairros Subúrbio Ferroviário em Salvador (2016)



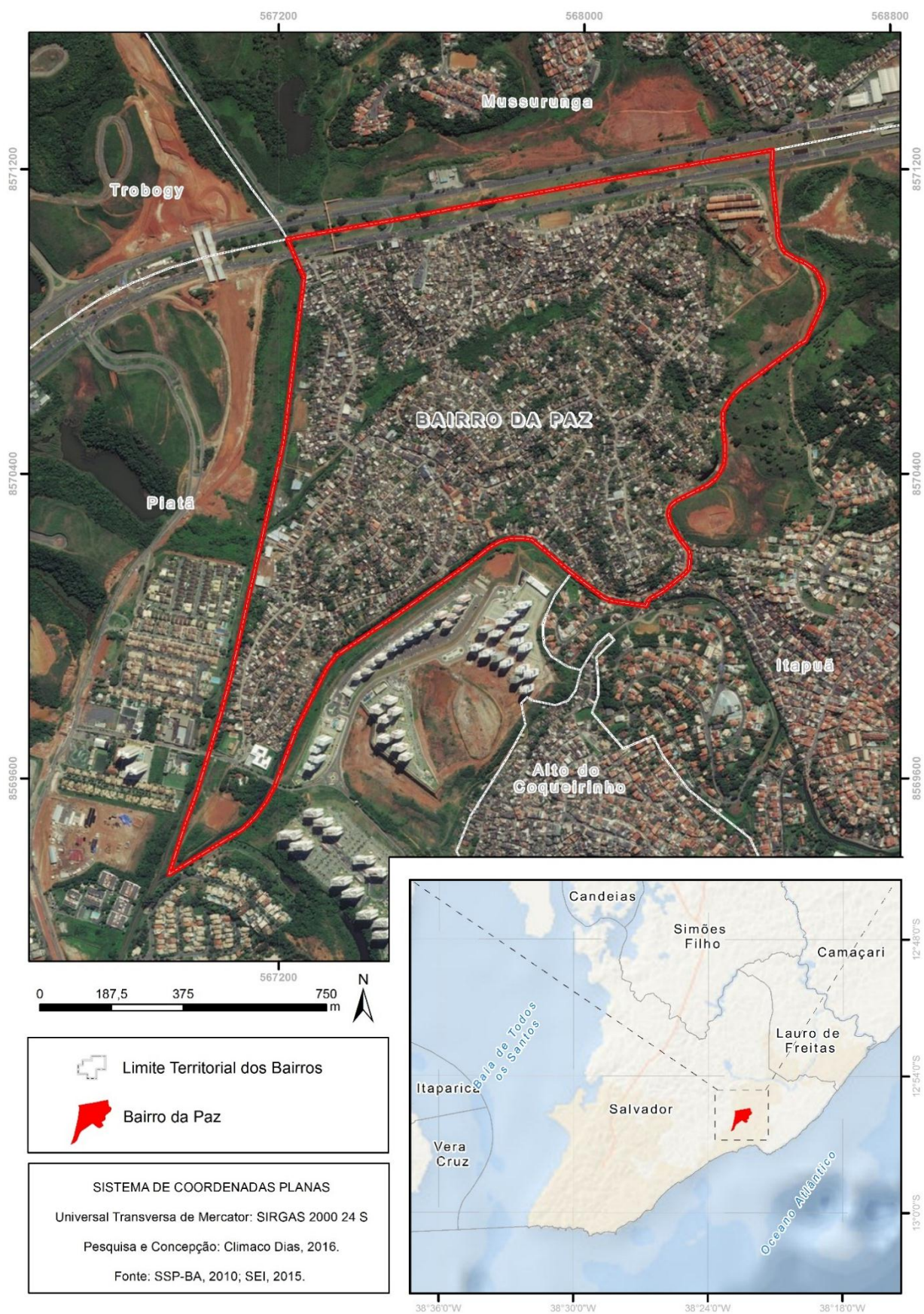
Fonte: SSP-BA, 2010; SEI, 2015. Pesquisa e concepção: Clímaco Dias. Elaboração: Vinícius da Rós

Mapa 7 – Aglomerado de Bairros Cajazeiras, do município de Salvador (2016)



Fonte: SSP-BA, 2010; SEI, 2015. Pesquisa e concepção: Clímaco Dias. Elaboração: Vinícius da Rós

Mapa 8 – Bairro da Paz, do município de Salvador (2016)



Fonte: SSP-BA, 2010; SEI, 2015. Pesquisa e concepção: Clímaco Dias. Elaboração: Vinícius da Rós

No Subúrbio Ferroviário os principais contatos surgiram com os encontros promovidos pelo grupo do Acervo da Laje, que em algumas ocasiões reuniu militantes de outras organizações articuladas pelas ONG Cipó, e, em dois dias, ocorreu a participação em inúmeras reuniões que foram realizadas tanto no Acervo da Laje, como nas estações de trem distribuídas pelo subúrbio. Frequentou-se várias atividades do Festival das Periferias no período de 25 a 27 de novembro e foram realizadas entrevistas abertas com 32 pessoas de variadas faixas etárias.

No Bairro da Paz (ver mapa 8) os contatos foram articulados através do Conselho de Moradores do Bairro, entidade que cumpre o papel de uma grande associação de moradores, além do Fórum de Entidades, que reúne organizações de moradores, organizações de Estado ligadas à Prefeitura Municipal e ao Governo Estadual. Participou-se de 9 encontros ao longo de 18 meses e foram aplicados 25 questionários com perguntas fechadas.

3.3 Caracterização dos Aglomerados e dos Bairros

3.3.1 O Aglomerado de Bairros Subúrbio Ferroviário

O Subúrbio Ferroviário é um aglomerado de Bairros que se caracteriza pela continuidade geográfica, por uma história comum, pela influência da Baía de Todos os Santos (ver mapa 6 e imagem 2) como elemento de ligação e pela ferrovia Calçada-Paripe como outro grande fator aglutinador.

Imagem 2 – Tomada do Subúrbio com o trem e ancoradouro de barcos



Fonte: Trabalho de campo, maio de 2017. Autor: Clímaco Dias.

O crescimento populacional mais recente tem muitas variações entre os bairros, por causas variadas, a exemplo de limites de verticalização com tecnologia dos pobres, áreas com maiores adensamentos de serviços, áreas de expansão de programas habitacionais e os efeitos do envelhecimento da população.

O Subúrbio Ferroviário nasce a partir da expansão da Cidade com o aumento da população. Já em meados do século XIX, a ferrovia que faz a ligação Calçada-Paripe é resultado dessa pressão de crescimento, e cumpre papel de indutora de algumas indústrias, atraindo uma população operária que passava a morar nas vilas operárias do entorno das fábricas e, mais tarde, sendo um vetor de expansão mais generalizado de outros segmentos da população da Cidade.

Setores de rendas média afluem para o Subúrbio Ferroviário, como alternativa de morar mais perto do emprego, seja pelas indústrias lá instaladas ou, principalmente, pelas atividades desenvolvidas pela extração comercial de petróleo no município de Candeias e o funcionamento da Refinaria de Mataripe em 1950. A criação da Petrobras, em 1953, acelera e expande essas atividades; surgem várias

empresas derivadas da exploração petrolífera, o que faz Milton Santos destacar esta questão como um diferencial na formação do Subúrbio Ferroviário de Salvador :

Tais subúrbios são essencialmente uma resultante da ampliação da faixa de empregos na cidade do Salvador e consequentemente da sua classe média. É curioso notar o papel aí desempenhado pelos serviços da Petrobrás e correlatos, sobretudo porque essa empresa estatal facilita o transporte dos seus servidores entre local de residência e o local de trabalho. A população ativa desses núcleos é relativamente superior à da cidade do Salvador tomada em conjunto: os setores muito pobres que dentro da cidade ocupam as áreas degradadas do Centro e os terrenos desprezados das invasões praticamente não têm significado nos subúrbios. O subúrbio é tipicamente um fenômeno resultante da expansão da classe média da população urbana. (SANTOS, M., 1965, p.19)

O Subúrbio Ferroviário, além de função de moradia, cumpriu também a função de lugar de veraneio de grupos de rendas mais elevadas. As localidades que eram ocupadas por esses segmentos eram objeto de algum tipo de planejamento, fato que pode ser verificado no fragmento de texto a seguir, quando os autores descrevem a formação e posterior transformação do bairro de Periperi.

O plano do povoado foi à princípio orientado pela estrada de ferro que para aí chegou em 1860 e lhe proporcionou um traçado linear. Logo depois, com o aumento da população, o sítio ofereceu margem a um plano regular, cruzando-se suas ruas em ângulos retos. Somente mais tarde após a ocupação do terraço, o casario subiu as colinas, formando pequenos núcleos. Agora, vemos esse casario acompanhar a rodovia, que surgiu para atender ao aumento da população local, e ligá-la às indústrias recentemente instaladas nas proximidades de Salvador. Ainda não há loteamento. O proprietário da localidade intensificou a construção de novas casas, unicamente com a finalidade de alugar, não oferecendo condições de conforto. Pouco a pouco o sítio vai-se ocupando. Mas, graças ao seu desenvolvimento sempre crescente, Periperi foi, aos poucos, vendo diluir-se sua função de veraneio. As casas, somente ocupadas durante o verão, passaram a ser procuradas para ocupação permanente. Periperi, nessa fase, deixa de ter o veraneio como função principal e se transforma num aglomerado dormitório, papel que atualmente desempenha. (PEIXOTO; CALDAS, 1965, p. 61-62)

As modificações ocorridas a partir dessa época foram substanciais. O Subúrbio Ferroviário deixa de ser atrativo para os grupos de renda média da Cidade, em virtude da acentuada degradação da linha férrea, da precariedade dos transportes náuticos e por ter sido relegado nos planos de aberturas de vias acelerados a partir da década

do final de 1960. Um exemplo dessa situação pode ser explicitado na pesquisa de Maria Auxiliadora da Silva no Bairro de Terezinha, hoje Alto da Terezinha, destacando o vigor do seu crescimento populacional. Atualmente, o Alto da Terezinha é um dos bairros do Subúrbio que apresenta perda absoluta de população no período 2000-2010, com um crescimento negativo de 8,25% ou 0,8% de crescimento anual⁵².

Terezinha cresce cada dia mais, apesar de ser um núcleo bem mais novo que Escada. Esses núcleos atualmente possuem função de núcleos dormitórios, sendo que Terezinha funciona como centro abastecedor e de ligação de outros loteamentos mais recentes (como o de Jardim Cruzeiro, Jardim Lobato e Jardim Praia Grande), que lhe ficam próximos. Estes novos loteamentos procuram o aglomerado de Terezinha para se abastecer e participam das diversas funções como a do Posto Assistencial, das Escolas, Igrejas e como caminho para a utilização da ferrovia. (SILVA, 1965, p. 60)

Os dados demográficos do conjunto dos 15 bairros do Subúrbio Ferroviário revelam que, na atualidade, o Aglomerado cresce menos que a cidade do Salvador. Enquanto Salvador, no período 2000-2010, cresceu 9,5%, o Subúrbio cresceu 7,5%. Acrescente-se que o crescimento populacional dos bairros é muito desigual.

Alto da Terezinha, Fazenda Coutos, Lobato, Marechal Rondon, Nova Constituinte são bairros que cresceram negativamente no período acima referido. Alto do Cabrito, São João do Cabrito, Paripe e Periperi cresceram a taxas muito baixas, mais até que a baixa taxa verificada em Salvador. Os únicos bairros que apresentaram crescimento acima do crescimento da Cidade foram Coutos, Itacaranha, Moradas da Lagoa, Plataforma e Rio Sena (ver tabela 3).

⁵² Números elaborados pelo autor desta pesquisa, a partir de dados obtidos no Sistema de Informação Municipal da Prefeitura de Salvador.

Tabela 3 – População residente nos bairros componentes do Aglomerado Subúrbio Ferroviário, período 2000-2010, taxa anual de crescimento e variação decenal

Bairros	População residente (habitantes)		Taxa Anual	Variação Decenal
	2000	2010		
Coutos	23.602	26.005	1,0%	10,18%
Fazenda Coutos	26.044	24.255	-0,7%	-6,87%
Itacaranha	13.410	16.088	1,8%	19,97%
Lobato	29.966	29.169	-0,3%	-2,66%
Marechal Rondon	19.780	19.470	-0,2%	-1,57%
Moradas da Lagoa	4.381	16.189	14,0%	269,53%
Nova Constituinte	10.825	9.410	-1,4%	-13,07%
Paripe	51.450	55.039	0,7%	6,98%
Periperi	45.590	47.179	0,3%	3,49%
Plataforma	30.882	34.034	1,0%	10,21%
Praia Grande	5.863	6.091	0,4%	3,89%
Rio Sena	14.824	16.379	1,0%	10,49%
São João do Cabrito	20.126	21.284	0,6%	5,75%
São Tomé	5.931	7.207	2,0%	21,51%
Total	304.674	329.809	0,80%	8,25%

Fonte: DIAS, Clímaco. 2016. Elaborada a partir de informações contidas no Sistema de Informações Municipais-SIM. Prefeitura Municipal de Salvador.

As causas para esta heterogeneidade estão vinculadas aos terrenos ainda sem construções, ao aumento de atividades comerciais em alguns bairros, ao envelhecimento das populações dos bairros de formação mais antiga e à ausência de áreas com possibilidades de edificação.

Paripe, o bairro mais populoso do Aglomerado Subúrbio, teve a sua ocupação acelerada a partir da década de 1940, em grande parte facilitada pela ferrovia. Vários loteamentos foram realizados para atender grupos de maior renda que os pobres, conforme apontam Santos e Viana (1969):

Esses loteamentos ainda não se encontram inteiramente ocupados, devido ao fato de terem sido comprados, em sua maioria, por uma população de pequena classe média, que não possui meios para construir. Não obstante, aos poucos, vão surgindo construções modestas (SANTOS; VIANA, 1965, p. 69-70).

A população pobre passou a ocupar os terrenos marginais. Nesse contexto, Souza, F.; Serpa (2007) esclarecem que “embora marcado por uma área estruturada

a partir de loteamentos, surgem no bairro também as chamadas 'invasões', em áreas de risco, com estrutura precária, como é o caso da área conhecida como Bate Coração..." (p.70). Muitos bairros do Aglomerado Subúrbio, assim como em Cajazeiras, tiveram um núcleo inicial planejado, mas que ao longo do tempo foram enxameados pelas ocupações dos pobres.

A distribuição da população por faixa etária, no ano de 2010, revela que há no Aglomerado Subúrbio Ferroviário o fenômeno de redução da natalidade (ver tabelas 4 e 5). A participação percentual da população nas faixas de 0 a 4 anos e de 5 a 9 anos, em quase todos os bairros ficou abaixo da população de 10 a 14 anos e de 15 a 19 anos. Outro fato que chama atenção, na outra ponta da participação das faixas etárias nos bairros do aglomerado, é a baixa participação da população com mais de 60 anos, fato que demonstra uma baixa expectativa de vida da população, quando se compara com outros bairros habitados por pessoas de maior poder aquisitivo.

Tabela 4 – Distribuição da população do aglomerado de bairros do Subúrbio por faixas etárias de 0 a 39 anos e a participação percentual de cada faixa sobre o total da população do bairro (2016)

Bairros	0 a 04	Part. (%)	05 a 09	Part. (%)	10 a 14	Part. (%)	15 a 19	Part. (%)	20 a 29	Part. (%)	30 a 39	Part. (%)
Alto da Terezinha	1.244	8,75%	1.192	8,38%	1.282	9,02%	1.279	9,00%	2.837	20,0%	2.380	16,74%
Alto do Cabrito	1.437	8,27%	1.308	7,53%	1.594	9,17%	1.631	9,38%	3.665	21,1%	2.976	17,12%
Coutos	2.067	7,84%	1.973	7,48%	2.331	8,84%	2.253	8,55%	5.322	20,2%	4.595	17,43%
Fazenda Coutos	2.325	9,45%	2.112	8,58%	2.428	9,87%	2.489	10,12%	5.191	21,1%	3.919	15,93%
Itacaranha	1.316	8,07%	1.136	6,97%	1.374	8,43%	1.282	7,86%	3.037	18,6%	2.935	18,00%
Lobato	2.333	7,89%	2.263	7,66%	2.704	9,15%	2.580	8,73%	5.858	19,8%	5.234	17,71%
Marechal Rondon	1.454	7,38%	1.461	7,42%	1.704	8,65%	1.633	8,29%	3.864	19,6%	3.778	19,18%
Moradas da Lagoa	1.411	8,60%	1.579	9,62%	1.826	11,12%	1.426	8,69%	3.264	19,9%	3.077	18,75%
Nova Constituinte	954	9,99%	822	8,61%	1.025	10,73%	1.032	10,81%	1.754	18,4%	1.520	15,91%
Paripe	4.963	8,88%	4.366	7,81%	5.033	9,01%	5.086	9,10%	10.609	19,0%	9.511	17,02%
Periperi	3.920	8,19%	3.606	7,53%	4.016	8,39%	4.131	8,63%	9.575	20,0%	7.918	16,54%
Plataforma	2.599	7,54%	2.520	7,31%	2.829	8,21%	2.880	8,36%	6.491	18,8%	6.090	17,68%
Praia Grande	448	7,27%	450	7,30%	488	7,92%	477	7,74%	1.222	19,8%	1.060	17,20%
Rio Sena	1.491	8,97%	1.342	8,07%	1.610	9,68%	1.514	9,10%	3.408	20,5%	2.827	17,00%
São João do Cabrito	1.836	8,50%	1.668	7,72%	2.020	9,35%	2.066	9,57%	4.320	20,0%	3.607	16,70%
São Tomé	618	8,46%	638	8,73%	674	9,22%	621	8,50%	1.222	16,7%	1.388	18,99%

Fonte: DIAS, Clímaco. 2016. Elaborada a partir de informações contidas no Sistema de Informações Municipais-SIM. Prefeitura Municipal de Salvador

Tabela 5 – Distribuição da população do aglomerado de bairros do Subúrbio por faixas etárias de 40 a 80 anos ou mais e a participação percentual de cada faixa sobre o total da população do bairro (2016)

Bairros	40-49	Part. (%)	50-59	Part. (%)	60-69	Part. (%)	70-79	Part. (%)	80 ou +	Part. (%)	TOTAL
Alto da Terezinha	1.788	12,58%	1.214	8,54%	615	4,33%	274	1,93%	111	0,78%	14.216
Alto do Cabrito	2.250	12,95%	1.475	8,49%	696	4,00%	263	1,51%	86	0,49%	17.381
Coutos	3.393	12,87%	2.542	9,64%	1.155	4,38%	514	1,95%	215	0,82%	26.360
Fazenda Coutos	2.709	11,01%	2.072	8,42%	925	3,76%	321	1,30%	116	0,47%	24.607
Itacaranha	2.349	14,40%	1.508	9,25%	785	4,81%	398	2,44%	188	1,15%	16.308
Lobato	3.811	12,90%	2.603	8,81%	1.380	4,67%	553	1,87%	233	0,79%	29.552
Marechal Rondon	2.562	13,00%	1.604	8,14%	1.038	5,27%	440	2,23%	164	0,83%	19.702
Moradas da Lagoa	1.951	11,89%	1.195	7,28%	447	2,72%	175	1,07%	63	0,38%	16.414
Nova Constituinte	1.182	12,38%	789	8,26%	296	3,10%	132	1,38%	45	0,47%	9.551
Paripe	7.302	13,07%	4.867	8,71%	2.440	4,37%	1.169	2,09%	526	0,94%	55.872
Periperi	6.550	13,69%	4.478	9,36%	2.069	4,32%	1.087	2,27%	508	1,06%	47.858
Plataforma	4.736	13,75%	3.156	9,16%	1.828	5,31%	912	2,65%	413	1,20%	34.454
Praia Grande	846	13,73%	581	9,43%	308	5,00%	186	3,02%	95	1,54%	6.161
Rio Sena	2.107	12,67%	1.311	7,88%	619	3,72%	284	1,71%	117	0,70%	16.630
São João do Cabrito	2.791	12,92%	1.850	8,57%	828	3,83%	426	1,97%	186	0,86%	21.598
São Tomé	933	12,77%	620	8,48%	376	5,15%	158	2,16%	60	0,82%	7.308

Fonte: DIAS, Clímaco. 2016. Elaborada a partir de informações contidas no Sistema de Informações Municipais-SIM. Prefeitura Municipal de Salvador

3.3.2 O Aglomerado de Bairros populares Cajazeiras

O aglomerado de Cajazeiras é composto por pequenos bairros que testemunham a história da sua implantação na década de 1970, com um grande projeto do Governo do Estado, que visava diminuir a pressão por moradias da grande massa de migrantes que afluíram para Salvador desde a década de 1940 e que já não tinham possibilidades de se abrigar nas áreas centrais, com terrenos muito vigiados pelo mercado imobiliário e poder público.

Conforme registrou Scheinowitz (1998), Cajazeiras nasce como um projeto de construção de casas e apartamentos financiados pelo Governo Estadual, para atender a famílias que estivessem na faixa de renda de até cinco salários mínimos, requisito que já criava grandes barreiras para a maior parte da população pobre que não alcançava nem a faixa de dois salários mínimos como renda familiar.

O Aglomerado, que hoje se constitui como um conjunto de pequenos bairros nomeados de Cajazeiras II à Cajazeiras XI e Fazenda Grande de I a IV, ganha essa conformação por conta de um terreno eivado de morros e que teve como opção do poder público construir nas cumeadas das colinas que apresentassem declividades menores que 20%, excluindo qualquer possibilidade de construir nas encostas e nos vales. Essa foi a razão pela qual, enquanto ainda se construía as habitações, a população, que não tinha condições de adquirir os imóveis construídos, aproveitou a implantação de água e luz elétrica na área e invadiu as encostas dos morros e os vales.

Quanto à densificação projetada pelo governo para Cajazeiras-Fazenda Grande, ela deveria ter acrescentado mais de 8.000 unidades habitacionais nas áreas remanescentes. Infelizmente os financiamentos federais para a casa popular foram suspensos durante vários anos e deu-se a invasão de muitas encostas e vales do projeto que se transformaram em favelas e que atualmente abrigam 50.000 pessoas. (SCHEINOWITZ, 1998, p.242)

A inexistência de Cajazeira I se deve ao fato de ser uma área reservada aos grandes equipamentos públicos e não ter tido construções de unidades habitacionais, enquanto que as Cajazeiras IX e XII, que estavam no projeto inicial com previsão de mais de 5 mil unidades, não foram nem iniciadas por falta de financiamento do Sistema

Financeiro de habitação e os terrenos reservados para estas foram ocupados pela população mais pobre⁵³.

Cajazeiras III, embora tenha sido construída com 605 unidades habitacionais, a partir das dinâmicas socioeconômicas do Aglomerado, se fundiu com o bairro de Águas Claras e passou a assumir a denominação deste enquanto bairro, embora preserve a sua denominação enquanto localidade de Águas Claras.

Este foi um problema de difícil solução na pesquisa, pelo fato de as divisões de Bairros existentes não apontarem para a existência de Cajazeiras III como bairro. Em algumas entrevistas, moradores falavam da inexistência da mesma, outros falaram da sua diluição em Cajazeiras II e, ademais, não foram encontradas respostas nos órgãos oficiais sobre a questão; até que, em uma das entrevistas, colhemos um depoimento de um antigo morador que esclareceu a situação, na medida em que, em posteriores visitas ao Aglomerado, comprovou-se o que havia sido afirmado desta maneira:

Eu morava em Águas Claras desde o início da construção das Cajazeiras. A Cajazeiras III fica dentro do bairro de Águas Claras. Ela se divide em IIIA – as casas no Loteamento Nogueira – e IIIB – apartamentos que começam na rua do Matadouro até o ‘pinicão’ (lagoa de estabilização), entre Águas Claras, Cajazeira VII e a II. A III não chega a se confundir com a 2. (Entrevista realizada com André, 52 anos, morador de Águas Claras)

Uma outra questão na definição do aglomerado se torna saliente. A inclusão do Bairro Castelo Branco como componente do Aglomerado, uma vez que, nas entrevistas realizadas, uma parcela significativa dos entrevistados não considerava este bairro como componente, por ter sido implantado antes de Cajazeiras e ter uma autonomia muito forte em relação às dinâmicas do Aglomerado. Mas, ao mesmo tempo, foram entrevistadas pessoas que propunham Castelo Branco como um componente do Aglomerado, porque este bairro tem uma relação cotidiana com vários bairros do mesmo.

Os dados demográficos revelam este Aglomerado (ver tabela 6) como uma das áreas de maior crescimento populacional de Salvador, embora existam bairros que já passam pelo processo de desaceleração, a exemplo de Cajazeiras II, IV, VI, VII e XI

⁵³ As áreas de “invasão” de Cajazeiras IX e XII, hoje, para efeito de divisão de bairros e mapeamentos, estão agregadas às Cajazeiras VIII e XI, respectivamente.

e Boca da Mata. Mas os bairros mais populosos garantiram para o complexo um crescimento populacional bem acima do crescimento da cidade.

A avaliação das densidades demográficas brutas⁵⁴ indicam alguns fatos significativos. O aglomerado apresenta baixas densidades brutas quando se compara ao Aglomerado Subúrbio, em razão de ainda ser uma área que apresenta disponibilidade de terrenos e a área que foi planejada ter vias e equipamentos distribuídos de forma que, mesmo com as invasões posteriores, assegurou adensamentos bem abaixo de muitos bairros populares da cidade. Em alguns bairros, no período de 2000-2010⁵⁵, há um recuo ou estabilização das densidades residenciais brutas, a exemplo de Cajazeiras II e VII, fato que indica redução absoluta de população e/ou aumento de área destinada a comércio e serviços.

O mesmo fenômeno de desaceleração da natalidade (ver tabelas 6 e 7), verificado no Aglomerado Subúrbio, pode ser observado até com maior intensidade no Aglomerado Cajazeiras. A participação percentual, na maioria dos bairros, da população de 0 a 4 anos, somada à população de 5 a 9 anos, fica abaixo da soma das faixas da população de 10 a 14 anos mais a população de 15 a 19 anos. Este é um forte indicador de desaceleração da natalidade. Ao mesmo tempo são vários os bairros onde, no outro extremo, a população com mais de 60 anos tem participações percentuais abaixo de 4%, fato indicador de expectativa de vida abaixo de médias nacionais e muito abaixo de bairros que têm maioria de habitantes classificados como de renda média.

⁵⁴ Densidade residencial bruta - é a relação entre a população residente e a área bruta que ela ocupa, sem descontar as vias, áreas verdes de uso frequente, escolas, áreas comerciais, instituições públicas.

⁵⁵ Dados do Sistema de Informação Municipal-SIM. Prefeitura Municipal de Salvador.

Tabela 6 – População residente nos bairros do Aglomerado Cajazeiras, no período de 2000-2010, taxa de crescimento anual e crescimento acumulado nos dez anos do período

Bairros	População Residente (Habitantes)		Taxa Anual	Variação Decenal
	2000	2010		
Águas Claras	31.805	37.029	1,53%	16,4%
Boca da Mata	7.417	8.068	0,84%	8,8%
Cajazeiras II	1.339	1.137	-1,62%	-15,1%
Cajazeiras IV	3.150	3.364	0,66%	6,8%
Cajazeiras V	4.700	5.422	1,44%	15,4%
Cajazeiras VI	6.745	7.341	0,85%	8,8%
Cajazeiras VII	4.455	4.524	0,15%	1,5%
Cajazeiras VIII	10.879	13.013	1,81%	19,6%
Cajazeiras X	7.690	8.513	1,02%	10,7%
Cajazeiras XI	15.776	16.899	0,69%	7,1%
Castelo Branco	30.189	33.510	1,05%	11,0%
Fazenda Grande I	10.580	11.459	0,80%	8,3%
Fazenda Grande II	11.541	18.159	4,64%	57,3%
Fazenda Grande III	6.982	7.464	0,67%	6,9%
Fazenda Grande IV	2.223	4.774	7,94%	114,8%
Total	155.471	180.676	1,51%	16,2%
Salvador	2.443.1077	2.675.656	0,91%	9,5%

Fonte: DIAS, Clímaco. 2016. Elaborada a partir de informações contidas no Sistema de Informações Municipais-SIM. Prefeitura Municipal de Salvador

Tabela 7 – Distribuição da população do aglomerado Cajazeiras por faixas etárias de 0 a 39 anos e a participação percentual de cada faixa sobre o total da população do bairro (2016)

Bairros	0-04	Part. (%)	05-09	Part. (%)	10-14	Part. (%)	15-19	Part. (%)	20-29	Part. (%)	30-39	Part. (%)
Águas Claras	3.433	9,13%	3.108	8,26%	3.527	9,38%	3.463	9,21%	7.393	19,7%	6.999	18,61%
Boca da Mata	615	7,53%	609	7,46%	697	8,54%	643	7,88%	1.572	19,3%	1.507	18,46%
Cajazeiras II	82	7,15%	60	5,23%	81	7,06%	82	7,15%	223	19,4%	199	17,35%
Cajazeiras IV	275	8,06%	224	6,57%	295	8,65%	292	8,56%	657	19,3%	593	17,38%
Cajazeiras V	389	7,09%	376	6,85%	440	8,02%	431	7,85%	1.105	20,1%	959	17,48%
Cajazeiras VI	598	8,05%	567	7,63%	658	8,85%	646	8,69%	1.506	20,3%	1.222	16,44%
Cajazeiras VII	373	8,15%	374	8,17%	380	8,30%	408	8,91%	845	18,5%	807	17,62%
Cajazeiras VIII	1.246	9,43%	1.061	8,03%	1.292	9,78%	1.037	7,85%	2.435	18,4%	2.480	18,77%
Cajazeiras X	615	7,15%	542	6,30%	613	7,12%	689	8,01%	1.856	21,6%	1.355	15,74%
Cajazeiras XI	1.397	8,15%	1.329	7,75%	1.558	9,09%	1.523	8,89%	3.400	19,8%	2.972	17,34%
Castelo Branco	2.701	7,95%	2.467	7,26%	2.873	8,46%	2.924	8,61%	6.423	18,9%	6.102	17,96%
Fazenda Grande I	878	7,58%	758	6,54%	981	8,47%	989	8,53%	2.467	21,3%	1.881	16,23%
Fazenda Grande II	1.498	8,14%	1.334	7,25%	1.559	8,47%	1.526	8,29%	3.612	19,6%	3.221	17,50%
Fazenda Grande III	570	7,53%	507	6,70%	596	7,87%	595	7,86%	1.543	20,4%	1.320	17,44%
Fazenda Grande IV	395	8,18%	368	7,62%	415	8,59%	431	8,92%	991	20,5%	798	16,52%

Fonte: DIAS, Clímaco. 2016. Elaborada a partir de informações contidas no Sistema de Informações Municipais-SIM. Prefeitura Municipal de Salvador

Tabela 8 – Distribuição da população do aglomerado Cajazeiras por faixas etárias de 40 a 80 anos ou mais e a participação percentual de cada faixa sobre o total da população do bairro (2016)

	40-49	Part. (%)	50-59	Part. (%)	60-69	Part. (%)	70-79	Part. (%)	80 ou +	Part. (%)	TOTAL
Águas Claras	4.922	13,1%	2.875	7,6%	1.220	3,24%	475	1,26%	203	0,54%	37.618
Boca da Mata	1.171	14,3%	853	10,4%	319	3,91%	119	1,46%	59	0,72%	8.164
Cajazeiras II	185	16,1%	139	12,1%	62	5,41%	27	2,35%	7	0,61%	1.147
Cajazeiras IV	443	13,0%	366	10,7%	159	4,66%	73	2,14%	34	1,00%	3.411
Cajazeiras V	687	12,5%	546	10,0%	352	6,42%	135	2,46%	67	1,22%	5.487
Cajazeiras VI	1.041	14,0%	753	10,1%	303	4,08%	105	1,41%	32	0,43%	7.431
Cajazeiras VII	636	13,9%	467	10,2%	189	4,13%	65	1,42%	35	0,76%	4.579
Cajazeiras VIII	1.766	13,4%	1.151	8,7%	496	3,75%	190	1,44%	60	0,45%	13.214
Cajazeiras X	1.081	12,6%	1.138	13,2%	454	5,27%	193	2,24%	71	0,82%	8.607
Cajazeiras XI	2.222	13,0%	1.722	10,0%	644	3,76%	273	1,59%	100	0,58%	17.140
Castelo Branco	4.875	14,3%	2.695	7,9%	1.640	4,83%	921	2,71%	355	1,04%	33.976
Fazenda Grande I	1.553	13,4%	1.312	11,3%	498	4,30%	197	1,70%	74	0,64%	11.588
Fazenda Grande II	2.708	14,7%	1.844	10,0%	704	3,82%	283	1,54%	117	0,64%	18.406
Fazenda Grande III	1.004	13,3%	874	11,5%	369	4,87%	131	1,73%	61	0,81%	7.570
Fazenda Grande IV	721	14,9%	441	9,1%	192	3,97%	49	1,01%	30	0,62%	4.831

Fonte: DIAS, Clímaco. 2016. Elaborada a partir de informações contidas no Sistema de Informações Municipais-SIM. Prefeitura Municipal de Salvador

3.3.3 O Bairro da Paz

O Bairro da Paz é o resultado de uma ocupação através de um movimento coletivo realizado por pessoas sem acesso aos terrenos urbanos em uma área de espólio. A área de ocupação fica situada na avenida Paralela, a intervenção mais grandiosa do período de abertura das grandes vias de Salvador, iniciada em 1949 e acelerada na década de 1960.

A Avenida Paralela surge com o objetivo de ser uma alternativa de ligação com a parte norte da Cidade. Além de ser uma via de desafogo do trânsito na via da Orla marítima, serviu, sobretudo, como uma oportunidade de negócios imobiliários a partir da valorização dos terrenos, com a construção do Centro Administrativo da Bahia e, mais tarde, as edificações de empreendimentos imobiliários destinados aos grupos de renda e consumo médio e alto.

O procedimento habitual de reservar terrenos de “engorda”⁵⁶ foi adotado também na área que margeia aquela via, mas a pressão por habitação de uma grande massa de migrantes que afluíram para Salvador, desde a década de 1950, foi mais forte que esta reserva e ocupou o terreno em 1982. Em 1983 foram expulsos com força policial, mas, em 1986, ocuparam outra vez de forma definitiva.

Na primeira ocupação o Bairro foi nomeado de Malvinas, em virtude de à época estar ocorrendo a guerra das Malvinas, conflito armado entre a Argentina e o Reino Unido. Quando a área foi reocupada, passou um período nomeada de forma híbrida, mas depois fixou o nome de Bairro da Paz.

O Bairro apresenta uma população, em 2010, de 19.407 habitantes. Embora tenha apenas 30 anos, não apresentou no período 2000-2010 um crescimento populacional vigoroso. Cresceu 11,29% no período em tela, sendo esse crescimento um pouco acima do crescimento de Salvador. As causas para esse comportamento podem ser encontradas na grande expansão de casas comerciais no bairro, abertura de vias internas e desapropriações para construção de equipamentos de prestação de serviços públicos, a exemplo de escolas e postos de saúde.

⁵⁶ Terrenos que ficam reservados pelo mercado imobiliário à espera de maiores valorizações.

3.4 A renda e a pobreza nos Aglomerados de bairros e no Bairro da Paz

3.4.1 Aglomerado de Bairros Cajazeiras

O rendimento médio per capita mensal do aglomerado de bairros Cajazeiras é mais um indicador da condição de pobreza da população, uma vez que 418 reais mensais é muito baixo, e, considerando que são valores médios, intui-se que existem parcelas significativas que têm rendas muito baixas. Mesmo com a dificuldade em verificar essas variações nos dados agregados, é possível perceber diferenças expressivas entre alguns bairros, que revelam diferentes formas de posse e/ou ocupação, se através dos conjuntos habitacionais das cumeadas ou pelas ocupações das encostas e vales.

Nos bairros onde há maior participação das populações que habitam os conjuntos habitacionais planejados, que foram a razão do surgimento do Aglomerado, em relação à população que ocupou o solo de forma ilegal, a renda per capita se apresenta mais elevada. Ao contrário dos bairros em que essa população tem participação muito pequena em relação àquela que é fruto de ocupações ilegais.

Tabela 9 – Aglomerado de Bairros Cajazeiras, população do bairro, pessoas com 10 anos ou mais de idade, com ou sem rendimento, rendimento médio mensal por bairro, renda per capita mensal por bairro e médias do Aglomerado

Bairro	População do Bairro	Pessoas com 10 anos ou mais de idade, com ou sem rendimento	Rendimento médio mensal por Bairro (R\$)	Rendimento per capita mensal
Cajazeiras V	5422	4722	589,68	513,55
Cajazeiras II	1137	1005	586,58	518,48
Boca da Mata	8068	6940	552,00	474,83
Cajazeiras IV	3364	2912	520,41	450,49
Cajazeiras X	8513	7450	484,47	423,97
Cajazeiras VI	7341	6266	472,25	403,10
Cajazeiras VII	4524	3832	458,90	388,70
Cajazeiras VIII	13013	10907	421,26	353,09
Águas Claras	37029	31077	406,94	341,53
Cajazeiras XI	16899	14414	388,60	331,45
Castelo Branco	33510	28808	476,28	409,45
Médias do Aglomerado			487,03	418,97

Fonte: IBGE, 2010. Adaptado por Clímaco Dias.

3.4.2 Aglomerado do Subúrbio Ferroviário

O demonstrativo da renda per capita para o aglomerado de bairros Subúrbio Ferroviário, na tabela 10, valida a afirmação de que o Aglomerado é uma área habitada por grupos de baixa renda que podem ser classificados como pobres dentro do critério de renda, mas também fornece pistas das diferenças de renda existente nesse Aglomerado.

O rendimento médio individual mensal de 317 reais é, no Aglomerado, com a agregação de todos os bairros, portanto muito baixo, até mais baixo que nos aglomerados de bairros Cajazeiras e Nordeste de Amaralina, embora o Subúrbio seja o Aglomerado mais antigo e, tenha surgido como vetor de expansão da Cidade e com a presença de grupos de renda mais elevada; se reconfigurando e sendo uma das áreas possíveis de ocupação pelos pobres a partir da década de 1940, e aprofundando esta característica nos trinta anos finais do século XX.

O tempo longo de formação desse Aglomerado produziu dois efeitos. Consolidou a vida dos moradores das ocupações antigas, dotando-os de rendas mais elevadas, porém surgiram ocupações recentes que apresentam baixas rendas per capita, a exemplo do bairro Nova Constituinte que, em 2010, apresentava uma renda per capita mensal menor que a metade da renda do bairro que tem a maior renda per capita mensal de todo Aglomerado, o bairro Praia Grande.

Tabela 10 – Aglomerado de Bairros Subúrbio Ferroviário, população do bairro, pessoas com 10 anos ou mais de idade, com ou sem rendimento, rendimento médio mensal por bairro, renda per capita mensal por bairro e médias do Aglomerado

Bairro	População do Bairro	Pessoas com 10 anos ou mais de idade, com ou sem rendimento	Rendimento médio mensal no Bairro (R\$)	Renda per capita mensal
Praia Grande	6091	5263	504,59	436,00
Periperi	47179	40332	452,39	386,73
Plataforma	34034	29335	451,71	389,34
Itacaranha	16088	13856	441,30	380,08
Marechal Rondon	19470	16787	425,33	366,72
Paripe	55039	46543	406,90	344,09
Coutos	26005	22320	385,57	330,94
Alto do Cabrito	17051	14536	362,01	308,61
Lobato	29169	24956	361,19	309,02
Alto da Terezinha	14010	11780	351,30	295,38
São João do Cabrito	21284	18094	336,08	285,71
São Tomé	7207	5851	331,34	269,00
Moradas da Lagoa	16189	13424	320,95	266,14
Rio Sena	16379	13797	319,40	269,05
Fazenda Coutos	24255	20170	281,24	233,88
Nova Constituinte	9410	7775	256,95	212,31
Médias do Aglomerado			374,27	317,69

Fonte: IBGE, 2010. Adaptado por Clímaco Dias.

3.4.3 O Bairro da Paz

O Bairro da Paz está, entre os bairros das áreas pesquisadas, que apresenta renda per capita mais baixa (ver tabela 11). Esse fato é associado às condições de o bairro ser de ocupação mais recente e ter a população mais homogênea desde a ocupação inicial. E essa homogeneidade ocorreu a partir de uma população com baixíssimo nível de educação formal e com poucas possibilidades de acesso a empregos com melhores remunerações

Neste Bairro, quase a totalidade da população é composta por “invasores” de solo urbano, enquanto que em todos os Aglomerados trabalhados nesta pesquisa há uma parte da população que é oriunda de ações planejadas e legalizadas, seja através de loteamentos de particulares, a exemplo do aglomerado de bairros Nordeste de

Amaralina e Subúrbio Ferroviário, ou através da iniciativa do planejamento de Estado, como foi o caso do aglomerado de bairros Cajazeiras.

Tabela 11 – Bairro da Paz, população do bairro, pessoas com 10 anos ou mais de idade, com ou sem rendimento, rendimento médio mensal por bairro, renda per capita mensal por bairro e médias do Aglomerado

Bairro	População do Bairro	Pessoas com 10 anos ou mais de idade, com ou sem rendimento	Rendimento médio mensal no Bairro (R\$)	Renda per capita mensal
Bairro da Paz	19407	15924	313,78	257,47

Fonte: IBGE, 2010. Adaptado por Clímaco Dias.

3.5 Violência nos lugares da pesquisa, tráfico de drogas, vizinhança e parentesco

Os dados sobre a violência, que serão comentadas a seguir, são fornecidos pela Secretaria de Segurança Pública (SSP). Mas cabe uma advertência de que a regionalização da SSP, para os aglomerados de bairros, difere da regionalização aqui adotada. E há também agregados que não são objeto desta pesquisa, mas que incorporam apenas um bairro objeto desta pesquisa.

No caso do Subúrbio, a Área Integrada de Segurança Pública 15 (AISP) só deixa de considerar, nos seus registros de ocorrência de delitos, o Bairro de Marechal Rondon, bairro que faz parte de outra AISP, exclusão que, de acordo com os responsáveis pelos dados, não provoca modificações significativas na análise das estatísticas relativas ao Aglomerado Subúrbio Ferroviário.

No Aglomerado de Bairros Cajazeiras, na regionalização das AISP da SSP, incluiu-se o bairro de Jaguaripe I e excluiu-se o bairro de Castelo Branco, alterações que não fazem diferenças substantivas em um Aglomerado de quinze bairros.

Tabela 12 – Registros de Ocorrência dos Principais Delitos, por Área Integrada de Segurança Pública e tipo de delito (2014)

Área Integrada de Segurança Pública - AISP	Homicídio Doloso	Participação no total da cidade (%)	Lesão Corporal Seguida de Morte	Participação no total da cidade (%)	Roubo com Resultado Morte - (Latrocínio)	Participação no total da cidade (%)	Tentativa de Homicídio	Participação no total da cidade (%)	Estupro	Participação no total da cidade (%)
AISP 15 - Nordeste	15	1,14%	0	0,00%	0	0,00%	6	0,84%	12	2,26%
AISP 05 - Periperi	235	17,79%	5	19,23%	6	12,00%	156	21,91%	82	15,41%
AISP 13 - Cajazeiras	101	7,65%	1	3,85%	1	2,00%	77	10,81%	43	8,08%
TOTAL DA CAPITAL	1321		26		50		712		532	

Fonte: Secretaria de Segurança Pública da Bahia, 2014. Adaptado por Clímaco Dias.

Tabela 13 – Registros de Ocorrência dos Principais Delitos, por Área Integrada de Segurança Pública e tipo de delito (2014)

Área Integrada de Segurança Pública - AISP	Roubo a Ônibus (Urbano e em Rodovia)	Participação no total da cidade (%)	Roubo de Veículo	Participação no total da cidade (%)	Furto de Veículo	Participação no total da cidade (%)	Uso/Porte Substância Entorpecente (Usuários)	Participação no total da cidade (%)
AISP 15 - Nordeste	61	3,16%	20	0,31%	7	0,40%	33	3,55%
AISP 05 - Periperi	175	9,07%	395	6,20%	70	4,00%	52	5,59%
AISP 13 - Cajazeiras	44	2,28%	239	3,75%	55	3,14%	18	1,94%
TOTAL DA CAPITAL	1929		6373		1752		930	

Fonte: Secretaria de Segurança Pública da Bahia, 2014. Adaptado por Clímaco Dias.

Tabela 14 – Registros de Ocorrência dos Principais Delitos, por Área Integrada de Segurança Pública e tipo de delito (2015)

Área Integrada de Segurança Pública - AISP	Homicídio Doloso	Participação no total da cidade (%)	Lesão Corporal Seguida de Morte	Participação no total da cidade (%)	Roubo com Resultado Morte - (Latrocínio)	Participação no total da cidade (%)	Tentativa de Homicídio	Participação no total da cidade (%)	Estupro	Participação no total da cidade (%)
AISP 15 - Nordeste	10	0,78%	2	5,26%	2	3,13%	15	2,67%	9	1,69%
AISP 05 - Periperi	244	18,91%	1	2,63%	9	14,06%	108	19,25%	77	14,50%
AISP 13 - Cajazeiras	94	7,29%	5	13,16%	4	6,25%	42	7,49%	35	6,59%
TOTAL DA CAPITAL	1290		38		64		561		531	

Fonte: Secretaria de Segurança Pública da Bahia, 2015. Adaptado por Clímaco Dias.

Tabela 15 – Registros de Ocorrência dos Principais Delitos, por Área Integrada de Segurança Pública e tipo de delito (2015)

Área Integrada de Segurança Pública - AISP	Roubo a Ônibus (Urbano e em Rodovia)	Participação no total da cidade (%)	Roubo de Veículo	Participação no total da cidade (%)	Furto de Veículo	Participação no total da cidade (%)	Uso/Porte Substância Entorpecente (Usuários)	Participação no total da cidade (%)
AISP 15 – Nordeste	69	2,69%	17	0,26%	14	0,82%	57	6,22%
AISP 05 - Periperi	272	10,62%	394	6,03%	95	5,53%	41	4,48%
AISP 13 - Cajazeiras	74	2,89%	297	4,54%	63	3,67%	20	2,18%
TOTAL DA CAPITAL	2561		6537		1717		916	

Fonte: Secretaria de Segurança Pública da Bahia, 2015. Adaptado por Clímaco Dias.

No Aglomerado de Bairros Nordeste de Amaralina houve a inclusão do Bairro de Amaralina, fato que também não altera significativamente os resultados das estatísticas, porém, no caso do Bairro da Paz, a análise ficou impossibilitada pelo fato deste lugar ficar agregado, na regionalização da SSP, a um grande número de bairros e isto tornou impossível o trabalho de verificação e análise dos índices de violência do mesmo.

Foi feita a opção de agregar, na mesma tabela, os dados do Aglomerado de Bairros Nordeste de Amaralina, que é objeto do capítulo seguinte, em razão de isto possibilitar uma melhor análise comparativa.

Outro problema com os dados de segurança pública pode ser observado no fato de a SSP só ter começado a disponibilizar esses dados a partir de 2014. Uma série histórica mais longa daria mais suporte à análise. Mas, mesmo considerando-se apenas o período de dois anos, 2014 e 2015, para os objetivos dessa pesquisa são suficientes.

A primeira revelação das estatísticas dos delitos é o fato de o Aglomerado de Bairros do Subúrbio Ferroviário ser o lugar mais violento dos lugares pesquisados, sem considerar o Bairro da Paz, pelas razões já expostas.

O Subúrbio Ferroviário, tanto de forma absoluta como de forma relativa, é o lugar que apresenta índices muito elevados de ocorrência mesmo em relação aos índices da Cidade, enquanto, do outro lado, o Aglomerado do Nordeste de Amaralina revela índices relativos muito baixos, tanto em relação aos lugares pesquisados, como em relação à Cidade. O Aglomerado de Bairros Cajazeiras, embora tenha índices mais baixos que o Subúrbio, exibe índices bastante elevados (ver tabelas)

A maior possibilidade de causa para esse fenômeno pode estar localizada na “guerra do tráfico” que, no Subúrbio e em Cajazeiras, se apresenta como uma das mais intensas de Salvador, fato que explica a ocorrência, às vezes, de grandes variações em alguns tipos de delitos de um ano para outro.

Uma soma de fatores contribuem para que isso ocorra, a exemplo de esses Aglomerados mostrarem, como foi revelado na análise da distribuição da renda per capita mensal por bairro, diferenciações internas muito expressivas, além de terem muitas áreas de ocupação recente, fato que não permite que os laços entre parentes e vizinhos sejam fortes o suficiente para inibir esta realidade. O Aglomerado de Bairros Nordeste de Amaralina, por ter poucas áreas de ocupação recente e, por isso, ter laços mais sólidos entre parentes e vizinhos, tem índices mais baixos. Em lugares que

as pessoas têm mais facilidade em serem reconhecidas ou dispõem de uma extensa rede de relações com os vizinhos, o crime é mais inibido, seja pelo tráfico de drogas ou o crime entre indivíduos, porque um aspecto importante a destacar é que uma boa parte desses crimes não está associada ao tráfico de drogas. São crimes cometidos no lar ou na rua por desavenças pessoais.

Os índices de violência na Cidade são extremamente elevados, sendo que os crimes contra as pessoas são preponderantes nos bairros populares e os crimes contra o patrimônio, em sua maior parte, se localizam nas áreas de população que estão situadas em estrato de renda mais elevados. A proposição feita nesta pesquisa é que, considerando-se as desigualdades na cidade e até dentro dos bairros populares, níveis escolares da maioria, taxas absurdamente altas de desemprego, condições precárias de habitação de boa parte da população, o abandono histórico pelo Estado, os bairros populares poderiam exibir índices de violência até mais elevados, não fossem essas redes criadas por vizinhos e parentes, que funcionam como uma espécie de contenção e preparam a superação desta violência. Uma forma de resistência a partir dos lugares, nos bairros.

3.5.1 Comentários sobre uma pesquisa que aborda estratégias de sobrevivência nos bairros populares em Salvador

A pesquisa de Angela Ramalho Vianna realizada em 1976 e publicada em 1980, “Estratégias de sobrevivência num bairro pobre de Salvador” (VIANNA, 1980), foi um estímulo à realização desta pesquisa, em razão de sua abordagem ser feita sem a âncora de proposições melhor fundamentadas, a exemplo do “território usado” e do “período popular da história”; sem a bibliografia que posteriormente surge no Rio de Janeiro e também em Salvador, e que dá substância às fundamentações deste estudo ao evidenciar as dezenas de práticas socioespaciais pesquisadas, principalmente no aglomerado Nordeste de Amaralina e com confirmações nos Aglomerados Subúrbio Ferroviário e Cajazeiras, mais o Bairro da Paz. Comentar esta pesquisa é trazer a história de práticas encontradas e estudadas no Bairro de Nova Brasília, por uma pesquisadora pioneira que realizou um estudo muito importante.

A pesquisa teve como objeto de estudo os trabalhadores por conta própria e suas estratégias de sobrevivência, mas, na medida em que estudou a unidade familiar e não o indivíduo, trouxe a profundidade das relações de vizinhança e parentesco que

estruturam a pesquisa apresentada nesta tese, como é demonstrado em todo o percurso do artigo que resultou da pesquisa.

Nova Brasília, bairro próximo a Itapoã, é fruto da ocupação do terreno por parte da população e, em 1976, na descrição da autora, “[...] Em Nova Brasília, até agora existe apenas um serviço precário de fornecimento de luz, que passou a existir depois que alguns moradores começaram a puxar a força da rua diretamente [...]” (Ibidem, p.187); descreve que o serviço de água era inteiramente dependente de cisternas com pagamentos por galões, e com o transporte para algumas casas sendo feito por crianças do bairro, mas, desde os escritos iniciais, a autora registra situações que remetem a um modo diferenciado de ajuda mútua entre vizinhos:

Muito poucas são as casas que contam com um banheiro ou mesmo uma vala. É comum vizinhos de quintal associarem-se para cavar uma vala e, neste caso, constrói-se um banheiro comum a várias casas, no fundo de um dos quintais. O mais habitual é que se utilize o quintal ou mesmo a rua para atirar os detritos. O terreno sobre o qual se constroem as casas é arenoso e não existe qualquer regularidade na disposição e no alinhamento das construções. Arruamento praticamente não há: as construções sobem aleatoriamente por todo canto. A maioria delas é de ‘sopapo’, sem forro e com piso de cimento. Observa-se uma uniformidade bem grande tanto no tipo de construção quanto no tamanho das casas: os ‘dois vãos’, onde se concentram, em dois cômodos, todas as funções domésticas. A melhoria das casas é feita aos poucos: começa-se por substituir uma das paredes de ‘sopapo’ por alvenaria, e em algum tempo a casa toda está ‘melhorada’. Mas são raras estas construções de tijolos, que geralmente designam a casa de um dos fundadores da ‘invasão’ ou de um pedreiro. (Ibidem, p.187)

Na comparação feita entre os preços dos produtos dos supermercados e os preços dos produtos adquiridos pelos moradores de Nova Brasília nas pequenas vendas, a Autora identificou que estas praticavam preços mais elevados, mas que levavam vantagem sobre aqueles na forma de pagamento dos consumidores. Identifica um fato muito importante, o fracionamento de produtos, hoje não tão presente quanto era na década de 1970, mas identificado em algumas áreas do Subúrbio e do Nordeste de Amaralina. Outra forma que atrai consumidores para as pequenas vendas é a venda fiado, e o fiado não é extensivo a todos, mas a grupos de pessoas com maiores relações de amizade. Encontrou-se essa forma de venda, não só nas pequenas vendas, mas até em lojas de venda de materiais de construção, no Aglomerado Nordeste de Amaralina:

Em primeiro lugar, ali se vende ‘a retalho’, isto é, pode-se comprar qualquer produto na quantidade desejada. É costume, por exemplo, comprar exatamente a quantidade de azeite necessária para preparar uma refeição (compra-se cigarro, biscoito, por unidade). Mesmo que o preço por unidade signifique um encarecimento enorme do preço (por exemplo, por um cigarro, cujo maço se paga Cr\$ 5,00 paga-se Cr\$ 0,50 por unidade), a compra ‘a retalho’ aparece como vantajosa para aqueles que recebem por semana (no caso de certos operários de construção civil) ou que ganham quando trabalham (a fêria do dia de um vendedor ambulante não é nunca suficiente para comprar carne quantidade de nada). Num supermercado num armazém, ou numa feira compra-se uma lata, uma dúzia, um quilo, um pacote, ou não se compra nada. Em segundo lugar, as vendas vendem ‘fiado’. Os que não têm salário fixo, pagam quando recebem.⁵⁷ A ‘tendinha’ é o único local onde se pagam a crédito certo tipo de mercadorias (alimentos, bebidas). É interessante notar que há todo um esquema de fidelidade às vendas, raramente rompido, que se explica pelas relações informais que marcam esta concessão de crédito — os fregueses desenvolvem uma amizade pessoal com o vendeiro — e que explica a não-valorização de ‘pontos’ de venda no interior da favela. Não existe o ‘bom ponto’ nestes locais⁵⁸. É costumeiro encontrar duas vendas vizinhas que trabalham exatamente com os mesmos artigos. O esquema de vender fiado garante o sucesso de todas, uma vez que o próprio vendeiro estabelece um limite de fregueses a quem fiar, acima do qual correria o risco de não conseguir reproduzir o negócio. (Ibidem, p. 190)

Essas práticas acima descritas são formas e estratégias de sobrevivência e resistência que contrariam a análise de muitos autores, principalmente os chamados pós-modernos, que identificam a individualização como a maneira dominante da sociedade contemporânea, muito em razão, provavelmente, de não terem contato com os pobres que tecem formas de viver que, embora subordinadas ao meio técnico-científico-informacional, estabelecem insubordinações, a exemplo destas aqui demonstradas. É importante sublinhar que essas insubordinações só podem advir do lugar, em razão de o lugar ser o espaço das horizontalidades. E o maior fermento para

⁵⁷ Obter crédito do vendeiro é mais fácil para os assalariados do que para os autônomos. A esse respeito, cf. MACHADO DA SILVA, Luis Antônio. O significado do botequim. Revista América Latina, ano 12, n. 3, jul/set., 1969.

⁵⁸ Constituem exceção talvez, no caso de Nova Brasília, os pontos da beira da estrada. Mas estes não são “pontos bons” exclusivamente com relação à favela (ficam próximos aos pontos de ônibus, constituem passagem obrigatória de quem sai e de quem entra no bairro e parada necessária nos dias de chuva), mas também com relação aos de fora da favela. A Avenida Otávio Mangabeira é via obrigatória de acesso a várias praias mais distantes de Salvador e, aos sábados e domingos, é habitual encontrar uma enorme quantidade de banhistas indo ou vindo da praia.

essa “desobediência” é a grande cidade, como resultado de interação permanente entre os seus bairros populares, lugares salientes no acontecer das relações de vizinhança e parentesco que edificam o período popular da história.

Essa forma de relação entre os pobres pressupõe a existência do bairro popular, porque é nessa formação geográfica onde a proximidade e a comunicação se dão de forma mais intensa. Os pobres que não habitam nessas áreas não realizam estas relações de vizinhança e parentesco com a mesma intensidade que aqueles habitantes dos bairros populares. O pobre dessas áreas tem mais facilidade para empreender mais transformações. Aquelas que remetem àquilo que Milton Santos diz no trecho a seguir: “Acho que essa sensibilidade para a mudança é real, efetiva, parte da própria existência. [...]”. (SANTOS, M., 2002b, p.43). E este último trecho do estudo de Angela Vianna é emblemático para exemplificar o quanto esta história de ajuda mútua entre os pobres, como mostrado nas passagens dos séculos XVIII e XIX, no segundo capítulo desta pesquisa, é longeva e contínua, mas ganha contornos de resistência com o advento da grande cidade brasileira:

Complementando o trabalho que se articula ao nível do domicílio, vigora, no interior da favela, um sistema de solidariedade entre vizinhos para a realização de serviços pagos sob forma monetária mas que envolvem um certo compromisso de retribuição. Solicita-se a ajuda de vizinhos para construir ou melhorar uma casa. Uma vizinha lava roupa da outra que sai para trabalhar; o vendeiro ‘olha os meninos’ enquanto a mãe está fora; a costureira conserta de graça as roupas de uma vizinha, etc.⁵⁹

Estes serviços prestados entre vizinhos, embora não contribuam diretamente para a constituição do orçamento doméstico, articulam-se ao trabalho familiar representando gastos que se deixa de fazer e que certamente não poderiam ser feitos caso não se contasse com a solidariedade. (Ibidem, p.178)

Outra pesquisa destacada é a realizada por Angelo Serpa e que tem como palco vários bairros populares de Salvador. Nesta pesquisa o autor investiga a utilização de várias mídias pelos pobres, em bairros populares de Salvador, destacando o papel das rádios comunitárias, sites e redes sociais. Toda esta pesquisa

⁵⁹ Interessante também é o caso das “baianas” que vendem acarajé e abará nos locais turísticos ou no centro da cidade e que necessitam guardar seus quitutes e os ingredientes pra sua preparação na geladeira, bem extremamente raro e valioso em Nova Brasília. Costumam pedir esse favor aos vizinhos que possuem geladeira. Em compensação, uma parte deste alimento é dado à dona da geladeira depois de preparado.

aponta para a especificidade do bairro popular, como elemento fundamental para existência das relações descritas e analisadas por ele e pelos seus entrevistados. E essas particularidades e desenvolvimento de práticas de resistência, a exemplo da rádio comunitária, é completamente imbricada com relações pessoais de vizinhança, que podem ser observadas no comentário do Autor sobre uma entrevista realizada com um locutor de uma rádio FM localizada no Subúrbio Ferroviário, Radio Maré FM. [...] “para ele, cada locutor é um só tempo psicólogo, conselheiro e animador, afirmando a importância da rádio para lançamentos de grupos musicais locais e organização de festas e shows em Paripe.” (SERPA, 2011, p.42). A pesquisa também investigou as rádios de Linha Modular (LM)⁶⁰ que, à época da pesquisa, era a imensa maioria dessa mídia. Das 67 rádios comunitárias de Salvador, no momento da pesquisa, 51 eram LM, embora se registre também a existência de FM clandestinas, que migravam de local a cada três meses para não serem identificadas. E o fato de essas rádios serem patrocinadas pelo comércio local, terem como seus locutores pessoas moradoras dos bairros em que se localizam, reforça a tese de que essas práticas são condicionantes/condicionadas pelo bairro popular, mesmo considerando as diferenças existentes neles.

Outro aspecto importante, que é abordado na pesquisa, é a rede de bairros que se estabelece através da comunicação através dos sites e das redes sociais, movimento que fortalece manifestações culturais, a exemplo da capoeira e outros tipos de manifestações.

3.5.2 As práticas espaciais entre vizinhos e parentes nos Aglomerados do Subúrbio Ferroviário e Cajazeiras e no Bairro da Paz

- Passeios coletivos: Este tipo de prática é algo disseminado nos bairros populares de Salvador e consiste na reunião de vizinhos e amigos do bairro. Cada um contribui com uma quantia em dinheiro, contratam um ônibus e realizam excursões para todo o estado da Bahia, para outros estados da federação, e até viagens internacionais para a tríplice fronteira, em Foz do Iguaçu, em fins de semana e feriados prolongados. Excursões que objetivam alcançar lugares aprazíveis como praias, cachoeiras, cidades históricas e outros tipos de lugares. Esta prática abrange todos os gêneros e faixas etárias.

⁶⁰ Rádios que funcionam com caixas de som afixadas, geralmente, em postes de iluminação pública.

É muito comum que grupos de religiosos, principalmente os de vertentes evangélicas realizem esta prática. As pesquisas sobre esta prática foram realizadas em 2013 e 2014 e consistiu na observação diária, em fins de semana e nos feriados (nove fins de semana e quatro feriados), e realização de entrevistas qualitativas com os participantes, em todo conglomerado Nordeste de Amaralina, sendo que, em Cajazeiras e no Subúrbio Ferroviário, grupos focais confirmaram a existência dessa prática, em reuniões realizadas em 2015, no conjunto de bairros abrangido por essas localizações.

Nos questionários apresentados aos moradores dos Aglomerados e do Bairro, eles foram confrontados com as seguintes perguntas: Já fez algum passeio com vizinhos? Quantos? Quando foi o último? Para onde? Se nunca fez, conhece pessoas que já fizeram? No Bairro da Paz, pessoas que foram entrevistadas em uma das reuniões do Conselho de Bairro, descreveram outra modalidade de passeio coletivo que não se insere nos tipos verificados nos Aglomerados Subúrbio Ferroviário e Cajazeiras: “O Passeio Cultural”, conforme eles denominaram, e que tem a seguinte dinâmica: Líderes comunitários recebem, do poder público ou de empresas, ingressos cortesia para shows musicais, teatro ou outras atividades culturais; junta-se amigos e vizinhos que alugam uma van e vão assistir ao espetáculo nas áreas centrais da Cidade, conforme depoimento de Ruth, moradora do Bairro: “quando a gente recebe uma quantidade grande de ingressos, nós alugamos uma Van e vamos assistir show de música, teatro. A gente já foi até para o teatro Castro Alves” (Entrevista realizada com uma moradora em outubro de 2016).

As respostas dos questionários apresentaram a seguinte distribuição: 71% dos respondentes do Subúrbio, 65% em Cajazeiras e 87% dos respondentes do bairro da Paz afirmaram que já fizeram passeios com vizinhos. As outras perguntas tiveram respostas muito variadas e como o número de questionários aplicados não foi suficiente para consolidar uma tendência, optou-se por não colocar resultados, por eles não apontarem para qualquer linha de análise mais fundamentada.

- Internet compartilhada: A internet compartilhada é uma forma de prática coletiva, que pode ser legal ou ilegal, e consiste na contratação do serviço de uma operadora por uma pessoa que, depois, passa a distribuir o serviço por preços acessíveis para pessoas da rua.

Não foi investigado se as pessoas que fazem a distribuição desse serviço tem ligações com o tráfico de drogas ou com milícias, assim como ocorre no Rio de Janeiro, pelo fato de isso não ser um aspecto relevante para esta pesquisa e em razão desta investigação, nas condições inseguras que foi realizada esta pesquisa, nos Aglomerados Subúrbio e Cajazeiras e Bairro da Paz, existia a possibilidade de risco à integridade deste pesquisador.

As observações sobre essas práticas foram feitas tanto no Aglomerado do Nordeste de Amaralina, nos anos de 2013 e 2014, como nos bairros de Cajazeiras, Aglomerado do Subúrbio Ferroviário e Bairro da Paz, no ano de 2015.

Esta modalidade de interação entre vizinhos, embora venha perdendo significado com a participação maior da internet acessada por celular, ainda apresentou uma força significativa.

Nas entrevistas com perguntas fechadas representou 45% no Bairro da Paz, 30% no Subúrbio e 35% em Cajazeiras.

A internet distribuída por toda rua é melhor porque é mais barata. A velocidade é menor, mais eu não uso muito e a velocidade que chega na minha casa é mais do que suficiente. Outra coisa boa é que a pessoa que é dona do serviço faz até pequenos consertos no meu computador. (Maicon, morador de Cajazeiras, em 2014)

- Baba⁶¹ de saias ou Baba do Vinho: é um jogo de futebol em campos improvisados, realizado por homens que se travestem de mulheres e jogam com roupas femininas. Esse jogo de futebol pode acontecer só com a presença dos homens participantes ou com a presença de muitas namoradas e esposas dos participantes. Esta prática, que ocorre na Sexta-Feira da Paixão ou no Sábado da Aleluia⁶², embora tenha uma tendência declinante pela diminuição dos terrenos disponíveis, ainda pode ser observada em muitos bairros com predomínio de população pobre na cidade e pôde ser observada em todos os bairros objetos dessa pesquisa.

Consiste em um jogo de futebol nos denominados “campos de várzea”⁶³ ou até mesmos em ruas pouco movimentadas e estacionamentos de automóveis. Ele tem

⁶¹ Baba é o nome regional que se dá em Salvador ao jogo de futebol em campos precários e que em outras regiões do Brasil se denomina pelada, racha etc.

⁶² Dias da Semana Santa Católica que têm data móveis.

⁶³ É uma denominação usada nos meios futebolísticos para designar áreas em que se pratica futebol sem qualquer infraestrutura que caracteriza os campos de futebol oficiais. Nos campos de várzea não

o poder agregador para homens jovens de bairros populares, na faixa etária de menos de 20 a menos de 30 e, em muitas situações, atrai mulheres vizinhas e parentes dos jogadores, para assistirem aos homens jogando futebol travestidos de mulheres, geralmente com uma saia muito curta, no feriado da sexta-feira da paixão de Cristo, bebendo vinhos baratos sem resfriamento ou outras bebidas como cachaça e vodka.

A pergunta do questionário fechado foi formulada assim: “Tem baba de saias no seu Bairro? Tem parentes ou amigos que praticam?”

Houve a intencionalidade em formular a pergunta de modo a alcançar o universo da prática e não de verificar o número de praticantes. As duas perguntas obtiveram respostas positivas totais por parte dos respondentes, em mais de 80% em todas as respostas nos lugares pesquisados, e destaco a fala de um praticante:

O Baba do vinho é uma brincadeira de amigos que a gente faz há muitos anos. Ele é importante porque têm amigos que a gente só encontra pra fazer brincadeira no baba do vinho. (Vitor, Morador do Subúrbio- entrevista realizada em outubro 2016)

- Jogos infantis na rua: Várias brincadeiras infantis são organizadas por ruas e foi possível verificar, no Nordeste de Amaralina, que, em quase todas elas, com exceção das principais, por conta do intenso movimento de pessoas e veículos, as crianças têm uma vivência de brincadeiras na rua, sendo observadas muitas ruas até com marcações definitivas de macaco/amarelinha. O resultado dessa observação é apresentado, com os tipos de brincadeiras e as confirmações em entrevistas com grupos dos Aglomerados, aqui destacados, e do Bairro da Paz no período de 2013 a 2016.

Os respondentes das entrevistas fechadas, dos aglomerados e dos bairros responderam afirmativamente essa questão em 100%. A brincadeira de rua nos bairros populares é uma necessidade, em razão de as casas não possuírem áreas de lazer e as crianças terem a rua como área do encontro e do flunar. As brincadeiras podem ser de vários tipos, a exemplo do futebol, esconde-esconde, amarelinha e outras.

Geralmente essas brincadeiras ficam restritas às crianças de uma determinada rua, mas é comum as crianças moradoras de ruas muito estreitas irem procurar as

existem marcação de linhas, muitas vezes não são gramados, geralmente não têm rede nas balizas, é desnivelado.

outras nas ruas mais largas, que oferecem condições de melhor desenvolvimento do lazer.

O papel desempenhado por essas crianças vai além do fortalecimento dos laços entre elas. Elas aproximam os seus pais de uma tal forma, que alguns entrevistados deram depoimentos afirmando que muitas crianças, que fazem essa amizade de rua, já foram responsáveis por reaproximações de vizinhos que tinham desavenças.

Uma questão levantada por uma Diretora de uma importante escola municipal do Bairro da Paz, quando foi entrevistada, é o fato de ainda existirem muitas brincadeiras nas ruas, mas a intensidade no passado era bem maior. A internet e a TV vêm diminuindo a quantidade de crianças e muitas brincadeiras do passado vem se perdendo, a exemplo da brincadeira do elástico⁶⁴, mas a Escola vem buscando retomar muitas dessas brincadeiras através de projetos escolares e com relativo sucesso.

- São João de rua: O São João, em 24 de junho, é uma festa muito comemorada em todo Nordeste do Brasil. Os bairros populares de Salvador, por apresentarem um grande número de migrantes, muitos deles vindos do campo, onde essas tradições são mais arraigadas, são lugares que mantêm a tradição de comemorações dessa festa nas ruas de muitos bairros, enfeitadas de bandeirolas, e onde se colocam mastros; além da música e da dança, são realizadas brincadeiras com crianças e adultos.

Nos dois Aglomerados e no Bairro da Paz os entrevistados responderam às perguntas: “têm festas de São João no seu Bairro? Tem ornamentação na sua rua?”. Os entrevistados responderam na totalidade que sim, para a primeira pergunta. Para a segunda, 20%, 28% e 35% foram os números para os respondentes no Subúrbio Ferroviário.

⁶⁴ “Para pular ou saltar na brincadeira de elástico, são necessários no mínimo três participantes. As crianças amarram as pontas de uma tira de elástico de aproximadamente três metros de comprimento. Há casos em que as crianças improvisam esse "instrumento" da brincadeira com meias-calças. Duas crianças, distantes três metros uma da outra, colocam o elástico ao redor de suas pernas, formando um retângulo. O terceiro participante se posiciona ao lado do elástico esticado e pula no vão do retângulo, com uma ou duas pernas. Os pulos são alternados de acordo com sequência estipulada pelos participantes e também de acordo com a movimentação do elástico, que sobe, desce e cruza. Uma canção, ou até mesmo o cantar de uma palavra, dividida sílaba por sílaba, pode determinar os movimentos de quem pula. É curioso que nomes de comida são populares na brincadeira de elástico.” (<http://mapadobrinicar.folha.com.br/brincadeiras/elastico/>) acessado em 19/04/2017)

No início, aqui, a gente fazia muito São João na rua, depois cada um foi se ocupando muito e diminuiu. Aqui tinha muita gente do interior, acho que era por isso. Hoje tem rua que as pessoas enfeitam, mas a festa não é animada como antigamente (Joel, morador do Bairro da Paz)

A prática de festa de rua é algo muito arraigado na vida cotidiana da população de Salvador, principalmente entre os pobres que habitam os bairros populares. O São João é uma festa que tem mais expressividade no interior e mobiliza grandes contingentes da população da cidade de Salvador para participar das festas que lá são realizadas.

A parte da população que fica na cidade realiza festas nas áreas centrais e nos bairros populares, sendo comum também enfeitar ruas mesmo que não se realize festas.

Toda essa atividade de preparação de festas de São João envolve pessoas de gêneros e faixas etárias variadas, o que reforça os laços de vizinhança e parentesco nesses bairros.

- Bebida e conversa na rua no fim de semana: Essa prática é uma forma de aprofundamento das relações entre vizinhos. Nos bares ela tem a predominância dos homens, mas existe uma forma que alcança os gêneros e várias faixas etárias, o sentar na calçada em frente à casa de algum vizinho; é feita uma cota de dinheiro, se compra cervejas e fica-se bebendo nas calçadas ou em pé nas janelas. Mas as conversas em frente às casas podem ser realizadas sem a cerveja. E essas conversas envolvem pessoas de todas as faixas etárias.

As perguntas no questionário de questões fechadas foram feitas de forma a se captar a percepção desse universo pelos entrevistados: “No seu Bairro as pessoas tomam cerveja na porta de casa? Sentam na porta de casa para conversar?” Todos os respondentes dos Aglomerados e do Bairro da Paz responderam afirmativamente à proposição dessa questão. Esta é uma tradição herdada do campo ou das pequenas cidades que foi incorporada pelos pobres em Salvador.

- Futebol de meninos e adultos no fim de semana: O futebol em campos improvisados, chamado de “baba” na cidade, é uma prática muito difundida entre os pobres, em razão de os adolescentes, nos bairros populares, sobretudo os

homens, terem muito mais circulação a pé nos seus respectivos bairros, do que os adolescentes de áreas de renda e de uso diferenciados da cidade. Esta prática tem também a característica de ser outra poderosa forma de socialização entre vizinhos e parentes nos bairros populares de Salvador. Antes era algo praticado só por homens, na atualidade todos os respondentes disseram conhecer mulheres que praticam futebol nos seus bairros. Os campos que permitem esse tipo de ação são raros pela falta de terrenos e, também, pelos bairros periféricos terem poucos espaços destinados para esse fim pelo poder público. As quadras existem, mas abrigam um número ínfimo de pessoas. O futebol é uma das formas de integração da rua ao bairro, na medida em que afluem para os campos, meninos e meninas de várias ruas do lugar. Em muitos desses campos existem pessoas que não praticam o futebol e outras vezes acontecem almoços com churrasco no local da prática esportiva.

- Pegar e levar crianças na escola: Este uso do território talvez seja uma das práticas mais expressivas dessa resistência apontada nesta tese como o conjunto que caracteriza o território usado nos bairros de Salvador.

Adolescentes irmãos ou parentes dos menores os conduzem para a escola e os buscam, sendo registrado um adolescente conduzindo até oito crianças no Nordeste de Amaralina e cinco no Bairro da Paz. O mais comum, no entanto, é ver outras mães acompanhando os filhos de outras mulheres do bairro, de casa para a escola ou da escola para casa. Foi possível verificar que esta prática não ocorre só com crianças da mesma rua. Constatou-se que existem mães que fazem um percurso alterado, só para deixar crianças em outras ruas diferentes da sua.

A crianças dos bairros populares de Salvador geralmente estudam no mesmo bairro onde habitam, mas necessitam que adultos as conduzam para a escola e as tragam de volta para casa. Esta tarefa pode parecer simples porque muitas escolas ficam perto das casas dos alunos, mas diante do fato de estes não possuírem a mínima autonomia em termos de locomoção, torna-se muito complicada para a vida dos pais que precisam trabalhar em atividades que geralmente não têm horários coincidentes com os horários da escola.

Os parentes e vizinhos, diante desta situação, cumprem esta tarefa. Um parente que vai buscar uma criança pode conduzir várias crianças de vizinhos. Outra vez,

quando o vizinho apresenta possibilidades de conduzir o seu filho, pode retribuir a gentileza conduzindo o filho da vizinha que é conduzido por ela ou por seus parentes.

Nos Aglomerados e nos bairros pesquisados, em todas as entrevistas abertas e no questionário fechado, todas as pessoas falaram que conheciam essa situação na sua rua, não sendo nem necessário fazer a segunda pergunta. As perguntas na entrevista fechada foram: “Na sua rua você conhece pessoas que pegam várias crianças de vizinhos na escola? E no seu Bairro?”.

- “Creches” particulares⁶⁵: Salvador é uma das capitais brasileiras que tem o maior déficit de ofertas de vagas, em creches e escolas, para crianças em idade de 0 a 5 anos.

Em janeiro de 2016, o Presidente da Central das Creches do Brasil, Cleriston Silva afirmou que, em Salvador, 100 mil crianças nesta faixa etária estão fora das creches e escolas por falta de vagas⁶⁶. Esse déficit cria um rebatimento direto com as condições da reprodução da vida dos pobres em Salvador, porque a falta de creches limita as possibilidades de sobrevivência, em razão de limitar também as possibilidades de trabalho das mães, principalmente, um dilema que existe pela falta de ações do poder público nesta direção.

Buscando mitigar este problema, as populações dos bairros populares desenvolveram um arranjo que garante que as mães possam trabalhar ou estudar deixando seus filhos em algum local. Mães que não trabalham disponibilizam as suas casas para receberem de uma até cinco crianças, por um pagamento reduzido. Esse arranjo, embora tenha pagamento, funciona em um sistema de confiança mútua e afetos. Na pesquisa encontramos crianças que foram adotadas por essas mulheres que transformam sua casa em creche. Várias dessas creches informais foram registradas no Aglomerado Nordeste de Amaralina e essa prática foi confirmada como corriqueira em entrevistas com grupos entrevistados também nos outros bairros aqui já nominados.

⁶⁵ Levantamento realizado pelo Tribunal de Contas do estado do Rio Grande do Sul, em 2015, que fez um ranque nacional de atendimento em creches para crianças de 0 a 3 anos, nas capitais brasileiras, apontou Salvador com atendimento de apenas 11%.

⁶⁶ Informação colhida no Blog Bahia em Debate, publicada em 16 de janeiro de 2016. <http://bahiaemdebate.com/index.php/cat-como-blog-noticias/16-ano-escolar-em-salvador-comeca-com-falta-de-vagas-em-creches-publicas-e-conveniadas>.

Nas entrevistas abertas, todas as pessoas confirmaram o conhecimento dessa prática. Nos Aglomerados Subúrbio Ferroviário, Cajazeiras e no Bairro da Paz, instados a responderem as perguntas, “Na sua rua tem pessoas que tomam conta de criança para as mães irem trabalhar? No seu Bairro?”, todos os respondentes confirmaram a existência dessas pessoas no seu bairro.

Em uma entrevista aberta, um entrevistado disse:

Tem uma mulher na rua que tomava conta de crianças e ainda toma. Há muitos anos, uma mulher dava a filha dela para ela tomar conta, para ir trabalhar. A mãe da criança se envolveu com drogas e tráfico, foi presa e depois foi assassinada. A mulher que tomava conta adotou a criança, que hoje é uma Moça muito bonita e querida pela mãe que lhe adotou. (Vanderley, morador do Aglomerado de Bairros Subúrbio Ferroviário)

- Bancas de reforço escolar: As bancas de reforço escolar funcionam como uma prática de aproximação de vizinhos, na medida em que elas, além de receberem crianças de ruas diferentes, garantem à família um turno com a companhia de um adulto. Esta prática reforça vizinhanças, pois ela só existe no atendimento de moradores de um mesmo bairro.

Como forma de atenuar as deficiências do ensino na rede pública escolar existe uma profusão de pessoas que ministram reforço escolar para crianças e adolescentes que apresentam baixo rendimento em alguma disciplina.

O reforço cumpre este papel de recuperar conteúdos escolares, mas também é uma forma de os pais garantirem o tempo integral escolar para seus filhos:

Eu coloco meu filho no reforço, desde que ele tinha 8 anos. Hoje ele está com 13 e vai para o reforço para aprender mais as matérias, mas também, como trabalho o dia todo, não ficar perambulando pelas ruas. Menino que fica sozinho na rua passa a ser alvo da malandragem. (Dolores de Cajazeiras. Entrevista realizada em 2015)

O reforço escolar tem o componente das relações de vizinhança, porque a maioria é fundada na confiança. Não tem contrato, existe negociação quando os pais têm dificuldades para pagar e as professoras da banca têm autoridade plena sobre a criança. A pergunta formulada nas entrevistas fechadas, “tem reforço escolar na rua?”, obteve dos respondentes 81% de respostas positivas no Bairro da Paz, 64% no Subúrbio Ferroviário e 58% em Cajazeiras.

- Cachorros criados na rua: Nos bairros populares há uma maneira de criar cães que é típica desses lugares. Nas casas que têm pouco espaço e nas quais os donos não podem criar o cachorro preso, criam-se os cachorros na rua. Observe-se que isso é diferente do típico cachorro de rua ou cachorro vadio, que não tem referências de tutores. É um uso diferenciado no território e permite que cachorros de donos que passam o dia fora, sejam, de alguma forma, cuidados pelas pessoas da rua, o que gera aproximação de vizinhança.

Nos aglomerados e bairros populares aqui destacados, existem muitos cachorros que passam o dia na rua e só a noite são recolhidos por seus donos. Alguns nem dormem na casa dos seus tutores.

São cachorros que não têm cuidados veterinários mínimos, alimentam-se nos lixões, mas cumprem o papel de criar laços de vizinhança entre os seus donos. Muitas vezes um dono alimenta o cão do outro e o protege contra maus tratos.

“Quando posso, alimento os meus e outros dos vizinhos da rua. Eles fazem o mesmo com o meu. E a gente não pode deixar um bichinho ficar com fome.”
(Carlos do Subúrbio. Entrevista realizada em 2016)

- Clientes especiais para o fiado: Algumas vendas e bodegas ainda vendem “fiado” a grupos de clientes que eles consideram especiais, porque, a partir da experiência, se mostraram bons pagadores. Foi possível verificar esta prática até nas lojas maiores em todos os bairros.

Na pesquisa de Angela Vianna, nos bairros populares há uma rede de pequenos mercados estruturados de forma que não permitem a relação de crédito entre o comerciante e o comprador. Esses mercadinhos já têm relações impessoais, com funcionários, crédito a partir de cartões e estrutura semelhante aos grandes mercados, se diferenciando pelo tamanho, pelo volume de capital e pela presença de grandes marcas em variedade muito maior do que os mercadinhos dos bairros populares.

A diferença são as pequenas vendas, nas ruas o vendedor estabelece relações de amizade com compradores e abre crédito pessoal com estes. É importante destacar que não são todas as pessoas das suas relações de amizade que têm o benefício do crédito, mas só aqueles que mantêm os acordos, pagando nas datas combinadas, sendo essa relação vantajosa para os dois. As pequenas vendas têm

também a função de facilitar a aquisição de produtos de consumo diário, a exemplo do pão, quando os mercadinhos ou padarias ficam distantes das residências das pessoas do entorno.

A pergunta utilizada no questionário foi, “você compra fiado em vendas?”; 92% dos respondentes do Bairro da Paz disseram que sim, 74% e 69% responderam afirmativamente nos Aglomerados do Subúrbio Ferroviário e Cajazeiras, respectivamente.

- Festas de bairro: As festas de bairro são muito comuns. Os organizadores pedem contribuições aos comerciantes e, nos fins de semana, realizam essas festas que têm a predominância de jovens. Foram registradas essas festas no período de 2012 a 2015, mas, por razões de segurança, em algumas delas, em virtude de não ser possível identificar as reais ligações delas com o tráfico, não se pode entrevistar os participantes.

O bairro popular é um local de festas. Festas de várias dimensões e natureza. Essas festas podem envolver um pequeno número de vizinhos, adeptos de religiões, os moradores de uma rua ou todo bairro ou aglomerado.

Grande parte dessas festas são realizadas na rua e essa é uma das razões de a cidade sempre ter tido uma forte tradição de festa de rua. As origens dessa cultura podem estar fincadas na impossibilidade de realizar encontros festivos nas casas, em virtude das pequenas casas não oferecerem condições de promover eventos que envolvam um número maior de pessoas. Até os aniversários infantis, algumas vezes, são comemorados em locais públicos.

As festas de vizinhos acontecem por várias razões, são organizadas com caixas de som na rua ou instaladas em carros e, quase sempre, causam incômodo a quem delas não participa, mas reforçam laços entre os participantes.

Existem festas que envolvem bairros e aglomerados, como já se comentou acima. Algumas localizadas no Subúrbio Ferroviário, mas o Aglomerado Cajazeiras, embora seja uma formação relativamente nova, tem o segundo carnaval mais concorrido da Cidade⁶⁷, só superado pelo carnaval do Nordeste de Amaralina, evento que será analisado de forma mais detalhada no capítulo seguinte

⁶⁷ Estudo: comportamento dos residentes em Salvador durante o carnaval de 2016. Secretaria de Cultura da Bahia. 2016. (no prelo)

- O papel das avós: As avós, considerando que as jovens têm filhos muito cedo, cumprem um papel decisivo na criação das crianças, em razão de as filhas terem a necessidade de trabalhar e, muitas delas, não terem onde deixar os filhos. Essa prática fortalece laços familiares e foram entrevistadas mães e avós no período de 2013 e 2014 no Aglomerado Nordeste; confirmou-se o mesmo fato em todos os outros bairros trabalhados.

A gravidez precoce entre as adolescentes pobres do Brasil tem inúmeras causas, a exemplo da falta de melhor educação sexual, inseguranças emocionais das adolescentes e uma forma de pensar de muitos homens que não se sentem responsáveis pela gravidez da mulher.

O fato é que muitas adolescentes, ao engravidarem, ficam completamente vulneráveis porque têm a formação escolar interrompida e dificuldades em obter emprego, além de não terem seguridade social que garanta remunerações durante e após a gravidez.

As mães dessas adolescentes assumem grande parte das tarefas de criação dos seus filhos, para que essas jovens possam dar continuidade à sua formação e/ou possam trabalhar.

Muitas vezes essas avós são suportes na criação dos filhos de suas filhas e seus filhos, mesmo que estes não tenham tido maternidade ou paternidade precoce.

Essa alternativa só se torna possível porque os pobres do bairro popular sempre procuram morar perto dos parentes como estratégia de sobrevivência e resistência, sobretudo em uma cidade que, como visto acima, tem um dos maiores déficits de vagas para pré-escolares em creches e escolas.

A questão proposta no questionário, com perguntas fechadas, aos habitantes do Aglomerado Subúrbio e Cajazeiras e Bairro da Paz, “Você já morou com a sua avó ou vizinha a ela?”, obteve 54% de respostas positivas no Bairro da Paz, 59% no Aglomerado Cajazeiras e 65% no Aglomerado Subúrbio Ferroviário.

- O Mutirão para construir casas e realizar obras de rua: O mutirão, prática bastante conhecida, é uma forma de se construir casas, lajes ou até fazer melhoramentos em áreas públicas em locais do bairro popular de ocupação recente. Foram recolhidos relatos de pessoas que descreveram essas ações de melhoria de áreas públicas, no início da expansão do Bairro Nordeste de Amaralina e, até o momento

atual, em algumas áreas de expansão recente, a exemplo do Areal. Essas práticas foram observadas em todos os outros bairros, mas as maiores ocorrências se deram no Bairro da Paz, bairro popular de ocupação mais recente.

Em bairros de ocupação antiga, do Aglomerado Subúrbio Ferroviário, ou até do Aglomerado Cajazeiras, a incidência dessa prática não é tão recorrente como no Bairro da Paz, lugar de formação mais recente. Nas entrevistas com questionário fechado realizadas neste bairro, 73% dos entrevistados responderam afirmativamente a questão, “Já participou de algum mutirão para construir casas de vizinhos?”, enquanto que nos Aglomerados Subúrbio e Cajazeiras esses números foram de 36% e 45%, respectivamente.

O mutirão foi uma coisa muito importante na nossa luta para criar amizade entre a gente. Quando a gente ocupou aqui, pouca gente se conhecia. O mutirão fez a gente se juntar e se conhecer. E não dá pra fazer luta sem se conhecer direito.
(Sandra do Bairro da Paz- Entrevista realizada em 2016)

- Cotas para enterro: Nas áreas mais carentes do Aglomerado Nordeste de Amaralina foi registrada essa prática, que não se restringe à rua do falecido, mas extrapola para áreas onde o falecido tinha conhecidos no bairro. As observações foram feitas de 2012 a 2015 em todos os bairros do Aglomerado Nordeste de Amaralina e confirmadas nos outros conjuntos de bairros.
O bairro popular, embora tenha muitas homogeneidades, muitas vezes, apresentam diferenças significativas em termos de renda e patrimônio dos seus habitantes. É possível haver um morador que tenha uma casa de 6 quartos vivendo próximo de outro que mora em casa de apenas um cômodo. Essa diferença não retira o sentido comum, em razão de a maior parte dos problemas do bairro ser de natureza comum. Mas, existem situações em que essa diferença é usada como força coletiva. E um exemplo muito expressivo disso são as campanhas que moradores fazem entre vizinhos, quando morre uma pessoa muito mais pobre para custear as despesas do enterro.
- Carros particulares que servem como ambulância: A mobilidade noturna é muito custosa e difícil nos bairros populares. E essas dificuldades tornam-se exponenciais no que toca ao transporte de doentes, em situação de emergência, no período noturno. Sempre foi e ainda é relativamente comum que as pessoas

proprietárias de automóveis façam o transporte de vizinhos nessas condições. Essa prática foi verificada em todo Aglomerado desde 2012.

A mobilidade dos pobres é algo muito difícil. Some-se a isso o estigma de morar em áreas da Cidade consideradas muito perigosas. Nessas áreas até motoristas de táxi, também pobres, não atendem chamados, nem os restaurantes de refeições com entrega em domicílio. Quando uma pessoa dessas áreas mais pobres tem um problema de saúde e necessita de assistência médica emergencial, há dificuldades, mesmo havendo hoje um atendimento público de ambulância mais capilar, que também tem dificuldade em chegar rapidamente, em razão de muitos dos endereços serem de difícil localização.

Nestas ocasiões os vizinhos proprietários de automóveis são requisitados para conduzir o enfermo até o pronto atendimento. E esta é uma atividade que se mostrou recorrente em todos os Aglomerados e Bairro focados neste capítulo.

Aqui os vizinhos que têm carro, principalmente há uns anos atrás, levavam a gente no hospital quando alguém passava mal. Pelo dia ainda era mais fácil arrumar um táxi, mas à noite era impossível. Tem vizinho meu que já levou muita gente assim. (Laerte habitante de Cajazeiras e membro do Grupo JACA)

- Carona em ônibus coletivo urbano: Esta prática ocorre nos “fins de linha” dos bairros populares quando não há fiscalização. Alguns motoristas de ônibus facilitam a entrada grátis de algumas pessoas que argumentam não ter dinheiro. É óbvio que isso não apaga o clima de tensão que às vezes ocorre entre a população e os motoristas de ônibus pelo atrasos e péssimos serviços prestados pelas empresas, mas a carona reestabelece confianças, em razão da prática necessitar da cumplicidade de um grande número de pessoas. Essas observações foram feitas em 2012 e 2013 nos fins de linha da Santa Cruz, Vale das Pedrinhas e Nordeste de Amaralina.

Os motoristas de ônibus, algumas vezes, vivem situações de tensão com muitos moradores dos bairros populares, principalmente quando aqueles, em momentos de receio dos conflitos do tráfico com a polícia, se recusam a cumprir uma parte do trajeto determinado, ou quando há ameaça de queima de ônibus como protesto do tráfico contra as ações da polícia.

Ainda assim é comum que os motoristas permitam, a muitas pessoas dos bairros populares, o deslocamento interno e até para fora do bairro a pessoas que lhes pedem e eles entendem que não têm condições de pagar a tarifa.

Essa prática só existe no bairro. Fora do bairro, mesmo que a pessoa seja conhecida e tenha essa concessão, não será beneficiária dessa permissão.

- A maior parte dos protestos ou reivindicações da população de Salvador se dão no bairro popular ou em seu entorno, por razões que aqui se explicita. São passeatas que protestam contra a violência policial, a falta d'água, a deficiência do sistema de transporte, por melhorias de vias públicas. A pesquisa se realizou através de notícias de rádio, televisão e sites de bairro, sendo que em Santa Cruz e no Vale das Pedrinhas, foi acompanhado por esta pesquisa algumas dessas movimentações desde o ano de 2013 até 2016.

Os grandes protestos políticos de rua no Brasil, que se iniciam na década de 1950, com “o petróleo é nosso”, se intensificam na década de 1960, e são retomados com vigor após o fim da Ditadura Militar. Esses movimentos, geralmente circunscritos às áreas centrais das cidades, sempre tiveram uma parcela majoritária de pessoas e grupos de setores dos estratos médios da sociedade, seja pela falta de envolvimento dos setores populares, dificuldade de deslocamento e outras causas que pedem para ser melhor investigadas pela ciência social brasileira. Um movimento novo surgiu com vigor nos bairros populares do Brasil, a partir da década de 1990, a manifestação popular nas ruas do bairro.

Essas manifestações surgem primeiro como resposta às mortes de jovens pela polícia, jovens que, segundo a polícia, são ligados ao tráfico e mortos em confronto, mas que, segundo boa parte da população, não são ligados ao tráfico, em sua grande maioria, nem tampouco morrem em confronto. São executados pela polícia e milícias.

O protesto é realizado nas ruas principais do bairro, acompanhado da queima de pneus e, algumas vezes, da queima de ônibus. Esses atos espetaculares têm o objetivo de chamar a atenção do poder público, da mídia e da população em geral. Ao final da década de 1990 e começo de 2000, as temáticas dos protestos se diversificam e ganham dimensões no cotidiano que passam a ser significativas na vida do bairro e da cidade.

Nos dois Aglomerados de bairros e no bairro, tratados neste capítulo, as manifestações foram contra as ações violentas da polícia, mas também se faz reivindicações nas áreas de educação, transportes, melhorias de vias internas dos bairros, contenção de encostas, esgoto, atendimento médico local e falta de água. Mas a pauta política não se restringe aos itens locais, ela abrange também temas da política nacional, a exemplo das passeatas contra o racismo e pela afirmação negra, pela afirmação gay e por reação à homofobia, protestos contra medidas do Congresso, da Justiça e do Executivo e hoje elas podem ser verificadas não só nos Aglomerados e Bairro pesquisados, mas em todo conjunto de bairros populares da Cidade.⁶⁸

⁶⁸ <http://atarde.uol.com.br/bahia/salvador/noticias/1751231-moradores-protestam-e-ateiam-fogo-em-objetos-em-plataforma>
<http://atarde.uol.com.br/transito/noticias/1701464-mototaxistas-protestam-contramorte-na-suburbana>
<http://atarde.uol.com.br/bahia/salvador/noticias/1666242-moradores-protestam-e-fecham-rua-em-plataforma>
<http://g1.globo.com/bahia/noticia/2013/07/moradores-protestam-no-engenho-velho-da-federacao-em-salvador.html>
<http://atarde.uol.com.br/bahia/salvador/noticias/1534479-moradores-protestam-na-baixa-do-fiscal-e-travam-o-transito>
<http://atarde.uol.com.br/bahia/salvador/noticias/1503780-moradores-protestam-em-praia-grande>
<http://atarde.uol.com.br/bahia/salvador/noticias/1526400-moradores-protestam-contramorte-de-homem-na-mata-escura>
<http://atarde.uol.com.br/transito/noticias/1675487-transito-e-normalizado-na-av-gal-costa-apos-protesto>
<http://atarde.uol.com.br/bahia/salvador/noticias/1676371-moradores-protestam-em-piraja-rondesp-foi-acionada>
<http://bahianoar.com/moradores-protestam-na-estrada-velha-do-aeroporto-em-salvador/>
http://www.vozdabahia.com.br/index/blog/id-91430/moradores_protestam_contra_projeto_de_carlinhos_brown_na_praia_do_buracao_em_salvador
<http://g1.globo.com/bahia/noticia/2017/03/apos-morte-de-jovens-moradores-do-bairro-da-paz-fazem-novo-protesto.html>
<http://g1.globo.com/bahia/noticia/2014/10/moradores-fazem-manifestacao-no-bairro-de-aguas-claras-em-salvador.html>
<http://www.correio24horas.com.br/detalhe/salvador/noticia/moradores-do-bairro-de-valeria-fecham-a-br-324-em-protesto/?cHash=3bcb0952a44b59fab6cb1c5535decb8d>
<http://www.correio24horas.com.br/detalhe/salvador/noticia/em-protesto-contramorte-de-adolescentes-moradores-da-santa-cruz-fecham-avenida-acm/?cHash=c2f6a071464448e95aa4857afc543bba>
<http://atarde.uol.com.br/bahia/salvador/noticias/em-protesto-moradores-fecham-avenida-ogunja-1620895>
<http://www.rotadosertao.com/noticia/52344-protesto-no-bairro-tancredo-neves-causa-engarrafamento-em-salvador>
<http://www.ibahia.com/detalhe/noticia/moradores-do-bairro-da-paz-fazem-protesto-na-avenida-paralela/?cHash=b096a819669df4b8db8cb6176d601472>
<http://www.aratuonline.com.br/noticias/moradores-fazem-protesto-na-suburbana-e-cobram-reabertura-de-posto-de-saude/>
<https://bairrodolobato.wordpress.com/category/protesto-no-bairro-do-lobato/>
<http://www.vilasmagazine.com.br/noticia-detalhe.php?idConteudo=00000000682>
<http://www.bahianoticias.com.br/noticia/172070-moradores-fecham-rua-regis-pacheco-no-uruguai-em-protesto.html>
<https://www.youtube.com/watch?v=RY-XjvEaQK4>

O protesto no bairro tem a vantagem de poder ser impactante com número menor de pessoas do que nas áreas do Centro e ter muito maior repercussão, caso tivesse como palco o Centro da Cidade, além de não ter custos de deslocamento e comprometimento maior do tempo. Outro fator muito importante é que, no bairro, os manifestantes se sentem muito mais protegidos, pela proximidade de vizinhos e parentes, de possíveis repressões policiais, o que é muito mais tolerado pelos habitantes das áreas de altas rendas.

Se alguém é preso em uma manifestação, aqui no bairro, todo mundo socorre. Até quem não está na manifestação vem acudir e faz barreira para a polícia não levar a pessoa. Se fosse na Avenida Sete isso não acontecia. (Alípio do Bairro da Paz, entrevista realizada em 2016)

<https://www.portalaz.com.br/noticia/geral/302528/protesto-e-atropelamento-deixam-transito-congestionado-em-salvador>

<http://www.agitosalvador.com.br/pelaweb/moradores-bloqueiam-via-durante-protesto-em-salvador-globocom/2649>

<http://memoria724.blogspot.com.br/2011/07/moradores-param-transito-em-protesto.html?m=0>

<http://atarde.uol.com.br/bahia/salvador/noticias/1786206-moradores-do-bairro-da-paz-acusam-pms-de-usar-violencia>

<http://g1.globo.com/bahia/noticia/2017/03/caminhada-em-cajazeiras-pede-paz-apos-morte-de-compositor.html>

<http://www.correio24horas.com.br/detalhe/salvador/noticia/onibus-seguem-sem-circular-no-vale-das-pedrinhas-e-santa-cruz/?cHash=546a06873b03639bec0ccc09035c17ab>

<http://g1.globo.com/bahia/batv/videos/v/moradores-do-vale-das-pedrinhas-fecharam-via-em-protesto-contrad-esaparecimento-de-jovem/4030862/>

<http://varelanoticias.com.br/rotina-volta-fluir-apos-tiroteio-e-onibus-queimado-no-nordeste-e-vale-das-pedrinhas/>

CAPÍTULO 4 – PRÁTICAS DAS TRAMAS POPULARES VISTAS DE FORMA AMIÚDE NO AGLOMERADO DE BAIROS POPULARES NO NORDESTE DE AMARALINA

4.1 Origens da formação

O Aglomerado de Bairros Nordeste de Amaralina, por ser uma das áreas mais densas de Salvador e mais próximas do Centro Antigo, gera uma ideia de que é uma área de ocupação muito antiga.

Em 1944, toda área onde hoje é o Aglomerado tinha meras 1320 almas. e, é de 1949 a construção da Av. Amaralina. A Salvador urbana até a primeira metade do século XX era uma cidade que, afora alguns núcleos interiores, tinha o seu sítio nas bordas da Baía de Todos os Santos. A "conquista do mar aberto" é uma história que se concentra na segunda metade do século XX.

A área que hoje é o Aglomerado de Bairros Nordeste de Amaralina tem uma cadeia sucessória que vem da Sesmaria de Itaparica até chegar a José Felix da Cunha Meneses, herdeiro do Visconde do Rio Vermelho, que era o proprietário de uma área que ia do final do Bairro Ondina até o Bairro Armação. Ele fez uma proposta de urbanização da área, que nomeou de Cidade da Luz, e dividiu a grande área em seis fazendas, a saber, Paciência, Alagoas, Ubaranas, Pituba e Armação do Saraiva.

A Fazenda Alagoas foi comprada por José Alvares do Amaral, que a nomeou de Amaralina. Ubaranas foi adquirida pela família Mendonça. A Fazenda Santa Cruz foi adquirida por João Gomes, sendo que depois foi desmembrada e vendida uma parte para a família Borges, ainda na primeira metade do século XX. E, em 1881, a viúva herdeira de José Felix da Cunha Meneses vendeu a fazenda Pituba para Manoel Dias da Silva, que mais tarde passa a propriedade para seu cunhado, Joventino Silva, que hoje dá nome ao Parque da Cidade, este último fruto de uma transação de doação e venda para a Prefeitura, que adiante será melhor detalhada.

Fazendas Amaralina, Ubaranas, Santa Cruz e Pituba são as áreas base do surgimento dos bairros Nordeste de Amaralina, Santa Cruz, Chapada do Rio Vermelho e Vale das Pedrinhas, que mais tarde vão originar o que aqui é denominado de Aglomerado de Bairros Nordeste de Amaralina.

Outro aspecto relevante da ocupação do Aglomerado de Bairros Nordeste de Amaralina é que, conforme se pode visualizar no quadro 1, até a primeira metade do século XX, esta área não havia sido integrada ao que se pode denominar de mercado capitalista de terras. Este quadro corrobora com o que defendemos no capítulo 2, que existia um controle dos grandes proprietários sobre as terras, mesmo aquelas consideradas rurais, que existia um “mercado” de terras anterior ao século XX, mas que, mesmo com a libertação dos escravizados, e o advento da república, só algumas áreas da cidade foram integradas ao circuito capitalista de um mercado de terras. No Aglomerado que aqui tratamos, ainda se podia verificar a existência do regime de enfiteuse quase na metade do século XX.

[...] Terreno aqui não era vendido, era arrendado, ninguém podia comprar terreno aqui, porque naquele tempo era uma fazenda, aqui era uma zona rural, hoje é quase uma metrópole pode se dizer, urbanizada, progresso [...] Então a minha mãe arrendou um terreno aqui. O terreno arrendado é o seguinte: você arrenda o terreno como arrenda qualquer coisa, um armazém, um bar. Todo mês você paga aquela quantidade, aí vai pagando, vai pagando por ano. Então cada ano aumenta mais um pedacinho, se você quiser tomar posse daquele terreno, pra ser seu, na época, tinha que comprar na mão do dono do terreno (Depoimento de Antônio Ferreira da Silva - o Alemão, que chegou ao Nordeste de Amaralina em 1948. Extraído de Setras (2006, p.16).

Quadro 1 – Loteamentos e inventários do Aglomerado de Bairros Nordeste de Amaralina e dos Bairros Amaralina e Pituba

Nome	Proprietário	Localização	Data	Área e nº de lotes
Fazenda Ubaranas	Ana Carolina de Mendonça	Amaralina	Dezembro de 1932	59 498 m ² , 165 lotes de 258 m ² .
Cidade da Luz	Joventino Silva	Pituba	Julho de 1932	504.904 m ² . Nº de lotes: 807 de 360 m ² . 628 lotes ocupados e 100 ruas abertas.
Cidade Jardim Balneário de Amaralina	Maria Amália Amaral	Amaralina	Março de 1932	588.989 m ² . Nº de lotes: 1.071 – área específica 324 m ² . 950 lotes ocupados. 30 ruas abertas.
Fazenda Santa Cruz	Nasser Borges e Augusto Borges	Rio Vermelho	1954	275 920 m ² . 171 lotes por 1000 m ² . 67 ruas abertas.
Alto das Ubaranas	Elmano Silveira Castro e outros	Amaralina		15.536m ² , 28 lotes de 396 m ² .
Parte alta da Fazenda Santa Cruz	Raimunda Vieira da Silva	Santa Cruz		Pareceu ser a mais conflitante. Esta área media aproximadamente 113.000 m ² , e era ocupada em sua totalidade por terceiros. Da área total, apenas 2.289 m ² encontravam-se registrados em cartório em nome da proprietária. Contra Raimunda Vieira existiam algumas denúncias por parte dos moradores da localidade do alto da Santa Cruz, segundo eles, os procuradores de Raimunda estavam efetuando vendas ilegais de lotes sem nenhum valor jurídico.
Antiga Fazenda Outum	Orlando Garcia	Parque Cruz Aguiar		As informações existentes sobre a mesma são insatisfatórias, devendo ser feito um levantamento junto à IMOB e ao Cartório do 3º Ofício. Esta área foi denominada de Parque Cruz Aguiar e, aparentemente, não foram denunciados nenhum caso de ocupação ilegal, por se tratar de um loteamento destinado em princípio, a pessoas de alta renda. No entanto, pelo estado de desocupação que se encontrou em um possível momento o poder público chegou a negociar algumas glebas.
Área de Cel. Isaías Epifânio dos Reis (Fazenda Ubaranas)	Cel. Isaías Epifânio dos Reis	Amaralina	Aprovado em 1968	Da área original 24.360 m ² , incluindo no espólio de Joaquim Custódio da Silva e Eugenia da Rocha Silva, 23.726 m ² foram arrematadas em hasta pública pelo atual proprietário.

Fonte: Setras, 2006. Adaptado por Clímaco Dias.

Os primeiros loteamentos liberados pelo Estado trouxeram trabalhadores que começaram a ocupar áreas periféricas a estes de forma ilegal. Os proprietários também começaram a fazer loteamentos clandestinos, e a soma destas três ações, loteamentos legais, loteamentos ilegais e ocupações desordenada ilegal, conformou o Aglomerado. As ocupações ilegais, que hoje são maioria na área, não se comportaram da mesma forma nas áreas de todas as fazendas. Na Pituba, por exemplo, a pesquisa da Secretaria do Trabalho Assistência Social e Esporte diz que “A Fazenda Pituba foi a que menos permitiu a ocupação marginal do lotes, colocando no local uma grande quantidade de capatazes ou capangas, com ordens de afugentar invasores.” (SETRAS, 2006, p.18). Foi desta forma que, hoje, a Pituba tem a predominância de grupos de rendas mais elevadas, ao passo que a Fazenda Santa Cruz, que compreende as atuais áreas do Bairro Santa Cruz e Chapada do Rio Vermelho, quando da época dos primeiros loteamentos, “apresentava uma situação fundiária mais complicada na época, com 30% da área já invadida [...]” (SETRAS, 2006, p.19).

A área do atual Bairro Chapada do Rio Vermelho, até 1965, não tinha construções, afora o campo de treinamento do Ypiranga Futebol Clube. E esta área, dominada por matas, só começou a ter ocupações ilegais quando da construção da Avenida Juracy Magalhães Junior, na década de 1970.

A ideia de que a distância física é uma vantagem locacional dos pobres, independentemente das condições de moradia, é uma proposição positivista que condiciona distâncias a meros quilômetros entre dois pontos. No caso deste Aglomerado costuma-se dizer que ele tem vantagens por estar perto das áreas centrais. Ora, isso é algo que tem que ser relativizado na história. O Aglomerado de Bairros Subúrbio Ferroviário, desde a segunda metade do século XIX, possuía o trem que ligava várias localidades, enquanto que, no Aglomerado em análise, só começou a haver circulação de ônibus no bairro Nordeste de Amaralina na década de 1960 e, na Santa Cruz, em 1975, o que demonstra que uma área próxima ao Centro pode, em determinadas situações, oferecer maiores dificuldades de mobilidade do que uma área distante.

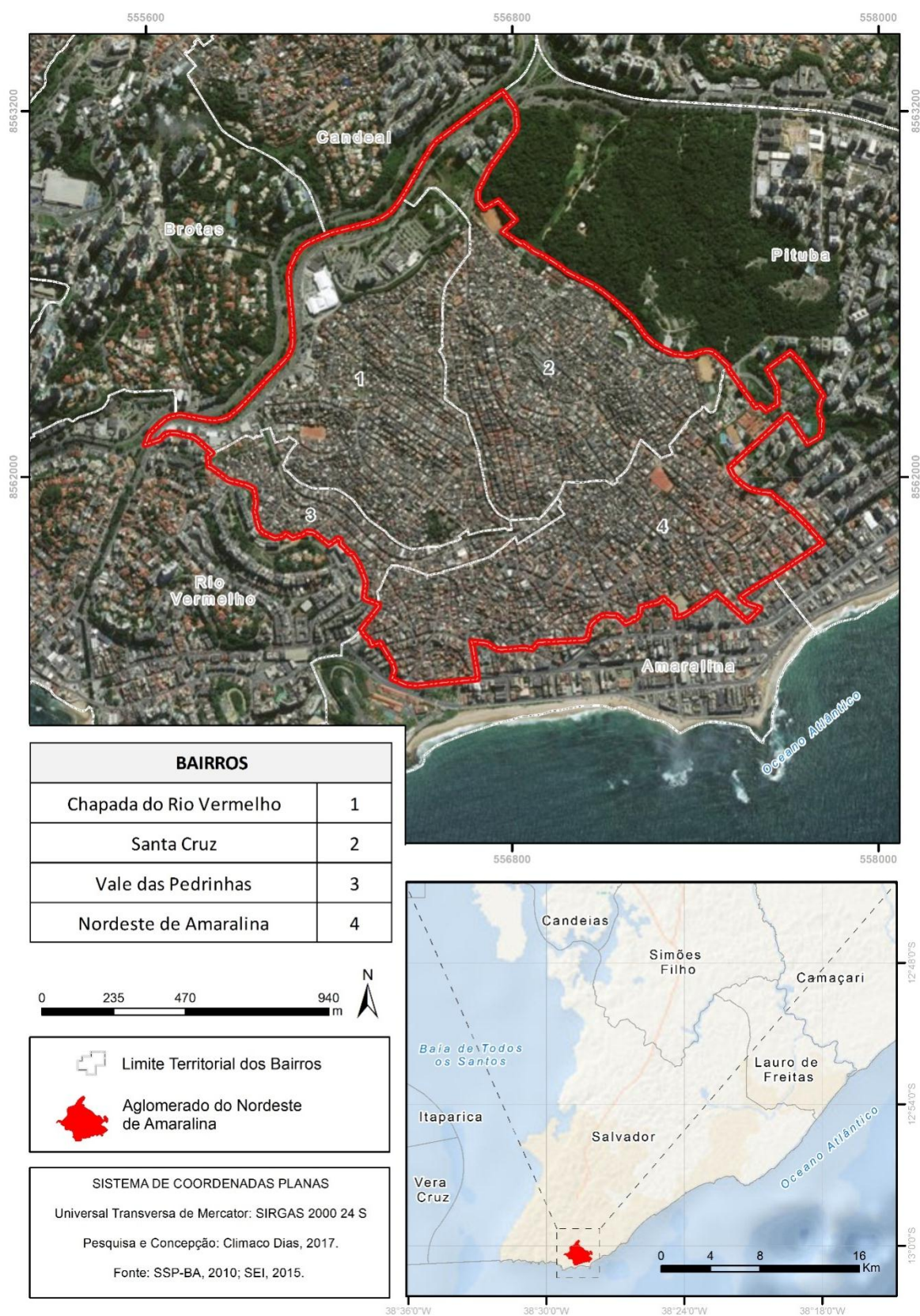
A parte Leste do Aglomerado, que hoje é o bairro Nordeste de Amaralina, foi ocupada de forma mais intensa, quando da inauguração da Avenida Amaralina em 1949, enquanto que as partes Oeste, Sudoeste e Noroeste, correspondentes ao Vale das Pedrinhas, Santa Cruz e Chapada do Rio Vermelho, tiveram a influência da

construção e da inauguração da Avenida Juracy Magalhães Junior, no início da década de 1970, pelo fato de essas avenidas permitirem um deslocamento para as áreas centrais, mesmo considerando que acessar essas vias era algo muito difícil.

4.2 A condição atual do Aglomerado

O mapa 9 define os contornos do Aglomerado Nordeste de Amaralina, que é composto pelos bairros Nordeste de Amaralina, Vale das Pedrinhas, Chapada do Rio Vermelho e Santa Cruz.

Mapa 9 – Aglomerado de bairros Nordeste de Amaralina, 2017



Fonte: SSP-BA, 2010, SEI, 2015. Pesquisa e concepção: Clímaco Dias. Elaboração: Vinícius Miranda

Segundo dados do Sistema de Informações Municipais⁶⁹, sob a responsabilidade da Prefeitura de Salvador, com informações derivadas do Censo demográfico do IBGE de 2010, Santa Cruz e Chapada do Rio Vermelho são os bairros que apresentam densidades brutas dentre as maiores dos bairros da cidade, o que denota uma condição que também contribui para a classificação dos seus moradores como pobres, uma vez que densidades demográficas brutas elevadas revelam a pouca presença de áreas públicas com dimensões expressivas.

O bairro Santa Cruz tem densidade bruta de 450,67 habitante/hectare e, para estabelecer uma baliza, o Rio Vermelho, Bairro habitado por pessoas de renda mais elevada e com muito mais áreas públicas, embora seja muito mais verticalizado que qualquer bairro do Aglomerado, apresenta uma densidade bruta de 108 habitante/hectare (a média da Cidade, fica em torno de 80hab/há). Santa Cruz possui a terceira maior densidade bruta entre os bairros da Cidade, só sendo superado pelo bairro de Pero Vaz, com 482,84 hab/há, Vila Ruy Barbosa/Jardim Cruzeiro⁷⁰, que apresenta taxas de 462,58 Hab/há. Registre-se que, em 2000, essa densidade chegou a 499,48 hab/ha. Os demais bairros do Aglomerado, embora tenham densidades brutas menores, estão em patamares elevados, fato que demonstra o fato de o Aglomerado Nordeste de Amaralina ser um local relativamente próximo aos locais de maior densidade de empregos e serviços, uma vantagem atenuada por estas densidades brutas e por índices de áreas verdes perto de zero⁷¹.

A tabela 16 revela um crescimento populacional no Aglomerado de Bairros Nordeste de Amaralina, no período 2000/2010, que indica crescimento abaixo do crescimento médio da Cidade, que, segundo a mesma fonte de informações, é de 0,91% a.a., sendo que, em dois bairros, registra-se crescimento negativo.

As causas para esta dinâmica estão na redução da natalidade e no envelhecimento da população do Aglomerado, mas o comportamento muito abaixo da média da Cidade e até de outros bairros populares sinaliza a existência de outras causas para este fenômeno.

O esgotamento de terrenos de expansão de habitações e a pouca possibilidade de verticalização com as técnicas populares, além de um vigoroso crescimento do

⁶⁹ <http://www.sim.salvador.ba.gov.br/indicadores/index.php>

⁷⁰ A tabela com as densidades demográficas brutas de todos os bairros de Salvador compõe os anexos desta pesquisa.

⁷¹ Tabelas com índices de áreas para todos os bairros dos aglomerados de bairros trabalhados nesta pesquisa, e também para o bairros da Paz, encontram-se nos anexos desta pesquisa.

comércio, que substituiu domicílios por casas comerciais, também podem ser elencados como causas para a desaceleração do crescimento da população na Chapada do Rio Vermelho e no Nordeste de Amaralina e para perda absoluta de população nos bairros Santa Cruz e Vale das Pedrinhas, com este último conhecendo taxas negativas exponenciais.

Tabela 16 – População residente nos bairros componentes do Aglomerado Nordeste de Amaralina, período 2000-2010, taxa anual de crescimento e variação decenal

População Residente (Habitantes)	2000	2010	Taxa Anual	Varição Decenal
Chapada do Rio Vermelho	20.644	21.955	0,62%	6,4%
Nordeste de Amaralina	20.684	21.887	0,57%	5,8%
Santa Cruz	30.016	27.083	-1,02%	-9,8%
Vale das Pedrinhas	7.639	5.162	-3,84%	-32,4%

Fonte: Sistema de Informação Municipal de Salvador (SIM), 2010. Adaptado por Clímaco Dias.

A distribuição da população por faixas etárias revela a desaceleração da natalidade, uma vez que a soma das faixas que abrangem as crianças, 0 a 14 anos, têm uma participação menor do que as faixas que compreendem jovens de 15 a 29 anos. Ressalte-se que a participação das crianças no total da população dos bairros Nordeste de Amaralina e Vale das Pedrinhas é ainda menor que em Santa Cruz ou na Chapada do Rio Vermelho.

Tabela 17 – Distribuição da população do Aglomerado Nordeste de Amaralina por faixas etárias de 0 a 39 anos e a participação percentual de cada faixa sobre o total da população do bairro, 2010

Bairros	0-04	Part. (%)	05 a 09	Part. (%)	10 a 14	Part. (%)	15-19	Part. (%)	20-29	Part. (%)	30-39	Part. (%)
Chapada do Rio Vermelho	1.825	42,68%	1.637	38,28%	1.921	44,93%	1.841	43,05%	4.245	99,28%	4.276	19,21%
Nordeste de Amaralina	1.505	38,44%	1.301	33,23%	1.597	40,79%	1.703	43,50%	4.161	106,28%	3.915	17,68%
Santa Cruz	2.039	39,09%	1.849	35,45%	2.318	44,44%	2.292	43,94%	5.209	99,87%	5.216	19,03%
Vale das Pedrinhas	358	38,21%	355	37,89%	397	42,37%	424	45,25%	1.034	110,35%	937	17,96%

Fonte: Sistema de Informação Municipal de Salvador (SIM), 2010. Adaptado por Clímaco Dias.

Tabela 18 – Distribuição da população do Aglomerado Nordeste de Amaralina por faixas etárias de 40 a 80 anos ou mais e a participação percentual de cada faixa sobre o total da população do bairro, 2010

Bairros	40-49	Part. (%)	50-59	Part. (%)	60-69	Part. (%)	70-79	Part. (%)	80 ou +	Part. (%)	TOTAL
Chapada do Rio Vermelho	3.068	13,78%	1.673	7,51%	984	4,42%	607	2,73%	187	0,84%	22.264
Nordeste de Amaralina	3.361	15,18%	2.274	10,27%	1.184	5,35%	779	3,52%	366	1,65%	22.146
Santa Cruz	3.860	14,09%	2.358	8,60%	1.311	4,78%	695	2,54%	257	0,94%	27.404
Vale das Pedrinhas	769	14,74%	466	8,93%	271	5,19%	152	2,91%	55	1,05%	5.218

Fonte: Sistema de Informação Municipal de Salvador (SIM), 2010. Adaptado por Clímaco Dias

O rendimento médio, embora não apresente grandes variações, registra diferenças que podem ser explicadas, em parte, pelo tempo de existência do bairro. Os bairros mais antigos são os que apresentam os maiores rendimentos médios, mas nada que possa justificar argumentos de grandes diferenciações entre eles, na medida em que, como aqui se argumenta, as externalidades vividas por estas populações reduzem sobremaneira essas diferenças de rendimento médio. A violência, no Nordeste de Amaralina ou no Vale das Pedrinhas, não apresenta diferença substancial dos outros bairros do Aglomerado, assim como a relação entre parentes e vizinhos também não se modifica por estas diferenças de rendimentos. As diferenças de renda nos bairros populares são equalizadas pelas externalidades vivenciadas pela população, seja no nível da ausência do Estado ou por sua presença violenta, seja pela violência do tráfico, seja pela relação de solidariedade entre parentes e vizinhos.

Tabela 19 – Aglomerado Nordeste de Amaralina, população do bairro, pessoas com 10 anos ou mais de idade, com ou sem rendimento, rendimento médio mensal por bairro, renda per capita mensal por bairro e médias do Aglomerado (2010)

Bairro	População do Bairro	Pessoas com 10 anos ou mais de idade, com ou sem rendimento	Rendimento médio mensal no Bairro (R\$)	Renda per capita mensal
Nordeste de Amaralina	21887	19340	649,90	574,27
Vale das Pedrinhas	5162	4505	540,81	471,97
Santa Cruz	27083	23516	507,90	441,01
Chapada do Rio Vermelho	21955	18802	417,86	357,85
Médias do Aglomerado			529,12	461,27

Fonte: Sistema de Informação Municipal de Salvador (SIM), 2010. Adaptado por Clímaco Dias

4.3 O Comércio, os comerciantes, os prestadores de serviço e os vizinhos

O comércio do Aglomerado, como quase todo comércio de bairros populares das grandes cidades brasileiras, embora guarde a homogeneidade de pertencer ao circuito inferior, demonstra diferenciações expressivas no seu interior, tanto no que se

refere à relação com os vizinhos quanto nas suas relações com o circuito superior da economia.

No topo da hierarquia estão os pequenos mercados que comercializam alimentos, materiais de limpeza e variados produtos industrializados, delicatessens, algumas lojas de materiais de construção, açougues, clínicas veterinárias, que se aproximam mais do circuito superior da economia, porque possuem empregados contratados dentro das normas estabelecidas no País; as relações, no geral, são impessoais, emitem nota fiscal na compra e vendem muitos produtos de marcas mais caras. E aqui, ainda, pode se incluir as raras franquias de marcas que são conhecidas nacionalmente.

Abaixo desse grupo pode-se relacionar o mesmo agrupamento por ramo de atividade, mas se identificam relações mais diferenciadas. Pequenos mercados que não operam com qualquer forma de dinheiro eletrônico, outros que não têm empregados contratados nos quais a força de trabalho é quase que exclusivamente familiar, apresentando margens de negociações típicas do circuito inferior da economia.

Eu só vendo fiado para aqueles fregueses mais antigos que provaram serem bons pagadores e que eu conheço. Aqui cresceu muito e se a gente fica vendendo fiado, quebra em uma semana. Mas também, mesmo para aqueles que têm o crédito, não deixo passar mais de um mês, ligo para casa ou para o celular, mando recado pelos vizinhos, sem dizer que é problema de dívida. Digo que preciso falar com ele e as coisas ficam tudo certo (Dono de uma loja de material de construção, considerada grande nos padrões do Aglomerado, em maio de 2013).

Um outro tipo do comércio do lugar são as lojas nas quais a mão de obra é totalmente familiar, embora utilizem meios eletrônicos como forma de pagamento. Estas lojas vendem fiado para grupos pequenos, aceitam a pechincha e, em muitas ocasiões, apresentam uma variedade de produtos que não têm relação com o ramo principal da atividade desenvolvida. Pode-se citar como exemplo a loja de rações e produtos veterinários que vendia copos de liquidificador, bocas e mangueiras para fogão e o seu proprietário fazia consertos de liquidificadores. O Barbeiro que expõe para venda, na área da barbearia, produtos eletrônicos usados. E são muitos os outros exemplos. Essas lojas geralmente se localizam em ruas principais ou secundárias que oferecem condições para circulação de automóveis.

A localização na rua principal ou em ruas secundárias importantes é um fator de diferenciação, tanto para os estabelecimentos que contratam trabalhadores quanto para os estabelecimentos que têm a sua força de trabalho totalmente concentrada nos membros da família, considerando a valorização do solo e o fluxo de pessoas que transitam por estas vias. Para ter algum empreendimento comercial no Fim-de-Linha do bairro Nordeste de Amaralina, por exemplo, o comerciante precisa dispor de um capital maior, porque os aluguéis são mais caros, ou ser proprietário de imóvel na localidade. Para o Fim-de-Linha convergem boa parte dos habitantes das localidades que não tem circulação de ônibus, como o Areal, Boqueirão e até do Bariri, localidade que se situa na parte noroeste do Aglomerado enquanto o Fim-de-Linha está na parte leste. Mas não se exclui, como já mencionado, a possibilidade desses apresentarem maior relação com vizinhos.

Eu compro os queimados⁷² no atacado e faço uns pacotinhos de um jeito que os meninos daqui gostam. Tem que ser de um preço que eles possam pagar e tem que ter o queimado que eles gostam. Vendo sempre a dinheiro, mas às vezes, vejo que a criança está com muita vontade e sem dinheiro, aí vendo fiado e raramente deixo de receber. Tem mãe que conversa comigo e pede para a criança comprar fiado e me pagar por mês. Aceito aquelas que já conheço e os meninos passam a comprar fiado, dentro da cota diária definida no meu acordo com a mãe (Célia, dona de uma venda no Nordeste de Amaralina, em dezembro de 2015).

O pacote de milho de pipoca é caro, então divido o pacote em embalagens de 50 centavos. A pessoa compra o pacote e faz pipoca para um lanche. E bom pra mim porque vendo mais e bom para elas que compram o milho para um lanche a um preço muito barato (Marta, dona de uma pequena venda no bairro Santa Cruz, em junho de 2013).

O outro tipo de comércio é a vendinha que atende basicamente a uma ou duas ruas. Essas vendas comercializam gêneros de consumo cotidiano como açúcar, café, farinha, óleo, sal, biscoito e outros gêneros desta natureza que não se deterioram com facilidade. Esse tipo de comércio também vende pães, porque é um produto de consumo diário, e como existem poucas padarias no Aglomerado, a vendinha passa a ser um ponto de distribuição destes. Outro produto comercializado nas vendinhas é

⁷² Queimado é uma denominação regional para balas

o geladinho⁷³, feito geralmente de refresco de frutas, mas também com as frutas colhidas no Parque da Cidade.

Essa colheita de manga, cajá, jaca que faço aqui no Parque faz o meu geladinho ser da própria fruta e por isso é o mais procurado pelos meninos da minha rua e das ruas vizinhas. Tem menino que compra cinco de uma vez (Edna, vendedora de geladinho, em 2014).

A vendinha geralmente é adaptada à casa do comerciante, mas existem casas que só vendem geladinho e não fazem qualquer tipo de adaptação. O menino ou menina chama na porta e a pessoa o/a atende.

Mais um segmento pode ser acrescentado a esses já descritos, os comerciantes de rua, denominados comumente de ambulantes ou camelôs, e que, para esta pesquisa, se constitui em um equívoco nomeá-los de ambulantes, pois o ambulante é aquele comerciante que comercia se deslocando. O vendedor que comercia na rua e tem ponto fixo, nesta pesquisa, será denominado de comerciante de rua.

Os comerciantes de rua são quase que exclusivos das ruas principais porque dependem do movimento mais intenso de pessoas. Existe uma multiplicidade de especializações nesse comércio de rua, como vendedores de frutas, folhas medicinais e religiosas, sopas e mingaus, peixes, verduras, legumes, coentro, cebolinha e hortelã. Esses comerciantes estão no grupo daqueles que aceitam a maior margem de negociação, a pechincha. É possível pechinchar com muitos, sobretudo em relação às frutas da estação, que podem até ser trocadas se não amadurecerem a contento do freguês. Dificilmente estes comerciantes operam com qualquer sistema de pesos e medidas, e os gêneros são vendidos por unidades ou porções. Este tipo de comércio só opera com dinheiro e é muito diferente do comerciante de rua das áreas centrais da Cidade, que estabelece relações impessoais com o comprador. No comércio de rua do Aglomerado de Bairros Nordeste de Amaralina, as relações são marcadamente pessoais e há uma predominância desta relação de parentes e vizinhos, que é o centro desta pesquisa.

⁷³ Geladinho é um refresco ou suco de fruta, que pode também ser feito de chocolate e amendoim acondicionado em um pequeno saco plástico, que se congela, e é vendido a preços muito baixos nos bairros populares de Salvador. O geladinho fica com o formato de um grande picolé cilíndrico sem palito, que em outros lugares recebe nomes de sacolé, gelinho, dindim e geloubebeu, chup chup, chop.

Existem conflitos entre os comerciantes das lojas e os comerciantes de rua, sobretudo quando os produtos comercializados por ambos coincidem e, neste caso, os comerciantes das lojas passam a ocupar as calçadas para inibir a presença de comerciantes de rua. Mas existem situações de perfeita harmonia, a exemplo de um comerciante de rações, que fica em uma localização de calçada muito estreita, caso tivesse um comerciante de rua à sua porta, seus negócios seriam muito prejudicados, em razão de as pessoas que passam na calçada, terem que fazer um desvio que as afastava da visualização do negócio. Mas esta situação foi contornada.

No caso dele dá para ficar sem atrapalhar o meu negócio porque ele vende sopa. Ele instala o negócio dele as 5 horas da tarde, hora que o meu movimento começa a cair. E é muito boa a presença dele aqui, porque atrai gente que passa a conhecer o meu negócio e eu fico aqui conversando com as pessoas. Isso me distrai (Dono de estabelecimento comercial na rua principal da Santa Cruz, em junho de 2013).

O ambulante na acepção da palavra é um vendedor que se movimenta constantemente, em algum veículo ou a pé, com seu produto em busca de consumidores. Esses ambulantes tanto podem ser do próprio bairro como podem vir de outros bairros para mercarem no Aglomerado. No primeiro caso temos vendedores de pano de chão, que vendem nos sinais das Avenidas de Vale, mas também circulam nos bairros populares oferecendo a preço menor. Identifica-se a presença de amoladores de facas e tesouras e vendedores de picolé, vendedores de brigadeiro e outros doces. No segundo caso, que é a maioria dos ambulantes, existem os exemplos dos vendedores de ovos e de sorvete, que se deslocam em kombis, e os vendedores de pão delícia⁷⁴, além dos carros com frutas e verduras. Ainda podem ser citados os ambulantes dos bairros que se deslocam para pontos de ônibus ou áreas de circulação de pessoas com maior poder aquisitivo, como é o caso dos vendedores de cuscuz, mungunzá, arroz doce e mingaus.

⁷⁴ Pão delícia é uma elaboração culinária presente nos Estados da Bahia e de Sergipe. É um pão macio pequeno, de forma arredondada, que pode ter ou não um recheio pastoso, polvilhado na parte de cima com queijo parmesão, e é consumido em lanches, festas e diversas reuniões sociais realizadas nesses lugares. Ou "O pão ou pãozinho delícia é um produto da culinária baiana e sergipana, sendo caracterizado como um pão de massa fofinha, povilhado com queijo parmesão ralado. O mesmo pode ser servido com ou sem recheio e é um alimento indispensável nas festas baianas e sergipanas" (Daniela Vieira, no facebook, em abril de 2017)

A força do lugar, manifesta através dos vizinhos, se mostra junto a quase todas essas categorias de ambulantes, exceto àqueles que se deslocam para outros bairros e os que vendem em veículos. Esta pesquisa encontrou vendedores de picolé em porta de escola que vendem fiado a determinados estudantes, por terem conhecimento com eles e os demais, aceitam alguma forma de negociação nos preços.

A categoria feirante tem muita expressividade no Aglomerado, em razão da existência da Feira Livre do Nordeste de Amaralina, evento comercial que ocorre aos domingos e que impacta fortemente a vida de todo Aglomerado. A tipologia do feirante é muito variada. Existem vendedores de frutas, sobretudo bananas, tubérculos, verduras, legumes, panelas, artigos de couro, temperos e vários outros artigos. A feira foi dividida por Regina Celia Rocha em parte Alta, a parte Intermediária e a parte Baixa, sendo que a maioria dos feirantes da parte Alta são procedentes, em sua maioria, dos municípios de Amargosa e São Felipe, municípios da região do Recôncavo Baiano, que fica no entorno de Salvador, mas também de municípios que distam mais que cem quilômetros. Na parte identificada como Baixa, a autora teve dificuldade em identificar a origem dos feirantes, em razão de estes oferecerem resistência em responder aos questionários, temendo que a Pesquisadora tivesse vínculos com a Prefeitura ou supostos projetos de realocação, uma vez que esses feirantes têm atividade recente no local, por esta ser uma área de expansão.

A Autora identifica na Parte Alta “os feirantes mais antigos e, em geral, oriundos de outros municípios baianos. Marcada pela presença em grande quantidade de bananas verdes em cachos.” Na parte intermediária, que é um pequeno aclave que liga o Fim-de Linha à área mais alta, onde fica a delegacia do bairro, a mesma diz que são “feirantes com certo tempo na feira e diversidade de produtos (frutas, tempero, flores, entre outros).” E na Parte Baixa, mais diversificada, a Pesquisadora caracteriza como ocupada por “feirantes mais recentes ou novos (presença de produtos manufaturados e ou industrializados sapatos, roupas, panelas de alumínio etc.)” (ROCHA, 2017, p. 47).

Acrescente-se ainda que a Feira comercializa produtos que não são comuns no comércio da cidade pela raridade, como o inhambu e a batata-cenoura, o primeiro, endêmico do Recôncavo da Bahia. Lá também há uma subversão ao sistema de peso e medidas, principalmente nos produtos que ficam expostos no chão em lonas e plásticos.

Essa forma de comercializar permite ganhos para o consumidor em períodos de grandes safras, e ao vendedor no período de colheitas pequenas. O sistema funciona assim: um pequeno monte, que pode ser aipim, tomate ou outro produto qualquer, custa um preço fixo que gira em torno de um ou dois reais, podendo chegar até a cinco, nos casos dos produtos mais caros. Quando é tempo de safra grande, vende-se uma quantidade bem maior do que no tempo da entressafra.

Sempre compro aipim dessa forma, nos montinhos. E sei que quando tem muito aipim, o montinho pode ter até um quilo e trezentos gramas, mas quando a quantidade está pouca na Cidade e o preço está alto, sei que o montinho, vendido pelo mesmo preço, pode ter apenas oitocentas gramas. Não me incomoda porque uma coisa compensa a outra (Célio, consumidor da Feira do Nordeste de Amaralina, abril de 2013).

A tipologia de comerciantes e as variações do comércio no Aglomerado de Bairros Nordeste de Amaralina, aqui apresentada, enseja, neste momento, a afirmação que em todas as variações deste amplo circuito inferior há um traço comum: a menor ou maior presença das relações de parentesco e vizinhança, a base que aqui se defende como a trama do período popular da história na metrópole Salvador.

Como consequência dessa diversidade no comércio, Claudia Santos, autora já mencionada, encontrou, na sua pesquisa, muitos moradores de bairros de população com renda mais elevada e condições de habitações e serviços muito diferenciadas do Nordeste, que fazem compras no bairro.

Alguns moradores da Pituba, por mais inusitado que pareça, utilizam o comércio e os serviços do Nordeste de Amaralina. Foi observado em campo moradores da Pituba utilizando o posto de saúde, fazendo compras na feira dominical do bairro e nas entrevistas os moradores da Pituba disseram que quando buscam produtos e serviços mais em conta vão até o Nordeste de Amaralina. Os serviços mais procurados são: as oficinas de carro, as lojas denominadas de '1,99', e as casas de folhas, como uma moradora de 40 anos esclareceu (SANTOS, C., 2009, p.77).

A Feira é também um local de atração de pessoas deste tipo de bairro. Esta pesquisa encontrou, além de pessoas residentes na Pituba, moradores da Barra, bairro bem mais distante do Aglomerado, que fazem compras no Comercio do Vale das Pedrinhas. "Minhas carnes sempre compro no açougue daqui. É mais em conta." (Juliana, moradora da Barra, em Março de 2013).

A prestação de serviço abriga um amplo leque de prestadores.

A troca de serviços por profissionais é algo relativamente comum: Um electricista fazer um serviço na casa de um pedreiro e este fazer um serviço na casa do primeiro, foi outra prática encontrada baseada na vizinhança. Além disso, há um mercado desses serviços no qual os profissionais cobram preços muito diferenciados para aqueles que são do bairros e os que não são do lugar.

O Senhor mora por aqui, não é? [...] vou cobrar mais barato pelo conserto da sua buzina porque o senhor é da Santa Cruz, e Santa Cruz e Nordeste são tudo a mesma coisa. Quando é gente de fora do Bairro, não sendo taxista, cobro até o dobro pelo serviço. O pessoal de fora tem mais dinheiro do que os daqui (Marivaldo, electricista de automóveis no Aglomerado Nordeste de Amaralina, em novembro de 2014).

Essa prática é recorrente na relação com prestadores de serviços, inclusive com aqueles que fazem atendimento domiciliar, a exemplo dos técnicos em fogões, reparadores de vidraças, cortinas, electricistas, encanadores e outros.

Uma conexão que cabe ser destacada é aquela entre catadores de lixo e alguns prestadores de serviços.

Os catadores de lixo recolhem aparelhos eletrodomésticos, descartados nos bairros de população com rendas mais elevadas, e aqui podem ser nominados os ventiladores, ferros elétricos, liquidificadores, que são vendidos a preços muito baixos ao reparador desses objetos; este desmonta todos e faz um repositório de peças que permite consertar aparelhos de clientes a preço muito mais baixos que o preço que é cobrado por esses serviços nas áreas centrais.

Essa prática é uma resistência à lógica do consumo do meio técnico-científico-informacional, que dita o comportamento dos grupos de consumo para o descarte, quando o conserto passa a ser equivalente ao preço de um novo produto. Os reparadores dos bairros populares subvertem essa verticalidade e, com essa prática, estabelecem relações de confiança com os vizinhos/clientes.

O serviço de transporte público coletivo, no bairro de Santa Cruz, é deficiente e comumente é complementado por carros particulares que se transformam em automóveis/lotação que fazem o percurso do Shopping da Bahia (antigo Iguatemi) até o fim de linha do bairro, em um trajeto de 4 km. Os passageiros pagam o preço de uma passagem de ônibus. E, como defesa contra a fiscalização, que apreende o carro

e aplica pesadas multas para liberá-lo, eles se cotizam, criando um fundo financeiro que é utilizado nas vezes que ocorrem essas apreensões.

O serviço nosso é um serviço honesto. Não tem nada de criminoso. Mas a prefeitura tenta transformar a gente em bandido. O Senhor pode ver, tem transporte que traga a gente do Iguatemi para aqui? não, mas a prefeitura não quer nem saber, porque ela não se preocupa com a gente. Multa e prende nossos carros. Nós cobramos o mesmo preço da passagem do ônibus e se não tem o ônibus, qual o problema de a gente fazer o transporte?[...] e quando a fiscalização prendia os nossos carros, o pai de família ficava no desespero porque não tinha como liberar. A liberação é muito cara. Foi aí que a gente teve a ideia de fazer uma caixa mensal, em que todos davam um pouquinho e fazia um fundo, que ia servir para gente soltar o carro de algum companheiro que ficasse preso (Dorival, motorista de automóvel que transporta passageiros de forma ilegal, em 2013).

4.4 A inserção do tráfico de drogas no Aglomerado de bairros Nordeste de Amaralina

A dinâmica do tráfico de drogas nos bairros populares geralmente é compreendida dentro de um senso comum que entende o tráfico como uma homogeneidade em todos os bairros populares do Brasil. Esse entendimento desconsidera que os níveis de violência do tráfico variam de cidade para cidade, de bairro para bairro e em cada bairro a depender da temporalidade e da ação da polícia ou dos traficantes.

A discussão que será estabelecida referencia-se no tráfico do Aglomerado de Bairros Nordeste de Amaralina e com alguns aportes de pesquisa no Bairro da Paz, mas sem a pretensão de realizar uma discussão sobre o tráfico de drogas nos bairros populares da Cidade, mesmo porque não é objetivo desta pesquisa. A discussão aqui continua a ter a baliza das relações de parentesco e vizinhança e as suas relações com o tráfico.

A discussão sobre tráfico nos bairros populares do Brasil é eivada de muitos mitos, sentidos comuns e ideologias, a exemplo da compreensão de que, por ele cada vez funcionar mais em rede, apresentar uma homogeneidade indiferente às influências locais ou, ainda, que a população vive em um estado de terror permanente.

O tráfico de drogas tem funcionamento em rede, mas sofre a influência dos lugares e de seus bairros populares. A variação da intensidade das relações de parentesco e vizinhança, para mais ou para menos, é um dos fatores que torna o

tráfico mais ou menos violento. A localidade do Areal, no Nordeste de Amaralina, por ser de ocupação mais recente e por isso ter menos solidez nas relações entre vizinhos e parentes, apresenta maiores ocorrências de violência; o mesmo pode ser projetado para o Bairro da Paz que, nos anos iniciais da sua ocupação, era um dos bairros que apresentava um dos maiores índices de criminalidade da Cidade e hoje registra uma queda substantiva nesses índices.

Aqui, quando chegamos, era muito perigoso andar, tinha muita guerra de tráfico, a polícia, quando entrava, abordava todo mundo com ignorância, agora mudou muito, tem polícia instalada aqui e conhece muita gente daqui, não tem mais assalto porque o tráfico não deixa. Melhorou muito (Selma, moradora do Bairro da Paz em agosto de 2016).

Há uma espécie de pressuposto de que a violência chegou aos bairros populares com o tráfico. Isso é uma ideologia que tenta esconder que os bairros populares, historicamente, sempre foram palco e teatro de operações policiais violentas. É só recordar a repressão feita aos negros fugidos que se acantonavam em bairros afastados do Centro, a repressão aos terreiros de candomblé, que ocorria até o terceiro quartel do século XX, e, mais que isso, a ausência histórica da presença do Estado, seja no que diz respeito à segurança pública ou a qualquer item das obrigações do Estado. Trazendo ao passado é importante registrar que muitas chacinas ocorridas em bairros populares do Brasil têm a polícia como protagonista e nem sempre envolve pessoas ligadas ao tráfico:

No dia 29 de agosto de 1993, a seleção brasileira disputava, em Recife, Pernambuco, uma das partidas mais importantes de sua história. Era contra um adversário fraco e sem tradição, a Bolívia. Mas o Brasil havia perdido o jogo de ida em La Paz e, devido aos últimos resultados, corria o risco de não se classificar para a Copa do Mundo nos Estados Unidos. Acabou vencendo por 6 x 0. Na manhã seguinte, porém, boa parte do país se chocou com um outro placar: 21 pessoas assassinadas em Vigário Geral, na maior chacina já conhecida em uma favela do Rio. E não se tratava de bandidos, eram vinte trabalhadores e uma estudante, oito deles da mesma família. Poucas semanas antes, uma cena parecida acontecera pertinho do CEAP, na Candelária. Oito meninos de rua foram mortos. Em ambos os casos os assassinos eram policiais (JUNIOR, 2006, p.50).

A população, no geral, “aceita a lei do silêncio” imposta pelo tráfico, porque não tem confiança em denunciar o tráfico a essa polícia, que, não raras vezes, é corrompida por aquele. Os pobres dos bairros populares da cidade não confiam no tráfico, mas também não confiam na polícia, que tem parte corrompida, estabelece intensos tiroteios e, em algumas ocasiões, mata pessoas desarmadas, como demonstram os fartos casos veiculados em toda mídia nacional. E a polícia, via de regra, não oferece garantias para quem denuncia o traficante. Um entrevistado, em 2015, contou o caso de uma avó que pediu aos traficantes para darem uma surra em seu neto, porque este havia roubado um botijão de gás de uma vizinha, com o objetivo de vender para comprar drogas. Os traficantes deram a surra pedida pela avó, o Neto denunciou os traficantes à polícia e, uma semana depois, foi encontrado assassinado.

O “toque de recolher”, que às vezes é imposto pelos traficantes em algumas áreas, ocorre quando estes estão em guerra aberta com a polícia ou com grupos rivais que buscam conquistar a área sob seu domínio. Mas essa é uma situação que, na imensa maioria dos casos, tem curta duração e não é um elemento que possa compor um diagnóstico como se isso fosse uma situação permanente.

Claro que existem situações de interditos mais permanentes, mas isso são exceções que não autorizam a sua formulação como um componente permanente da realidade dos bairros populares. Na presente pesquisa não se encontrou esta situação de forma permanente em nenhum bairro, embora os homens jovens, mesmo aqueles não ligados ao tráfico, tenham receio em circularem em algumas áreas. Esta situação de forma mais permanente também foi verificada em leituras realizadas sobre as favelas cariocas, um dos casos mais emblemáticos de rivalidades entre traficantes que foi estendido para quase todas as outras dimensões da vida.

Vigário e Lucas⁷⁵ são na verdade um grande complexo. Antes da inauguração do viaduto Nahildo Ferreira, 2000, qualquer carro ou caminhão que tivesse que ir até Vigário era obrigado a passar dentro de Lucas.⁷⁶ A rua do campo, onde fica o Ciep⁷⁷ Mestre Cartola está na divisão exata entre as duas favelas. A fronteira – localidade conhecida no passado como Vietnã, atualmente como Faixa de Gaza – é um lugar totalmente alijado dos direitos básicos, como o de ir e vir. Todas as construções têm marcas de tiros, mesmo o Ciep. O ambiente é bastante hostil, inclusive entre as crianças. As turmas vão só da 1ª a

⁷⁵ Vigário Geral e Parada de Lucas são dois bairros populares do Rio de Janeiro.

⁷⁶ Na época, as duas únicas entradas para a favela de Vigário Geral eram a passarela verde em frente ao posto Esso e a passarela da estação ferroviária, todas na rua Bulhões de Marcial.

⁷⁷ Centros Integrados de Educação Pública.

4ª série, e ainda assim a direção da escola já se viu obrigada, no passado, a abrir duas entradas: uma para os Alunos que residiam em Vigário e outra para os que moravam em Parada de Lucas. Apesar disso, uma trégua entre os traficantes das duas favelas foi selada pela primeira vez depois da chacina, quando a guerra tinha completado dez anos. Até os bandidos da facção rival ficaram indignados com a barbárie e propuseram um período de paz. A história de Vigário parece estar mesmo interligada com a de Shiva, o deus indiano que primeiro destrói para depois transformar (JUNIOR, 2006, p. 56-57).

Este fragmento de texto é muito revelador porque exhibe algumas faces da inserção do tráfico nos bairros populares, com todas as suas contradições e mudanças no tempo. É nessa “Faixa de Gaza” que nasce o Grupo Cultural Afro Reggae, que surge em Vigário Geral, a partir de um jornal que divulgava festas de reggae, soul, hip hop, funk. Mais tarde incorpora uma banda musical com o mesmo nome do grupo que ganha projeção nacional, assume a função de ONG e passa a desenvolver atividades como o ensino de inglês, informática, artesanato, reciclagem de lixo, escola de música e várias outras atividades, inclusive estendendo suas atividades ao “bairro inimigo de Parada de Lucas” e mais dois bairros além destes.

Aí está exemplificado o caso mais extremado de dominância do terror do tráfico sobre a população de dois bairros populares, que ainda foram vítimas de massacre por homens ligados às forças policiais, e que só a partir da resistência gerada pela força dos vizinhos puderam superar as imposições do tráfico, da polícia e se transformaram em bairros de convivência mais pacífica. E se ainda têm tráfico e polícia violentos, questão estrutural da nossa sociedade, esta situação só será transformada a partir do movimento dos pobres que aqui se analisa.

Mas voltemos à discussão do tráfico no Aglomerado de Bairros Nordeste de Amaralina.

A gente vê as coisas, mas não fala. Quem fala sobre as coisas erradas que vê aqui, ou tem que se mudar, ou morre. Mas também se a polícia desse cobro das coisas erradas, até podia valer a pena denunciar, mas a polícia não garante a gente nem ninguém, ela só pensa nela e desconfia que todo mundo é olheiro ou tem amizade com os meninos. (Rafael 68 anos, em março de 2014).

A terminologia “meninos” para designar os traficantes foi verificada tanto no Aglomerado Nordeste de Amaralina quanto no Bairro da Paz. Nos outros dois Aglomerados trabalhados nesta pesquisa não foi inquirido sobre esta questão

específica. Mas, retomando a denominação, ela é uma das evidências de que a dimensão do medo da população desses bairros não é a propagada pela mídia e pelo senso comum. Ninguém que se sente ameaçado intensamente nomeia seus algozes de “meninos”.

Teve uma mulher que perdeu dois filhos que eram soldados do tráfico. Um dia ela apareceu com um problema de saúde que necessitava fazer uma cirurgia. Só que a cirurgia custava 25 mil reais. E aí, o Chefe da Boca pagou a cirurgia pra ela (Carlos, 59 anos, em julho de 2013).

Uma vez eu estava com todo o meu material de construção empatando mais da metade da rua e não tinha como botar para cima da laje rapidamente porque era muita coisa. Só que, na posição que ficou estava atrapalhando o tráfico porque os carros dos fregueses tinham que passar bem devagarinho. O homem que manda neles mandou os meninos para cá e, em duas horas, eles fizeram o trabalho pra mim (Izaquias, 35 anos, em abril de 2014).

Eu, sendo mulher, sinto mais medo em andar na Manoel Dias da Silva ou em uma Avenida de Vale do que andar aqui no Bairro. Aqui só tem assalto quando ladrões de moto, aproveitam o cochilo dos meninos e invadem a área. Mas isso é muito raro (Stela, 29 anos, em outubro 2016).

Em pesquisa de mestrado sobre a violência nos Bairros Nordeste de Amaralina e Pituba, fazendo um estudo comparativo, Claudia Santos constatou nas suas entrevistas com a população do Nordeste de Amaralina que, embora o Bairro apresentasse significativas ocorrências de violência e tivesse um estigma de violento para uma boa parte da população da Cidade, os moradores não manifestavam a intenção de sair de lá.

Após o questionamento sobre gostar ou não de morar em seus bairros, havia uma questão sobre morar em outro bairro da cidade de Salvador. O interessante que praticamente todos os moradores do Nordeste de Amaralina quando indicavam outros bairros eram sempre os bairros populares, enquanto que os moradores da Pituba indicavam sempre bairros de frações de altos rendimentos da cidade de Salvador. Quebrando, inclusive, uma ideia que todo morador da periferia mora em seus bairros por falta de opção. A moradora de cinquenta e três anos acima foi indagada se ela moraria num bairro de classe média e média alta, caso tivesse condições econômicas. Sua resposta foi bem enfática: Não! Eu não. Não sinto nenhuma vontade de morar num lugar assim (SANTOS, C., 2009, p. 88).

Este tipo de comportamento não pode ser explicado com a ideia de que, nos bairros populares, com presença do tráfico, a população vive um cotidiano de terror. Em um cotidiano dessa natureza, a população luta para superar as adversidades, mas a força dos laços entre parentes e vizinhos cria sentimentos de vínculos ao lugar que são, como se defende nesta pesquisa, a base para se promover as transformações e tecer a teia do período popular da história.

Outro aspecto que relativiza a ideologia de que o tráfico submete os pobres dos bairros populares a um toque de recolher permanente, é o fato de existir uma grande produção cultural, que nasce nas ruas de bairros populares com forte presença do tráfico: Os blocos carnavalescos, as festas juninas de bairros, as apresentações de vários grupos musicais iniciantes, cultos religiosos, feiras livres, intenso e movimentado comércio de rua, passeatas políticas internas aos bairros, a exemplo de manifestações no Dia da Consciência Negra, passeatas gay, ou sessões públicas de cinema, como a que foi apresentada pela Associação Cine Malok na Praça Ana Sironi, localizada no final de linha do Vale das Pedrinhas. A vida no bairro popular é na rua, com todos os conflitos existentes em uma rua de qualquer grande cidade brasileira. E essa contradição pode ser verificada nas estatísticas fornecidas pela SSP: há mais ocorrências de furtos e assaltos a pessoas na Pituba, bairro sem presença ostensiva de tráfico e de moradores com rendas mais elevadas, do que no Aglomerado de Bairros Nordeste de Amaralina.

Os comerciantes entrevistados em todos os bairros do Aglomerado, Santa Cruz, Vale das Pedrinhas e Nordeste de Amaralina, exibem certo orgulho de, nos seus estabelecimentos, não ocorrerem assaltos e, mais que isso, não serem vítimas de saques durante as greves da Polícia Militar. E, de fato, na última greve da polícia, em 2012, a Cidade foi tomada por uma onda de saques e, em todo Aglomerado, fato constatado em campo por esta pesquisa, só uma loja foi saqueada no Vale das Pedrinhas. Uma das explicações apresentadas por alguns comerciantes era o fato de “o Dono não ser daqui do Bairro, ser franquia (Havaianas) e ele não procurar muita aproximação com as pessoas do Bairro” (Valdir, 2013). Esta linha de raciocínio se encaixa na explicação de um arrombamento ocorrido no ano que passou, 2016, na Loja da Boticário no Bairro Santa Cruz. Os ladrões eram ex-moradores, os donos não são pessoas residentes e a loja é de franquia.

Essas proposições levantadas pelos comerciantes entrevistados reforça a ideia de que os tipos de violência variam a depender da maior ou menor presença do tráfico.

Nas áreas onde o tráfico exerce maior controle, existe a violência dos tiroteios entre traficantes, tiroteios entre traficantes e polícia, lei do silêncio, toque de recolher, execuções por parte da polícia, execuções por parte dos traficantes de devedores ou delatores, mas, por outro lado, há fenômenos que fazem a população destacar fatos positivos comparativos, com outras áreas da cidade, a exemplo de ausência de brigas nas festas do Aglomerado, a quase não ocorrência de assaltos no bairro, seja às pessoas ou ao comércio, oportunidade para os moradores mais pobres ganharem dinheiro comercializando nas festas bebidas e comidas, eliminação dos furtos às residências, antes muito comuns. E todas as avaliações positivas decorrem do fato de a população não ter confiança na polícia, porque, quando esta faz suas incursões, age de forma violenta indiscriminadamente, seja com quem é ligado ao tráfico ou com qualquer um que não tenha ligação com o mesmo.

Finaliza-se esta parte com um depoimento de uma jovem moradora de 27 anos:

A gente aqui tem que aprender a viver. O tráfico é perigoso, mas tem hora que a polícia é muito mais perigosa. E se a gente ficar fechada em casa, dizem que somos metidos a besta e a gente perde de um vizinho olhar por nós, na volta na noite de um trabalho ou estudo. (Fernanda, 26 anos)

4.5 A escola: um palco de conflitos, resistência e amizades

A escola, em todos os níveis, é um local de intensa interação entre vizinhos. Nela, pôde-se verificar práticas que fazem parte de um conjunto de ações solidárias componentes do cotidiano dos bairros populares do aglomerado de bairros Nordeste de Amaralina.

Muita criança, na primeira infância, na medida em os pais não têm condições de levá-las e buscá-las sempre, por afazeres de trabalho fora do bairro, por todo dia, são levadas e conduzidas de volta por mães e até irmãos adolescentes de outras crianças.

Essa prática é criadora de laços entre vizinhos de várias faixas etárias e possibilita a ampliação dos relacionamentos no bairro. A escola é também palco de muitos episódios de violência e o tráfico de drogas, principalmente na atualidade, dá um grande contributo. No entanto, é preciso problematizar algumas questões que são atribuídas ao tráfico, em relação à escola. Salvador, segundo o IBGE, na Pesquisa

Nacional de Saúde Escolar (ver tabela 20), realizada em 2015, que mostra o percentual de escolares do 9º ano que experimentaram droga ilícitas alguma vez, é uma das capitais brasileiras que tiveram um dos mais baixos consumos relativos de drogas dentre as capitais brasileiras. Brasília, Porto Alegre e Florianópolis, cada uma, registram quase o triplo de escolares que experimentaram drogas ilícitas ao menos uma vez. O baixo aproveitamento dos estudantes, sobretudo os da escola pública, que é o caso em questão, tem miríades de causas e as drogas ilícitas é apenas uma delas.

Tabela 20 - Percentual de escolares frequentando o 9º ano do ensino fundamental que experimentaram drogas ilícitas alguma vez (2015)

Capitais	%
Porto Velho	12,6
Rio Branco	10,6
Manaus	10,5
Boa Vista	13,2
Belém	6,2
Macapá	8
Palmas	7,1
São Luís	9,5
Teresina	5,7
Fortaleza	9,8
Natal	5,2
João Pessoa	8,3
Recife	7,8
Maceió	8,3
Aracaju	6,2
Salvador	6,1
Belo Horizonte	10,7
Vitória	11,3
Rio de Janeiro	8,8
São Paulo	10,3
Curitiba	15,7
Florianópolis	17
Porto Alegre	16,7
Campo Grande	13,9
Cuiabá	7,7
Goiânia	12,5
Brasília	17,8

Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar

A escola nos bairros populares pode ser algo exitoso, a exemplo da Escola Parque, localizada no bairro popular Pero Vaz, componente do Aglomerado de Bairros Liberdade, que, além da educação formal, oferece uma educação mais ampla, que busca integrar o adolescente ao mundo do trabalho, através do ensino profissionalizante, como também levar até eles o contato com as artes, buscando também desenvolver interesses e aptidões nessas dimensões educacionais. Essa é uma ideia da década de 1950 formulada pelo educador Anísio Teixeira, que buscava oferecer um ensino em horários e conteúdos integrais, e que tinha um plano de construir ao menos uma dezena dessas escolas. A Escola Parque demorou quase dois anos para ser construída e ficou como exemplo único dessa proposição.

No caso do Aglomerado Nordeste de Amaralina, as escolas nunca gozaram do privilégio de um projeto semelhante à Escola Parque, ao contrário, tanto escola do bairro Santa Cruz quanto escola do Nordeste de Amaralina perderam espaço físico para a implantação das Bases Comunitárias de Segurança, núcleos policiais que tem como objetivo combater o tráfico.

Estudei toda minha vida, até o ensino médio, no 'Beco da Cultura'⁷⁸ e nunca vi a frequência de episódios envolvendo drogas e traficantes nas escolas que as pessoas falam. Nunca ninguém me ofereceu drogas e os meus amigos também dizem que nunca lhes foi oferecida. Minha mãe trabalhou lá por dezesseis anos. Saiu aposentada o ano passado. Pra não dizer que nunca teve nada, dois irmãos, que na época não tinham ligação com o tráfico, foram, um dia, armados para a escola. Só para se exibirem para as meninas e para os amigos e não para se prevenirem de alguém que os ameaçava. Muito mais tarde, quando saíram da escola é que eles se envolveram com o tráfico. Um morreu assassinado e outro é um receptor, que o senhor conhece, que vive pra cima e pra baixo desfilando com relógios caros, frutos de roubo. O momento mais tenso das escolas do Beco da cultura foi quando a Secretária de Educação, quis implantar um turno único, que foi muito mal planejado, e colocou almoço para os estudantes. Como lá é uma área muito aberta, muita gente ia almoçar lá, se passando com estudante, e à noite eram constantes as tentativas de arrombamento da despensa porque os marginais sabiam que lá tinha muita comida. Depois que o projeto fracassou, tudo voltou ao normal. (Maristela, entrevista concedida em 2017)

O fato de muitas crianças, desde muito pequenas, se deslocarem em grupos, principalmente na volta da escola para casa, fomenta laços de amizade que, mais tarde, alimenta as práticas que aqui se analisou. Muitas escolas são, também, espaços de manifestações artísticas e políticas.

⁷⁸ Conjunto de escolas do bairro Nordeste de Amaralina.

4.6 O Parque da Cidade, acolhimentos de vizinhos

O Parque da Cidade, que é denominado oficialmente de Parque Joventino Silva, é uma área de 74,24 hectares, teve parte doada por Joventino Silva⁷⁹, em 1973, cunhado de Manoel Dias da Silva, que recebeu a fazenda Pituba, quando este foi embora para Portugal doente. A outra parte, mais da metade da área, foi adquirida pela Prefeitura ao Doador, que ainda fez a exigência que a área fosse transformada em reserva ambiental.

O Parque Joventino Silva foi inaugurado em 1975, a partir da doação de cerca de 264.000 m² de mata do proprietário da fazenda Pituba. Em troca, a Prefeitura adquiriu mais de 460 mil metros quadrados e, por exigência do antigo proprietário, constituiu essa área em reserva ambiental (SETRAS, 2006, p.90).

Como se chamou a atenção para um aspecto negligenciado pela história, qual seja o fato de grande parte da área ter sido adquirida pela Prefeitura, chama-se também atenção para o fato de Joventino Silva ter sido um homem que manteve a fazenda Pituba como a área mais imune às invasões, às custas de muita repressão e utilização de capangas: era uma pessoa de difícil relacionamento com os empregados, como pode ser observado no depoimento a seguir:

Ele era uma pessoa assim carrancuda, ninguém podia ficar por perto quando ele tivesse, porque ele não gostava. Gostava que os empregados ficassem bem mais distantes[...] Ele era muito rígido com os empregados, horário de almoço de empregado, tanto que dividia: os motoristas, o pessoal que trabalhava, os homens de lá, eles almoçavam em um casarão lá em baixo, e as pessoas que eram cozinheiras, copeiras, lavadeiras almoçavam cá em cima, na copa. Ele era muito carrancudo (Depoimento da Senhora Fátima extraído de SETRAS, 2006, p.90).

O Parque da Cidade é uma das poucas áreas verdes de maior dimensão da cidade e apresenta características peculiares por ter solos propícios ao desenvolvimento de plantas típicas da mata atlântica, assim como da formação dunas. Encontram-se no Parque ingazeiros, jaqueiras, cajazeiras, mangueiras, jambeiros,

⁷⁹ Ele também era cunhado do primeiro prefeito nomeado pela ditadura militar, Nelson de Sousa Oliveira.

ipês roxos e brancos, pau brasil, espécies da mata atlântica, mas é possível encontrar cajazeiras, cajueiros e outras plantas típicas da formação restinga.

A importância do Parque para o Aglomerado de Bairros Nordeste de Amaralina é crucial para o cotidiano dos moradores dos bairros que se limitam com a área (ver mapa 9), na medida em que estes têm índices de áreas verdes (CONDER, 2010) que são sofríveis. Os bairros do Aglomerado apresentam os seguintes índices de cobertura vegetal (m²/hab) na seguinte composição: Chapada do Rio Vermelho 0,77, Santa Cruz 0,56, Nordeste de Amaralina 0,42 e Vale das Pedrinhas 0,29. Do outro lado, verifica-se a distância imensa quando se compara com os bairros limítrofes Itaipara e Pituba com 15,18 e 11,04, respectivamente.

Há uma intervenção pública que marca o Parque da Cidade e que reforça a cidade desigual. Nos limites com os bairros ricos existem grades, nos limites com os bairros populares existem muros. Considerando que as populações pobres habitam muito mais perto dos limites do que os mais abastados e têm casas mais baixas, o muro impede a boa circulação dos ventos e o desfrute da paisagem. Essa perversão normalmente é explicada como algo que impediria invasões para se construir habitações, o que é falso porque grades ou muros não são impeditivos para invasões. E, nos últimos anos, as únicas suspeitas de invasões são aquelas perpetradas pelos abastados do Bairro Itaipara.

Essas características fazem com que a população do bairro Santa Cruz e do bairro Chapada do Rio Vermelho resista e transforme o Parque da Cidade em um lugar de interação cotidiana entre parentes e vizinhos, sendo que, no fim de semana, a presença dos moradores do Aglomerado, embora seja significativa, fica diluída com a grande afluência de habitantes de outros bairros da Cidade.

O Parque é um lugar de passagem para muitos trabalhadores que moram nas localidades Bariri, Boqueirão e Areal, por estas não serem servidas por ônibus, em razão de suas ruas estreitas; e a travessia do Parque é uma maneira de alcançar os pontos de ônibus do Bairro Itaipara.

Essa caminhada favorece relações de vizinhos e muitos se conhecem de forma mais amigável a partir desse trajeto diário. Há também muitos caminhantes, colhedores de frutas, praticantes de dança de rua, comerciantes de rua, que se misturam aos trabalhadores que se deslocam para os pontos de ônibus, e isso resulta em fortalecimento dos laços de amizade entre os vizinhos.

Da minha casa até o ponto de ônibus é longe e nos dias de sol quente ou que chove muito, incomoda, mas tem o lado bom de poder encontrar com gente que a gente gosta. Tem gente que eu, como trabalho o dia todo, só encontro aqui nessa caminhada. E quando a gente encontra as pessoas conhecidas, nós vamos conversando e o caminho fica curto (Ana Sílvia, moradora do Boqueirão, em 2013).

As atividades físicas cotidianas são outro momento de encontro entre vizinhos. Existe um grupo de pessoas, variando de 8 a 12, que faz caminhada as 4 horas da manhã com o percurso completamente às escuras, alumados por lanternas de celulares. São pessoas que têm horário de trabalho em torno das sete horas da manhã. Essas pessoas não necessariamente andam juntas, mas todas asseguram ser muito importante a presença de cada um no percurso. “Quando o Senhor veio caminhando, a gente não reconheceu os seus passos e tomou um susto, mas, depois, pelos passos do seu cachorro Peteleco deu para saber quem era” (Dinorá, caminhante do grupo das quatro horas da manhã, em 2015).

Essa é uma questão relevante para ser abordada. Todos os caminhantes desta hora da manhã sentem algum medo, mas se apoiam na relação de vizinhança para superá-lo. E, para isso, aguçam o sentido da audição de forma surpreendente, para superar a ausência do sentido da visão e se sentirem mais seguros, em um local que já teve muitas ocorrências de assaltos em plena luz do sol. Outras pessoas e grupos dão seguimento às caminhadas até por volta das 10 da manhã e grande parte se conhece, se cumprimenta e, sobretudo, se ampara no medo de assaltos⁸⁰ com a presença de vizinhos. Acrescente-se apenas como registro, na categoria daqueles que fazem exercícios físicos no Parque da Cidade, os corredores, mas estes não têm significado para as relações de vizinhança e parentesco que se realizam naquele espaço público, diante do fato de a velocidade da corrida ser impeditiva para estabelecer contatos com maior profundidade.

Outro segmento expressivo de pessoas são as mulheres que fazem atividade física, dançando ao som de músicas veiculadas em caixas de som e sob o comando

⁸⁰ Os assaltos a caminhantes do Parque da Cidade eram frequentes, mas de três anos para cá cessaram. Não se pode explicar pela ação da polícia, pelo fato de ela não ter mudado nesse período. O que pode ser uma possibilidade mais forte é a explicação dada por alguns moradores que falam de uma suposta proibição, por parte dos traficantes, de qualquer pessoa assaltar no Parque, sob pena de sofrer punições severas, uma vez que, a cada assalto no Parque, a polícia realizava batidas nas imediações e atrapalhava o comércio de drogas.

de um dançarino (imagem 3). São três grupos que dançam em dias e horários diferentes. O maior deles, liderado pelo dançarino Jaguar, morador do Nordeste de Amaralina, chega a reunir no anfiteatro mais de 80 pessoas por sessão, que começa por volta das 6h30 e dança por aproximadamente uma hora. Os outros dois grupos reúnem, no máximo, trinta mulheres, e, um deles, cobra 3 reais por sessão para a sobrevivência do dançarino.

São mulheres de todos os bairros do Aglomerado, fato que reforça o sentido de aglomerado de bairros que se propõe nesta tese. Os Aglomerados se constituem em possibilidades de homogeneidades resultantes da interação de vários bairros, que podem apresentar vários espaços de socialização. No caso do Aglomerado de Bairros Nordeste de Amaralina, esses espaços se concretizam nas ruas principais do comércio, nas escolas, nas festas, nos espaços religiosos, nos protestos políticos, na feira e no Parque:

Conheci muita gente que nem mora na Santa Cruz aqui nessa atividade. Têm mulheres de tudo quanto é lugar aqui, porque o Professor é conhecido de muito tempo, de academia, e as pessoas gostam do jeito que ele organiza as coisas. O Senhor veja que aqui tem mulher nova e mulher velha. E ele arruma um jeito de fazer a atividade de um jeito que nova faz e a velha faz também (Sandra, praticante de exercícios físicos e dança de rua, em 2016).

A socialização que as pessoas realizam no Parque fez daquele espaço um lugar privilegiado para a comprovação das teses aqui propostas, em razão das ações praticadas pelos moradores pobres vizinhos, mas também por moradores pobres de vários bairros da Cidade. Alguns destes distantes do Parque.

Nos dias úteis são comuns excursões de escolinhas de bairros pobres, algo importante, mas que não tem grande impacto nas relações de parentesco e vizinhança que aqui defendo como base das transformações. Mas os passeios de fim de semana, com ônibus alugados ou ônibus de linhas normais, são evidências destas intensas relações que predominam não só nos lugares, mas em toda Cidade.

Imagem 3 – Mulheres em atividade física com dança no anfiteatro do Parque da Cidade, 2017



Fonte: Trabalho de campo, maio de 2017. Autor: Clímaco Dias.

Um grupo de parentes e vizinhos junta suas crianças, alguns vizinhos com as suas crianças e crianças que vão ser cuidadas pelos adultos que estão no passeio, e seguem para o Parque da Cidade, com o objetivo de realizarem um aniversário de uma criança, filha de quem tomou a iniciativa e lidera o grupo. Lá os adultos sopram os balões, decoram o ambiente, armam uma mesa, colocam o bolo, salgados e doces, alguns deles trazidos de presente pelos vizinhos. E, enquanto essa arrumação é feita, as crianças brincam na área do Parque.

Nós somos de Pau da Lima⁸¹, teve gente que veio de carro, trazendo o bolo os salgados e os doces, e a maioria veio de ônibus. A gente prefere aqui porque onde a gente mora não tem muito espaço para as

⁸¹ Pau da Lima é um bairro popular de Salvador que dista 17 Km do Parque da Cidade.

crianças e a gente passeia também. Outra coisa boa de fazer aqui é não precisar limpar a casa depois (Carina, Mãe de uma Criança que fazia o aniversário no Parque, em um domingo de 2016).

Vários aniversários de bairros distantes, do entorno ou limítrofes do Parque foram registrados por esta pesquisa, como também pessoas de bairros mais distantes chegando de ônibus alugados, com muito mais crianças para simples passeios. E os mais numerosos, pela proximidade, obviamente são aqueles dos moradores dos bairros e localidades que têm divisa com o Parque (imagens 4 e 5).

Os criadores dos pássaros papa-capim⁸², que são quase exclusivos das localidades Bariri e Areal, se reúnem diariamente, no período das 5 às 7 horas da manhã em uma pequena baixada, que era leito de um rio tamponado e se transformou em esgoto, para que os seus pássaros “troquem cantos” e tenham contato com o ambiente de mata, o que os tornam, segundo os seus criadores, mais “fogosos”. Essa pesquisa registrou um número de 16 criadores como número máximo, mas quando se observa que há uma variação dos participantes diariamente, pode-se afirmar que o número de criadores que se reúnem neste local passa de quarenta.

Esta é uma atividade que só reúne homens, mas que tem uma importância significativa, na medida que, assim como como a dança de rua praticada pelas mulheres, ela reúne homens das mais variadas idades, de adolescentes a idosos.

Esta pesquisa não se propõe a buscar os significados mais profundos dessas reuniões voluntárias de vizinhos de idades tão díspares em diálogos, mas isso, sem dúvida, é algo transformador em um tempo de tanta segmentação de diálogos por faixas etárias, estimulada por uma globalização que estratifica por faixas etárias à exaustão, gostos musicais, roupas, festas, séries, e uma miríade de coisas. Constatar

⁸² O **papa-capim-capuchinho** ou **baiano** (*Sporophila nigricollis*) é uma ave da família Emberizidae.

Os seus habitats são arbustos em clima tropical de alta altitude, pastagem e florestas antigas altamente degradadas. Seus hábitos reprodutivos e características biológicas e de alimentação são parecidos aos dos coleirinhos. As fêmeas e os filhotes são idênticos, havendo entre os machos adultos clara distinção entre as duas espécies, já que o papa-capim-capuchinho não possui a gravata sub-mandibular. Assim como acontece com o coleirinho, o papa-capim-capuchinho possui uma ampla variedade de dialetos, variando conforme a região observada. O período de reprodução normalmente compreende a primavera e o verão, quando as fêmeas fazem os ninhos em pequenos arbustos, onde podem ser vistos 2 ou 3 [ovos](#). O período de incubação geralmente compreende 13 dias. Neste período, o casal pode ser altamente territorialista. Fora do período reprodutivo, podem ser vistos em pequenos bandos (<https://pt.wikipedia.org/wiki/Papa-capim-capuchinho>, acesso em janeiro de 2017)

ações de mulheres de várias faixas etárias na dança de rua e homens, na mesma condição, nas reuniões dos criadores de papa-capim, é algo que, só pelo fato de existirem, demonstra que há uma dinâmica que escapa aos desígnios da homogeneização do meio-técnico-científico informacional e, só por sua existência, é potencialmente fonte de transformação, em razão de ser subversiva à lógica dominante. E tudo isso, na realidade pesquisada, só pode ser realizado em lugares, em espaços geográficos, que tenham proximidade de vizinhos que vivam no reino da necessidade e tenham a comunicação entre si como um poderoso instrumento de sobrevivência e transformação das lógicas da globalização perversa.

Imagem 4 – Ornamentação de aniversário com parentes e vizinhos no Parque da Cidade, 2017



Fonte: Trabalho de campo, maio de 2017. Autor: Clímaco Dias.

Imagem 5 – Pessoas participantes de aniversário realizado no Parque da Cidade, 2017



Fonte: Trabalho de campo, maio de 2017. Autor: Clímaco Dias.

A parte alta do Parque, dominada pelas dunas, passou os últimos 5 anos sem a presença de pessoas. A razão era o alto número de assaltos. Mas, depois de cessarem os assaltos na parte baixa, esta área recomeçou a ser ocupada por vizinhos que, mesmo não tendo muita intimidade, subiam juntos como um fator de proteção, sobretudo as mulheres que só sobem acompanhadas por algum homem. Hoje se contabiliza algo em torno de cinquenta vizinhos que andam ou correm na trilha das dunas.

A colheita de frutas, algo violentamente reprimido quando a área era propriedade de Joventino Silva, hoje é um evento de interação entre parentes e vizinhos dos lugares pobres dos Aglomerados fronteiros ao Parque. A colheita que mobiliza a população é a de manga e de cajá. Parentes e vizinhos saem, das 4 da manhã até o entardecer, a colherem frutas que servirão à sua alimentação e transformando esta atividade em algo lúdico e prazeroso:

Catar mangas com meus irmãos, tias, primos e vizinhos é muito bom, porque a gente se alimenta de manga boa e se diverte. Vem as coroas, vem menino muito pequeno, vem os nossos cachorros, vem a minha namorada e a gente passa a tarde aqui, olhando todos os pés de manga. Eu subo, balanço os galhos e o pessoal cata em baixo. Tem dia que a gente leva para casa, mas tem dia que a gente come tudo aqui (Elielsson, participante de um grupo de colheita de frutas no Parque da Cidade, em 2013).

4.7 Festas e lazer: exercícios de vivências coletivas dos pequenos grupos às multidões.

O lazer nos bairros populares é resistência de vizinhos porque ele se manifesta com a potência de grupos que têm um dia a dia tensionado pelas ordens das verticalidades, pelas ausências do Estado, pela presença violenta da polícia. Os homens lentos têm a capacidade de misturar a resistência ao prazer, de uma forma que faz transmutações em átomos de tempos. A capoeira é um exemplo eloquente dessa proposição. Ela pode ser luta, dança e canto, em uma só ação. E a capoeira, que assim como o candomblé são manifestações ancoradas na africanidade, mas que são ressignificações brasileiras, remontam ao século XVIII e XIX:

Foi a partir de então, que Mestre Bimba, distinto capoeirista da década⁸³, considerando a capoeira fraca como luta contra seus opressores e acreditando na possibilidade de torná-la mais eficiente e respeitada, passou a estudá-la, aperfeiçoando seus golpes, movimentos e posturas, dando-lhe uma característica totalmente marcial. Denominou seu novo estilo de Luta Regional Baiana. Com o aparecimento do Mestre Bimba, iniciou-se a divisão do universo em duas partes, em que uns se voltaram para a preservação das tradições e outros procuraram desenvolver uma capoeira mais rápida e direcionada para o combate (SETRAS, 2006, p. 48).

Mestre Bimba viveu no Nordeste de Amaralina até o início da década de 1970, quando se mudou para Goiás. No Nordeste ele tinha o seu espaço para realizar formaturas dos aprendizes, que teve atividade até 1972, quando o Mestre vendeu a Academia e quatro casas e foi morar em Goiás, onde faleceu. O seu legado foi continuado pelos Mestres Nenéu, Mestre Bozó Preto, e, mais tarde, pelos Mestres Boa Gente, Mestre Sucuíba, Mestre Brás Amansa Bravo, Mestre Augusto, Mestre Coco Velado e Bozó Branco. Na década de 1990 são identificados como relevantes os Mestres Ninha, Crusch, Trovão, Pedra, Café, Delso, The Flash, Careca, Faísca,

⁸³ Sem especificação.

Mandigudeiro, que se multiplicaram pelo novo milênio. Essa é uma atividade histórica dos vizinhos, enraizada no Aglomerado, que é fundante do que se propõe nessa pesquisa, a luta, a festa, a dança tendo limites indefinidos nos bairros populares.

O samba também teve uma importância muito grande e sua expressão máxima talvez tenha sido a Escola de Samba Diplomatas de Amaralina, escola que, nos tempos áureos desta formação no carnaval de Salvador, chegou a reunir mais de 3 mil participantes e vários sambistas da escola, que mais tarde participaram ativamente de outros movimentos do carnaval da Cidade. O declínio das escolas de samba veio na esteira da hegemonia dos trios elétricos e surgimento de novas expressões, a exemplo dos blocos Afro.

A profissionalização do carnaval de Salvador, que se deu na primeira metade da década de 1990, foi desarticuladora desses movimentos musicais dos bairros populares, porque esvaziou os carnavais do bairro. Mas, hoje, com a crise do modelo mercantil da festa, alguns bairros começam a retomar os seus movimentos musicais e de organização de grupos carnavalescos: o Aglomerado de Bairros Nordeste de Amaralina é o lugar que tem o maior número de blocos e pessoas de todos os aglomerados e bairros de Salvador, segundo pesquisa realizada pela Secretária de Cultura do Estado da Bahia, aplicada aos residentes na cidade de Salvador, em 2016.

Tabela 21 – Número de dias e bairro que o folião de Salvador participou do Carnaval (2016)

[Outros] Qual bairro você brincou o maior número de dias? (Questão 7)	Em Percentual (%)
Cajazeiras 10	11,5
Garcia	7,7
Liberdade	3,8
Nordeste	57,7
Periperi	19
Total	100,0

Fonte: SECULT, 2016

Por que prefiro brincar aqui? Porque aqui é perto da minha casa, não preciso ficar na agonia do transporte. Já fiquei na rua até de manhã por falta de transporte. Hoje, com os mototáxis ficou mais fácil, mas não tenho coragem de pegar de volta, com sono e depois de beber algumas. Brincar aqui tem o bloco que é só pessoas conhecidas, fico até a hora que quero e vou embora caminhando e sozinha. No Carnaval do Nordeste não tem violência, nunca vi uma briga aqui e

cada ano fica mais animado (Cibele, moradora do Nordeste de Amaralina, em 2017).

Este é um vigoroso movimento de vizinhos que, no carnaval de 2015, contou com o desfile de 41 blocos no bairro Nordeste de Amaralina e, nesse ano, 61 entidades haviam se inscrito para o desfile. Esse movimento pode ser interpretado como uma resistência de vizinhos, da horizontalidade, da cultura popular, às verticalidades, à cultura de massa que é dominante no desfile nas áreas centrais da Cidade. Os blocos são variados e têm o predomínio do Samba e muitos já se organizam em épocas fora do carnaval, como é o caso do bloco de samba (imagens 6 e 7), que saiu para a festa de Iemanjá, no 2 de fevereiro, levando um balaio de presentes, evidenciando o que aqui se propõe: A festa, a religiosidade e a luta resistente, como um híbrido que ocupa o mesmo espaço-tempo.

O São João, embora não tenha o significado do carnaval, é uma festa que mobiliza uma parte expressiva da população do Aglomerado, muito provavelmente pela origem rural de grande parte da população que, no período de ocupação mais intensa do Aglomerado, entre as décadas de 1940 a 1980, migrou do interior do Estado. Muitas ruas são decoradas com bandeirolas e há um esforço coletivo para a ornamentação. Algumas ruas apresentam pequenos arraiais, com mastros fabricados a partir de árvores retiradas ilegalmente do Parque da Cidade, como também palhas de coqueiros para se fazer a cobertura.

O evento mais notável, entretanto, é o forró da Sucupira, rua localizada na Santa Cruz. São três dias de festa noturna, com queima de fogos na abertura e ambientes com ritmos diferentes. O forró predomina, há também funk, pagode e outros ritmos. Este evento exerce influência e atrai pessoas de todo aglomerado, não se restringindo apenas à rua e ao seu entorno. O Forró da Sucupira já foi realizado vinte vezes.

Uma parte expressiva da população dos bairros populares realiza o seu lazer no próprio bairro. Este também é o caso do Aglomerado que, além destes grandes eventos já comentados, tem um lazer cotidiano que alcança as várias faixas etárias de formas diferenciadas. O hábito de beber cerveja nas calçadas de suas moradias é uma das formas de lazer entre vizinhos no fim de semana. Nas entrevistas fechadas, 80% e 45% dos entrevistados responderam afirmativamente às seguintes perguntas,

respectivamente: no seu Bairro as pessoas tomam cerveja na porta de casa? Sentam na porta de casa para conversarem?

Eu gosto de ficar aqui porque me divirto com meus amigos, não dependo de ônibus que, no fim de semana, é muito pior do que nos dias normais, também se gasta muito pouco porque a gente não paga preço de bar, que é muito salgado. E aqui é divertido porque a gente fica olhando o movimento da rua e falando com os amigos que passam caminhando e que a gente não vê durante a semana por causa do trabalho (Evandro, morador do aglomerado, em junho de 2016).

Imagem 6 – Bloco carnavalesco do Nordeste de Amaralina em desfile na festa de Iemanjá, 2017



Fonte: Trabalho de campo, maio de 2017. Autor: Clímaco Dias.

Imagem 7 – Bloco carnavalesco do Nordeste de Amaralina em desfile na festa de Iemanjá, 2017



Fonte: Trabalho de campo, maio de 2017. Autor: Clímaco Dias.

As crianças se divertem nas ruas de pouco movimento, mas é inegável que elas dispõem de áreas muito restritas, porque as ruas são estreitas e são divididas com adultos, que ficam a conversar, cachorros e até alagamentos. Nos becos se torna quase impossível, mas já foi observado crianças brincando de esconde-esconde nesses locais. Uma das opções para as crianças da Santa Cruz é usar o Parque da Cidade como alternativa de lazer coletivo. Mas essa possibilidade só é realizada por crianças com mais de 8 anos porque já se deslocam sozinhas. Várias ruas têm marcações permanentes de brincadeiras, a exemplo da amarelinha⁸⁴. No lazer dos adolescentes e adultos cabe destacar a crescente prática do futebol pelas mulheres, que utilizam o Parque da Cidade, quadras de colégios e alguns campos de futebol

⁸⁴ Nome mais difundido no Brasil, mas existem muitas variações regionais. No Aglomerado e em Salvador é conhecida como Macaco, em outras regiões do Brasil se denomina Macacão, Maré, Academia, Sapata etc.

existentes na parte sul e sudoeste do Aglomerado. Algo que pode ser considerado absolutamente novo, na atualidade, é a realização de baleados⁸⁵ do vinho, realizado na sexta ou no sábado da Semana Santa, por adultos da comunidade LGBT do Bairro, e, embora ainda exista um forte preconceito, este fato denota um traço de tolerância que só foi alcançado pela luta LGBT com o apoio dos vizinhos. No questionário fechado, quando confrontados com as perguntas, “Tem baba de saias ou do vinho no seu Bairro? Tem parentes ou amigos que praticam?” os respondentes indicaram 95% para a primeira e 82% para a segunda (imagem 8).

Imagem 8 – Homens praticantes do “baba do vinho” na Sexta Feira da Paixão, no Parque da Cidades, 2017



Fonte: Trabalho de campo, maio de 2017. Autor: Clímaco Dias.

O campo de futebol da localidade Bariri é um centro de convergência dos praticantes de futebol de todo o Aglomerado. Afluem para este local pessoas, principalmente homens, que participam de times formados e realizam jogos em dias

⁸⁵ Brincadeira infantil também conhecida em outras regiões do Brasil como queimado ou queimada.

úteis, à noite, e no fim de semana, durante todo o dia. A imagem 9 é uma tomada de uma prática de futebol em um fim de semana.

Imagem 9 – Prática de futebol no campo do Bariri, 2017



Fonte: Trabalho de campo, maio de 2017. Autor: Clímaco Dias.

4.8 Criação de animais e o encontro de vizinhos

A criação de determinados animais, em uma área tão adensada por pessoas e edificações, como no Aglomerado de Bairros Nordeste de Amaralina, seria algo improvável. Mas o bairro popular surpreende e, no Aglomerado, existem expressivas criações de cavalos, galinhas, cachorros de porte grande e pássaros em profusão.

Este tipo de prática realizada em uma área de grande adensamento populacional e com índices de cobertura vegetal próximos de zero, é algo relativamente comum em outros bairros de Salvador e em outras grandes cidades brasileiras. Muitas vezes, na Geografia, é interpretado como hábitos rurais ou

ruralidades, interpretações que mais confundem do que ajudam a entender modos de vida diferenciados ou que escapam às determinações das lógicas hegemônicas.

No Aglomerado, em mais de quatro anos de observações, se contabiliza mais de quarenta cavalos, algo que pode ser considerado deveras impressionante, uma vez que esta área é uma das mais edificadas e adensadas da Cidade.

O criatório de cavalos (imagens 10 e 11) é feito de forma variada. Alguns são criados em estábulos improvisados, outros são amarrados na rua e uma parte expressiva é solta no Parque da Cidade, em áreas de pasto de baixa qualidade. Alguns desses cavalos são vistos, com frequência, revolvendo o lixo dos contêineres espalhados por todo Aglomerado, o que pode explicar, em parte, o fato de uma parte do rebanho apresentar sinais visíveis de desnutrição. Existem donos de cavalos que descem a Ladeira da Santa Cruz, com os seus animais, para alimentá-los nas margens do Rio Camarajipe⁸⁶, que tem no seu vale uma das avenidas mais importantes da cidade de Salvador, a avenida Juracy Magalhães. Registre-se que, depois das intervenções que ocorrem no Camarajipe, desde a década de 1970, o trecho do rio desviado, onde os cavalos pastam, passou a ser nomeado em alguns documentos oficiais de Baixo Camarajipe.

As funções dos cavalos também são variadas. Há cavalos e burros que cumprem função de transporte de pequenas quantidades de material de construção, principalmente em ruas que não oferecem condições à circulação de qualquer veículo motorizado.

Existem cavalos que são utilizados para passeios dos cavaleiros que saem, geralmente aos domingos, para determinado ponto da cidade para o qual convergem cavaleiros de outras localidades de Salvador. Um desses encontros, observado por esta pesquisa, ocorreu em frente a uma grande loja de material de construção, situada

⁸⁶ Devido às intervenções urbanas e às obras do Sistema de Esgotamento Sanitário, o Rio Camarajipe foi desviado desde a década de setenta. Nos anos noventa, foi construído um interceptor de águas e esgotos subterrâneo, que conduziu suas águas diretamente para o Emissário Submarino que margeia a antiga foz e adentra 2,5 km no mar. Nesse bairro localiza-se a foz do rio Lucaia (Conder, p.40). O “caminho natural” do Camarajipe desembocava no Largo da Mariquita, no bairro do Rio Vermelho, tendo como seu último afluente o Rio Lucaia, proveniente do Dique do Tororó, pela Av. Vasco da Gama, que o margeia. No entanto, na década de 1970, o extinto Departamento Nacional de Obras de Saneamento-DNOS, desviou o curso do Rio em razão de constantes enchentes nas zonas mais baixas do Rio Vermelho. Na região próxima de um centro comercial (Shopping Iguatemi), aproveitou-se o vale do Rio Pernambués para fazer a alteração. Por meio de dragagem e rebaixamento do substrato do vale, a foz do Rio Camarajipe foi modificada para a região situada hoje entre a Praça Jardim dos Namorados e a Praia de Jardim de Alah, ambos no bairro do Costa Azul. Nesta área, o Rio encontra-se retificado, com sua calha revestida por argamassa armada exceto seu leito, chegando a alcançar 20m de largura nas imediações do referido shopping center (CONDER, p.41)

na Avenida Antônio Carlos Magalhães. Lá, estes conversam, bebem e, às vezes, até compram e vendem cavalos. Tais grupos também se deslocavam com frequência para as festas de largo da cidade e do carnaval, sobretudo na Mudança do Garcia, prática interrompida nos últimos anos, após várias ações do Ministério Público que resultaram em proibições judiciais, apoiadas no argumento de que a presença de animais em festas de rua caracterizava-se como maus tratos a estes.

Acrescenta-se ainda, como uma função dos cavalos, os passeios pagos de pessoas, principalmente crianças, que cavalgam com o dono do animal, os conduzindo pelas rédeas. Depois da última reforma do parque, em 2016, essa atividade deixou de ser realizada, mas os animais permanecem com seus donos no Aglomerado, sendo utilizados para a mobilidade dos seus proprietários, nos bairros aqui analisados.

Imagem 10 – Cavalos criados soltos se alimentando no lixo excedente do contêiner, 2017



Fonte: Trabalho de campo, maio de 2017. Autor: Clímaco Dias.

Imagem 11 – Cavalos de criadores do Aglomerado Nordeste de Amaralina pastando no Parque da Cidade, 2017



Fonte: Trabalho de campo, maio de 2017. Autor: Clímaco Dias.

O rebanho de cavalos sendo criados em áreas tão densas é óbvio que provoca conflitos com a população. No período de éguas no cio, nas disputas dos potros, os cavalos ficam agressivos e às vezes entram em disparada, causando pânico nas ruas. Mas esta é uma atividade geradora de solidariedade entre grupos de criadores e a população do Aglomerado.

A criação de galinhas (imagem 12) é algo difundido pelo Aglomerado e existem formas de criação que podem ser classificadas como coletivas. Várias pessoas colocam suas galinhas e todas são criadas misturadas, mas de um modo que cada criador consegue identificar as suas aves. Há também criações de galos de briga, mas não se identificou nenhum local em que esses galos estivessem em contenda. Mas, não se descarta a possibilidade da existência de rinhas no Aglomerado, mesmo porque esta se constitui em atividade ilegal.

Imagem 12 – Galinheiro instalado em uma rua da Santa Cruz, 2017



Fonte: Trabalho de campo, maio de 2017. Autor: Clímaco Dias.

Grande parte da criação de cachorros nos bairros populares obedece a uma lógica diferente das outras áreas da cidade. Os cachorros de rua não são os típicos cachorros vadios que não têm qualquer referência humana. Eles são criados na rua, mas têm indivíduo ou grupo que realizam cuidados eventuais. Não existe uma regularidade nos tratos, mas essas pessoas oferecem comida aos cães de uma maneira que garante sua subsistência.

4.9 Os eventos anômalos e a resistência dos vizinhos

Quarta-feira, dia 17 de abril de 2017, a Companhia de Saneamento, responsável pelo abastecimento, diante da escassez do líquido na bacia de captação da Barragem Pedra do Cavalo, avisa que vai fazer uma grande operação de transferência da captação de Pedra do Cavalo para viabilizar a captação na barragem do Rio Joanes. Uma operação que envolvia algumas variáveis que podiam fugir ao controle das previsões. E foi o que aconteceu.

Para fazer esta operação, a Companhia avisou pela mídia que iria interromper o fornecimento de água em 200 bairros e localidades, o que equivale a quase toda Cidade, e que o retorno se daria em, no máximo, 48 horas. Só que, depois das 48 horas completadas na sexta-feira, 18 horas, a água não retornou a 70 bairros e localidades, e a população pobre começou a viver uma espécie de caos.

Esta falta de água prolongada atingiu tanto os bairros pobres quanto os bairros de maioria de grupos de maiores padrões de renda e consumo, mas o impacto desse evento é bastante diferenciado em um bairro de população pobre para um bairro de população rica. Seria trivial trazer essa explicação para esta tese, mas torna-se importante pelo fato de o óbvio muitas vezes ser ocultado por intenções ideológicas, por ignorância ou alienação.

Os moradores dos bairros dotados de habitações com padrões arquitetônicos diferenciados da imensa maioria das habitações dos bairros populares, quando ocorre este tipo de situação, possuem reservatórios de muito maior capacidade que os pobres, contratam carros-pipa, usam água de piscinas, compram até água mineral. Os pobres chegam rápido à situação de calamidade por, via de regra, não dispor dessas alternativas.

As 4 horas da manhã da sexta-feira, feriado de 21 de abril de 2017, nas localidades Areal, Boqueirão e Bariri, começa uma chuva forte. Foi a senha para centenas de moradores que já estavam há quase três dias sem água começarem a sair das suas casas para tomarem banho na água da chuva que escorria das calhas do telhado e, depois, captando água dessas fontes em todo tipo de recipiente possível e disponível. Um fato veio ao encontro do que se defende aqui, pessoas mais novas ajudando as mais velhas a carregarem seus recipientes mais pesados, homens ajudando mulheres e outras formas de ajuda entre vizinhos observadas diretamente por este Pesquisador.

No dia seguinte, mais um ato revelador desta força dos pobres advinda das relações de vizinhança e parentesco nos bairros populares: o Vigilante de uma escola do Aglomerado, pessoa que mora lá, sensibilizado pela penúria da população, permitiu que dezenas de pessoas tivessem acesso às torneiras da instituição de ensino, que tem grandes tanques.

Tomou a decisão sozinho porque era um sábado, dia que na escola não há atividades. E o mesmo comportamento, observado no dia anterior, foi registrado neste dia. Pessoas que ficavam na parte de dentro da escola passando os vasos para um

jovem que ficou em cima do muro: este passava para outro homem forte e, por fim, chegava na pessoa destinatária da água que, se não tivesse condições de subir os morros, era ajudada por alguém.

A anomalia com que se trata esse momento, não se deve ao fato de se ter falta de água por 3 dias, porque isso não é um evento raro no Aglomerado, mas o fato de se ter falta de água generalizada se transforma em anômalo, em razão de a falta ser generalizada. A falta de água mais comum se dá em pontos alternados do Aglomerado e aí há solidariedade de localidades vizinhas que estejam abastecidas, em uma troca mútua entre os vizinhos, o que atenua o problema.

Carona nas entradas do bairro: Em Santa Cruz, devido ao aclive muito acentuado da ladeira principal, é comum que pessoas peçam carona, no começo dela, para os moradores que têm automóveis ou para os caminhões de abastecimento dos mercadinhos que sobem a mesma. Muitas dessas caronas são feitas por motoristas que não conhecem o passageiro e a relação de conhecimento se estabelece na viagem. Além de ter como destino à própria Santa Cruz, estas caronas também servem para pessoas que se destinam para a parte leste do bairro Chapada do Rio Vermelho.

Mas existe a carona do momento de anomalia e que é muito mais expressiva quanto à solidariedade dos vizinhos.

Quando há greve dos motoristas de ônibus ou quando eles interpretam alguma manifestação dos moradores como ameaçadora às suas integridades físicas ou à integridade dos veículos, eles suspendem a circulação de ônibus nos bairros e os moradores descem no último ponto de ônibus da avenida Juracy Magalhães ou em frente ao portão do Parque da Cidade.

Nessas ocasiões é comum que até os carros de transporte clandestinos, que fazem o transporte de passageiros do Fim-de-Linha Santa Cruz/Iguatemi/Fim-de-Linha Santa Cruz, quando sobem a ladeira com alguma sobra de lugar, parem e levem pessoas que estão subindo a ladeira a pé. É comum se observar, nessas situações, pessoas ajudando aquelas que têm dificuldades de locomoção, oferecendo o seu corpo como apoio para subir a ladeira. No último evento desta natureza, registrou-se até carona de motociclistas que fazem transporte ilegal de passageiros cobrando valores em dinheiro.

Atualmente, no Aglomerado de Bairros Nordeste de Amaralina, a ação coletiva para fazer melhorias em ruas não existe. Mas, no passado, quando não existia

pavimentação de ruas, o esgoto escorria pelas ruas. Hoje, em dias de chuva forte, algumas ruas alagam e é comum observar vários homens vizinhos, trabalhando no desentupimento dos esgotos ou de dutos de águas pluviais.

Se a gente for esperar pela Embasa, a nossa rua nunca vai deixar de ser alagada, Professor, como aqui tem homens que conhecem o serviço porque já trabalharam em gatas⁸⁷ que fazem esse serviço para Embasa e para outras empresas de esgoto, a gente faz porque pior é ver um filho nosso doente (Pedro, morador do Aglomerado Nordeste de Amaralina, em 2014, durante um alagamento da sua rua).

Registre-se que, quando ocorrem esses eventos, existem pessoas que ajudam a crianças para que estas cheguem na escola:

As crianças vêm limpinhas, tomado banho, como pode ir para a escola se a rua da escola fica parecendo um rio? Dá tristeza quando eu trago elas para escola no que está chovendo. Se não fosse a ajuda dos vizinhos, nem sei se traria elas pra estudar em dias de chuva (Maria do Carmo, Mãe de duas crianças em idade pré-escolar que moram e estudam no Aglomerado Nordeste de Amaralina, passando por uma rua alagada).

4.10 A mobilidade dos moradores do Aglomerado de Bairros Nordeste de Amaralina: “o perto distante”

Começamos pelo mito de que o Aglomerado de Bairros Nordeste de Amaralina, por ser um conjunto de bairros próximos às localidades de grupos de renda média e/ou elevadas, goza de forma absoluta das vantagens dessa proximidade. Isso é apenas uma “meia-verdade” e, por isso, é algo evitado de ideologia.

De forma geral, sim, nos bairros populares mais distantes a sua população tem mais dificuldades de mobilidade. Mas mobilidade não é algo que possa ser verificado apenas por distâncias euclidianas. Um bairro popular mais distante das áreas centrais pode ter uma densificação de serviços maior que a de um bairro popular mais próximo. A topografia, entre um e outro, pode permitir uma melhor circulação para bicicletas ou para pessoas com dificuldades de locomoção, a largura de suas ruas pode possibilitar uma maior ou menor fluidez do tráfego e, em decorrência disto, maiores ou menores congestionamentos, o que tem influência decisiva na mobilidade dos moradores

⁸⁷ Denominação popular para empresas pequenas terceirizadas pelo Estado para realizarem serviços.

desses lugares. E ainda se considere a questão da imobilidade relativa, teorizada por Milton Santos⁸⁸, e discutida no capítulo primeiro desta pesquisa.

O Aglomerado de bairros Nordeste de Amaralina, com uma história de quase 80 anos de ocupação, não tem uma agência bancária sequer. Os primeiros caixas-eletrônicos foram implantados na Santa Cruz no ano de 2016. Não existe um Cartório, uma lotérica, Correios, não existe o Serviço de Atendimento ao Cidadão (SAC)⁸⁹, hoje presente em diversos bairros populares mais distantes. E se ficaria aqui a listar muitos outros serviços básicos que não têm presença no Aglomerado.

O Aglomerado Nordeste de Amaralina, por ser “cercado” de bairros dotados de boa infraestrutura e habitados por pessoas, na sua imensa maioria, de rendas mais elevadas, ou então o Aglomerado Cajazeiras, por ter uma boa parte de suas habitações oriundas de ações planejadas pelo Estado, no pensar do senso comum ou de uma parte do pensamento acadêmico que estuda a cidade, são aglomerações que possuem uma boa densidade de serviços e, por isso, se distanciariam de outros bairros e aglomerações da Cidade.

⁸⁸Em nosso caso, não são apenas os velhos que são vítimas da imobilidade, e esta, causada pela pobreza e baixos salários, resulta, também, das condições do lugar da residência que, na cidade, cabe aos mais pobres. Como os pobres se tornam praticamente isolados ali onde vivem, podemos falar de uma metrópole verdadeiramente fragmentada. Sem dúvida, muitas pessoas de outras áreas vão trabalhar em certos setores da aglomeração. Outras, deixam o seu próprio setor e vão trabalhar em outras áreas, em ocupações frequentemente pequenas, acidentais e temporárias. Muitos, todavia, são prisioneiros do espaço local, enquanto outros apenas se movem para trabalhar no centro da cidade, fazer compras ou utilizar os serviços quando têm a possibilidade e os meios.” (SANTOS, 1990, p.89).

⁸⁹ O Serviço de Atendimento ao Cidadão – SAC - modelo de atendimento através de unidades integradas - foi criado na Bahia em 1995 pela equipe técnica da Secretaria da Administração do Estado da Bahia (Saeb). No decorrer destes vinte anos de prestação de serviços, esta tecnologia foi difundida por todo o Brasil e adotada por 24 estados brasileiros e também pelo Distrito Federal.

Por meio de cooperação técnica, foram implementadas unidades em Portugal - Lojas do Cidadão, na cidade de Bogotá (Colômbia) - SUPERCADÉ e na República Dominicana, no final de 2011, onde recebeu a denominação de Punto Gob. O SAC foi escolhido pelo governo brasileiro como referência para o PAI - Projeto de Atendimento Integrado, visando sua disseminação em todo o país.

Desde a sua implantação, o SAC vem conquistando importantes prêmios de qualidade concedidos por diversas instituições nacionais. No âmbito internacional, o SAC foi reconhecido pela Organização das Nações Unidas - ONU como uma das melhores práticas existentes na área de prestação de serviços públicos. Dessa forma, passou a integrar a pauta dos produtos de exportação do Brasil, elevando o país à condição de polo difusor da transferência de know-how no atendimento ao público (<http://www.sac.ba.gov.br/index.php/Institucional-Historico.html>, acessado em 23 de janeiro de 2017)

Essa é uma ideologia, no caso do senso comum, apoiada em um sentimento de orgulho “localista” e, no caso de parte do pensamento acadêmico local, uma ideologia apoiada em absolutizações de dados estatísticos produzidos pelo Estado, a exemplo de coleta de lixo diária, dados que são tratados de forma como se fossem a mesma coisa a coleta do lixo nas ruas em caminhões que recolhem os rejeitos na porta e a coleta realizada através do deslocamento da pessoas até um contêiner que pode passar até uma semana para ser esvaziado pela Prefeitura. E há locais onde não existe nem o contêiner e o lixo tem descartes perigosos, como o de açougues, colchões de pessoas enfermas que faleceram e outros tipos de descartes que não permitem tratar esses dados estatísticos com qualquer uniformidade. O mesmo se pode citar em relação às ligações de água que não consideram os dias de interrupções do serviço, algo absolutamente comum em quase todos bairros pobres da cidade.

O acesso a determinados serviços em bairros populares revelados por grande parte dos indicadores produzidos pelo Estado, em verdade, esconde muito da realidade. O serviço clandestino de ligações coletivas de TV a cabo e/ou de internet é tratado nas pesquisas como um número igual tanto para quem tem uma ligação de internet em altas velocidades, como para quem tem uma internet compartilhada por toda uma rua. Essa ideologia não considera, ao dizer que os Aglomerados de Bairros Cajazeiras e Nordeste de Amaralina são bairros muito diferenciados em termos de infraestrutura e serviços, que o primeiro, nascido no início da década de 1970, mesmo conhecendo serviços básicos de forma tardia, tem vantagens em relação ao segundo que não tem agência bancárias ou qualquer agência de serviço estatal, cartório e, por exemplo, na Santa Cruz, os primeiros caixas-rápidos foram implantados no fim do ano passado.

As distâncias para acessar esses serviços, mesmo que eles se localizem nos vizinhos bairros Rio Vermelho, Amaralina, Pituba e Itaipara, são muito grandes quando se considera os trajetos de ônibus ou a possibilidade de fazer o percurso a pé, como deve ser o acesso a esses serviços. É por esta razão que a simples distância confunde estudiosos ou os leva para o refúgio fácil da ideologia quando se trata de analisar a mobilidade da população pobre do bairro popular.

Embora a ocupação mais sistemática da área tenha ocorrido na década de 1940, vinte anos depois, a população enfrentava graves problemas de mobilidade.

Até 1960[...] [...] O acesso era bastante precário, feito por bonde até a Amaralina e de lá para o Nordeste em um tipo de ônibus misto, chamado marinete, que era aberto nos fundos para transportar bagagens e animais. Este ônibus subia pelo fim de linha do Nordeste, na altura da Ladeira da Praça e de lá para todas as localidades o percurso era feito a pé. Os caminhos eram trilhas traçadas na mata (SETRAS, 2006, p.24).

Mas é importante observar que, mais de 15 anos depois desta década de 1960, o Aglomerado Nordeste de Amaralina, vizinho de importantes bairros de grupos abastados e já com um tempo de ocupação de mais de 35 anos, ainda enfrentava problemas de mobilidade muito graves. Por isso é importante causticar o mito do Nordeste de Amaralina, o Aglomerado “perto”.

No início da década de 60 é que começou a ter ônibus no Nordeste de Amaralina, com apenas um final de linha, próximo à Ladeira da Praça. O sistema de ônibus da Santa Cruz, só foi implantado em 1975. Os demais bairros foram atendidos ainda mais tarde. Conta seu Evaldo que as mulheres em trabalho de parto eram transportadas em cadeiras pelos vizinhos até um local onde pudessem tomar um carro, e que o ônibus subia a depender do tempo, porque nessa época, a Rua 11 de novembro ainda não era asfaltada. O asfalto só veio em 1980 (SETRAS, 2006, p.33).

Atualmente, o Aglomerado tem três finais de linha de ônibus: Nordeste de Amaralina, Vale das Pedrinhas e Santa Cruz. A população da Chapada do Rio Vermelho é servida por ônibus que transitam na avenida Juracy Magalhães, pelas linhas Vale das Pedrinhas ou pelas linhas Santa Cruz. Essas linhas transitam por uma única rua nos três bairros que, por serem os maiores espaços comerciais, concentram além dos ônibus, muitos comerciantes de rua, carros estacionados, pessoas caminhando na rua por obstrução de calçadas, caminhões de carga e descarga e pessoas fazendo transporte de mercadorias com carrinhos de mão.

Essa miríade de situações torna essas ruas muito vulneráveis a engarrafamentos longos, em que carros e ônibus entram em uma espécie de travamento que necessita de algum tempo para se desfazer. A Santa Cruz é o bairro mais sensível a estes travamentos, uma vez que, ao contrário dos outros bairros, onde os ônibus estacionam em áreas mais amplas, na Santa Cruz os ônibus ficam estacionados na rua principal, dividindo o espaço com os automóveis e toda sorte de ocupação, já mencionadas, que existem nessas ruas.

Algumas alternativas de novos modais para solucionar os problemas de mobilidade da população habitante do Aglomerado sempre são discutidas e não viabilizadas, a exemplo de um teleférico que ligaria o Bairro Chapada do Rio Vermelho à localidade Horto Florestal, localizada no outro lado da avenida Juracy Magalhães Junior; segundo alguns líderes de associações, o projeto não prosperou pelo fato de os moradores desta localidade, que são pessoas de alta renda, terem criado resistência ao projeto junto à Prefeitura.

Existem outros modais que fazem transporte da população, como o automóvel-lotação, os moto táxis e as bicicletas, sendo que este último é pouco utilizado devido ao relevo ser praticamente impeditivo na maior parte das áreas do lugar.

Os vizinhos, entretanto, buscam minimizar esta situação adversa, criando práticas costuradas nas relações de vizinhança e parentesco. Mesmo tendo uma relação com os motoristas de ônibus, que muitas vezes é marcada por tensões, seja nas greves desta categoria, seja nas ameaças e concretizações, em algumas ocasiões, de incêndios de ônibus, uma parte da população consegue estabelecer uma relação de confiança com os motoristas, e fazer o percurso de saída dos bairros, para alcançar os eixos melhores, servidos por transporte público, em uma espécie de carona:

Quando preciso tomar dois transportes, sempre peço aos motoristas para me deixarem no ponto que eu possa ir andando até a Juracy. Lá eu consigo pegar qualquer ônibus mais fácil. Nem todos motoristas aceitam, mas não me importo quando negam. E nem sempre peço, só quando preciso tomar dois ônibus (Marialva, em outubro de 2013).

Os mototaxistas, embora seja uma atividade que foi regulamentada pela Prefeitura em 22 de janeiro deste ano, há 30 anos atuavam de forma clandestina e ilegal. E, mesmo com esta regulamentação, a imensa maioria atua e continuará atuando de forma ilegal, em razão dos custos da regularização.

Existem inúmeros que atuam no Aglomerado e foi possível constatar que a população usa-o de maneira frequente, principalmente quando as vias de circulação dos ônibus estão congestionadas ou quando as pessoas estão atrasadas para algum compromisso. Geralmente esse serviço é utilizado por jovens, mas, nas observações realizadas em todos pontos de saída dos bairros, foi possível constatar a presença de pessoas adultas e até de idosos. E algumas dessas pessoas imprimem a característica das relações de parentesco e vizinhança que marcam o bairro popular, fazendo viagens para pagamento posterior.

Eu, por conhecer alguns mototaxistas, quando estou sem dinheiro, converso com eles para pagar depois. Eles sempre aceitam porque nunca deixei de pagar no dia combinado. O Mototáxi é bom porque tira a gente de situação de aperto de atrasar para o trabalho ou para a aula. Mas tem que usar de vez em quando, porque senão não tem dinheiro que chegue (Edcarlos, em abril de 2014).

Em realidade, devido ao sistema de transporte público ineficiente, uma expressiva parte da população do Aglomerado anda a pé em algum percurso do dia. São centenas de pessoas que atravessam o Parque da Cidade em busca de um ônibus, outras centenas descem do Nordeste de Amaralina em busca dos ônibus que passam nas vias da Orla Marítima, dezenas descem e sobem a Ladeira da Santa Cruz, cotidianamente, em percursos onde as temperaturas podem chegar até 37° C, e, no período chuvoso, com chuvas intermitentes e ruas alagadas.

Mas esta adversidade, como outras que ocorrem nesse Aglomerado, também favorece o estreitamento de laços entre vizinhos. O encontro cotidiano favorece e, na mesma hora, cria a possibilidade de diálogos que estruturam o conhecimento do outro e conseqüentemente os aproxima.

4.11 As manifestações políticas, a vizinhança, a família e os conflitos

As manifestações políticas no Aglomerado, assim como ocorre em outros bairros populares, são variadas e apresentam naturezas diversas. Existem protestos por falta de água, contra a violência policial, passeatas em torno das tensões políticas nacionais, protestos políticos no carnaval, paradas LGBTT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais e Travestis), passeatas por acúmulo de lixo, passeata por melhores condições de transportes, assembleias populares de associações para discussões de intervenções do poder público ou elaboração de plano diretor e outros tipos de mobilizações.

O Aglomerado de Bairros Nordeste de Amaralina tem uma tradição de organização comunitária para reivindicações e lutas, que fez do lugar, nas décadas de 1970/80, um espaço muito importante no movimento de bairro da Cidade. A igreja católica, na segunda metade da década de 1960, teve um papel muito importante na retomada, porque, em verdade, esse tipo de organização se inicia já na década de 1950, por iniciativa autônoma dos moradores:

Depois foi num dia desses que, no ano de 1957, mês de março, eu me lembro como hoje, eu e mais dois moradores daqui, Manoel Bonfim e Pedro Domience, era um pouquinho mais desenvolvido na leitura. Manoel Bonfim era funcionário geral lá embaixo e Domience era universitário, também trabalhava lá no Correio, era meu vizinho aqui. Um dia, a gente gostava de ler jornal, falar de política, um dia surgiu uma ideia de criar uma sociedade de bairro para lutar em favor do melhoramento do bairro, que aqui era muito atrasado[...] [...] No ano seguinte, em 58, já instalamos aí em cima a sede, que já estava pronta, três turnos de escola. [...] Antes de falar da escola, eu vou dizer como foi feita essa sociedade. A diretoria e os moradores se reuniam aos dias de domingo e todo mundo lutando com um pensamento só. E construímos a casa, cada um dava o que podia e a força física, caímos pra dentro, aprontamos um salão de 48 metros quadrados. Esse salão foi muito benefício para o bairro, em 1958.[...] [...] Foram três mandatos de luta em prol do melhoramento dessa comunidade, tudo espontâneo, serviço voluntário, interesse de conseguir mais alguma coisa melhor para mim e meus conterrâneos, . Aí foi quando, nos anos de 1964 arreventou o Golpe Militar, que acabou com a sociedade, não só aqui, mas na cidade toda. [...] O Exército sufocou todo mundo, fechou as portas de todo mundo, acabou com a atividade de todo mundo. Fechou as escolas, fechou tudo, pegou os documentos da sociedade e levou tudo. Nós ficamos reunindo com comissário do exército presente.[...] Perdi dois amigos meus: Manoel Bonfim foi embora daqui, e Pedro Domience se suicidou [...] (trecho de um depoimento de seu Benedito a SETRAS,2006, p.26/27).

A maior parte dos protestos, atualmente, se dão em relação à violência policial e esses protestos só alcançam a mídia quando criam alguma obstrução no trânsito, incendeiam ônibus ou fazem com que os motoristas dos ônibus se sintam ameaçados e suspendam suas entradas no Aglomerado. Um exemplo de manifestação não noticiada pode ser visto na imagem 13, quando um pequeno grupo protestava pela morte de um jovem, que, segundo a polícia, foi morto em tiroteio e era ligado ao tráfico, mas, segundo alguns entrevistados, ele não estava armado e nem era ligado ao tráfico. Ainda sobre as imagens da manifestação, o que também se pode verificar é o número completamente desproporcional de viaturas lotadas de policiais, inclusive a polícia de choque, para uma manifestação tão pequena, composta por pessoas desarmadas (imagem 14). É uma tensão permanente, a qualquer momento pode se desencadear um conflito com a polícia e uma subsequente manifestação, como aconteceu este ano, quando um grupo tentava entrar no circuito do desfile de carnaval do bairro, mas não tinha feito inscrição com antecedência junto à prefeitura. A polícia bloqueou a passagem e o que era festa virou protesto.

A Polícia Militar impediu a saída de um arrastão de carnaval no bairro do Nordeste de Amaralina, em Salvador, no início da tarde desta quarta-feira (1º). De acordo com a corporação, não houve pedido de autorização para realização da festa, que levaria blocos e trios elétricos para as ruas do bairro.

A PM afirmou, por meio de nota, que o pedido prévio de autorização é necessário para que seja realizado o devido planejamento de emprego operacional de policiamento. As ruas do bairro já estavam lotadas de foliões quando a restrição da festa foi decidida.

Por conta do impedimento do arrastão, alguns moradores chegaram a protestar nas ruas do bairro. Policiais em duas viaturas das Rondas Especiais (Rondesp) estiveram no local e ajudaram nas negociações com os foliões.⁹⁰

Várias vezes o Nordeste de Amaralina, Santa Cruz e o Vale das Pedrinhas ficaram alguns dias sem ônibus por causa de protestos radicalizados contra a ação violenta da polícia. Há um sentimento de desconfiança quanto à polícia, pelo fato de esta encetar ações muitas vezes ilegais, como, por exemplo, entrar em residências sem mandados judiciais. E, isso ocorre, mesmo depois de implantar as Bases Comunitárias de Segurança⁹¹, três no Aglomerado⁹², que trazem como proposta uma maior integração com a comunidade, realizando cursos de informática, promoção de acesso a escolinhas de várias modalidades de esportes, cursos de informática e pré-vestibulares. São 120 policiais por base, o que totaliza 360 policiais permanentes em todo Aglomerado.

Já matriculei meu filho em curso de computador da Base. Acho muito bom isso, mas de uns tempos pra cá eles diminuíram as coisas que faziam no começo. Penso que é por causa da guerra com os meninos, mas não sei o porquê e não gosto muito de me meter nesses assuntos. Quem é fraco tem que ver as coisas e ficar de boca fechada (Maciel, morador do Aglomerado em setembro de 2016).

O Senhor veja, essa Base da Santa Cruz nasceu errada. Como é que se constrói uma base policial tomando terreno de uma escola que já tinha pouca área para os meninos brincarem e fazerem atividades de esportes.

⁹⁰<http://g1.globo.com/bahia/carnaval/2017/noticia/2017/03/pm-impede-saida-de-arrastao-de-carnaval-no-nordeste-de-amaralina.html> acesso em 15/05/2017

⁹¹ “As Bases Comunitárias de Segurança (BCS) são pontos de gerenciamento da operacionalidade policial com o objetivo de conferir segurança às comunidades, focando na prevenção. No seu entorno são realizadas diversas ações direcionadas à comunidade. A filosofia de atuação é o Policiamento Comunitário (de Proximidade). Importante equipamento de policiamento comunitário com o objetivo de promover a convivência pacífica em localidades identificadas como críticas, melhorando a integração das instituições de segurança pública com a comunidade local e reduzindo os índices de violência e criminalidade.” (<http://www.pactopelavida.ba.gov.br/base-comunitaria-de-seguranca/>) acessado em, 02/01/2017.

⁹² Nordeste de Amaralina, Chapada do Rio Vermelho e Santa Cruz.

Pode até ter aumentado a segurança na rua, mas foi muito ruim para os meninos que estudam. Uma escola que fica sem área é perda muito grande. Eles deviam ter procurado outras maneiras de construir essa base. Do jeito que construíram foi errado, não se cobre um santo para descobrir outro (Fernando, morador do Aglomerado, em Julho de 2015).

As Bases Comunitárias de Segurança do Aglomerado de Bairros Nordeste de Amaralina, inauguradas em 27/09/2011, ano de implantação das primeiras deste tipo na Cidade, tiveram esta forma de aproximação/tensão geradas com/nas suas implantações; hoje, depois de muitos momentos de conflito no embate contra o tráfico, perdeu muito dessa aproximação inicial porque os conflitos com o tráfico sempre são extensivos à população por esta habitar a mesma “arena da guerra”. E outra coisa que para a população gera indignação é quando pessoas não ligadas ao tráfico são atingidas no confronto, ou quando surgem versões de que algum membro do tráfico foi morto desarmado.

Tiroteios intensos, perseguições, morador baleado e a ameaça de um ataque à Base Comunitária de Segurança (BCS) de Santa Cruz e à 28ª Delegacia (Nordeste de Amaralina) em represália à morte do traficante Rafael Xavier de Jesus, o Chouriço. Pelo sexto dia consecutivo, o clima é de tensão e medo no Vale das Pedrinhas. Por conta da mais nova vítima de tiroteios e do possível ataque, o policiamento no bairro foi reforçado.

Na última quinta-feira, os ônibus deixaram de entrar no bairro e ir até o final de linha por conta do clima de insegurança gerado após duas ações policiais em que dois homens, um adolescente de 13 anos e uma mulher, de 55, foram baleados. Somente cinco dias depois, o transporte público foi normalizado, na tarde de anteontem.

A informação que circula entre policiais militares e civis que atuam no Complexo do Nordeste de Amaralina é de que o ataque seria realizado ontem por traficantes do Comando da Paz (CP), facção à qual pertencia Chouriço, morto numa ação da PM no domingo. O Serviço de Inteligência da 40ª Companhia Independente (CIPM / Nordeste de Amaralina) descobriu na noite de anteontem que os bandidos pretendiam atacar usando coquetel Molotov⁹³.

Todos os protestos e reivindicações existentes no bairro popular, nesta pesquisa, são considerados de natureza política, mesmo aqueles que têm o objeto da reivindicação voltado para o bairro ou a localidade, mas há também reivindicações que são de natureza política em escala nacional ou até internacional. Neste ano, no

⁹³ <http://www.correio24horas.com.br/detalhe/salvador/noticia/pms-citam-ameaca-de-ataque-a-bases-comunitarias-e-delegacia-no-nordeste-de-amaralina/?cHash=00bccb8064b31e1ae07d2d576d9764cd> acesso em 12/12/2016

Aglomerado de Bairros Nordeste de Amaralina, houve manifestações contra o impeachment e pela saída de Michel Temer. Merece destaque o significado da luta, no Aglomerado, das lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros (LGBT⁹⁴). A primeira Parada LGBT da Cidade foi realizada no Vale das Pedrinhas, em 2005, e hoje já está em sua sexta edição. Este fato contraria algumas crenças e mitos de que as manifestações políticas dos bairros são exclusivamente localistas. Atualmente, existe uma rede de bairros articulada em torno dessas manifestações e podem ser citados os Aglomerados de bairros Cajazeiras, Subúrbio Ferroviário, Liberdade, Nordeste de Amaralina, os bairros Tororó, Vila Canária e Engomadeira, como parte dessa rede que realiza manifestações, paradas e caminhadas:

Eu acho que foi uma infância feliz, mas ao mesmo tempo violenta, por ser uma transexual, por fazer parte de uma região como de outras regiões tem essa mesma dificuldade. Foi um ambiente hostil para uma transexual, na época eu me vestia com menino, mas já tinha a minhas dificuldades existenciais. Também posso dizer que foi uma experiência única, por fazer parte de uma comunidade que pouco a pouco foi abraçando a causa LGBT e aí eu fui compreendendo minha própria rua, ela tem uma cultura de agregação de grupos e eu tive oportunidade de crescer, em um espaço que era um celeiro dentro da minha própria comunidade. Minha rua era onde tudo acontecia de fato. Eu cresci sabendo o que era ser criança, brincava na rua todos os dias. E brincava, sem limitações, de brincadeiras masculinas e brincadeiras femininas. Eu acho que, diferente de muitas infâncias que vejo por aí, a minha foi muito rica em aprendizagem. A gente alimentava coisas como São João, dia das crianças, dia das mães. Sempre havia um grupo reunido. Acho que isso foi um diferencial. A adolescência seguiu a mesma linha. Costumo dizer que sou muito abençoada por ter nascido no Nordeste de Amaralina (Paulett Furacão⁹⁵, liderança transexual do Aglomerado de Bairros Nordeste de Amaralina, entrevista realizada em maio de 2017).

Também cabe destacar o ativismo político nos bairros na luta contra o racismo. Todo protesto por mortes de jovens, vítimas de balas da polícia, traz componentes, em maior ou menor intensidade da luta antirracismo. Ver nas imagens 13 e 14 um protesto contra a morte de um jovem pela polícia, mas que traz componentes de lutas antirracistas.

O Dia Nacional da Consciência Negra, 20 de novembro, tem expressividade nos bairros populares de Salvador e também no Aglomerado de Bairros Nordeste de

⁹⁴ O “T” geralmente é usado no Brasil com significado múltiplo.

⁹⁵ Primeira transexual nomeada para um cargo público do governo da Bahia, em 2012.

Amaralina. E é fundamental atentar para o fato de que os bairros populares de Salvador têm um protagonismo nas lutas anti-racismo e no crescimento da consciência negra em todo o Brasil, através dos blocos afro surgidos no carnaval de Salvador, a partir da década de 1970.

O Ilê Aiyê, o Badauê, o Malê Debalê, e o Olodum trouxeram uma nova estética, com uma proposta política que foi transformadora da consciência da população negra de Salvador e, com o sucesso nacional de suas músicas, estenderam essa influência para a população negra de todo o Brasil. Mas esta proeminência dos blocos afro de Salvador não é um movimento sem ligações históricas. Os blocos afro têm as suas raízes no candomblé e sofreram uma forte influência dos afoxés, blocos que ainda existem e que já estavam na fundação do carnaval de Salvador no final do século XIX.

Imagem 13 – Protesto político na rua principal da Santa Cruz, 2017



Fonte: Trabalho de campo, maio de 2017. Autor: Clímaco Dias.

Imagem 14 – Grande aparato policial para intimidar um pequeno protesto, 2017

Fonte: Trabalho de campo, maio de 2017. Autor: Clímaco Dias.

O bairro popular foi um espaço essencial para o surgimento dos blocos afro porque é lá que está concentrada a imensa maioria da população negra, sobretudo os bairros mais antigos, mais tradicionais, e em razão de ter uma presença mais enraizada dos terreiros de candomblé e um maior tempo de relacionamento entre as pessoas da comunidade (Raimundo Bujão, um dos fundadores do Malê Debalê, Bloco do bairro popular de Itapuã, ativista do Movimento Negro Unificado e membro da Associação dos moradores de Itapuã-AMI).

Em todas essas experiências de manifestações políticas, seja no Aglomerado de Bairros Nordeste de Amaralina ou em qualquer bairro popular, as relações de vizinhança são estruturantes das mesmas. Mesmo nas reuniões entre o poder público e a comunidade, convocadas pelas associações para participarem de planejamento estatal, que não têm o vigor do passado por terem reivindicações postergadas ou pela falta de autonomia política da maioria dos dirigentes de associações, ainda se percebe a força dos vizinhos em reuniões realizadas à noite que contam com a participação de mais de 100 pessoas; algumas mobilizações de monta são realizadas pelas

associações, a exemplo desta de 2013, que reuniu várias lideranças e associações, em um movimento expressivo:

O Movimento Pare pra Acertar é fruto da união de entidades e lideranças da região Nordeste de Amaralina, que historicamente lutam pela defesa da dignidade, da liberdade e por direitos. Entendemos, que só unidos, conseguiremos a vitória. Não podemos mais tolerar a profunda violência do Estado implantada ao longo de décadas em nossa comunidade, seja na educação, na saúde ou na sua face mais explícita: o extermínio de nosso povo. Frente às reivindicações vitoriosas em todo o Brasil, o Nordeste de Amaralina também se movimenta, exigindo da Prefeitura e dos governos estadual e federal, o atendimento das seguintes pautas: • Revisão imediata do Programa Pacto pela Vida; • Criação do Observatório da Violência; • Implementação do Programa Habitacional (Minha Casa, Minha Vida); • Requalificação das escolas da região; • Implantação do posto 24h; • Ordenamento do trânsito; • Investimento em projetos sociais; • Criação de um campus universitário.⁹⁶

Essa desmobilização em torno das associações, que ocorreu ao longo dos anos, em parte, é fruto de um planejamento supostamente participativo que é encaminhado, há anos, pela Prefeitura, mas que, no encaminhamento do dia a dia, pouco leva em consideração as demandas apresentadas pela população, a exemplo da reforma do Parque da Cidade: a população do entorno não foi consultada sobre o projeto; depois de concluída a reforma, foi criado um Fórum Consultivo para gerar um fluxo entre a comunidade e a gestão do equipamento público, porém, mais de um ano depois de criado, nenhuma reunião foi convocada.

Eles são assim. Pensam que enganam a gente botando nosso nome em Diário Oficial do Município. Tenho um monte de reclamações que tenho ouvido do povo. Essa área gramada que alaga com a chuva, os aparelhos de ginástica sem manutenção, a hora de abertura dos portões, os poucos brinquedos que tem pra crianças, a falta de um lugar pra pessoas se protegerem em dias de chuva, mas, como não convocam nenhuma reunião, as pessoas não podem nem falar (Membro nomeado do Fórum Consultivo do Parque da Cidade, morador do Aglomerado de Bairros Nordeste de Amaralina, em dezembro de 2016).

Em 2002, três autores ligados à psicologia, Eulina Rocha Lordelo, Ana Maria Almeida Carvalho e Silvia Helena Koller, publicaram um estudo sobre a

⁹⁶ <http://amnaluta.blogspot.com.br/2013/07/protesto-do-movimento-pare-pra-acertar.html> acesso em setembro de 2013.

vulnerabilidade de crianças, com a observação de algumas famílias vulneráveis no Vale das Pedrinhas e no bairro Novos Alagados e, nesta pesquisa, observam que as mulheres são as principais responsáveis pelo sustento e orientação das crianças, mas por necessitarem de passar o dia trabalhando as crianças ficam vulneráveis a vários tipos de violência, principalmente aquela oriunda do tráfico. Mas, mesmo com esta conclusão, oferecem uma constatação que é o eixo da argumentação desta tese, as relações de vizinhança e parentesco no lugar como elementos de lutas e conquistas da população dos bairros populares.

No Vale das Pedrinhas como em Novos Alagados, a vida é portanto, dura e feita de muita luta. Há organizações comunitárias em vários níveis, que tiveram um papel decisivo na conquista de água, eletricidade, postos médicos, creches, escolas. Melhor dizendo, esses equipamentos – supostamente obrigação do governo – só chegam a essas comunidades se houver alguma iniciativa e luta neste sentido. A história das suas lutas, de suas conquistas, de seus revezes, já seria objeto de outra análise. Na vida das famílias que observamos, essa história aparece, sobretudo, sob a forma de apoio à educação e ao cuidado das crianças (Creche, escola, e reforço escolar). Quando se focaliza o cotidiano dentro das casas, não aparece muito o suporte dessa rede mais formal; o parentesco e a vizinhança são mais presentes. Por outro lado, evidencia-se, com nitidez, a força das mulheres nessas famílias (LORDELO, 2002. p.113)

4.12 As religiões, mundos de conflitos e solidariedade

4.12. 1 O Candomblé no Aglomerado

As religiões de matrizes africanas e as cristãs têm contribuições importantes na vida cotidiana do Aglomerado e no estímulo das relações de parentesco e vizinhança que são analisadas aqui nesta pesquisa.

O candomblé, pelas próprias raízes da imensa maioria da população do lugar, é que carrega o pioneirismo na implantação e, mesmo se reconhecendo a década de 1940 como marco inicial do povoamento mais sistemático do Aglomerado de Bairros Nordeste de Amaralina, encontram-se registros da presença do candomblé no lugar antes dessa década:

Mesmo com toda repressão, os candomblés proliferaram no local desde a década de 30, Everaldo de Jesus de Almeida diz que veio morar na área porque sua mãe, D. Maria do Patrocínio, era mãe-de-santo na Região e assim seria mais fácil cuidar do terreiro onde ela

trabalhava[...] Em suas lembranças, os moradores entrevistados identificam como os terreiros mais antigos da Região, anteriores a 1960, o de Manoel Nascimento, no local onde hoje funciona o Colégio Carlos Santana II, o de Maria Petronilha (Cadunga), nos limites entre as Fazenda de Joventino e a Fazenda Ubaranas, na atual Sucupira, o de Arthur, mencionado acima, no Nordeste de Amaralina, o de Romão, em terras dos Borges, o de Maria do Patrocínio também no Nordeste, o de Maria Catendê no Alto da Alegria. Novas Casas surgiram durante as décadas de 60 e 70, de modo que em meados dos anos 70 haviam no local cerca de 40 terreiros (SETRAS, 2006, p.38).

O terreiro de candomblé como lugar de acolhimento e seu papel agregador são reconhecidos em todos os bairros populares de Salvador. O adepto de um terreiro goza a proteção de todos os outros e há uma rede de filiações de terreiros que estende essa solidariedade muito além dos vizinhos, para toda a área metropolitana. Mas, depois do auge do crescimento dos terreiros, em meados da década de 1970, como é mencionado na citação anterior, há uma tendência declinante, seja pelo grande adensamento que fez desaparecer a cobertura vegetal tão importante para a religião, seja pelos preços dos terrenos muito elevados serem incompatíveis com a necessidade de espaços mais amplos para a realização dos rituais e festas.

Em levantamento realizado em 2006 pelo Centro de Estudos Afro-Orientais-CEAO⁹⁷, em parceria com a Prefeitura de Salvador, Ministério da Cultura e Secretaria Especial de Políticas de Promoção e Igualdade Racial (Governo Federal), foram recenseados 21 terreiros de candomblé no Aglomerado de Bairros Nordeste de Amaralina, o que é uma queda muito acentuada quando se compara às estimativas realizadas em meados da década de 1970, que situava em 40 o número desses espaços religiosos.

A análise das possíveis causas para este fenômeno da queda do número de terreiros no Aglomerado é apoiada no crescimento exponencial de terreiro situados em áreas de maior quantidade de terrenos disponíveis e com preços mais baixos. Em 2006, só o bairro Cajazeiras XI tinha onze terreiros a mais que o total de todos os terreiros do Aglomerado de Bairros Nordeste de Amaralina e o Bairro da Paz tinha menos apenas cinco terreiros que este Aglomerado. Um fator que foi levantado por algumas lideranças religiosas, em entrevistas para esta pesquisa, é o fato de os evangélicos fazerem pregações continuadas contra o candomblé. Mas isso é algo que necessita de maiores investigações, uma vez que, embora os evangélicos estejam

⁹⁷ <http://www.terreiros.ceao.ufba.br/terreiro/config>, acesso em 22/10/2016

presentes em todos os bairros, este movimento de queda, considerando que a hostilidade de alguns grupos de evangélicos contra o candomblé é presente em toda a cidade, muitos bairros tiveram crescimento dos terreiros.

Os terreiros, embora com essa diminuição, são centros catalizadores de relações próximas entre as pessoas e muitos deles atraem adeptos de outros bairros e de outros grupos sociais. Esta pesquisa constatou a presença de grupos grandes que realizam cerimônias nas dunas do Parque da Cidade. É constante a presença no Parque da Cidade de grupos de religiosos⁹⁸ que são autorizados a recolher as folhas sagradas para o culto. As festas de muitos terreiros são bastante concorridas, atraindo muitas pessoas.

4.12.2 *Católicos*

Até 1965 a presença católica no Aglomerado era praticamente inexistente. A atividade católica se resumia às visitas esporádicas de padres para realizarem batizados, casamentos e celebrar missas. Mas era um trabalho sem continuidade, que não criava laços entre as pessoas e os padres e, como eram visitas eventuais, a religião também não estimulava o aprofundamento das relações de amizade entre as pessoas. Mas, no ano mencionado acima, houve uma mudança substancial na presença católica no aglomerado, que começou assim:

Assim em 1964, Anna viaja para Roma onde está acontecendo o Concílio Vaticano II, e consegue encontrar-se com o Cardeal Dom Eugênio Sales, arcebispo de Salvador, Bahia. 'Apresentei-lhe a minha situação de saúde', contará em seguida, 'e me declarei disposta a trabalhar em qualquer lugar da sua imensa diocese. 'O Cardeal lhe respondeu: 'Minha filha, é o Senhor que te manda, preciso de uma pessoa como você no bairro Nordeste de Amaralina, em Salvador, onde não há padres nem irmãos'. De fato, ele queria começar uma experiência de comunidade e de paróquia guiada por leigos (BOVE, 2005, p.20).

A "Anna" desse fragmento de texto apresentado acima é Anna Sironi, que foi uma importante missionária católica italiana que trabalhou no Aglomerado de Bairros Nordeste de Amaralina.

⁹⁸ Denominados Babalossain na nação Ketu e Kambondos Kisaba ou Tata Kisaba na nação Angola.

Quando ela chegou, em 1965, como pode ser visto na declaração do Cardeal, não existia qualquer presença católica no Aglomerado, a não ser as visitas esporádicas já registradas. Ela não só se fixa no lugar, como ajuda na construção da Paróquia de São José, localizada no Bairro de Amaralina, mas que até hoje é lugar frequentado pelos moradores do Nordeste de Amaralina. Anna Sironi foi decisiva na construção dos dois únicos templos católicos localizados no Aglomerado, as Paróquias Santo André e Cristo Redentor, localizadas no Vale das Pedrinhas e na Chapada do Rio Vermelho, respectivamente.

O seu trabalho foi tão extraordinário que a Praça do Final de Linha do Vale das Pedrinhas leva o seu nome, e os seus restos mortais estão na Igreja de Santo André, localizada naquele bairro.

O trabalho que ela realizou se apoiou no estímulo ao que é defendido nesta tese, a grande capacidade de superação dos pobres, motivada por suas relações de proximidade e laços de vizinhança e parentesco.

Com um belo grupo de jovens fizemos um levantamento do que acontecera e levamos às autoridades competentes. Nenhuma autoridade civil interessou-se, pois havia casos piores, entre nós não houve morte. Por isso, procuramos ser solidários entre nós. Ninguém podia construir as 300 casas, por isso a nossa ajuda foi de dar àquelas famílias um apoio hospedando-os em nossas casas e os rapazes, nos dias de sábado e domingo, ajudavam a reconstruir as paredes destruídas; ainda com barro, não havia outra possibilidade. O centro Santo André serviu de abrigo para muita gente, em minha casa hospedei 22 pessoas. - Ana Sironi, sobre as consequências das chuvas de 1971 no Nordeste de Amaralina (BOVE, 2005, p.35).

É admirável o espírito de renúncia e dedicação desta Missionária, mas é óbvio que seu magnífico trabalho não frutificaria se não existissem as relações de vizinhança entre os pobres da grande cidade e da metrópole. As formas variam de lugar para lugar, de país para país, mas todas têm um traço comum: a ação cotidiana que subverte as lógicas hegemônicas. Relações que permitiram reparar 300 casas na prática do mutirão que, hoje, já não tem um papel tão decisivo no Aglomerado, porque as casas não são mais tão vulneráveis como no passado, mesmo assim ainda se registra vários mutirões para “bater a laje⁹⁹”. Recuperar tamanho número de casas,

⁹⁹ É uma reunião de vizinhos para, em trabalho de mutirão, construir a laje da casa de algum vizinho, que permitirá a construção de um pavimento superior ou mesmo como um espaço utilizado como depósito, varal e/ou encontros com amigos.

em trabalho coletivo, só com os pobres, é uma demonstração de potência destes que vem de muito longe.

Ainda trazendo a atuação dessa Missionária, como uma forma de mostrar as raízes fincadas no passado das relações de parentesco e vizinhança da população dos bairros populares, mostra-se, no fragmento abaixo, o que é o traço indelével do comportamento dos pobres habitantes dos bairros populares de Salvador, a tensão entre a tristeza e a alegria em um cotidiano de extrema dificuldade:

Tenho tantos amigos e também sou considerada por eles e de fato 'sou uma deles'. Partilho o problema do médico, do hospital, da fome, da injustiça. Partilho suas tristezas e alegrias. Particpei ativamente de um grupo de 70 pessoas: homens, mulheres e crianças, que desfilaria no centro da cidade. Festejamos dançando nas ruas durante toda noite, em um ritmo infernal, todos os presentes eram muito alegres e quando ao final, já cansadíssima, tirei a máscara, uma voz se propagou, logo: 'A Anna veio conosco!', a festa foi geral (BOVE, 2005 p.39)

E essa solidariedade, a partir do estímulo da Missionária, embora hoje não tenha a força que teve neste passado recente nas realizações católicas atuais, ainda se manifesta nos passeios coletivos, novenas e trezenas nas residências dos católicos, procissões (ver imagem 15), bazares que são realizados nas duas paróquias localizadas no Aglomerado e na Paróquia situada no Bairro Amaralina.

Participo das coisas da igreja. Existem tempos que têm mais atividades, fora a missa, e tempos que tem menos. Os evangélicos das igrejas grandes têm muito mais atividades do que a gente, mas nós temos uma quantidade de pessoas (Maria da Conceição, moradora do Vale das Pedrinhas).

Uma prática observada entre os católicos é a novena e trezena de Santo Antônio, que consiste em encontros para orações – na novena são nove dias e na trezena são treze dias, realizados em várias residências e que têm, geralmente, uma mulher que comanda as orações é seguida pelos fiéis em número que varia de vinte a trinta pessoas.

Essa manifestação é difundida de forma expressiva entre os católicos do Aglomerado e retrata, de forma eloquente, um traço cultural da população pobre da Cidade, de hibridizar a manifestação do sagrado com a festa¹⁰⁰.

¹⁰⁰ O camdomblé é outra religião da Cidade que tem o sagrado e a festa hibridizados em muitas cerimônias.

Nas casas onde se realizam as orações, ao encerrar, é oferecido aos participantes comidas típicas das festas juninas, acompanhadas de sons dos mais variados ritmos, a exemplo do forró e do samba.

Estou mole de cansaço. Também, ontem, fui na 5ª reza de Santo Antônio deste mês. É reza, mas depois tem amendoins, bolo de milho, canjica, licor, cerveja e muito samba. Como amo sambar, fiquei sambando até duas da manhã. (Anaele, em junho 2017).

Saliente-se que esta prática, embora só tenha sido objeto de investigação mais aprofundada no Aglomerado de Bairros Nordeste de Amaralina, foi constatada nos dois outros Aglomerados trabalhados nesta pesquisa, com também no Bairro da Paz.

Imagem 15 – Procissão de fiéis católicos da Chapada do Rio Vermelho, no Parque da Cidade, 2017



Fonte: Trabalho de campo, maio de 2017. Autor: Clímaco Dias.

4.12.3 Evangélicos

Os evangélicos constituem o grupo religioso que teve o maior crescimento em tempos recentes. Esta pesquisa contabilizou 78 templos desses grupos religiosos, o

que é um bom indicador desse crescimento, mas é importante observar que há diferenciações muito grandes no tamanho e no número de fiéis desses templos. Há grandes diferenças entre as ações dessas igrejas e os seus relacionamentos com as pessoas do Aglomerado. As igrejas neopentecostais não têm prática de caridade, elas pregam o crescimento individual pela fé, não fazem passeios coletivos e nem realizam bazares e similares. Geralmente são igrejas com poucos fiéis e os seus membros são mais arredios ao contato com vizinhos que não professem sua crença. As pentecostais, talvez por serem igrejas mais “seculares” e por ter um maior número de fiéis, são mais abertas ao contato de vizinhança, fazem passeios religiosos muito concorridos entre seus membros, organizam bazares para arrecadar fundos para obras sociais e distribuem, eventualmente, cestas básicas para os fiéis mais pobres.

Esta pesquisa registrou alguns passeios religiosos entre membros de igrejas pentecostais associadas para este fim, nos quais cinco ônibus de 42 lugares saíram lotados, com homens, mulheres, adolescentes e crianças, em direção a chácaras e sítios localizados no Litoral Norte (imagem 16).

O passeio é um passeio e um momento de congregar e louvar a Deus. É muito importante para os irmãos poderem se conhecer melhor, para as crianças que se divertem em um ambiente de fé. A gente volta desses encontros com a nossa fé fortalecida, renovada. Nem tenho a conta de quantos passeios já fiz. Penso que uns trinta. E aqui tem gente de tudo quanto é lugar. Tem gente do Nordeste, da Chapada, Santa Cruz, Vale das Pedrinhas e até de outros bairros como Candéal e Polêmica (Enoque, morador do Aglomerado, em 2014).

Verificou-se também a prática do Bazar que é realizado a partir de doações de bens usados de fiéis. Esses bens podem ter mais ou menos tempo de uso e, esta variável é o que define o preço dos produtos, que geralmente são peças de vestuário, mas podem ser também artesanatos, pequenos aparelhos eletrônicos, entre outros. Algo que chama atenção é a participação das empregadas domésticas e faxineiras, que pedem aos seus patrões suas roupas usadas ou quaisquer objetos de uso que estejam funcionando, mas sem utilização, e levam para o bazar, algumas vezes, produtos com pouco uso e com etiqueta de grifes.

O número crescente dos templos evangélicos, não só no Aglomerado, mas em todo Brasil, pode oferecer duas pistas. A primeira, que parece óbvia, é a de que há um crescimento exponencial da fé professada por esta corrente religiosa. E a segunda, não tão óbvia, é a de que esse aumento é muito mais uma fragmentação do

que um crescimento da fé, ao tempo em que os próprios pastores criticam esse crescimento associando-o a algo que chamam de “síndrome do número um”, que é desejo desses novos pastores de saírem de uma condição hierárquica inferior em uma igreja, para ir ao topo da pirâmide na nova igreja que funda. Ainda pode ser acrescido, como possibilidade de causas, o fato de o novo pastor passar a ter a sua sobrevivência garantida pelos pagamentos dos dízimos dos fiéis e dedicação exclusiva ao ministério. “Hoje é última vez que corto o cabelo do senhor. Na próxima semana vou começar as atividades como pastor da minha igreja” (Simão, morador do Aglomerado, em 2013). E um fenômeno novo já identificado por alguns pesquisadores brasileiros e que também foi verificado nesta pesquisa, é a figura do “evangélico não-praticante”, fato que pode estar inflando as pesquisas oficiais sobre o crescimento dos evangélicos, assim como infla o número de católicos.

Imagem 16 – Conjunto de ônibus para conduzir evangélicos a encontros religiosos, 2017



Fonte: Trabalho de campo, maio de 2017. Autor: Clímaco Dias.

Mas, essas questões aqui problematizadas não têm a intenção de buscar a explicação para este movimento, elas buscam, apenas, mostrar a complexidade do problema e, talvez, apontar caminhos para investigações mais direcionadas.

4.13 Fazendo a liga das práticas

As várias instâncias e dimensões, analisadas neste capítulo, permitem afirmar que as práticas socioespaciais dos pobres, que habitam os bairros populares e que os diferenciam dos grupos que habitam bairros em que seus moradores possuem renda, tipo de moradia, serviços do Estado ou mesmo das grandes empresas em melhores condições, são disseminadas por faixas etárias, gênero, grupos diferenciados de renda, etnia ou localização da habitação.

A festa no bairro popular reúne habitantes de ruas principais com os habitantes de becos e eles se misturam ao formarem grupos musicais, blocos carnavalescos, a festa junina da Rua Sucupira, as várias práticas que realizam no Parque da Cidade, as relações de crédito diferenciadas com os comerciantes, com os motoboys que fazem transporte clandestino, a mistura nas escolas, o encontro nas ruas dos comércios do Nordeste de Amaralina, Santa Cruz e Vale das Pedrinhas, a feira do Nordeste que aos domingos é um polo catalizador de todo Aglomerado, as caronas nos carros daqueles que têm uma maior renda, assim como a utilização desses carros para atendimento de emergências nas madrugadas, mesmo porque o serviço público de ambulâncias tem restrições ao atendimento em algumas áreas, com receio do tráfico de drogas.

Os passeios coletivos para localidades próximas ou distantes do bairro ou da cidade revelam uma lógica de convivência totalmente diferenciada, daquilo que se convencionou denominar de individualização urbana, para caracterizar um modo de vida típico das pessoas de renda mais elevadas que habitam em bairros dotados de boa infraestrutura.

A criação de vários tipos de animais no espaço público, alguns deles de forma coletiva, muito mais do que hábitos rurais praticados por urbanos, é um exemplo eloquente de como essas práticas podem ter uma permanência por tempos mais longos, no espaço público, sem conflitos significativos. E essa rua em que se criam animais, pode ser a mesma rua que se enfeita de bandeirolas de São João, pode ser

a rua marcada com o jogo de amarelinha dos meninos ou pode ser a rua palco dos paredões¹⁰¹.

Todas essas práticas são eivadas de conflitos, porque os interesse de todos não convergem para mesma prática a um só tempo, mas é inegável o grau de tolerância e capacidade da grande maioria para negociar esses conflitos e estas tensões.

Essa é uma realidade totalmente diferenciada das práticas dos bairros com qualidade e maiores densidades de serviços, que têm populações moradoras que estabelecem relações frágeis e formais com os vizinhos. Essa é a empiria que fundamenta a presença do período popular da história em Salvador e que pode ser proposto como possibilidade para as grandes cidades brasileiras. São práticas resultantes do uso do território, que faz do lugar um espaço de intensa comunicação, induzida por uma realidade fundada na necessidade.

Nenhuma prática aqui descrita, analisada e comparada, é algo isolado. Todas elas partem de um mesmo movimento. Independe se uma prática tem suas origens em práticas rurais ou em práticas advindas de períodos em que a população da cidade era em pequeno número, o que importa neste presente é a comunicação entre os pobres ressignificando-as, através dos parentes e dos vizinhos, e fazendo a liga entre elas como o anúncio de um novo período histórico que se avizinha.

¹⁰¹ Bailes de jovens que se caracterizam pela ocupação da ruas por carros com caixas de som potentes.

CONCLUSÃO

A semente desta pesquisa começou a germinar ao ler o professor Milton Santos, que em uma entrevista disse que havia muito dinheiro para se estudar a violência entre os pobres, mas faltavam recursos e acadêmicos para estudarem a solidariedade entre eles. Este foi o desafio primeiro desta investigação, sobretudo porque a ideia da pobreza como algo a ser superado é algo arraigado em uma determinada elite acadêmica de esquerda, como fruto da história de uma formação e, ademais, os lugares de moradia dos pobres nas grandes cidades brasileiras, nas últimas décadas, conheceu o estabelecimento do crime organizado dos traficantes de drogas, das milícias e uma violência da polícia sem precedentes, que não permitia enxergar solidariedades entre os pobres de uma forma que pudesse apontar para a possibilidade, a partir da pesquisa da vivência dos pobres, de um novo período da história.

Este instigante marco inicial, ao tempo que trouxe a paixão, trouxe também muitas preocupações. Era preciso, para construir esta pesquisa, desmanchar muitos “consensos” sobre a história da Cidade e proposições teóricas para outras cidades e lugares do mundo. Mais que isso, era necessário abordar de forma crítica, colegas com produções e histórias acadêmicas muito mais densas e importantes socialmente que a deste pesquisador. E desmanchar consensos é sempre uma tarefa hercúlea para qualquer professor que pesquisa, sobretudo se este sente o peso de quarenta anos de trabalho, sem ter uma vida acadêmica genuína, na medida em que chegou na academia aos quarenta anos, depois de passar vinte anos trabalhando com o ensino fundamental e médio e atividades técnicas ligadas ao campo e ao rural.

Era preciso dizer que Salvador urbana era maior do que a Salvador urbana da maior parte do que a literatura dizia, era preciso dizer que só uma parte das terras da Cidade, no século XX, foram integradas ao circuito capitalista, que o EPUCS, depois de setenta anos de lutas, clamava por alguma crítica, que havia um enfoque da violência que encobre a ausência histórica do Estado, que a classificação dos pobres, quando não leva em consideração os fatores condicionantes e condicionados geográficos e culturais, incorre em equívocos no entendimento da realidade.

Era preciso estudar bairros, dizer que estes são reuniões de lugares, sem cair na tentação localista de separá-los da cidade ou da metrópole, era necessário criar um conceito de “aglomerado de bairros” que não se confundisse com os “aglomerados

subnormais” do IBGE, para descrever e analisar agregados de bairros que se diferenciavam da Cidade e do bairro, como formações intermediárias. Era preciso dizer que os bairros populares de Salvador, com formações desde o início do século XX, que ficaram excluídas da “cidade legal”, sempre foram lugares de conflitos, mas, mais que isso, sempre foram de intensa comunicação dos pobres.

Estas tarefas eram um convite ao abandono da ideia, mas a certeza de que o trabalho acadêmico, por mais desafios que apresente, muito menos do que trazer certezas, busca fazer prospecções, questionar verdades e, sobretudo, criar possibilidades para novos caminhos. Se levou em frente o projeto de se encontrar uma empiria do período popular da história nas vivências dos pobres dos bairros populares da cidade de Salvador e poder projetar caminhos para a compreensão de outras vivências dos pobres na grande cidade e nas metrópoles.

A primeira dificuldade foi encontrar uma literatura que se alinhasse ao conceito Miltoniano de pobreza relativa. A maior parte da literatura sempre trabalhou a pobreza como algo absoluto, em uma condição a-histórica e muito menos geográfica, presa a indicadores de renda e de consumo e não a partir das desigualdades geográficas e históricas. É comum encontrar pesquisas que apresentam, por exemplo, ligações de água, luz, esgoto, nos bairros populares, da mesma forma como apresentavam há algumas décadas, sem atentar para o fato de que, em grande parte das grandes cidades e metrópoles brasileiras, esses indicadores, na medida em que foram praticamente universalizados, não mais interessam ao estudo da pobreza. Eles agora fazem parte, com justiça, dos relatórios técnicos dos governos. Interessam agora, para a academia, indicadores derivados destes, como os dias que se têm interrupções no fornecimento de água e luz e os dias nos quais uma ligação de esgoto avariada pode passar com água escorrendo a céu aberto sem os devidos reparos. Ligações de internet, que foram um indicador importante na medição da pobreza, hoje é um indicador esmaecido diante do aumento destas ligações. O que pode ser um indicador, hoje, é a velocidade da internet e a capacidade do usuário de fazer conexões em movimento. Pobre é um conceito histórico, por isso relativo, por isso se defende como um conceito mutante.

O conceito de pobre trabalhado nessa pesquisa buscou fugir desses apelos fáceis que conduzem a interpretações maniqueístas e positivistas da realidade, tratando a pobreza como algo não vinculado exclusivamente à renda e a condições de moradia, mas como algo que depende também de exterioridades. Os pobres do

passado recente tinham pouco esgoto, não tinham ligações de luz nem de água, mas não tinham, por exemplo as doenças advindas do mosquito *aedes*, dengue, zica e chikungunya, pelo fato de o bairro popular ser muito mais vulnerável ao mosquito transmissor. Ser pobre é ser desigual. Ser pobre é não ter possibilidades de alcançar a globalização presente na sua completude. Ser pobre é buscar outra globalização como possibilidade.

Os conceitos de bairro trazidos pelos poucos autores geógrafos da literatura internacional e nacional, ao tratarem o tema, salvo raras exceções, não reconheciam o bairro popular como um lugar nem como espaço de vivência. Para muitos desses autores o bairro só é reconhecido a partir de características tradicionais do urbanismo. Um bairro com todas as condições de higiene e saúde; ou até reconhecendo o bairro popular como um bairro, mas desde que não tenha as quadrilhas dos traficantes de drogas, porque aí passaria a ser tecido social fragmentado ou simplesmente os aglomerados subnormais do IBGE. Esse foi mais um obstáculo da literatura a esta pesquisa.

Então, como buscar um conceito de bairro popular? A literatura “viciada” em classes de renda começou a perceber algumas modificações nos seus caros indicadores fixos e passou a propalar o surgimento de uma nova “classe média” nos bairros populares. O bairro popular, para esta literatura, seria então um espaço de grandes diferenciações e, por isso, como não poderia abrigar as diferenças atuais, não seria um conceito que pudesse ser aplicado e, por isso, não seria operacional. A resposta a esta literatura foi dada com mais pesquisa e com a firme noção da relatividade do conceito de pobre e de pobreza como fio condutor, foi costurado um conceito de bairro popular como algo vinculado a um modo de vida. O bairro popular, independentemente da renda dos seus moradores é um espaço com fraca presença do Estado e é a partir daí que a diferença de renda tem um menor peso. Um morador de um bairro popular que possui um automóvel é diferente de outros moradores que habitam o bairro popular, mas participa de uma exterioridade comum. Boa parte desses moradores não possuem garagens nas suas casas, seus carros têm um tempo de uso muito maior e, mais que isso, esses moradores não têm a “liberdade” de se deslocar com o automóvel da forma como se deslocam os grupos de rendas mais elevadas, porque as suas rendas não conseguem alcançar um cotidiano de mobilidade através do automóvel. E ainda se considere que muitos proprietários de automóveis prestam socorro a vizinhos na condução para atendimentos médicos de

emergência e dão carona em situações de dificuldades dos vizinhos. O bairro popular é o lugar onde, independentemente da renda dos seus moradores, pode irromper um tiroteio entre grupos rivais de traficantes e a polícia pode entrar atirando em uma rua sem qualquer aviso prévio. É um lugar onde, na maior parte das suas ruas, não há recolhimento de lixo nas portas dos moradores, que muitas vezes caminham carregando o seu lixo, por até 800 metros. Isso tudo é equalizado nas estatísticas oficiais que unificam a informação através do indicador “lixo coletado”. É importante saber ainda que o lixo jogado pelas pessoas nos contêineres ou em alguma rua pode passar dias e dias sem ser recolhido. Constata-se que, por exemplo, vários açougues fazem descartes de rejeitos diários, e, não raro, as pessoas ao tentarem eliminar o mau cheiro, ateam fogo ao lixo e este pode passar horas ardendo em chamas e exalando fumaça tóxica do material plástico ali contido. Essa fumaça ocorre com uma certa regularidade e não poupa as pessoas de renda ou de maiores posses dos bairros populares. Ela também unifica.

Um bairro popular pode até ser planejado, como o foi boa parte dos bairros Cajazeiras, mas ao tempo em que foi cercado por invasões, ele passa a receber todas as influências que as ocupações espontâneas carregam no seu cotidiano e também sofre a ausência do Estado. O primeiro cartório do Aglomerado de Bairros Cajazeiras foi inaugurado no dia 17 de abril de 2017, depois de mais de 35 anos que se inaugurou a primeira unidade planejada do aglomerado e a primeira agência bancária data de 17 de janeiro de 2001. Esses são indicadores muito mais eficazes na medição de desigualdades territoriais e são eles, principalmente, que ancoraram fortemente a parte objetiva desta pesquisa.

Para a construção do conceito de bairro popular era preciso também enfrentar outra discussão. A ideia de que existem separações teóricas e práticas entre bairro popular, favela, vila, comunidade, avenida, invasão, ocupação. Essas separações se mostram como uma ideologia fragmentadora da ideia de bairro popular. Existem muitas diferenças entre os moradores dos bairros populares, como já foi amplamente discutido aqui, mas essa separação é fragmentadora da vida em comum que unifica esses diferentes. Existem denominações que são apenas regionais e denominações que podem até refletir diferenças de condições individuais de acesso a bens materiais e de consumo, mas todas essas denominações e diferenças, na compreensão desta pesquisa, foram incorporadas no conceito de bairro popular, pelo fato de existir uma vida em comum que equaliza essas diferenças na questão do conceito.

Na parte subjetiva, o bairro popular é definido a partir do próprio fundamento dessa pesquisa, as relações de vizinhança e parentesco como estratégias de sobrevivência e transformação da realidade. Estas práticas, que são em várias dezenas, foram comprovadas em três aglomerados e um bairro popular da Cidade, estrategicamente escolhidos pelo tempo de formação, localização em relação ao sítio e até pelas diferenças entre si e por suas diferenças internas. Nos aglomerados Subúrbio Ferroviário e Cajazeiras e no Bairro da Paz se investigou essas práticas, durante três anos, reunindo-se com associações e grupos de natureza diversas, além de aplicar questionários com perguntas fechadas. E essas escolhas foram, mais que tudo, uma fuga de possíveis insinuações de uma investigação localista que separa o bairro da cidade, considerando que o principal lugar de pesquisa foi o Aglomerado Nordeste de Amaralina. Embora aqueles lugares tenham dado uma dimensão do fenômeno como cidadão e metropolitano, a pesquisa cotidiana foi realizada neste Aglomerado, onde se pôde verificar muitas vezes as tênues fronteiras entre as relações de vizinhos como estratégia de sobrevivência e a manifestação política, tanto nas questões locais como em questões nacionais.

Os vizinhos acham formas alternativas de contornar a ausência do Estado em políticas de creches, mas fazem reivindicações políticas pelas creches, fazem o bloco de carnaval para desfilarem no bairro, mas, ao serem impedidos de continuar pela polícia, o bloco se transmuta em manifestação radicalizada. Os vizinhos estabelecem uma forma de convivência com a polícia armada e o tráfico armado, não se aliando a nenhum dos dois lados e ainda achando maneiras de exercer pressão política em ambos. Os vizinhos contornam conflitos entre si e se ajudam, passeiam juntos, praticam exercícios físicos juntos, colhem frutas no Parque juntos, se reúnem com os seus passarinhos, se reúnem para jogar futebol, se reúnem para dançar, se reúnem nas passeatas que queimam pneus e interrompem o trânsito, se reúnem no Vale das Pedrinhas pra ver cinema, desde o tempo que a Missionária Ana Sironi trouxe uma máquina de projeção da Itália e fez o único e primeiro cinema em sala fechada na história do bairro, na Paróquia Santo André, sendo depois proibida pelo Cardeal de fazer sessão de cinema na igreja.

Superado o desafio de ligar conceitos tão distantes de um “estado de arte acadêmico atual” sobre pobre, pobreza, bairro, bairro popular, a pesquisa trilhou para buscar um entendimento da formação desses bairros populares na cidade de Salvador. Buscou-se problematizar a ideia de uma Salvador urbana e uma Salvador

rural bem definidas no período colonial, mesmo porque uma parte da historiografia mostrava uma cidade com muitas comunicações náuticas, que mudavam substancialmente as ideias de distância e cotidiano que boa parte do pensamento “rodoviarista” do século XX e XXI não conseguiu introjetar. A Salvador do século XVIII e XIX, segundo viajantes, tinha até 1.400 barcos ancorados na Orla da Baía de Todos os Santos, o que possibilitava uma nova forma de interpretação, uma nova ideia de Salvador, como uma cidade que tinha um urbano muito maior do que uma expressiva parte da historiografia defendia sobre a formação da cidade. Essa pesquisa fez coro com aqueles que questionam o tamanho da população de Salvador desta época. Por ter sido um dos portos mais importantes da América sua imensa população flutuante não era contabilizada. Acrescente-se o fato de Salvador ter sido um dos maiores centros do comércio e distribuição de escravizados da América e esses negros, quando chegavam da África, vinham muito debilitados pelas condições da viagem e precisavam ficar um bom tempo de quarentena para recuperar o físico e poder serem vendidos a preços mais elevados. Esses são elementos que possibilitam afirmar que o tamanho da área urbanizada da Soterópolis era bem mais abrangente do que a maior parte da literatura propõe e, por isso, foi possível propor uma origem de bairros populares em uma dimensão bem maior do que é comumente revelado.

Também se questionou o “consenso” de que o século XX trouxe a libertação das amarras do período colonial e fez uma integração das terras municipais ao mercado capitalista. Essa é apenas uma meia verdade, na medida em que o instituto do laudêmio sobrevive em vários bairros da cidade, inclusive em um bairro considerado nobre, como a Graça, e algumas áreas do Rio Vermelho, assim como foros de “terrenos de marinha” e muitas integrações de terras ao mercado de terras urbanas, mesmo nas áreas da Pituba e Amaralina, só se efetivaram em meados da década de 1950. Registre-se, ainda, que uma grande parte das terras da Cidade é ocupada por habitações que não possuem título de propriedade, ou seja, ainda hoje não podem ser integradas, de forma plena, ao mercado capitalista de terras.

É inegável que, depois da década de 1940, há uma intensificação do mercado de terras, que se expressa nas compras e transações ilícitas de fazendas que vão ter o papel de uma reserva de terras pelos capitalistas à espera das grandes intervenções públicas na abertura de vias, que se inicia com a construção da Salvador “moderna”: com a abertura da avenida Amaralina, em 1949, que tem a influência do pensamento modernista da Semana de Urbanismo e do EPUCS, escritório que sempre foi saudado

com louvor pelo pensamento acadêmico local em seus conceitos urbanísticos, mas que forja uma intervenção do Estado que abre grandes avenidas para os automóveis, sem corredores de transporte de massa, sem calçadas e até sem recuos para pontos de ônibus. E, enquanto isso, os migrantes chegavam em multidões e sem ter lugar para morar, invadiam encostas e terras públicas e privadas, criando muitos bairros populares com a forma já descrita acima, completamente dissociados do urbanismo modernista que, em verdade, nunca teve alternativas concretas para a situação dos pobres da cidade em seus planos.

A pesquisa foi composta por muitas leituras de livros acadêmicos, leitura de livros de ativistas, leitura cotidiana de sítios produzidos nos bairros, questionários de respostas fechadas, entrevistas abertas, com um público variado. Mas, o mais importante para a pesquisa foi habitar no bairro Santa Cruz e ser reconhecido muito mais como um morador do bairro do que um pesquisador. Isso foi um fator facilitador nas observações e nas entrevistas, pelo fato de as pessoas não se sentirem inibidas ante a minha presença. Participei de muitas reuniões em todas áreas trabalhadas, reuniões promovidas por associações, políticos, agentes do Estado, organizações não-governamentais, grupos culturais. A vivência foi tão presente, que fui umas das pessoas nomeadas para compor o Fórum Consultivo da Gestão do Parque Joventino Silva, espaço público limítrofe com o bairro Santa Cruz.

E sigamos com as tramas e trilhas dos pobres soteropolitanos.

A teia destas relações de parentesco e vizinhança provavelmente tem suas bases fincadas desde o período colonial, quando os negros livres constituíam sociedades e irmandades para arrecadarem dinheiro e comprar alforrias de escravizados. O candomblé atuou como religião e como lugar de construção de laços entre vizinhos próximos e distantes, onde as inúmeras manifestações de rebeldia negra e indígena ajudaram a soldar uma comunicação transformadora na população de Salvador, Espaços inspirados nas formações quilombolas, mesmo aqueles efêmeros, gestaram uma solidariedade que sempre foi expressão de resistência às opressões.

Esta trama de relações é o instrumento de superação de um cotidiano que reclama a sobrevivência e é ela o que permite os saltos políticos que fizeram de Salvador, na década de 1980, um fenômeno em relação às associações formais e que hoje tem que buscar estratégias para superar o grande número destas associações aparelhadas por políticos com objetivos eleitorais.

Uma comunicação que permitiu aos pobres dos bairros populares de Salvador trazerem, desde o século XIX, as batucadas e os afoxés para as ruas centrais da cidade, como diversão e como manifestação política. E, na década de 1930, depois das intensas repressões aos ritmos do candomblé, se transmutaram em blocos de travestidos que também sofreram intensa repressão e que hoje se expressam em um crescimento do baba e do baleado do vinho nas ruas do Aglomerado de bairros Nordeste de Amaralina. E, na década de 1970/80, com o Ilê Aiyê, Olodum e Malê Debalê, a partir das relações de vizinhos em seus bairros, criaram um movimento político que mudou a face do carnaval de Salvador até o início da década de 1990. E que, mais tarde, foi capturado pela cultura de massas, mas sempre se refazendo apoiado nas relações dos parentes e vizinhos.

Comunicação que permite, em uma cidade que apresenta uma grande quantidade de assaltos a ônibus, aos passageiros de determinadas linhas fazer festas de aniversários nos veículos coletivos, com bolos, salgadinhos e coros de parabéns. É a comunicação dos pobres que trama o período popular da história em Salvador, em uma perspectiva geográfica e histórica. São práticas de vizinhança e parentesco que se fazem e refazem, a depender de conjunturas e comandos políticos dos agentes hegemônicos do meio técnico-científico-informacional.

Teorizar sobre as relações de vizinhança e parentesco é o objetivo desta pesquisa, mas, como já foi registrado ao longo desse trabalho, é importante dizer, neste momento de conclusão, que os conflitos e violências existem e que estabelecem uma tensão cotidiana, que é própria da dialética da existência.

O tráfico de drogas gera situações de violência e medo. E promovem execuções de jovens em suas disputas territoriais, mas esta situação vai muito além do tráfico. Parte das ações malsucedidas do Estado em vários setores, como segurança pública, saúde, educação, por exemplo, que são colocadas na responsabilidade do tráfico. Em muitas ocasiões é conveniente aumentar o tamanho do problema do tráfico e isso termina por legitimar grupos de extermínio e as mortes de jovens sob a responsabilidade da polícia, que é o braço da segurança pública do Estado.

A violência nas famílias é algo sem mensurações confiáveis, mas sabe-se e percebe-se como de grande dimensão. É significativa a violência contra a mulher e pais que batem em seus filhos, e, fora das famílias, a gravidez das adolescentes é um problema familiar sério, mas muitas adolescentes que foram mães muito cedo, têm os

seus problemas atenuados pela forte presença das avós, que cuidam dos seus netos bebês, reabrindo janelas no futuro para suas filhas. É presente também conflitos entre vizinhos, em algumas ocasiões, gerando até homicídios, mas essas ocorrências não conseguem superar um sistema de vizinhança diversificado e complexo, que alcança pessoas de todas as idades e é costurado por um dia a dia que reforça as práticas de solidariedade e constrói novas práticas, a partir das imposições das necessidades produzidas pelas verticalidades dos segmentos hegemônicos da atual ordem política mundial.

Brincar na rua seria algo banal, se a rua, segundo os postulados do urbanismo modernista, não fosse algo que se precisasse matar. A rua nos bairros populares de Salvador e das grandes cidades brasileiras é uma resistência a estes postulados. É um lugar em que há um pulsar de resistências diversas: brincar, comprar, mercar, caminhar, protestar, flamar, conversar, beber, comer. A rua também é lugar de medo, de conflitos. A rua é a vida em seus pulsares. A rua pode ser também um lugar de cachorros, cavalos, galinhas e passarinhos, assumindo uma ecologia que subverte cotidianamente as imposições e lógicas das verticalidades.

Passear com vizinhos para cidades a mais de 3 mil quilômetros ou para passar um dia nas praias mais distantes da cidade, ou ainda para fazer passeios “culturais” por espetáculos na noite da metrópole, contraria a lógica da individuação urbana tão propalada na literatura que, em verdade, é uma literatura que pesquisa os setores de renda média e alta integrados ao circuito do capital.

A balas perdidas de hoje, as vidas dos jovens ceifadas por balas do tráfico e da polícia são as vidas perdidas pelos esgotos a céu aberto, pelos partos não assistidos, pela tuberculose advinda da fome do passado. A resistência de ontem e de hoje têm algo em comum, as relações de vizinhança e parentesco que forjam um presente de tensão, eivado de medos, alegrias, choros, festas, e anuncia um futuro com muito menos tensões. Um futuro de razão e emoção.

REFERÊNCIAS

ABREU, Maurício de Almeida. Apropriação do Território no Brasil Colonial. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Org.). **Explorações Geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

AGNEW, John et al. Cidades-Regiões Globais. **Espaço & Debates**, São Paulo, n. 41, p. 11-25, 2001.

AMIN, Samir; HOUTART, François (Org.). **Mundialização das Resistências: o estado de lutas**. São Paulo: Cortez, 2003.

ANTONIL, Cultura e Opulência do Brasil por suas Minas e Drogas. Texte de l'édition originale de 1711. Traduction française et commentaire critique par A. MANSUY. Paris, Travaux et Mémoires de l'Intituts des Hautes de l'Amérique Latine, N°21, 1968.

ARAÚJO, James Amorim. **Modernização capitalista e reprodução social da Classe trabalhadora na periferia de Salvador/BA: O Pero Vaz e as formas e práticas derivadas da escravidão**. 322f. Tese (Doutorado em Geografia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

AZEVEDO, Thales de. Povoamento da Cidade do Salvador: Evolução Histórica da Cidade do Salvador. Vol. III. Publicação da Prefeitura Municipal do Salvador, comemorativa do IV Centenário da Cidade. Salvador: Tipografia Beneditina Ltda, 1949.

AZEVEDO, Thales de. Os Censos do século XVIII. **Revista Brasileira de Estatística**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 64, p. 339-345, 1955.

BENKO, Georges. Local versus Global in Social Analysis: Some Reflexions. In: KUKLINSKI, Antoni. **Globalty versus Locaty**, Warsaw Institute de Space e Economy/University of Warsaw, 1990.

BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do Pensamento Marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988.

BRANDÃO, Maria de Azevedo. Salvador: da Transformação do Centro `Elaboração das Periferias Diferenciadas. In: LIMA, Paulo Costa et al (Org.). **Quem faz Salvador?** Salvador: UFBA, 2002.

CALMON, Pedro. **História da Fundação da Bahia**. Salvador: Museu do Estado da Bahia, 1949.

CERQUEIRA, Monique Borba. **Pobres, Resistência e Criação**. São Paulo: Cortez, 2010.

CHAUÍ, Marilena. **Conformismo e Resistência**: aspectos da cultura popular no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1986.

CONDER. Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia. Painel de informações: dados socioeconômicos do município de Salvador por bairros e prefeituras-bairro/Sistema de Informações Geográficas Urbanas do Estado da Bahia (INFORMS – Org.). 5 ed. Salvador: CONDER/ INFORMS, 2016.

DAVIS, Mike. **Planeta Favela**. São Paulo: Boitempo, 2006.

DIAS, Clímaco. **Carnaval de Salvador**: mercantilização e produção de espaços de segregação, exclusão e conflito. 195 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2002.

DIAS, Jussara Cristina Rego. **Territórios do Candomblé**: desterritorialização dos terreiros na região metropolitana de Salvador. 174 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2003.

FIGUEIREDO, Glória Cecília dos Santos. **Tramas de transferências de imóveis em Salvador**: a construção social do valor da cidade. 396 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 2**: O Uso dos Prazeres. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2007.

GIRIBOLA, Maryana. Via Expressa Baía de Todos os Santos. Disponível em: <<http://infraestruturaurbana.pini.com.br/solucoes-tecnicas/34/artigo302591-1.aspx>>. Acesso em: maio de 2014.

GOTTDIENER, Mark. A Teoria da Crise e a Reestruturação Sócio-Espacial: o Caso dos Estados Unidos. In: VALLADARES, Licia; PRETECEILLE, Edmond (Org.). **Reestruturação Urbana**: Tendências e Desafios. São Paulo: Nobel/IUPERJ, 1990.

HABERMAS, Junger. **A crise de legitimação do capitalismo tardio**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1980.

HALL, Peter. **Cidades do amanhã**. São Paulo: Perspectiva, 1995.

HARVEY, David. Do gerenciamento ao empresariamento: a transformação da administração urbana no capitalismo tardio. **Revista Espaço & Debates**, São Paulo, n. 39, p. 48-64, 1996.

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna**. 7. ed. São Paulo: Loyola, 1998.

HARVEY, David. **Espaços de Esperança**. São Paulo: Loyola, 2004.

HOWARD, Ebenezer. **Cidades-jardins de Amanhã**. São Paulo: HUCITEC, 1996.

JACOBS, Jane. **Morte e Vida de Grandes Cidades**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

JAMESON, Fredrich. O pós-modernismo e a sociedade de consumo. In: KAPLAN, Ann E. (Org.). **O mal-estar no pós-modernismo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor, 1993.

JUNIOR, José. **Da Favela para o Mundo**: a história do grupo cultural Afro Reggae. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006.

KOGA, Dirce. **Medidas de Cidades**: entre os territórios da vida e territórios vividos. São Paulo: Cortez Editora, 2003.

KUSCH, Rodolfo. **Obras Completas**. Rosário: Fundación A. Ross, 2009.

LEITE, Maria Angela Faggin Pereira. **Milton Santos- Encontros**. Rio de Janeiro: Ática, 2007.

LINHA Viva é uma obra desnecessária que aumenta a exclusão social, afirma Hilton Coelho (PSOL). Disponível em: <<http://www.hiltoncoelho.com.br/linha-viva-e-uma-obra-desnecessaria-que-aumenta-a-exclusao-social-afirma-hilton-coelho-psol/>> Acesso em: dezembro de 2014.

LORDELO, Eulina Rocha; CARVALHO, Ana Maria Almeida; KOLLER, Silvia Helena. (Org.). **Infância Brasileira e Contextos de desenvolvimento**. Edufba: Salvador, 2002.

MARX, Karl. **O dezoito de Brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **O Manifesto Comunista**. Disponível em: <<http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/manifestocomunista.pdf>>. Acesso em 2015.

MATTOSO, Kátia M. de Queirós. **Bahia**: a cidade do Salvador e seu mercado no século XIX. São Paulo: Hucitec, Co-Edição Secretaria Municipal de Educação e Cultura da Prefeitura Municipal de Salvador, 1978.

MATTOSO, Kátia M. de Queirós. **Bahia século XIX**: uma província no império. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1992.

MELO, Joaquim. **Viva Favela!** Os pobres assumem seu próprio destino. São Paulo: Ideias & Letras, 2014.

MOURA, Milton Araújo. **Carnaval e Baianidade**: Arestas e curvas na coreografia de textos identitários do carnaval de Salvador. Tese de doutorado – Programa de Pós-graduação em Comunicação e Cultura Contemporâneas, FCOM/UFBA, Salvador, 2001.

NASCIMENTO, Anna Amélia Vieira. **Dez freguesias da cidade de Salvador**: aspectos sociais e urbanos do século XIX. Salvador, FCEBA/EGBA, 1986.

NOGUEIRA, Ricardo. Foro: A imoralidade congênita de uma cobrança municipal de Salvador-BA. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/35093/foro-a-imoralidade-congenita-de-uma-cobranca-municipal-de-salvador-ba>>. Acesso em: 29 de setembro de 2015.

NUNES, Guida. **Favela: resistência pelo direito de viver**. Petrópolis: Vozes, 1980.

OLIVEIRA, Rafael Soares de. **Feitiço de Oxum: Um estudo sobre o Ilê Axé Iyá Nassô Oká e suas relações em rede com outros terreiros**. 395 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2005.

PEDROSA, Fernanda et al. **A violência que oculta a favela**. Porto Alegre: LPM, 2003.

PEIXOTO, Celia Simões; CALDAS, Euda Maria. Boletim Baiano de Geografia. Salvador: Laboratório de Geomorfologia e Estudos Regionais, 1965

PEREIRA, Luanda Luena Nascimento Nunes. **Os Bakongos de Angola: Etnicidade, religião e parentesco num bairro de Luanda**. Rio de Janeiro: Contra Capa; Faperj, 2015.

RAYNAUD, Jean-Marc; NOËL, Roger. Viva a Comuna! In: BOINO, Paul; BOOKCHIN, Murray; ENCKELL, Marianne. **O Bairro, a Comuna, a Cidade... Espaços Libertários!** São Paulo: Editora Imaginário, 2003.

RECLUS, Élisée. **O Homem e a Terra: Educação**. Rio de Janeiro: Editora Imaginário, 2010.

RECLUS, Élisée. **A evolução, a revolução e o ideal anarquista**. Rio de Janeiro: Editora Imaginário, 2011.

RÊGO, Jussara Cristina Vasconcelos. Territórios do Candomblé: desterritorialização dos terreiros na região metropolitana de Salvador. **GeoTextos**, Salvador, vol. 2, n. 2, p. 31-85, 2006a.

RÊGO, Jussara Cristina Vasconcelos. The Socio-Educational Activity of the 'Terreiro' Ilê Axé Omin Funkó. In: *TYNDALE, Wendy R. (Org.): Visions of Depelopment Faith-Based Initiatives*. Ed. Ashgate Publishing Limited, p. 37-43. Hampshire, 2006b.

SAMPAIO, Teodoro. **História da Fundação da Cidade do Salvador**. Salvador: Tipografia Beneditina Limitada, 1949.

SAMPAIO, Antonio Heliodorio Lima. **Formas urbanas: Cidade real e cidade ideal**. Salvador: Quarteto Editora, 1999.

SAMPAIO, Antonio Heliodorio Lima. **Formas urbanas: Cidade real e cidade ideal**. 2. ed. Salvador: Quarteto Editora, 2015.

SANTOS, Claudia; SERPA, Angelo. Boca do Rio: um Bairro Dividido. In: SERPA, Angelo (Org.). **Cidade Popular: Trama de Relações Sócio-Espaciais**. Salvador: Edufba, 2011.

SANTOS, Elizabete et al (Org.). **O caminho das águas em Salvador: bacias hidrográficas, bairros e fontes**. Salvador: CIAGS/UFBA,SEMA, 2010.

SANTOS, José Eduardo Ferreira. **Acervo da Laje**. Memória estética e artística do Subúrbio Ferroviário de Salvador, Bahia. São Paulo: Scortecci Editora, 2014.

SANTOS, Milton. Boletim Baiano de Geografia. Salvador: Laboratório de Geomorfologia e Estudos Regionais, 1965.

SANTOS, Milton. **O Espaço Dividido**. Rio de Janeiro: Editora Francisco Alves, 1979.

SANTOS, Milton. **Espaço e Sociedade**. 2. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1980.

SANTOS, Milton. **Metrópole corporativa fragmentada: o caso de São Paulo**. São Paulo: Nobel, 1990.

SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão**. 3. ed. São Paulo: Nobel, 1996.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**. 5. ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço e tempo: globalização e meio técnico-científico informacional**. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1998.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**. São Paulo: Record, 2000a.

SANTOS, Milton. **Território e sociedade: entrevista com Milton Santos**. São Paulo: Editora da Fundação Perseu Abramo, 2000b.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2001.

SANTOS, Milton. **Por uma Geografia Nova: da crítica da Geografia a uma Geografia Crítica**. São Paulo: Edusp, 2002a.

SANTOS, Milton. **Testamento intelectual**. São Paulo: Unesp, 2002b.

SANTOS, Milton. **Testamento intelectual: Entrevista por Jesus de Paula Assis**. São Paulo: UNESP, 2004.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo – razão e emoção**. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 2008a.

SANTOS, Milton. **O Centro da Cidade de Salvador**. 2. ed. Salvador: Edufba, 2008b.

SANTOS, Milton. **Pobreza Urbana**. São Paulo: Edusp, 2009.

SARTRE, Jean-Paul. *L'Existentialisme est un Humanisme*. Paris: Les Éditions Nagel, 1970.

SCHEINOWITZ, A. S. O. *Macroplanejamento da Cidade de Salvador*. Salvador: Secretaria da Cultura e do Turismo, Egba. 1998.

SECRETARIA DO TRABALHO, ASSISTÊNCIA SOCIAL E ESPORTE. **Traços e Laços:** Memória da Região Nordeste de Amaralina. Salvador: 2006.

SERPA, Angelo. Margens de Salvador: a Produção do Espaço Periférico Metropolitano. In: LIMA, Paulo Costa et al (Org.). **Quem faz Salvador?** Salvador: UFBA, 2002.

SERPA, Angelo. Ativismos Socioculturais nos Bairros Populares de Salvador: Relações entre Cultura e Política na Articulação de Novos Conteúdos para a Esfera Pública Urbana. **Revista Cidades**, São Paulo, vol. 6, n. 9, 2009.

SERPA, Angelo, **Lugar e Mídia**. São Paulo: Contexto, 2011.

SETPS. De lá para cá em Salvador. Reportagem-História da Mobilidade Urbana na Primeira Capital do Brasil. Salvador: Viver Projetos Editoriais, 2010.

SILVA, Maria Auxiliadora da. Boletim Baiano de Geografia. Salvador: Laboratório de Geomorfologia e Estudos Regionais, 1965.

SOARES, Bruno Carvalho; SERPA, Angelo. A realidade das Manifestações Culturais nos Bairros Populares de Salvador: Festa de Reis, Bumba-meu-boi, Berimbalada e Ilê Aiyê. In: SERPA, Angelo (Org.). **Cidade Popular:** Tramas de Relações Socioespaciais. Salvador: EdUFBA, 2007.

SORJ, Bernardo; GUEDES, Luiz Eduardo. **Internet na favela:** Quantos, quem, onde, para quê. Rio de Janeiro: Gramma, 2005.

SOUZA, Angela Gordilho. As Cidades na Cidade. In: LIMA, Paulo Costa et al (Org.). **Quem faz Salvador?** Salvador: UFBA, 2002.

SOUZA, Angela Gordilho. **Limites do Habitar:** Segregação e exclusão na configuração urbana contemporânea de Salvador e perspectivas no final do século XX. Salvador: EDUFBA, 2008.

SOUZA, Flávia Silva de; SERPA, Angelo. Caracterização sócio-econômica e cultural de um bairro popular em Salvador: o caso de Paripe, no Subúrbio Ferroviário. In: SERPA, Angelo (Org.) **Cidade Popular:** Trama de relações sócio-espaciais. Salvador: EDUFBA, 2007.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **O desafio Metropolitano:** Um Estudo sobre a Problemática Sócio-espacial nas Metrôpoles Brasileiras. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Mudar a cidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

SOUZA, Maria Adélia Aparecida de. **A identidade da Metrôpole**. São Paulo: Hucitec, 1994.

TEIXEIRA, Cid. As grandes doações do 1º governador. Terras do Rio Vermelho ao Rio Joanes: Conde da Castanheira, Garcia D'Ávila e Senado da Câmara. TEIXEIRA, Cydelmo (Coord.). **A Grande Salvador**. Posse e Uso da Terra. Projetos Urbanísticos Integrados. Salvador: Governo do Estado da Bahia, 1978.

VALLADARES, Lícia do Prado. A propósito da urbanização de favela. In: **Espaço e Debates**, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 5-18, 1981.

VALLADARES, Lícia do Prado. Cem anos pensando a pobreza (urbana) no Brasil. In: BOSCHI, Renato (Org.). **Corporativismo e desigualdade**: a construção do espaço público no Brasil. Rio de Janeiro: IUPERJ, Rio Fundo, 1991, p. 81-122.

VALLADARES, Lícia do Prado. A gênese da favela carioca: a produção anterior às ciências sociais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**: Rio de Janeiro, v.15, n.44, p.5-34, 2000.

VALLADARES, Lícia do Prado. Favela.com. In: FORUM AMERICA LATINA HABITAR 2000, 2001, Salvador. **Anais...** Salvador, 2001.

VALLADARES, Lícia do Prado. **A invenção da favela**: do mito de origem da favela. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

VASCONCELOS, Pedro de Almeida. Os Agentes Modeladores das Cidades Brasileiras. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Org.). **Explorações Geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

VIANNA, Angela Ramalho. Estratégias de Sobrevivência em um Bairro pobre de Salvador. Petrópolis: Vozes-CEBRAP, 1980.

VILHENA, Luís dos Santos. Recopilação de Notícias Soteropolitanas e Brasília. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1802.

APÊNDICE

APÊNDICE I - Tabela 22 - População total residente acima de 15 anos, não alfabetizada, por sexo, segundo os bairros do município de Salvador (1991-2010)

Localidade	População residente acima de 15 anos não alfabetizada (%)			Homens acima de 15 anos não alfabetizados (%)			Mulheres acima de 15 anos não alfabetizadas (%)		
	1991	2000	2010	1991	2000	2010	1991	2000	2010
Salvador	9,84	6,28	3,97	8,1	5,53	3,52	11,3	6,92	4,34
Prefeitura-bairro II – Subúrbio/Ilhas	13,96	8,84	5,92	11,08	7,87	5,32	15,98	9,73	6,44
Alto da Terezinha	18,68	10,24	5,95	16,03	8,54	5,4	21,21	11,83	6,42
Coutos	11,32	6,96	5,16	9,2	6,21	4,49	13,28	7,63	5,74
Fazenda Coutos	24,46	12,78	8,75	21,08	11,32	7,29	27,56	14,14	10,01
Itacaranha	9,1	5,81	4,09	6,62	4,48	3,56	11,48	7,03	4,54
Nova Constituinte	28,82	15,58	9,29	28,23	15,22	8,94	29,41	15,93	9,61
Paripe	12,21	8,32	5,61	10,13	7,16	5,05	14,16	9,39	6,1
Periperi	9,48	6,72	5,17	7,57	5,82	5,01	11,18	7,51	5,3
Plataforma	9,68	5,72	4,3	7,04	4,48	3,4	12,05	6,82	5,1
Praia Grande	9,73	5,34	3,6	8,69	4,41	2,86	10,66	6,17	4,24
Rio Sena	18,49	10,52	6,24	15,51	9,15	5,77	21,23	11,82	6,67
São João do Cabrito	17,02	9,97	6,5	14,2	8,78	5,44	19,66	11,07	7,43
São Tomé	14,18	11,2	6,55	13,35	10,28	6,48	15,03	12,12	6,61

Fonte: Painel de informações: dados socioeconômicos do município de Salvador por bairros e prefeituras-bairro. Adaptado por Clímaco Dias.

APÊNDICE II - Tabela 23 - Total de domicílios por espécie de domicílios segundo os bairros do município de Salvador (1991-2010)

Localidade	Total			Particulares Permanentes			Particulares Improvisados			Subnormal		
	1991	2000	2010	1991	2000	2010	1991	2000	2010	1991	2000	2010
Salvador	906.813	1.240.711	1.637.061	890.392	1.225.141	1.622.443	4.230	4.221	2.836	93.220	61.322	524.337
Prefeitura-bairro II – Subúrbio/Ilhas	49.193	68.146	86.809	48.670	67.847	86.396	359	229	108	6.621	12.189	34.792
Alto da Terezinha	2.264	3.836	4.274	2.258	3.810	4.255	6	26	2	483	853	2.432
Coutos	5.418	5.999	8.227	5.290	5.993	8.105	20	4	8	308	507	2.951
Fazenda Coutos	5.330	6.234	7.112	5.318	6.203	7.092	11	13	5	188	0	1.079
Itacaranha	3.356	3.487	5.136	3.348	3.477	5.127	1	4	4	0	0	0
Nova Constituinte	1.072	2.851	2.951	984	2.845	2.946	88	6	5	668	2.408	2.797
Paripe	9.569	13.057	16.799	9.350	13.032	16.693	188	24	17	1.949	2.752	5.751
Periperi	8.090	11.745	14.425	8.065	11.660	14.392	22	46	33	819	953	7.472
Plataforma	5.649	7.762	10.463	5.644	7.727	10.445	2	35	12	19	0	2.175
Praia Grande	1.361	1.483	1.921	1.356	1.474	1.887	5	9	2	151	0	1.270
Rio Sena	1.845	3.604	5.055	1.845	3.601	5.040	0	3	6	2	1.364	3.787
São João do Cabrito	3.527	5.031	6.409	3.523	4.991	6.395	4	39	8	2.028	3.352	4.537
São Tomé	670	1.477	2.165	652	1.473	2.148	10	3	5	3	0	541

Fonte: Painel de informações: dados socioeconômicos do município de Salvador por bairros e prefeituras-bairro. Adaptado por Clímaco Dias.

APÊNDICE III - Tabela 24 - Índices de áreas verdes segundo os bairros do município de Salvador (2001-2009)

Localidade	Área do Bairro	Área Verde (m ²)		Percentual de Cobertura Vegetal (%)		Índice de Cobertura Vegetal (m ² /hab)	
		2001	2009	2001	2009	2001	2009
Salvador	303.531.868,37	93.895.287,04	86.170.803,44	30,93	28,4	38,43	0,92
Prefeitura-bairro II – Subúrbio/Ilhas	52.860.593,27	27.687.515,82	21.687.291,99	52,38	41,03	102,39	76,52
Alto da Terezinha	943.053,59	146.569,50	118.756,30	15,54	12,59	9,68	8,48
Coutos	1.785.412,83	186.367,67	148.334,57	10,44	8,31	7,9	5,7
Fazenda Coutos	854.609,44	21.225,87	21.855,62	2,48	2,56	0,84	0,9
Itacaranha	1.018.237,25	128.245,87	94.398,88	12,59	9,27	9,56	5,87
Nova Constituinte	974.782,81	227.359,08	263.574,61	23,32	27,04	21	28,01
Paripe	4.856.116,05	918.636,01	802.668,82	18,92	16,5	18,72	14,58
Periperi	3.382.207,62	511.994,50	543.150,60	15,14	16,06	11,43	10,89
Plataforma	2.335.966,63	389.129,57	383.647,06	16,66	16,42	12,89	11,27
Praia Grande	394.860,12	28.856,77	24.749,62	7,31	6,27	4,92	4,06
Rio Sena	1.045.416,13	170.050,14	150.508,83	16,27	14,4	11,47	9,19
São João do Cabrito	921.492,29	58.513,25	63.328,43	6,35	6,87	2,91	2,98
São Tomé	9.239.933,61	4.673.524,26	4.425.644,98	50,58	47,92	586,24	614,08

Fonte: Painel de informações: dados socioeconômicos do município de Salvador por bairros e prefeituras-bairro. Adaptado por Clímaco Dias.

APÊNDICE IV - Tabela 25 - População total residente acima de 15 anos, não alfabetizada, por sexo, segundo os bairros do município de Salvador (1991-2010)

Localidade	População residente acima de 15 anos não alfabetizada (%)			Homens acima de 15 anos não alfabetizados (%)			Mulheres acima de 15 anos não alfabetizadas (%)		
	1991	2000	2010	1991	2000	2010	1991	2000	2010
Salvador	9,84	6,28	3,97	8,1	5,53	3,52	11,3	6,92	4,34
Prefeitura-Bairro III – Cajazeiras	8,58	5,85	3,89	6,79	5,17	3,51	9,77	6,45	4,23
Águas Claras	12,66	9,38	5,25	11,42	8,57	4,91	13,82	10,12	5,55
Boca da Mata	4,54	2,95	1,95	2,55	2,06	1,51	6,28	3,73	2,33
Cajazeiras II	8,13	3,54	1,84	9,81	3,6	0,73	6,59	3,49	2,73
Cajazeiras IV	3,7	5,65	4,43	2	4,43	3,84	4,91	6,64	4,94
Cajazeiras V	4,19	3,29	2,06	2,56	2,45	1,54	5,57	4	2,49
Cajazeiras VI	9,91	4,01	4,83	9,15	3,46	4,46	10,56	4,49	5,15
Cajazeiras VII	11,21	6,29	4,49	9,13	5,83	4,25	13,09	6,67	4,69
Cajazeiras VIII	3,63	6,44	3,56	2,47	6,12	3,11	4,56	6,72	3,94
Cajazeiras X	4,48	3,7	2,12	3,05	2,96	1,52	5,68	4,33	2,62
Cajazeiras XI	10,33	5,28	4,65	9,38	5,03	4,22	11,15	5,5	5,02
Dom Avelar	10,55	5,58	3,88	8,23	4,59	3,25	12,77	6,5	4,44
Fazenda Grande I	6,69	3,7	3,32	4,81	2,88	3,03	8,29	4,38	3,57
Fazenda Grande II	5,16	3	3,05	3,43	2,26	2,7	6,61	3,64	3,34
Fazenda Grande III	3,64	2,86	1,78	2,49	2,13	1,3	4,61	3,49	2,18
Fazenda Grande IV	3,44	1,38	2,57	1,39	0,8	2,14	5,21	1,88	2,95

Fonte: Painel de informações: dados socioeconômicos do município de Salvador por bairros e prefeituras-bairro. Adaptado por Clímaco Dias.

APÊNDICE V - Tabela 26 - Índices de áreas verdes segundo os bairros do município de Salvador (2001-2009)

Localidade	Área do Bairro	Área Verde (m²)		Percentual de Cobertura Vegetal (%)		Índice de Cobertura Vegetal (m²/hab)	
		2001	2009	2001	2009	2001	2009
Salvador	303.531.868,37	93.895.287,04	86.170.803,44	30,93	28,4	38,43	0,92
Prefeitura-Bairro III – Cajazeiras	22.159.606,09	7.816.497,49	8.142.898,17	35,27	36,75	45,2	41,12
Águas Claras	3.548.530,06	773.437,95	741.023,42	21,8	20,88	24,32	20,01
Boca da Mata	1.433.718,43	672.354,47	660.821,87	46,9	46,09	90,65	81,91
Cajazeiras II	512.066,92	369.536,09	377.067,18	72,17	73,64	275,98	331,63
Cajazeiras IV	373.514,37	120.829,10	137.082,51	32,35	36,7	38,36	40,75
Cajazeiras V	649.271,82	265.250,10	269.357,63	40,85	41,49	56,44	49,68
Cajazeiras VI	419.590,95	74.016,78	84.314,18	17,64	20,09	10,97	11,49
Cajazeiras VII	408.604,86	80.742,73	125.952,64	19,76	30,83	18,12	27,84
Cajazeiras VIII	1.271.470,59	297.275,98	363.942,21	23,38	28,62	29,41	27,97
Cajazeiras X	674.643,98	250.964,84	226.914,83	37,2	33,64	32,64	26,66
Cajazeiras XI	3.155.118,68	1.668.343,89	1.583.400,64	52,88	50,25	105,75	93,7
Castelo Branco	2.284.015,48	362.935,83	391.443,80	15,89	17,14	11,72	11,68
Fazenda Grande I	1.231.363,59	389.618,55	482.447,75	31,64	39,18	36,83	42,1
Fazenda Grande II	2.117.987,92	865.731,26	913.055,03	40,88	43,11	75,01	50,28
Fazenda Grande III	828.139,54	350.433,03	349.859,18	42,32	42,25	50,19	46,87
Fazenda Grande IV	1.105.246,60	599.234,13	689.001,31	54,22	62,34	269,56	144,32

Fonte: Painel de informações: dados socioeconômicos do município de Salvador por bairros e prefeituras-bairro. Adaptado por Clímaco Dias.

APÊNDICE VI - Tabela 27 - População total residente acima de 15 anos, não alfabetizada, por sexo, segundo os bairros do município de Salvador (1991-2010)

Localidade	População residente acima de 15 anos não alfabetizada (%)			Homens acima de 15 anos não alfabetizados (%)			Mulheres acima de 15 anos não alfabetizadas (%)		
	1991	2000	2010	1991	2000	2010	1991	2000	2010
Salvador	9,84	6,28	3,97	8,1	5,53	3,52	11,3	6,92	4,34
Prefeitura-Bairro IV – Itapuã/Ipitanga	12,83	7,75	4,05	10,89	7,84	3,7	14,07	7,68	4,36
Bairro da Paz	33,77	18,56	11,47	31,89	17,69	10,88	35,62	19,39	12,03

Fonte: Painel de informações: dados socioeconômicos do município de Salvador por bairros e prefeituras-bairro. Adaptado por Clímaco Dias.

APÊNDICE VII - Tabela 28 - Índices de áreas verdes segundo os bairros do município de Salvador (2001-2009)

Localidade	Área do Bairro	Área Verde (m ²)		Percentual de Cobertura Vegetal (%)		Índice de Cobertura Vegetal (m ² /hab)	
		2001	2009	2001	2009	2001	2009
Salvador	303.531.868,37	93.895.287,04	86.170.803,44	30,93	28,4	38,43	0,92
Prefeitura-Bairro IV – Itapuã/Ipitanga	93.881.885,50	30.483.725,83	27.728.041,81	32,47	29,54	110,29	81,45
Bairro da Paz	1.400.388,40	153.554,22	160.756,70	10,97	11,48	8,81	8,28

Fonte: Painel de informações: dados socioeconômicos do município de Salvador por bairros e prefeituras-bairro. Adaptado por Clímaco Dias.

APÊNDICE VII - Tabela 29 - População total residente acima de 15 anos, não alfabetizada, por sexo, segundo os bairros do município de Salvador (1991-2010)

Localidade	População residente acima de 15 anos não alfabetizada (%)			Homens acima de 15 anos não alfabetizados (%)			Mulheres acima de 15 anos não alfabetizadas (%)		
	1991	2000	2010	1991	2000	2010	1991	2000	2010
Salvador	9,84	6,28	3,97	8,1	5,53	3,52	11,3	6,92	4,34
Prefeitura-Bairro VI – Barra/Pituba	6,48	3,83	2,24	3,59	3,02	1,79	7,89	4,41	2,58
Chapada do Rio Vermelho	13,09	7,96	5,63	10,6	6,2	4,48	15,3	9,48	6,6
Nordeste de Amaralina	8,81	5,34	3,64	6,22	3,69	2,87	10,95	6,72	4,27
Santa Cruz	14,63	9,25	6,07	11,32	46,03	4,76	17,65	57,57	7,18
Vale das Pedrinhas	16,59	6,69	4,84	14,45	6,29	4,27	18,47	7,02	5,3

Fonte: Painel de informações: dados socioeconômicos do município de Salvador por bairros e prefeituras-bairro. Adaptado por Clímaco Dias.

APÊNDICE IX - Tabela 30 - Índices de áreas verdes segundo os bairros do município de Salvador (2001-2009)

Localidade	Área do Bairro	Área Verde (m ²)		Percentual de Cobertura Vegetal (%)		Índice de Cobertura Vegetal (m ² /hab)	
		2001	2009	2001	2009	2001	2009
Salvador	303.531.868,37	93.895.287,04	86.170.803,44	30,93	28,4	38,43	0,92
Prefeitura-Bairro VI – Barra/Pituba	23.220.852,56	2.034.812,56	2.551.126,35	8,76	10,99	5,87	7,05
Chapada do Rio Vermelho	611.588,98	6.761,06	16.807,46	1,11	2,75	0,3	0,77
Nordeste de Amaralina	642.744,89	12.441,20	9.222,83	1,94	1,44	0,55	0,42
Santa Cruz	600.958,14	29.461,08	15.188,53	4,9	2,53	1,04	0,56
Vale das Pedrinhas	155.928,71	5,09	1.514,33	0	0,97	0	0,29

Fonte: Painel de informações: dados socioeconômicos do município de Salvador por bairros e prefeituras-bairro. Adaptado por Clímaco Dias.

APÊNDICE X - Tabela 31 -Total de domicílios por espécie de domicílios segundo os bairros do município de Salvador (1991-2010)

Localidade	Total			Particulares Permanentes		
	1991	2000	2010	1991	2000	2010
Salvador	906.813	1.240.711	1.637.061	890.392	1.225.141	1.622.443
Prefeitura-Bairro III –						
Cajazeiras	30.110	45.791	62.225	29.490	44.970	61.597
Águas Claras	4.825	8.276	11.507	4.756	8.189	11.432
Boca da Mata	1.240	1.921	2.531	1.238	1.917	2.475
Cajazeiras II	382	383	380	316	364	380
Cajazeiras IV	372	824	1.004	372	824	1.004
Cajazeiras V	574	1.229	1.685	573	1.214	1.642
Cajazeiras VI	1.472	1.793	2.287	1.396	1.791	2.285
Cajazeiras VII	553	1.192	1.424	552	1.191	1.424
Cajazeiras VIII	943	3.051	4.205	943	2.897	4.200
Cajazeiras X	1.667	1.978	2.650	1.652	1.945	2.642
Cajazeiras XI	3.360	4.282	5.250	3.091	4.161	5.248
Castelo Branco	5.614	7.992	10.656	5.533	7.643	10.274
Fazenda Grande I	2.127	2.715	3.516	2.127	2.708	3.513
Fazenda Grande II	2.535	3.119	5.936	2.535	3.107	5.901
Fazenda Grande III	1.445	1.776	2.308	1.445	1.774	2.308
Fazenda Grande IV	524	600	1.422	517	598	1.416

Localidade	Particulares Improvisados			Subnormal		
	1991	2000	2010	1991	2000	2010
Salvador	4.230	4.221	2.836	93.220	61.322	524.337
Prefeitura-Bairro III –						
Cajazeiras	406	399	120	4.068	5.486	17.945
Águas Claras	28	73	26	876	535	4.643
Boca da Mata	2	4	0	6	0	0
Cajazeiras II	1	3	0	0	0	0
Cajazeiras IV	0	0	0	0	272	306
Cajazeiras V	1	15	43	0	163	224
Cajazeiras VI	76	2	2	508	573	735
Cajazeiras VII	1	1	0	216	451	571
Cajazeiras VIII	0	153	5	11	0	1.795
Cajazeiras X	3	22	8	0	0	0
Cajazeiras XI	269	56	2	10	153	149
Castelo Branco	14	34	5	1.961	2.309	5.349
Fazenda Grande I	0	7	0	311	551	633
Fazenda Grande II	0	12	23	1	0	2.049
Fazenda Grande III	0	2	0	5	0	0
Fazenda Grande IV	0	2	2	0	0	0

Fonte: Painel de informações: dados socioeconômicos do município de Salvador por bairros e prefeituras-bairro. Adaptado por Clímaco Dias.

APÊNDICE XI - Tabela 32 - Grau de instrução das pessoas responsáveis por domicílios, por anos de estudo, segundo os bairros do município de Salvador (1991-2010)

Localidade	Total de Responsáveis por domicílios			Não alfabetizados (%)		
	1991	2000	2010	1991	2000	2010
Salvador	481.174	651.278	860.717	11,25	7,83	4,96
Prefeitura-Bairro IV –	43.720	73.068	114.250	15,04	9,47	5,27
Bairro da Paz	3.034	4.559	1.655	35,17	21,5	0,42

Localidade	Sem instrução e menos que 1 ano (%)		De 1 a 3 (%)		De 4 a 7 (%)	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000
Salvador	10,76	6,87	14,31	13,45	28,31	26,67
Prefeitura-Bairro IV –	14,66	8,25	16,17	14,42	27,36	25,6
Bairro da Paz	30,72	19,08	27,32	28,89	32,14	38,1

Localidade	De 8 a 10 (%)		De 11 a 14 (%)		15 ou mais anos de estudo (%)	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000
Salvador	13,82	15,45	22,83	27,58	9,32	9,78
Prefeitura-Bairro IV –	12,2	14,04	20,46	26,71	8,64	10,76
Bairro da Paz	6,89	9,45	2,21	3,47	0,3	0,88

Fonte: Painel de informações: dados socioeconômicos do município de Salvador por bairros e prefeituras-bairro. Adaptado por Clímaco Dias.

APÊNDICE XII - Tabela 33 - Total de domicílios por espécie de domicílios segundo os bairros do município de Salvador (1991-2010)

Localidade	Total			Particulares Permanentes		
	1991	2000	2010	1991	2000	2010
Salvador	906.813	1.240.711	1.637.061	890.392	1.225.141	1.622.443
Prefeitura-Bairro IV – Itapuã/Ipitanga	43.957	73.669	108.864	43.498	73.071	108.369
Bairro da Paz	3.034	4.573	6.067	3.021	4.559	6.043

Localidade	Particulares Improvisados			Subnormal		
	1991	2000	2010	1991	2000	2010
Salvador	4.230	4.221	2.836	93.220	61.322	524.337
Prefeitura-Bairro IV – Itapuã/Ipitanga	176	294	109	8.835	12.384	28.574
Bairro da Paz	13	14	7	2.999	4.573	6.067

Fonte: Painel de informações: dados socioeconômicos do município de Salvador por bairros e prefeituras-bairro. Adaptado por Clímaco Dias.

APÊNDICE XIII - Tabela 34 - Total de domicílios por espécie de domicílios segundo os bairros do município de Salvador (1991-2010)

Localidade	Total			Particulares Permanentes		
	1991	2000	2010	1991	2000	2010
Salvador	906.813	1.240.711	1.637.061	890.392	1.225.141	1.622.443
Prefeitura-Bairro VI – Barra/Pituba	80.133	99.906	124.892	78.911	99.217	124.442
Chapada do Rio Vermelho	4.970	5.274	6.831	4.965	5.252	6.829
Nordeste de Amaralina	4.858	5.388	6.850	4.837	5.365	6.842
Santa Cruz	5.501	7.683	8.462	5.487	7.677	8.461
Vale das Pedrinhas	1.377	1.985	1.633	1.375	1.970	1.633

Localidade	Particulares Improvisados			Subnormal		
	1991	2000	2010	1991	2000	2010
Salvador	4.230	4.221	2.836	93.220	61.322	524.337
Prefeitura-Bairro VI – Barra/Pituba	248	215	34	2.470	1.147	29.812
Chapada do Rio Vermelho	5	6	2	53	0	2.651
Nordeste de Amaralina	21	7	2	2	0	1.866
Santa Cruz	7	6	1	487	425	4.280
Vale das Pedrinhas	2	15	0	2	0	248

Fonte: Painel de informações: dados socioeconômicos do município de Salvador por bairros e prefeituras-bairro. Adaptado por Clímaco Dias.

APÊNDICE XIV - Tabela 35 - Grau de instrução das pessoas responsáveis por domicílios, por anos de estudo, segundo os bairros do município de Salvador (1991-2010)

Localidade	Total de Responsáveis por domicílios			Não alfabetizados (%)		
	1991	2000	2010	1991	2000	2010
Salvador	481.174	652.278	860.717	11,25	7,83	4,96
Prefeitura-Bairro VI –	79.231	99.213	95.586	6,27	4,09	2,68
Chapada do Rio Vermelho	4.970	5.252	7.097	16,9	11,61	11,78
Nordeste de Amaralina	4.858	5.365	12.073	10,72	7,12	6,33
Santa Cruz	5.494	7.677	4.999	18,66	12,17	5,4
Vale das Pedrinhas	1.377	1.970	1.535	20,7	8,43	1,76

Localidade	Sem instrução e menos que 1 ano (%)		De 1 a 3 (%)		De 4 a 7 (%)	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000
Salvador	10,76	6,87	14,31	13,45	28,31	26,67
Prefeitura-Bairro VI –	5,82	3,8	8,75	7,35	17,78	15,77
Chapada do Rio Vermelho	15,53	11,39	19,94	16,55	35,25	34,14
Nordeste de Amaralina	10,68	7,06	12,66	13,05	29,77	26,67
Santa Cruz	16,71	11,22	26,21	19,75	33,64	33,84
Vale das Pedrinhas	16,12	8,22	21,57	17,11	29,27	26,9

Localidade	De 8 a 10 (%)		De 11 a 14 (%)		15 ou mais anos de estudo (%)	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000
Salvador	13,82	15,45	22,83	27,58	9,32	9,78
Prefeitura-Bairro VI –	10,01	10,58	27,07	30,71	30,16	31,6
Chapada do Rio Vermelho	14,25	19,06	12,25	17,69	2,68	1,01
Nordeste de Amaralina	15,38	15,66	22,97	32,92	8,11	4,49
Santa Cruz	13,47	16,41	9,1	16,17	0,75	2,5
Vale das Pedrinhas	9,88	16,14	13,8	19,54	9,22	11,78

Fonte: Painel de informações: dados socioeconômicos do município de Salvador por bairros e prefeituras-bairro. Adaptado por Clímaco Dias.

APÊNDICE XV - Tabela 36 - Grau de instrução das pessoas responsáveis por domicílios, por anos de estudo, segundo os bairros do município de Salvador (1991-2010)

(continua)

Localidade	Total de Responsáveis por domicílios			Não alfabetizados (%)		
	1991	2000	2010	1991	2000	2010
Salvador	481.174	651.278	860.717	11,25	7,83	4,96
Prefeitura-bairro II	49.046	67.847	90.470	16,45	11,45	7,56
Alto da Terezinha	2.264	3.810	1.420	21,95	12,78	2,61
Coutos	5.321	5.993	2.099	12,59	9,81	2,43
Fazenda Coutos	5.330	6.203	6.590	26,87	17,23	3,43
Itacaranha	3.349	3.477	12.998	11,82	7,22	3,02
Nova Constituinte	1.072	2.845	1.235	31,72	18,59	5,02
Paripe	9.540	13.032	10.279	14,76	10,57	5,46
Periperi	8.087	11.660	3.776	10,81	8,64	0,85
Plataforma	5.646	7.727	712	12,1	7,39	3,23
Praia Grande	1.361	1.474	6.855	12,2	6,92	0,74
Rio Sena	1.845	3.601	16.712	19,62	13,19	7,25
São João do Cabrito	3.527	4.991	16.282	19,65	12,86	7,56
São Tomé	665	1.473	2.307	18,5	14,46	1,65

Localidade	Sem instrução e menos que 1 ano (%)		De 1 a 3 (%)		De 4 a 7 (%)	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000
Salvador	10,76	6,87	14,31	13,45	28,31	26,67
Prefeitura-bairro II	15,07	9,81	18,69	18,95	35,43	34,72
Alto da Terezinha	19,7	10,45	21,69	19,74	37,41	36,56
Coutos	11,84	8,94	16,65	17	34,9	31,95
Fazenda Coutos	24,56	15,67	23,66	24,65	36,19	38,11
Itacaranha	12,39	5,72	16,27	14,84	34,58	31,98
Nova Constituinte	32,65	13,81	22,57	28,61	22,85	36,77
Paripe	13,98	9,47	19,33	18,18	36,07	34,02
Periperi	10,58	7,51	12,91	15,57	33,24	31,6
Plataforma	10,77	6,94	16,72	15,61	36,72	33,92
Praia Grande	8,45	6,85	18,3	14,52	31,52	31,82
Rio Sena	15,99	10,58	22,93	22,16	41,25	39,88
São João do Cabrito	17,69	10,52	22,8	22,78	38,64	37,05
São Tomé	18,2	14,05	16,24	17,31	32,63	37,88

APÊNDICE XV - Tabela 36 - Grau de instrução das pessoas responsáveis por domicílios, por anos de estudo, segundo os bairros do município de Salvador (1991-2010)

(conclusão)

Localidade	De 8 a 10 (%)		De 11 a 14 (%)		15 ou mais anos de estudo (%)	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000
Salvador	13,82	15,45	22,83	27,58	9,32	9,78
Prefeitura-bairro II –	15,03	17,33	13,88	18,01	1,13	1
Alto da Terezinha	11,75	17,9	8,39	14,09	0,8	1,1
Coutos	18,29	20,14	16,46	20,89	1,28	0,9
Fazenda Coutos	10,17	13,91	4,9	7,01	0,3	0,6
Itacaranha	18,9	21,28	17,14	25,05	0,69	1,01
Nova Constituinte	9,51	12,23	3,36	7,38	0,84	1,09
Paripe	14,63	17,75	12,96	19,62	1,04	0,8
Periperi	18,05	17,4	23,4	26,11	1,55	1,66
Plataforma	17,76	20,2	16,91	22,18	1,08	0,88
Praia Grande	16,61	16,42	23,59	28,49	1,18	1,76
Rio Sena	13,33	17,02	5,96	9,83	0,54	0,36
São João do Cabrito	11,85	17,23	8,53	11,28	0,37	0,86
São Tomé	10,98	15,34	6,02	12,49	13,98	1,97

Fonte: Painel de informações: dados socioeconômicos do município de Salvador por bairros e prefeituras-bairro. Adaptado por Clímaco Dias.

APÊNDICE XVI - Tabela 37 - Grau de instrução das pessoas responsáveis por domicílios, por anos de estudo, segundo os bairros do município de Salvador (1991-2010)

(continua)

Localidade	Total de Responsáveis por domicílios			Não alfabetizados (%)		
	1991	2000	2010	1991	2000	2010
Salvador	481.174	651.278	860.717	11,25	7,83	4,96
Prefeitura-Bairro III	29.904	44.970	71.969	9,04	6,84	4,66
Águas Claras	4.784	8.189	1.716	14,9	11,59	5,3
Boca da Mata	1.240	1.917	5.994	2,58	2,66	3,05
Cajazeiras II	317	364	5.250	0,95	1,65	5,6
Cajazeiras IV	372	824	3.513	4,84	7,04	3,93
Cajazeiras V	574	1.214	2.650	4,01	4,28	2,38
Cajazeiras VI	1.472	1.791	1.576	10,67	4,47	1,71
Cajazeiras VII	553	1.191	3.667	12,3	7,05	4,25
Cajazeiras VIII	943	2.897	9.168	2,86	7,63	1,19
Cajazeiras X	1.655	1.945	1.337	3,26	4,16	3,81
Cajazeiras XI	3.360	4.161	405	11,34	6,54	9,38
Castelo Branco	5.547	7.643	5.131	12,2	7,88	5,11
Fazenda Grande I	2.127	2.708	7.705	5,97	4,25	5,75
Fazenda Grande II	2.535	3.107	10.301	3,94	2,64	5,58
Fazenda Grande III	1.445	1.774	3.750	3,04	2,71	6,72
Fazenda Grande IV	518	598	2.308	1,74	0,5	1,99

Localidade	Sem instrução e menos que 1 ano (%)		De 1 a 3 (%)		De 4 a 7 (%)	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000
Salvador	10,76	6,87	14,31	13,45	28,31	26,67
Prefeitura-Bairro III	9,26	5,85	12,67	14,3	31,68	30,19
Águas Claras	16,37	9,32	16,79	20,32	35,74	35,32
Boca da Mata	2,34	2,14	7,1	7,15	32,18	24,57
Cajazeiras II	1,89	1,92	8,2	3,85	18,3	15,66
Cajazeiras IV	4,57	6,8	9,41	12,99	22,04	27,43
Cajazeiras V	5,57	2,88	7,67	11,78	24,91	24,88
Cajazeiras VI	6,05	3,91	12,98	10,55	28,53	26,13
Cajazeiras VII	11,75	6,21	12,66	15,45	30,38	29,39
Cajazeiras VIII	12,09	5,56	7,32	15,81	29,69	31,03
Cajazeiras X	4,77	3,14	10,39	10,33	34,02	27,76
Cajazeiras XI	8,63	6,58	10,45	13,12	25,57	29,01
Castelo Branco	12,1	6,61	16,71	16,62	36,47	33,48
Fazenda Grande I	5,97	4,58	11,1	13,15	32,82	22,93
Fazenda Grande II	4,02	2,86	7,42	6,98	26,51	27,26
Fazenda Grande III	3,39	2,37	9,76	8,23	30,45	25,42
Fazenda Grande IV	1,74	0,17	5,6	4,52	23,75	16,56

APÊNDICE XVI - Tabela 37 - Grau de instrução das pessoas responsáveis por domicílios, por anos de estudo, segundo os bairros do município de Salvador (1991-2010)

Localidade	(conclusão)					
	De 8 a 10 (%)		De 11 a 14 (%)		15 ou mais anos de estudo (%)	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000
Salvador	13,82	15,45	22,83	27,58	9,32	9,78
Prefeitura-Bairro III	20,14	20,35	23,62	27,49	1,25	1,54
Águas Claras	15,87	18,59	13,92	14,67	0,73	1,27
Boca da Mata	25,24	22,74	32,02	41,78	0,97	1,41
Cajazeiras II	29,34	25,82	39,43	51,92	2,52	0,82
Cajazeiras IV	20,7	15,41	39,78	34,71	3,49	2,55
Cajazeiras V	24,39	19,44	32,93	38,8	4,36	2,06
Cajazeiras VI	21,54	21,72	24,8	35,62	0,95	1,62
Cajazeiras VII	21,88	17,63	22,24	30,14	0,9	1,01
Cajazeiras VIII	25,03	19,16	23,54	27,1	2,33	1,1
Cajazeiras X	22,48	20,87	27,79	35,37	0,36	2,31
Cajazeiras XI	20,68	22,49	25,48	26,51	1,19	2,04
Castelo Branco	16,32	18,96	17	22,23	1,15	1,78
Fazenda Grande I	21,34	23,34	27,41	34,64	1,36	1,33
Fazenda Grande II	23,75	19,86	36,37	40,91	1,93	1,9
Fazenda Grande III	26,57	23,73	28,44	38,28	1,38	1,47
Fazenda Grande IV	28,19	24,25	39,19	53,34	1,35	1

Fonte: Painel de informações: dados socioeconômicos do município de Salvador por bairros e prefeituras-bairro. Adaptado por Clímaco Dias.

APÊNDICE XVII – ROTEIRO DE ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADAS

1. Grupos de jovens:

- Lazer, principalmente o futebol;
- Baba do vinho ou baba de saias;
- As relações na escola. Solidariedades e conflitos;
- Participação nas festas;
- Relação com a religião;
- Relações com a família;
- Dificuldades de movimentação no Aglomerado por causa da violência do tráfico;
- Participação em passeios com vizinhos para fora do bairro;
- Colheita de frutas no Parque da Cidade.

2. Grupo de Velhos

- História do bairro;
- Trabalhos coletivos realizados no início da ocupação;
- O uso do fiado no comércio;
- Ligações religiosas e ativismos nas promovidas por igrejas ou terreiros;
- História da violência no bairro;
- As tarefas das avós;
- Criação de animais na rua;

3. Grupo de homens e mulheres adultos.

- Passeios coletivos;
- Conhecimento de vizinhos;
- Formas de cuidar dos filhos;
- Relação trabalho/filhos;
- Criação de animais na rua;
- Destino do lixo produzido;
- Distância até pontos de transportes coletivos;
- Carona em ônibus;
- Participação e/ou organização de festas carnavalescas, juninas e religiosas;
- Relação com a polícia e com o tráfico;
- Festas de aniversário no Parque;

- Exercícios físicos coletivos com vizinhos;
- Beber cerveja na rua com vizinhos;
- Participação em associações e manifestações políticas;
- O uso dos serviços do bairro;
- As formas de mobilidade;
- Atendimentos de emergências;

-

APÊNDICE XVIII – QUESTIONÁRIO

- Passeios coletivos

Já fez algum passeio com vizinhos?

SIM NÃO

Quantos?

Quando foi o último?

Para onde?

Se nunca fez, conhece pessoas que já fizeram?

SIM NÃO

- Internet compartilhada – tem internet em casa? Usa quanto tempo? Como é o seu acesso? Tem wi-fi livre em algum ponto da sua rua?
- Tem baba de saias ou do vinho no seu Bairro? Tem parentes ou amigos que praticam?

SIM NÃO NÃO SEI

- As crianças brincam na rua? Os adultos praticam esportes na rua?

SIM NÃO NÃO SEI

- São João de rua – têm festas de São João no seu Bairro? Tem ornamentação na sua rua?

SIM NÃO NÃO SEI

- Cerveja na rua e em bares no fim de semana – No seu Bairro as pessoas tomam cerveja na porta de casa? Sentam na porta de casa para conversarem?

SIM NÃO NÃO SEI

- Futebol de meninos e adultos no fim de semana – Tem baba no Seu Bairro? Na sua rua? Tem mulher que joga baba?

SIM NÃO NÃO SEI

- No seu bairro você conhece pessoas que pegam várias crianças de vizinhos na escola?

SIM NÃO NÃO SEI

- Na sua rua tem pessoas que tomam conta de criança para os pais irem trabalhar? No seu Bairro?

SIM NÃO NÃO SEI

- Tem reforço escolar na sua rua?

SIM NÃO NÃO SEI

- Na sua rua tem cachorros que têm dono e vivem na rua?

SIM NÃO NÃO SEI

- Você pratica exercício físico coletivo com as pessoas do seu bairro. Conhece quem pratica?

SIM NÃO

- Já comprou algum produto fracionado de forma diferente do que normalmente se fraciona?

SIM NÃO

- Clientes especiais para o fiado – Compra fiado? Sabe de estabelecimentos que vendem fiado? Em quantos estabelecimentos?

- Já colheu frutas no Parque com parentes e/ou vizinhos?¹⁰²

SIM NÃO

- Tem muita festa de rua em seu bairro? Você participa?

SIM NÃO NÃO SEI

- Você já morou com a sua avó ou vizinha a ela?

¹⁰² Exclusiva para moradores do bairro Santa Cruz.

SIM NÃO

- Você cria pássaros?

SIM NÃO

- Tem laje na sua casa? Quais os usos?

SIM NÃO

- Já participou de algum mutirão para construir casas de vizinhos?

SIM NÃO

- Você trabalha a noite longe do seu bairro? Quando volta, procura se agregar a vizinhos que fazem o mesmo para evitar violência no trajeto?

SIM NÃO

- Você utiliza transportes alternativos? Quais?

SIM NÃO

- Já soube de vaquinhas para enterro de vizinhos? Já participou de alguma?

SIM NÃO

- Conhece alguém que já foi socorrido em um carro de vizinho quando estava doente?

SIM NÃO

- Você participa de alguma religião? A sua religião ajuda pessoas necessitadas?

SIM NÃO

- Conhece pessoas que pegam carona em ônibus? Já pegou?

SIM NÃO

- Já participou de algum protesto ou manifestação no bairro? Qual o motivo?

SIM NÃO

- Já participou ou participa de alguma associação ou grupo de bairro?

SIM NÃO

- Você conserta aparelhos eletrodomésticos no bairro?

SIM NÃO

- Em seu bairro tem brincadeira infantis antigas? Quais?

SIM NÃO NÃO SEI

- O seu bairro é violento? Quais os tipos de violência?

SIM NÃO

ANEXO

ANEXO I – Tabela 38 - Densidades brutas dos bairros de Salvador nos anos de 2000 e 2010 (Habitantes p/ Hectare)

(continua)								
Bairro	2000	2010	Bairro	2000	2010	Bairro	2000	2010
Acupe	205,18	218,8	Bonfim	115,89	104,88	Castelo Branco	132,18	146,72
Aeroporto	0	0	Brotas	129,27	139,25	Centro	183,72	183,8
Águas Claras	86,63	104,35	Cabula	56,55	69,41	Centro Administrativo da Bahia/CAB	0	0
Alto da Terezinha	160,73	148,76	Cabula VI	120,34	163,45	Centro Histórico	66,17	57,94
Alto das Pombas	348,07	360,83	Caixa D'Água	261,06	279,51	Chapada do Rio Vermelho	337,55	358,98
Alto do Cabrito	143,74	153,21	Cajazeiras II	26,15	22,2	Cidade Nova	293,3	315,33
Alto do Coqueirinho	178,61	239,23	Cajazeiras IV	84,33	90,06	Comércio	14,42	9,67
Amaralina	115,49	86,61	Cajazeiras V	72,39	83,51	Cosme de Farias	379,3	398,1
Areia Branca	16,02	8,76	Cajazeiras VI	160,75	174,96	Costa Azul	154,17	193,2
Arenoso	263,72	301,87	Cajazeiras VII	109,03	110,72	Coutos	132,27	145,74
Arraial do Retiro	128,73	154,96	Cajazeiras VIII	85,56	102,35	Curuzu	445,86	432,71
Bairro da Paz	124,52	138,58	Cajazeiras X	113,99	126,19	Dom Avelar	141,55	154,56
Baixa de Quintas	132,87	86,54	Cajazeiras XI	50,07	53,63	Doron	110,4	171,41
Barbalho	183,44	176,26	Calabar	356,12	387,26	Engenho Velho da Federação	410,31	408,68
Barra	138,49	128,05	Calabetão	118,69	124,15	Engenho Velho de Brotas	277,81	273,53
Barreiras	172,79	197,06	Caçada	63,27	68,35	Engomadeira	405,9	354,52
			Caminho das					
Barris	109,05	108,73	Árvores	49,21	60,25	Fazenda Coutos	304,75	283,81
Beiru/Tancredo Neves	295,71	314,69	Caminho de Areia	348,69	331,62	Fazenda Grande do Retiro	365,57	362,84
Boa Viagem	102,77	96,89	Campinas de Pirajá	103	121,96	Fazenda Grande I	85,92	93,06
Boa Vista de Brotas	146,67	140,1	Canabrava	54,29	55,99	Fazenda Grande II	54,49	85,74
Boa Vista de São								
Caetano	267,7	300,01	Candeal	166,13	204,02	Fazenda Grande III	84,31	90,13
Boca da Mata	51,73	56,27	Canela	151,98	146,05	Fazenda Grande IV	20,11	43,19
Boca do Rio	155,68	178,69	Capelinha	389,34	381,61	Federação	182,06	169,08
Bom Juá	262,43	368,37	Cassange	2,59	3,07	Garcia	182,71	178,89

**ANEXO I – Tabela 38 – Densidades brutas dos bairros de Salvador nos anos de 2000 e 2010 (Habitantes p/ Hectare)
(continuação)**

Bairro	2000	2010	Bairro	2000	2010	Bairro	2000	2010
Graça	221,89	214,51	Mares	85,94	89,04	Pero Vaz	518,96	482,84
Granjas Rurais Presidente Vargas	6,13	12,93	Massaranduba	363,99	380,27	Piatã	14,64	18,51
IAPI	251,99	248,69	Mata Escura	91,37	116,51	Pirajá	25,22	28
Ilha de Bom Jesus dos Passos	34,27	32,67	Matatu	122,98	160,52	Pituaçu	20,75	25,25
Ilha de Maré	3,79	3,85	Monte Serrat	168,64	157,33	Pituba	120,21	147,18
Ilha dos Frades	0,75	0,55	Moradas da Lagoa	32,58	120,39	Plataforma	132,22	145,71
Imbuí	83,43	106,12	Mussurunga	61,31	62,97	Porto Seco Pirajá	0,51	0,65
Itacaranha	131,43	157,67	Narandiba	124,15	141,34	Praia Grande	148,48	154,26
Itaigara	92,66	87,06	Nazaré	124,7	112,86	Resgate	156,89	151,42
Itapuã	57,18	67,78	Nordeste de Amaralina	321,8	340,52	Retiro	11,78	2,38
Itinga	29,26	35,4	Nova Brasilia	39,01	56,81	Ribeira	218,17	228,51
Jaguaripe I	47,98	39,76	Nova Constituinte	111,05	96,53	Rio Sena	141,8	156,67
Jardim Armação	30,07	29,4	Nova Esperança	4,89	5,75	Rio Vermelho	103,99	107,94
Jardim Cajazeiras	110,78	109,65	Nova Sussuarana	212,66	249,59	Roma	128,15	134,71
Jardim das Margaridas	11,96	19,76	Novo Horizonte	78,38	128,39	Saboeiro	47,7	65,63
Jardim Nova Esperança	87,33	111,89	Novo Marotinho	129,52	176,84	Santa Cruz	499,48	450,67
Jardim Santo Inácio	222,64	232,5	Ondina	83,86	98,01	Santa Luzia	159,81	194,63
Lapinha	214,66	153,49	Palestina	71,94	70,06	Santa Mônica	243,48	231,48
Liberdade	347,27	344,77	Paripe	105,77	113,15	Santo Agostinho	256,87	221,97
Lobato	198,69	193,41	Patamares	8,7	13,32	Santo Antônio	155,63	126,41
Luis Anselmo	129,45	119,96	Pau da Lima	192,18	215,64	São Caetano	279	302,12
Macaúbas	212,77	288,23	Pau Miúdo	291,18	294,44	São Cristovão	88,09	127,32
Mangueira	432,01	435,83	Periperi	134,83	147,51	São Gonçalo	231,19	229,08
Marechal Rondon	305,04	300,26	Pernambués	186,31	204,79	São João do Cabrito	218,78	231,37

**ANEXO I – Tabela 38 – Densidades brutas dos bairros de Salvador nos anos de 2000 e 2010 (Habitantes p/ Hectare)
(conclusão)**

Bairro	2000	2010
São Marcos	239,08	269,99
São Rafael	127,86	135,44
São Tomé	6,42	7,8
Saramandaia	313,28	343,94
Saúde	213,96	219,35
Sete de Abril	104,68	116,36
Stella Maris	21,57	37,77
STIEP	84,26	109,58
Sussuarana	151,47	186,3
Tororó	89,67	107,35
Trobogy	17,43	19,8
Uruguai	341	334,03
Vale das Pedrinhas	489,91	331,05
Vale dos Lagos	105,97	123,46
Valéria	18,19	21,54
Vila Canária	90,68	125,05
Vila Laura	149,91	173,47
Vila Ruy Barbosa/Jardim Cruzeiro	413,54	462,58
Vitória	180,47	167,25

Fonte: IBGE - Censo Demográfico/Contagem População. Informações contidas no Sistema de Informações Municipais-SIM. Prefeitura Municipal de Salvador. Adaptado por Clímaco Dias.